

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Departamento de Produção Cultural

LUIZA FREIRE NASCIUTTI

GÊNERO, CIDADE E LUTA:

NARRATIVAS RESISTENTES DAS MULHERES DA VILA AUTÓDROMO

Niterói

2016

1

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Departamento de Produção Cultural

LUIZA FREIRE NASCIUTTI

GÊNERO, CIDADE E LUTA:

NARRATIVAS RESISTENTES DAS MULHERES DA VILA AUTÓDROMO

Trabalho de Conclusão de Curso de
Graduação em Produção Cultural da
Universidade Federal Fluminense,
como requisito para a obtenção do Grau
de Bacharel.

Orientação:

Prof.^a Dr.^a Fernanda Ester Sánchez García

Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (UFF)

Niterói

2016

LUIZA FREIRE NASCIUTTI

GÊNERO, CIDADE E LUTA:

NARRATIVAS RESISTENTES DAS MULHERES DA VILA AUTÓDROMO

Trabalho de Conclusão de Curso de
Graduação em Produção Cultural da
Universidade Federal Fluminense,
como requisito para a obtenção do Grau
de Bacharel.

Aprovada em julho de 2016

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Fernanda Ester Sánchez García (Orientadora)
Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dr.^a Soraya Silveira Simões
Universidade Federal do Rio de Janeiro

M.^a Poliana Gonçalves Monteiro
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Niterói

2016



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PRODUÇÃO CULTURAL



INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO TRABALHO FINAL DO CURSO DE PRODUÇÃO CULTURAL

NOME DO CANDIDATO:

LUIZA FREIRE NASCIUTTI

TÍTULO DO TRABALHO:

“GÊNERO, MORADIA E LUTA: NARRATIVAS RESISTENTES DAS MULHERES DA VILA AUTÓDROMO”

ORIENTADOR:

Dr^a. Fernanda Ester Sanchez Garcia

CATEGORIA:

monográfica () projetual

DATA DE APRESENTAÇÃO:

27/07/2016

Os graus devem ser obtidos a partir da média entre os três avaliadores.
Esta ficha deve ser entregue junto com a Ata final, e não será encartada na monografia.

I – APRESENTAÇÃO ESCRITA

40% - (cada item até 1,0) Grau: 4,0

(1,0) Estrutura metodológica (método adequado, problematização, objetivos, referencial teórico)

(1,0) Formatação (respeito às normas técnicas)

(1,0) Elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais (aspectos formais em relação aos elementos: pré-textuais –tudo que estiver antes da introdução, p. ex. capa, folha de rosto, relação de abreviaturas, sumário; textuais –formatação do corpo do trabalho em si, rodapés, capítulos etc; pós-textuais –tudo após a conclusão, ou seja formatação da bibliografia, anexos...)

(1,0) Clareza e correção da linguagem

II – CONTEÚDO

40% - (cada item até 1,0) Grau: 4,0

(1,0) Coesão e coerência textual

(1,0) Relevância do tema

(1,0) Referências adequadas e atualizadas

(1,0) Argumentação consistente

III – APRESENTAÇÃO ORAL

20% - (cada item até 1,0) Grau: 2,0

(1,0) Exposição do trabalho

(1,0) Respostas à arguição

Rubrica do orientador(a):

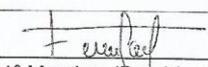
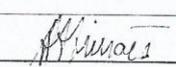
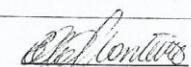
Grau Final:

10,0

ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO FINAL DO CURSO DE PRODUÇÃO CULTURAL

IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHO	
Nome do Candidato: LUIZA FREIRE NASCIUTTI	Matrícula: 112.033.021
Título do Trabalho: "GÊNERO, MORADIA E LUTA: NARRATIVAS RESISTENTES DAS MULHERES DA VILA AUTÓDROMO"	
Orientador: Drª. Fernanda Ester Sanchez Garcia	
Categoria: Monográfica	Data da Apresentação: 27/07/2016

BANCA EXAMINADORA
1º Membro (Presidente): Drª. Fernanda Ester Sanchez Garcia
2º Membro: Drª. Soraya Simões
3º Membro: Me. Poliana Monteiro

AValiação:		
Análise / Comentário		
<p>As professoras da banca destacaram a relevância do trabalho, o enfoque, o tema e a atualidade. O investimento na pesquisa empírica e o cuidado ético e metodológico foram perfeitamente apresentados no texto final, que também tem uma notável qualidade.</p> <p>Vale destacar ainda, que por todos esses méritos este trabalho se insere numa linha de estudos culturais e de gênero em sua relação com os estudos urbanos, de forma inovadora.</p>		
Nota Final (média dos três integrantes da Banca Examinadora):		
ASSINATURAS		
 1º Membro (Presidente)	 2º Membro	 3º Membro

*A todas as mulheres guerreiras
da Vila Autódromo.*

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Fernanda, por sua generosidade em me aceitar como orientanda, pelo reconhecimento, estímulo, atenção e dedicação.

A Maria da Penha, Sandra Maria e Heloisa Helena por cederem seu tempo e compartilharem generosamente suas histórias, sem as quais este trabalho não seria possível.

Ao João Domingues por abrir meus horizontes acadêmicos e me estimular a paixão pela pesquisa.

À Poliana Monteiro pela atenciosidade nas sugestões, comentários e provocações.

Ao Alexandre Magalhães pelas críticas contundentes.

À Soraya Simões por aceitar meu convite e contribuir com este trabalho.

Aos meus pais, Ana e Luiz, pelo amor, apoio incondicional e exemplo profissional.

Às minhas avós, Léa e Elba, pela transmissão de histórias e sabedorias, que me faz reconhecê-las como grandes mulheres.

Às minhas irmãs, Laura, Mariana, Fernanda e Juliana por todo o carinho.

À minha companheira, Luiza, pelas trocas e afetos, pela parceria nas aventuras pelo mundo e pelo apoio de sempre.

À Amanda Calabria pela escuta sincera, pelas discussões afiadas e por ajudar no meu vir a ser feminista.

Ao meu padrinho, Igor, por todo apoio e pela credibilidade depositada em mim.

À minha madrinha, Neusa, pelas carinhosas lembranças que ficam.

Aos amigos queridos: Clara Chaves, Amanda Tedesco, Maria Clara Contrucci, Rebeca Eler, Paula Spadari, Anna Flynn, Manuela Nadine, Helena Porto, Nathália Cantarino, Thatiana Verthein, Carlos Bruno, Gabriel Henriques e Valentina Facchinetti pelos grandes momentos e pela amizade sincera.

À Nathália, Luiz Cláudio, dona Jane, Sandra Regina, Alan, dona Dalva, dona Denise, Conceição, Rafaela, Thomas, Delmo, dona Antônia e a todos os moradores da Vila Autódromo pela generosidade e acolhimento.

A todos os companheiros apoiadores da Vila Autódromo pela parceria na luta.

Aos professores Alexandre Costa, Ana Enne e Juniele Rabelo por terem contribuído na construção de meu olhar crítico sobre o mundo.

RESUMO

O presente trabalho partiu da observação e análise do caso do processo de remoções na Vila Autódromo, comunidade situada no limite norte da Barra da Tijuca ameaçada de ser extinta pela justificativa da construção do Parque Olímpico para as Olimpíadas de 2016. Em meio a esse cenário de disputa que mobiliza o debate em torno do direito à cidade - expondo as contradições do projeto urbano que vem reconfigurando a metrópole do Rio de Janeiro - observa-se o agenciamento político de certos atores sociais femininos no processo de resistência às remoções e reivindicação pela permanência na comunidade. Como questão procura-se investigar de que modo o agenciamento dessas mulheres na luta reposiciona o lugar do “feminino” na esfera pública, permitindo que essas se afirmem enquanto sujeitos políticos, caminhando para a dissolução de estereótipos e fixações de identidade ditadas pelas construções sociais dos papéis de gênero, ao ponto de favorecer uma emancipação das relações desiguais de gênero na cidade e na política.

Palavras-chave: Gênero, direito à cidade, moradia, movimentos sociais, protagonismo feminino, empreendedorismo urbano, remoção.

ABSTRACT

The present work was developed through the observation and analysis of the removal processes in Vila Autódromo, a community which is located in the northern limits of Barra da Tijuca, a neighborhood in Rio de Janeiro, threatened of an extinction justified by the building of the Olympic Park for the 2016 Olympic Games. Within this struggle scenario wich rises the debate on the right to the city – bringing into light the contradictions of the urban project that has been reconfiguring the city of Rio de Janeiro – the political actions of certain feminine social actors in the resistance to the desapropriation process and the claiming for the community’s permanency are observed. This work aims to investigate how the acting of these women in the struggle resignifies the “feminine” position in the public sphere, allowing them to reaffirm themselves as political actors, on the way to dissolving stereotypes and fixed identities demanded by gender role social constructions, to a point which favours an emancipation of the unnequal gender relationships in the city and in politics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1: A cidade pela perspectiva do empreendedorismo urbano.....	15
1.1 Empreendedorismo urbano: um modelo global.....	15
1.2 Marketing urbano, espetáculo e megaeventos: estratégias competitivas....	20
1.3 Urbanismo da negação: diferença, cultura e classe.....	24
1.4 O direito à cidade: uma questão atual.....	27
1.5 A questão da moradia: especulação imobiliária, gentrificação e remoção..	31
1.6 Rio de Janeiro: cidade “bom negócio”	38
1.7 Rio de Janeiro: cidade da exclusão.....	42
CAPÍTULO 2: A cidade pela perspectiva da teoria crítica feminista.....	49
2.1 Gênero e cidade: um cruzamento possível.....	49
2.2 As mulheres têm direito à cidade?.....	55
2.3 Empreendedorismo urbano: um projeto de cidade sexista.....	63
2.4 A dicotomia público-privado: críticas feministas ao liberalismo.....	72
2.5 A representação da mulher na política: o estigma da “bela, recatada e do lar”.....	80
2.6 Deslocamento, mobilidade e subversão: práticas de emancipação.....	86
CAPÍTULO 3: A cidade pela perspectiva das mulheres da Vila Autódromo.....	89
3.1 A Vila Autódromo: uma história de resistência, persistência e (re)existência.....	89
3.2 A experiência em campo: trajetória e desafios.....	95
3.3 “Narrativas resistentes”: representações de memórias subterrâneas e do pensamento pós-abissal.....	103
3.4 Penha, Sandra e Heloisa: mulheres do lar, mulheres de luta.....	109
3.5 Pelos fios das narrativas: notas sobre a participação das mulheres na luta.....	137
3.6 Agenciamento feminino: “corpo vivido”, subversão parcial e emancipação.....	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	154
REFERÊNCIAS.....	160

INTRODUÇÃO

O presente trabalho partiu da observação e análise do caso do processo de remoções na Vila Autódromo, comunidade situada no limite norte da Barra da Tijuca, ameaçada de ser extinta pela justificativa da construção do Parque Olímpico para as Olimpíadas de 2016. Em meio a esse cenário de disputa que mobiliza o debate em torno do direito à cidade - expondo as contradições do projeto urbano que vem reconfigurando a metrópole do Rio de Janeiro - observa-se o agenciamento político de certos atores sociais femininos no processo de resistência às remoções e reivindicação pela permanência na comunidade. Esta pesquisa pretende centrar-se em três mulheres, lideranças comunitárias da luta da Vila Autódromo, as quais evocam “narrativas resistentes” que serão aqui analisadas.

Este recorte formou-se a partir do reconhecimento da Vila Autódromo como um caso emblemático. Primeiro, porque ilustra com muita expressividade o “legado olímpico” da cidade: a radicalização das relações sociais desiguais que se materializam com evidência no espaço urbano, a partir da reprodução de dinâmicas de segregação e exclusão, ao delimitar fronteiras visíveis e invisíveis entre classes sociais. A comunidade Vila Autódromo representa simbolicamente a “pedra no meio do caminho” do projeto de elitização da cidade do Rio de Janeiro, que pretende ser vendida para o exterior, atraindo os olhares do mundo e de seus investidores globais. Segundo, pelo reconhecimento dos 30 anos de resistência vigorosa e persistente de modo que a comunidade evidencia-se como exemplo de luta para outras comunidades ameaçadas de remoção. Terceiro, porque o agenciamento pelos moradores no processo de resistência aparenta ser composto, em sua maioria, por mulheres, as quais ocupam posições de liderança comunitária e assumem um papel protagonista na luta.

Antes de eleger este objeto, já havia a intenção de investigar o espaço urbano em cruzamento com as dimensões de gênero, tentando produzir análises que organizassem a discussão das desigualdades de gênero no interior do debate do direito à cidade. Ao mesmo tempo, interessava-me o modo diferenciado pelo qual as mulheres ocupam, vivenciam e se apropriam da cidade, e de que forma agenciam-se certas dimensões de negação do espaço público às mulheres. Além disso, me instigava verificar de que maneira certos sujeitos femininos subvertem essa negação e disputam o espaço urbano, muitas vezes, interpelado por um agenciamento político. Desse modo, o protagonismo

feminino da Vila Autódromo me pareceu um caso potencialmente envolvente para uma investigação.

Para realização desta pesquisa fez-se uso de métodos qualitativos, particularmente etnográficos que incluíram: observação participante, participação direta em atos, manifestações e ocupações organizados pelos moradores e apoiadores da Vila Autódromo, além de entrevistas abertas com as mulheres identificadas como lideranças comunitárias. As entrevistas foram transcritas de maneira literal e fiel à narrativa original, nenhuma alteração ou intervenção foi feita, exceto alguns recortes, necessários, devido aos limites de extensão deste trabalho. A pesquisa também envolveu revisão bibliográfica, análise audiovisual, coleta de material jornalístico e análise de atas de reuniões da Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (AMPVA).

A experiência de campo foi interpelada por agenciamento enquanto apoiadora da luta na Vila Autódromo, misturando, portanto, militância e pesquisa. Minha trajetória de aproximação com a vida e resistência da comunidade se deu durante dez meses, com visitação média de uma ou duas vezes por semana, entre o período de outubro de 2015 a junho de 2016. Neste período, vivenciei uma combinação de experiências mescladas por violências, arbitrariedades, injustiças e frustrações bem como por alegrias e conquistas, atravessadas sempre por muita união, apoio, carinho e acolhimento.

Foi possível elaborar, por meio da experiência de campo, uma série de questões que se buscou investigar nesta pesquisa: (i) por que as mulheres participam mais ativamente e aparecem com mais destaque na luta da comunidade do que os homens?; (ii) para além de um projeto de uma cidade mais democrática, a mobilização do debate de desigualdade de gênero aparece explícita nas narrativas resistentes evocadas por essas mulheres? (iii) o protagonismo feminino mobiliza uma prática feminista da luta social?; (iv) de que forma o engajamento na luta permite um grau de expansão da autonomia dessas mulheres para além da luta (no que se refere às relações no trabalho, na casa e na família) ?; (v) o papel socialmente construído da mulher no cuidado com a casa contribui para elas se engajarem no direito à moradia? (vi) em que medida essa atribuição pode vir a ser “positiva” quando, neste caso específico, contribui para agenciamento significativo na resistência?; (vii) as mulheres são as mais afetadas pelas remoções?; (viii) de que modo o fato de elas pertencerem a um grupo específico de

mulheres (pobres, faveladas, mães, trabalhadoras) altera ou influencia diretamente essas relações?

Como principal questão, interroga-se: de que modo o agenciamento dessas mulheres na luta reposiciona o lugar do “feminino” na esfera pública, permitindo que essas se afirmem enquanto sujeitos políticos, caminhando para a dissolução de estereótipos e fixações de identidade ditadas pelas construções sociais dos papéis de gênero, ao ponto de favorecer uma emancipação das relações desiguais de gênero na cidade e na política?

Para tanto, o trabalho será organizado em três capítulos, que pretendem investigar a temática urbana sob diferentes olhares: (i) “A cidade pela perspectiva do empreendedorismo urbano”; (ii) “A cidade pela perspectiva da crítica feminista” e (iii) “A cidade pela perspectiva das mulheres da Vila Autódromo”.

O trabalho se orientará, no primeiro capítulo, pelo debate já em voga sobre o direito à cidade e as problematizações críticas do emergente modelo neoliberal de gestão empresarial urbana, conceituado como empreendedorismo urbano. Primeiramente, argumenta-se que este modelo torna-se dominante em escala internacional a partir da década de 1990, quando o capitalismo, em sua expressão mais recente, encontra potencialidade de se manter expandindo e se retroalimentando na exploração e apropriação do espaço urbano. Nesse sentido, ocorrem mudanças no modo *operandis* do planejamento das cidades mundialmente, baseada em uma gestão empresarial do espaço, que acompanha as mais contemporâneas orientações do movimento econômico global e seus imperativos capitalistas neoliberais. Em seguida, discute-se como este modelo se afirma enquanto consenso, por meio do apoio de políticas *de image-making* e *city marketing*, que são acionadas como forma de apagar suas contradições, passando por um imperativo seletivo de visões de mundo, que exclui o diferente, homogeneíza e elimina a diversidade por meio da espetacularização. Nesse processo, o Estado mostra-se como um agente central e fundamental, alavancando processos de elitização da cidade e gentrificação, que compreende a habitação mais como um ativo financeiro do que um bem social, portanto negligencia o direito à moradia à população de baixa renda. Por último, investiga-se como o empreendedorismo urbano se evidencia na cidade do Rio de Janeiro, e como estes processos se radicalizam quando se elege a cidade como sede dos Jogos Olímpicos de 2016.

No segundo capítulo, serão desenvolvidas reflexões da crítica feminista que se relacionam com a análise crítica da cidade sob uma perspectiva de gênero. A tentativa de identificar cruzamentos, a partir de diversos caminhos, entre a cidade e as relações de gênero se apoia em diferentes esforços metodológicos: (i) de incluir a perspectiva da mulher na reflexão do espaço urbano e evidenciar suas experiências específicas na cidade; (ii) de questionar o modelo de produção e interpretação da cidade que homogeneiza e universaliza, e não dá conta do aspecto da diferença; (iii) de perceber a materialização das desigualdades de gênero no sistema urbano. Ao final do capítulo, introduz-se uma dimensão mais política da discussão, partindo de críticas da teoria política feminista que investiga os limites da inserção da mulher na esfera pública. Para isso, discute-se a separação das esferas pública e privada, o que evidenciou para as mulheres sua exclusão, ao mesmo tempo, da política e do espaço urbano. Por último, trazem-se algumas reflexões sobre a conformação da identidade feminina atrelado ao ideal simbólico que reflete o estigma da “bela, recatada e do lar”.

Enfim, no terceiro capítulo, o trabalho irá se delimitar ao objeto estudado: o caso da Vila Autódromo e as “narrativas resistentes” de seus agentes femininos. Busca-se introduzir brevemente a história da formação da comunidade Vila Autódromo, o processo que se configurou em torno de ameaças à sua remoção em diferentes momentos, bem como sua trajetória de resistência, que termina em conquista da permanência de parte das famílias e da urbanização da comunidade. Em seguida, destacam-se os pontos mais relevantes do processo de pesquisa e experiência em campo. Ademais, recorre-se a elaborações teóricas de Michael Pollack e Boaventura de SOUSA Santos, como forma de abordar e problematizar as “narrativas resistentes”. Assim, expõem-se estas narrativas em forma de trechos destacados das três entrevistas realizadas. Aqui, defende-se a opção metodológica de se manter a integridade dos fios condutivos das narrativas individuais de cada personagem, que serão posteriormente, tecidos com os pontos principais de análise deste trabalho. Essa escolha metodológica se justifica pelo fato de que as narrativas, em sua forma íntegra e ininterrupta, fortalecem a fluidez e intencionalidade original da fala das entrevistadas, o que contém substâncias preciosas para esta análise. Após as “narrativas resistentes” apresentadas, propõe-se uma discussão que pretende identificar as experiências em sua especificidade de cada sujeito-mulher, traçar os pontos comuns das três narrativas e interpelá-las, bem como tecê-las com questões abordadas no capítulo 1 e 2. Por último, discute-se a

imperfeição na ativação de agenciamento e de autodeterminação por esses sujeitos femininos, que reflete em uma subversão parcial das categorias normativas de gênero, sem negar o caráter emancipador desse processo e sem cair em um silenciamento de vozes.

CAPÍTULO 1: A cidade pela perspectiva do empreendedorismo urbano

“A violência é necessária para construir o novo mundo urbano

sobre os escombros do antigo.”

David Harvey

1.1: Empreendedorismo urbano: um modelo global

Temos observado desde o início da década de 1990 um processo global de grandes transformações das cidades e seus tecidos urbanos. É possível reconhecer mudanças evidentes no modo *operandis* do planejamento urbano, que acompanha as mais contemporâneas orientações do movimento econômico global e seus imperativos capitalistas neoliberais. Tornam-se visíveis transfigurações urbanísticas de grande porte pautadas em gigantescos projetos urbanos como tentativa de “reposicionamento competitivo das cidades frente às transformações econômicas do capitalismo pós-fordista” (ROLNIK, 2015, p. 242). Essa nova forma de projetar e gerir as cidades vem sendo promovida enquanto modelo global de planejamento urbano, hegemônico e dominante em escala internacional. Este modelo, que pretende difundir as chamadas “cidades-modelo”, aparece como “fundamental para a emergência de um mercado mundial de cidades” (SÁNCHEZ, 2010, p. 34).

Nesse contexto, vemos emergir novos cenários urbanos nas cidades ao redor do globo de “torres corporativas, museus, artefatos culturais, hotéis de luxo e *shopping centers*” (ROLNIK, 2015, p. 242), que acompanham um certo padrão e grau de uniformização, consequentes da globalização. Para entender esse novo modelo, que se impõe e se materializa no sistema urbano das cidades, reconfigurando o conjunto das relações sociais urbanas de forma radical, precisamos entender de que modo o capitalismo, em sua expressão mais recente, encontra a sua potencialidade de se manter expandindo e se retroalimentando na exploração e apropriação do espaço urbano. Compreender as lógicas que regem o empreendedorismo urbano, implica entender que a ofensiva do pensamento neoliberal passa a se apropriar das cidades e a fazer do planejamento urbano um instrumento para a acumulação capitalista.

Seguindo essa lógica, torna-se necessário retomar um pouco da história da acumulação capitalista. Para melhor elaboração, tomo aqui as contribuições de David Harvey e suas interpretações contemporâneas sobre as análises contidas em “O capital”, de Karl Marx. O ponto central da argumentação do geógrafo marxista, que merece ser destacado aqui, por interessar diretamente a este debate, seria a afirmação de que “a política do capitalismo é afetada pela eterna necessidade de encontrar esferas rentáveis para a produção e absorção do excedente de capital” (2014, p. 31).

Nessa perspectiva, Harvey irá desenvolver – em algumas de suas obras como “A produção capitalista do espaço” e “Cidades Rebeldes” – seu argumento central que evidencia uma ligação estreita entre a urbanização e o desenvolvimento do capitalismo. Sua defesa é a de que a urbanização apresenta-se como uma necessidade do capitalismo de encontrar – quando parecem se esgotar as possibilidades – uma nova maneira de absorver o excedente de produção que nunca deixa de produzir. Portanto uma forma de manter em movimento a expansão contínua de sua espiral acumulativa.

A urbanização capitalista aparece como forma de driblar os bloqueios e barreiras à contínua circulação e acumulação do capital e potencializar os meios da atividade lucrativa (HARVEY, 2014). Ela passa a servir para dar conta da questão da disponibilidade de excedentes de capital pela absorção das mercadorias excedentes, pois cria um modo de vida tipicamente urbano, estreitamente ligado ao consumo desmedido (HARVEY, 2014). Complementando essa dinâmica, o mercado imobiliário passa a absorver “diretamente uma parte significativa do excedente de capital, [...] canalizado para novas construções” que promoveria a crescente e desenfreada urbanização (HARVEY, 2014, p. 40).

Nesse sentido, Harvey irá argumentar que a expansão urbana global e o *boom* do mercado imobiliário em muitos países permitiram a estabilização do mercado global e a conferência de poder à dinâmica capitalista (HARVEY, 2014). Muito devido ao fato da terra tornar-se matéria bruta essencialmente comercializável e de alto potencial de lucratividade:

“Em tempos de capitalismo financeirizado¹, em que a extração de renda sobrepõe-se ao mais-valor do capital produtivo, terras urbanas e rurais tornaram-se ativos altamente disputados” (ROLNIK, 2015, p. 152)

Esse processo faz parte de outro ainda maior de “transformação da própria natureza e forma de ação do capitalismo em sua versão contemporânea – era de hegemonia das finanças, do capital fictício e do domínio crescente da extração de renda sobre o capital produtivo” (HARVEY *apud* ROLNIK, 2015, p. 26).

“Com apoio da força política da ideologia da casa própria, profundamente enraizada em algumas sociedades e recentemente infiltrada em outras, e da ‘socialização do crédito’, a inclusão de consumidores de média e baixa rendas nos circuitos financeiros e a tomada do setor habitacional pelas finanças globais abriram uma nova fronteira para a acumulação de capital. Isso permitiu a livre circulação de valores através de praticamente toda a terra urbana.” (ROLNIK, 2015, p. 27)

O fato é que o capitalismo e seu dinamismo resiliente, procura sempre meios de se atualizar, de encontrar alternativas para se reinventar em momentos de crise e esgotamento. A expressão contemporânea do capital encontrou no urbano sua nova inspiração de se reinventar “na conquista do espaço, na especulação imobiliária, nas grandes obras (dentro e fora das cidades), na compra e venda do espaço: e isso na escala mundial” (LEFEBVRE *apud* SÁNCHEZ, 2010, p. 44). É nesse processo de reinvenção do capitalismo a partir da “direta e imediata apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados” (VAINER, 2013, p. 78), que o novo modelo de planejamento urbano pretende se enraizar.

De modo geral, o empreendedorismo urbano traz novos imperativos para o planejamento e gestão das cidades, substituindo os princípios que regiam o urbanismo moderno, que se apoiava numa ideia, embora questionável, de “interesse comum”, ou de uma certa superioridade dos interesses coletivos aos individuais, e se reproduzia a partir de uma afirmação pragmática da racionalidade sobre o espaço e marcado por uma ação diretiva do Estado (VAINER, 2011). Estratégia, flexibilidade, criatividade e requalificação substituem os norteadores racionalidade, funcionalidade, zoneamento (ARANTES, 2009). Os primeiros são alguns dos novos imperativos que o emergente modelo de gestão de cidades pretende evocar.

¹ “domínio crescente de atores, mercados, práticas, narrativas (e subjetividades) financeiros em várias escalas, o que resulta na transformação estrutural de economias, empresas [...], Estados e grupos familiares” (ALBERS *apud* ROLNIK, 2015, p. 27)

Nesse novo contexto, as cidades, para atrair os olhares do mundo e de seus investidores globais, para se tornarem “protagonistas privilegiadas”, devem ser “devidamente dotadas de um plano estratégico capaz de gerar respostas competitivas aos desafios da globalização (sempre na língua geral dos prospectos), e isto a cada oportunidade (ainda na língua dos negócios) de renovação urbana que porventura se apresente na forma de uma possível vantagem comparativa a ser criada” (ARANTES, 2009, 13).

O ponto de partida dessa nova expressão de planejamento urbano – o planejamento estratégico - é tomar como princípio normativo a demanda global da competitividade, e defender que a cidade equivale-se a uma grande empresa, e, portanto, deve ser gerida como uma. Nessa lógica, retomam-se os princípios fundadores do planejamento estratégico empresarial da Harvard Business School do século XXI, e os transporta, reproduzindo-os de forma quase que literal, no contexto do planejamento urbano (VAINER, 2011). Seu repertório passa a se configurar, similarmente aos critérios de uma multinacional, em: competitividade interurbana, *market friendly* (amigável ao mercado), *business oriented* (orientado para os negócios), benefícios aos capitais globais, parcerias público-privadas.

“Ao que parece, estamos diante de um processo que se insere no emergente modelo neoliberal de gestão empresarial da cidade, mediante a conhecida estratégia de formação de instâncias decisórias específicas e temporárias, que não consideram as diretrizes pactuadas do planejamento territorial de longo prazo, pairando acima do aparato burocrático-institucional e dos marcos regulatórios que orientam a gestão urbana.” (MASCARENHAS, 2011)

Neste momento, torna-se importante destacar o papel do Estado no processo de configuração e implementação do empreendedorismo urbano enquanto modelo de planejamento de cidades. Mais do que um facilitador do mercado, que permitiu que a lógica empresarial penetrasse nos mecanismos técnico-burocráticos de gestão das cidades, o Estado mostra-se como um agente central e fundamental que garante a possibilidade de reprodução desse modelo. Embora existam interpretações que afirmam que o domínio capitalista das cidades se dá a partir de um enfraquecimento do poder do Estado, esta afirmação é controversa. Como afirma Aloysio Biondi:

“os Estados não foram diminuídos como fez crer o ideário neoliberal, mas adaptaram-se às exigências das grandes corporações e do capital financeiro. Enfraqueceram-se apenas em relação às políticas sociais. Naquilo que interessa

às grandes corporações e ao capital financeiro, os Estados foram fortalecidos com a ajuda midiática” (BIONDI *apud* MARICATO, 2009, p. 50)

Carlos Vainer irá argumentar que este processo representa o fim de uma possível separação entre o setor público e o privado² o que significa uma “participação direta, sem mediações, dos capitalistas e empresários nos processos de decisão referentes ao planejamento e execução de políticas” (VAINER, 2013, p. 88). É, nesse sentido, que nos países democráticos onde a lógica capitalista é dominante o Estado Democrático de Direito se mostra forte e autoritário a favor do capital, o que permite o estabelecimento do que Vainer irá chamar de uma “democracia direta do capital”³ (VAINER, 2011) no lugar de uma democracia de direitos.

Também é possível se pensar em “democracia direta da burguesia”, que representa uma estrutura política-institucional de captura democrática parcial, que exclui a participação de “segmentos de escassa relevância estratégica” (VAINER, 2013, p. 90), portanto a população de baixa renda. Essa grande parcela da população terá pouco ou nenhum acesso aos mecanismos instituídos de ativação democrática e terá a possibilidade de acionamento da política e da cidadania muito limitada, sujeitada a categoria de cidadãos de segunda classe. É também de responsabilidade do Estado a coibição, desautorização e repressão dos movimentos sociais que emergem em confronto e discordância a essa lógica, no intuito de uma possível ampliação e radicalização da democracia.

O Estado Democrático de Direito, portanto, quando estritamente dependente da hegemonia do sistema econômico global de acumulação neoliberal, traduz-se em uma “apropriação direta dos instrumentos de poder público por grupos empresariais privados” (VAINER, 2013, p. 89). “Trata-se de um Estado cada vez mais atuante para garantir a viabilidade e o retorno dos investimentos por parte das corporações privadas” (FAULHABER, 2015, p. 24). Em outras palavras,

“a hegemonia é construída pela captura contratual dos fundos públicos e implementada por meio de um sistema blindado do controle social, através de

² “privado aqui é, claramente, o interesse privado dos capitalistas e, neste sentido, comparece no mesmo campo semântico de expressões como iniciativa privada, privatização e outras, que evocam ou remetem a capital, capitalistas, empresários capitalistas.” (VAINER, 2013, p. 88)

³ Essa noção não deve ignorar, no entanto, um campo de conflitos que atravessa o tecido social, inclusive em sua dimensão urbana, e as brechas que apontam pra inúmeras - mesmo que subterrâneas ou invisibilizadas - formas de resistência. Tensões essas que possibilitam perceber que, apesar de se pretender assim, o sistema capitalista neoliberal não totaliza a experiência política.

um complexo de procedimentos regulatórios e estruturas de gestão com fortíssima participação dos investidores” (RACO *apud* ROLNIK, 2015, p. 244)

Em última instância, é evidente que uma orientação política-administrativa exclusivamente pautada na reprodução de um maquinário de acumulação capitalista irá acarretar em um modelo de produção de cidade que trará consequências imediatas para além das transformações visuais das paisagens urbanas. Irá, sobretudo, (des)organizar os arranjos da vida social e das relações sociais urbanas, com consequências contundentes que transborda uma série de contradições inerentes de sua estrutura. A ênfase na lucralidade econômica demanda uma radicalização das relações díspares sociais que se materializam com evidência na urbe, a partir da potencialização de dinâmicas de segregação (física e simbólica), que delimita fronteiras espaciais explícitas entre grupos sociais.

Para o empreendedorismo urbano afirmar-se enquanto modelo e prática de consenso e para que suas contradições sejam se não apagadas, ao menos “disfarçadas”, torna-se necessário o esforço de uma produção e investimento pesado em *marketing* muito bem programado.

1.2: Marketing urbano, espetáculo e megaeventos: estratégias competitivas

As políticas de *city marketing*, que promovem os grandes projetos urbanos modernizantes, representam um papel fundamental na consolidação do empreendedorismo urbano enquanto modelo consensual, hegemônico e global. Com apoio da mídia oficial, que aparece como uma das ferramentas principais das estratégias de enraizamento e legitimação desse modelo, o *marketing* de cidade irá projetar uma percepção idealizada do espaço urbano, única e inquestionável, apagando as contradições oriundas deste projeto urbanista. Introduzem-se políticas de *image-making* com objetivo de conferirem visibilidade transnacional à cidade, traçando um terreno propício à entrada de grandes investimentos estrangeiros e fomento acentuado ao turismo, a partir de uma promoção de uma imagem de cidade como produto inédito a ser consumido (ARANTES, 2009).

O *city marketing*, ao promover a cidade que pretende ser “vendida” enquanto mercadoria, acaba por produzir a transformação da cidade em própria imagem

(ARANTES, 2009). É nesse sentido que irão se afirmar políticas que se formulam no âmbito da economia simbólica, pois as cidades, transformadas em imagens, entram na esfera da circulação simbólica, que passa por um imperativo seletivo de visões de mundo e valores que cortam o campo da cultura (SÁNCHEZ, 2010).

Esse ideário simbólico, que se apoia em um “acionamento de representações e valores convergentes” (SÁNCHEZ, 2010, p. 71), será constantemente reafirmado por imagens midiáticas e formulações discursivas que irão vender o projeto de cidade ao qual esses afirmativos subjetivos estariam atrelados. Seria um processo de “fixação das novas sínteses, acompanhadas de breves mensagens centrais” que se utiliza de um “pequeno número de palavras tecnicamente ordenadas e repetidas como elementos de fixação” (SÁNCHEZ, 2010, p. 464-5). Criatividade, modernidade, inovação e competitividade são exemplos de palavras-sínteses evocadas para projetar a imagem publicitária da cidade idealizada.

A projeção da imagem da cidade ideal é em última instância legitimada pela materialidade de seus megaprojetos inseridos em um processo de espetacularização evidente da paisagem urbana, atualizando o conceito de “sociedade do espetáculo” de Guy Debord (1967), para as cidades contemporâneas. É a materialização da relação entre as transformações urbanas e a construção de imagens sobre essas transformações, que sugerem uma produção de cidade voltada para seu consumo visual, o que permite a configuração da cidade-espetáculo (SÁNCHEZ, 2010).

“Junto à noção de cidade-espetáculo, está a compreensão da influência crescente da imagem urbana como linguagem sintética, isto é, aquela linguagem que consegue expressar, de forma convincente, aspectos selecionados da vida urbana e da materialidade da cidade e disputar as condições para a sua penetração social, mediante articulação de diferentes processos técnico-políticos de difusão dessa imagem” (SÁNCHEZ, 2010, p. 464)

Esse processo se desenvolve, entretanto, de maneira muito contraditória. Por um lado, a cidade, para se tornar atrativa suficientemente para competir internacionalmente, deve promover – e aqui o *city marketing* tem um papel fundamental – certos marcos locais distintivos que proporcionam um capital simbólico em torno de valores de autenticidade, originalidade e singularidades da cidade (HARVEY, 2005). Esta estratégia pretende tornar a cidade distintivamente mais atrativa que outras em um

cenário de globalização competitiva, e, portanto, mais propícia a atrair maiores e substanciais investimentos. Por outro lado, a espetacularização da cidade, produzida pelo empreendedorismo urbano, sugere um processo de “dysneificação” (HARVEY, 2005) e representa “uma espécie de ‘carimbo’ do ‘mais-do-mesmo-posando-de-peça-única” (ROLNIK, 2015, p. 242-3).

As cidades que competem no mercado mundial acabam por refletir a mesma paisagem urbana homogênea que espelha a “linguagem dos produtos imobiliários da ‘laje corporativa’, do *shopping center* e do centro cultural pós-moderno, que sobre uma terra esquadrihada pelo registro universal da propriedade, permite a entrada segura do capital especulativo internacional” (FIORI ARANTES *apud* ROLNIK, 2015, p. 245). O que se apresenta é mais um processo de apagamento e desqualificação da singularidade da cidade – que se substancia, na verdade, pela diversidade - do que o contrário, inserindo-a em uma lógica padronizada das representações das paisagens urbanas.

De fato, a projeção do ideal da autenticidade da cidade se dá a partir da captação parcial e superficial das formas de diferenciação da cidade e de seus significativos culturais, estéticos e simbólicos que a distingue das outras cidades:

“O problema para o capital é achar os meios de cooptar, subordinar, mercadorizar e monetizar tais diferenças apenas o suficiente para ser capaz de se apropriar das rendas monopolistas disto.” (HARVEY, 2005, p. 236)

Outro aspecto que se deve destacar é que, para o sucesso do empreendedorismo urbano, faz-se extremamente necessário um esforço de construir um consenso social, uma necessidade que a cidade esteja unificada e sem brechas em torno dos projetos promovidos (VAINER, 2013). Esse consenso produzido pelas coalizões de promotores urbanos em parte através de uma política pesada em *marketing* urbano se apoia na construção de uma ideia de “vontade conjunta [...] para que a cidade dê um salto adiante, tanto do ponto de vista físico, como econômico, social e cultural” (VAINER, 2013, p. 92-3).

Dessa forma, torna-se indispensável “soldar as forças sociais das cidades” (SÁNCHEZ, 2010, p.15) e forjar um sentido de pertencimento à cidade associado a sua materialidade nova e moderna. Portanto, cria-se a ilusão de identificação, que se afirma menos em relação à cidade em sua vivência material e concreta, e mais à cidade que se projeta no futuro, gerando uma adesão supostamente unanime em torno do projeto de cidade

promovido. A estratégia que pretende se consolidar é a tentativa de construção de um patriotismo de cidade que “de sentido de pertencimento, de vontade coletiva de participação e de confiança e crença no futuro da urbe” (CASTELLS; BORJA *apud* VAINER, 2013, p. 94).

É aqui que os megaeventos internacionais, especialmente os de caráter esportivo, entram como protagonistas dessa estratégia, pois proporcionam uma grande capacidade de “mobilizar o apoio de maiorias, com forte elemento de coesão social e patriotismo, próprio de competições esportivas internacionais” (ROLNIK, 2015, p. 245). Ademais, os megaeventos esportivos não deixam de representar “metáforas poderosas das cidades empenhadas em vencer” (SÁNCHEZ, 2010, p. 466) que se insere na lógica competitiva de cidades, que competem entre qual oferece melhores condições estruturais para as grandes corporações expandirem seus capitais. “O esporte foi muito mais utilizado [...] como competente estratégia de city marketing do que propriamente fomentado no cotidiano” (MASCARENHAS, 2011).

Ademais, a cultura, ou melhor, sua apropriação direta para fins capitalistas, também representa um papel importante neste processo. Ela, “cujo consumo, na forma de refinamento artístico ostensivo, é a melhor garantia de que o clima para os negócios é saudável” (ARANTES, 2009, p. 29), é usada tanto como recurso estilístico para atribuir à cidade um determinado capital cultural internacionalmente valorizado, quanto um recurso político que humaniza o projeto do empreendedorismo urbano e possibilita a concretização de um consenso entre grupos sociais sobre o ingresso da cidade-mercadoria no mercado mundial de cidades.

“Mas, sem dúvida, trata-se de negócio, e não de arte, quando se constroem novos e majestosos museus. Assim como se trata de negócio, e não de esporte, quando se organizam Jogos olímpicos e Copas do Mundo de Futebol.” (VAINER, 2011, p. 14)

É evidente que a cidade ao ceder lugar para um “modelo de negócios superimposto” que pretende garantir, mais do que qualquer outro objetivo, “extração de renda para os investidores” (ROLNIK, 2015, p. 245) irá perder em grande medida em sua potencialidade de vivacidade, heterogeneidade e diversidade. Este modelo pretensiosamente pretende promover uma forma única e possível de vivenciar a cidade, excluindo todas as outras possibilidades distintas e variadas de experiência e ação do/no

espaço urbano. Esse processo pretende se concretizar em um verdadeiro domínio sobre a vida coletiva nas cidades (SÁNCHEZ, 2010, p. 414).

“Trata-se da disputa pela imposição de um modelo de gestão urbana que obedece a uma determinada visão de mundo, que exclui o diferente, elimina as contradições, homogeneiza e normatiza o espaço por meio de sua espetacularização.” (SÁNCHEZ, 2010, p. 68)

1.3 Urbanismo da negação: diferença, cultura e classe

Argumentou-se, no módulo anterior, que o empreendedorismo urbano depende em grande medida de mecanismos midiáticos e discursivos de *city marketing* para se afirmar e para promover uma ideia de consenso associada a uma suposta coesão social em torno de seus grandes projetos urbanos. Este esforço discursivo se mostra necessário, pois essa renovação urbana, que de fato muda radicalmente as paisagens das cidades, não é suficiente, entretanto, para reestruturar a dinâmica urbana e reformular as relações sociais e culturais reproduzidas na cidade.

Retomando a definição do pensador Robert Park, da Escola de Chicago:

“a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõe” (PARK, 1916, p. 1)

Partindo deste princípio, o empreendedorismo urbano visa estabelecer uma estratégica discursiva de poder que pretende dar conta de dominar, ao mesmo tempo, o corpo físico e o corpo simbólico que constituem a cidade. Trata-se de uma congruência estratégica de dominação dos dispositivos físicos e arquitetônicos que constroem a cidade, e, ao mesmo tempo, do imaginário simbólico urbano. Esse dispositivo, que pretende exercer um poder sobre a vida urbana, irá reproduzir e legitimar certas relações sociais, que refletem uma determinada visão de mundo, com valores culturais específicos e seletivos, em detrimento de outros.

De fato, a reformulação das estruturas urbanas em si não passam de artefatos: são meros “dispositivos adventícios que somente se tornam parte da cidade viva quando, e

enquanto, se interligam através do uso e costume” (PARK, 1916, p. 578). E é por isso que as estratégias de reformulação urbana do empreendedorismo urbano colocadas em prática necessitam de uma reconfiguração dominadora que intervém diretamente nas condições de uso e vivência dos habitantes da cidade. Esse sistema de poder e violência simbólica impõem-se a partir de uma seletividade cultural e social excludente, que se apoia, como discutido no módulo anterior, no *marketing* e em recursos de construção discursiva-midiática:

“A publicidade em televisão, rádio, imprensa e nos demais meios de comunicação e informação, que [...] têm sido intensamente utilizados como veículo construtores de determinadas leituras da cidade, intervém decisivamente na criação, de valores culturais e de representações sociais que, por sua vez, promovem determinados comportamentos e formas de utilização dos espaços públicos” (SÁNCHEZ, 2010, p. 415)

“Trata-se também de uma poderosa maquinaria de discriminação étnico-cultural, que define como ‘proibidas’ formas de morar inscritas em certas práticas socioculturais.” (ROLNIK, 2015, p. 187). Com efeito, é onde se constitui o mundo social representado (que se transforma em imagem) e onde se define o espaço da construção dos valores culturais que este poder discursivo do empreendedorismo urbano pretende atuar.

Aqui vale retomar o conceito de *habitus* do sociólogo Pierre Bourdieu que se define no efeito das “determinações impostas pelas condições materiais de existência” ([1979] 2013, p. 410) e produz as práticas culturais classificáveis: os estilos de vida que diferenciam os distintos grupos sociais. O “estilo de vida” é compreendido por Bourdieu como um sistema de práticas que determinam os sinais distintivos de gosto: a apreciação por esta ou aquela prática, obra, produto ou tradição cultural ([1979] 2013). Esse sistema se afirma como um “sistema de diferenças”, pois produz “posições diferenciadas” (hierarquicamente posicionadas) entre os indivíduos sociais: “a identidade social define-se e afirma-se na diferença” ([1979] 2013, p. 164).

Nesta análise, o conceito de classe social aparece como produto da estrutura de *habitus*:

“o *habitus* é também [...] o princípio de divisão em classes lógicas que organiza a percepção do mundo social é, por sua vez, o produto da incorporação da divisão em classes sociais.” (BOURDIEU, [1979] 2013, p. 164)

Ao analisarmos o modo pelo qual o empreendedorismo urbano opera, percebemos que este forja um projeto de cidade que se pretende vender não só como modelo físico de cidade-espetáculo, mas também como modelo simbólico delimitador de um único *habitus* socialmente distintivo, que identifica um segmento social específico. Por lógica, seus projetos urbanos irão refletir um estilo de vida identificado por setores das classes sociais média e alta, que representam consumidores mais rentáveis. O cenário urbano, ao ser produzido para ser consumido, seleciona aqueles que irão se beneficiar de seus produtos, os usuários potencialmente mais “solventes”: “aqueles que podem pagar pelos benefícios da modernização e que, portanto, têm acesso aos mercados reconfigurados pela reestruturação espacial” (SÁNCHEZ, 2010, p. 66).

É, nesse sentido, que a população de baixa renda será - concomitantemente com seu “estilo de vida” (*habitus* incorporado⁴), relacionado a um modo específico de apropriação do espaço urbano: churrasco em rua pública, bailes Funk, samba de roda, manifestações públicas de rituais e festas afro-religiosos, etc. - excluída e apagada do cenário *disneyficado* da nova cidade. É a tentativa explícita de se concretizar uma negação da diferença, da experiência da diversidade e heterogeneidade da cidade e, ao mesmo tempo, na exclusão imediata de caráter classista.

“Em síntese, pode-se afirmar que, transformada em coisa a ser vendida e comprada, tal como a constrói o discurso do planejamento estratégico, a cidade não é apenas uma mercadoria, mas também, e, sobretudo, uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, visitantes e usuários solváveis.” (VAINER, 2013, p. 83)

“Tanto no nível das práticas quanto no nível da representação do espaço, a mercadoriedade tem potenciais consumidores específicos e qualificados” (SÁNCHEZ, 2010, p. 66). Não é por acaso que muitos segmentos mais populares, oriundos das classes menos rentáveis, não se identificam e não se sentem representados pelos modernos dispositivos físicos que evocam um simbólico imperativo, imponente e espetacular. Muitas das vezes nem se imaginam consumindo esses produtos e usufruindo desses novos espaços, não apenas por não terem condições materiais que possibilitem sua apropriação, mas também porque não se reconhecem naquela codificação física-simbólica, que promove um estilo de vida que existe fora de seu *habitus* incorporado.

⁴ BOURDIEU, Pierre. A distinção. Crítica social do julgamento. Tradução Daniela Kern; Guilherme Teixeira. 2 Ed. Porto Alegre, RS. Zouk, 2013.

“O modelo de planejamento adotado sem diálogo com os modos de vida e formas de ocupação tradicionais é mais um engrenagem da máquina despossessão e dominação etnoclassista” (ROLNIK, 2015, p. 188)

Essa produção de poder simbólico, entretanto, não é suficiente para estabelecer um controle de toda a dinâmica urbana e da totalidade das relações sociais e culturais reproduzidas na cidade. A eliminação da diferença de fato não é possível de ser materializada, principalmente quando se diz respeito à dinâmica urbana fragmentada, dispersa, heterogênea e complexa. Apesar do empreendedorismo urbano depender, “em grande medida, do banimento da política e da eliminação do conflito e das condições de exercício da cidadania” (VAINER, 2013, p. 78), esse projeto-político-ideológico tem suas fissuras onde o conflito emerge e a disputa material e simbólica do espaço se mantém ativa.

O empreendedorismo urbano para se afirmar como projeto dominante necessita banir as possibilidades de enfrentamento a esse modelo que poderia romper com o falso consenso social o qual se pretende apoiar. O processo de dissolução da afirmação da cidade como espaço da política, do conflito e da construção da cidadania se torna essencial enquanto estratégica política – que, inclusive, é traduzida muitas vezes com o uso da repressão física policial às expressões de enfrentamento político nos espaços públicos da cidade. “Ora, essa orientação estratégica tende a silenciar projetos e atores divergentes e a construir uma aparente paz social sob a égide do empresariamento da cidade” (SÁNCHEZ, 2010, p. 67).

Em contrapartida a este esforço, processos insurgentes de resistência irão (re)ativar condições de tensionamento e assumir o conflito como forma de desestabilizar esse projeto que pretende se impor como “criador de uma prática espacial homogênea, moldada, coerciva”, pois “nenhum espaço é tão coercivo nem tão ritualizado a ponto de coibir totalmente a diferença, ela é o não programado” (SÁNCHEZ, 2010, p. 87). São esses movimentos sociais urbanos que mantém ativo o espaço em sua dimensão de disputa e que irão evocar e fazer ecoar a ideia de direito à cidade.

1.4 O direito à cidade: uma questão atual

Neste momento, cabe ilustrar a discussão que circunda a noção de direito à cidade. Essa noção ampla, que não cabe em uma única definição, partirá da afirmação de um conjunto de direitos relacionados à experiência de cidadania que cortam diretamente a urbe, em sua complexidade. Essa elaboração conceitual surge, acima de tudo, de um anseio – menos individual que coletivo - da livre possibilidade de uso, apropriação e, principalmente, poder de intervenção, produção e criação no/do espaço urbano. É uma noção de direito ampla, que abarca, na verdade, um conjunto de direitos que incluem o direito à livre circulação, à mobilidade, à moradia, à livre manifestação pública de expressões culturais distintas, à diversidade de experiências de sociabilidade no espaço público e – talvez o mais importante – à participação na organização e produção do espaço.

Pelo seu legado intelectual e por ser a referência mais retomada na literatura produzida em torno deste conceito, sirvo-me, para melhor elaborar esta análise, das contribuições pioneiras do sociólogo Henri Lefebvre. Mais especificamente, irei me debruçar sobre a apropriação desse autor pelo mais contemporâneo David Harvey, em um contexto de ressurgimento e reativação do debate do direito à cidade da última década, devido à importância dos movimentos sociais urbanos, particularmente os de disputa pelo direito à moradia (HARVEY, 2014).

O esforço de Lefebvre de produzir uma reflexão a partir do conceito do direito à cidade, em *Le droit de la ville (O direito à cidade)* de 1967, aparece a partir de uma resposta ao contexto da época de crise da vida cotidiana de Paris, e, ao mesmo tempo, provoca uma proposição e um direcionamento: a necessidade de “criar uma vida urbana alternativa que fosse menos alienada, mais significativa e divertida, porém [...], conflitante e dialética” (HARVEY, 2014, p. 11). A crise que se refere seria a que surge no início da década de 1960, provocada pela invasão da cidade pelo capital empresarial norte-americano, que gera um crescimento da construção de estradas de rodagem e arranha-céus, junto com um avanço do consumismo irracional, provocando mudanças substanciais na cultura urbana de Paris (HARVEY, 2014).

Nesse contexto, Lefebvre irá adaptar o pensamento marxista para o cotidiano das grandes cidades e das lutas urbanas. Fazendo referência explícita ao marxismo, ele irá ampliar o conceito de classe trabalhadora, para os trabalhadores urbanos, e não apenas

aqueles operários da fábrica, compreendendo essa classe como agente de transformação revolucionária.

“Em grande parte do mundo capitalista, as fábricas ou desapareceram ou diminuíram tão drasticamente que dizimou-se a classe operária industrial clássica. O trabalho importante e em permanente expansão de criar e manter a vida urbana é cada vez mais realizado por trabalhadores precários, quase sempre em jornadas de meio expediente, desorganizados e com salários irrisórios.” (HARVEY, 2014, p.17)

Entendendo que os movimentos revolucionários partem e se materializam quase que exclusivamente por meio de uma dimensão urbana, Lefebvre pretende provocar o pensamento marxista convencional, que daria pouca ênfase ao urbano enquanto cenário próprio e estratégico de um esforço revolucionário (HARVEY, 2014). É nesse contexto de crise e de aposta em uma proposta de revolução intrinsecamente urbana – pois se origina das ruas, da ocupação e apropriação direta do espaço - que surge a concepção de direito à cidade.

“a ideia do direito à cidade não surge fundamentalmente de diferentes caprichos e modismos intelectuais [...]. Surge basicamente das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero.” (HARVEY, 2014, p.15)

É importante verificar que Lefebvre, em *O direito a cidade* (1967), formula críticas contundentes ao próprio urbanismo moderno, o qual o urbanismo empresarial (ou empreendedorismo urbano) pretende superar. Para ele, o planejamento urbano racionalista projetava uma cidade excludente, pois se apoiava no movimento sistemático de expulsão dos trabalhadores do centro para as periferias. Nesse sentido, Lefebvre já verifica um modo de planejar a cidade que esvazia o uso social do espaço urbano, negando seu espírito público e sua potencialidade enquanto espaço de criação coletiva ([1967] 2001).

A classe trabalhadora, neste contexto, não seria incluída no ideal de “interesse comum”, o qual o urbanismo moderno pretende incorporar. Os trabalhadores, desde o princípio do surgimento das cidades modernas, serão considerados marginalizados dos processos de construção, produção e dominação do espaço, negando-os a possibilidade de se colocarem enquanto sujeitos sociais transformadores, e impondo-os uma condição alienadora/alienante (LEFEBVRE, [1967] 2001).

Nessa lógica, Lefebvre já aponta nesta época uma crítica direta à apropriação capitalista do espaço urbano. Essa crítica aparece na descrição sobre a transição da cidade tradicional para a cidade moderna, que teria sido “vitimada por sua interminável necessidade de dispor da acumulação desenfreada de capital capaz de financiar a expansão interminável e desordenada do crescimento urbano, sejam quais forem suas consequências sociais, ambientais ou políticas” (*apud* HARVEY, 2014, p. 20).

Lefebvre irá atribuir à racionalidade do urbanismo moderno, orientada e planejada pelos tecnocratas burgueses, uma estratégia ideológica de classe, com um dos objetivos de desapropriar as cidades dos indivíduos pobres e trabalhadores. Seria, já nesta época, um planejamento de cidade que representa um agenciamento das classes dominantes a fim de apartar espacialmente as classes populares ([1967] 2001) – o que nos faz reconhecer, em comparação ao modelo atual de planejamento das cidades, um processo de certa continuidade. Não se pode negar, entretanto, que as orientações das políticas urbanas do final da década de 1980 até início da década de 1990 pautavam um planejamento voltado para a ênfase na função social da cidade, em grande parte, resultado das pressões dos movimentos sociais por reforma urbana (SÁNCHEZ, 2010).

O modelo atual de empreendedorismo urbano, para o qual cabe a discussão mais ampliada neste trabalho, irá substituir rapidamente esta orientação de ação planejadora mais funcionalista por uma orientada exclusivamente para o mercado (SÁNCHEZ, 2010). O planejamento estratégico, que provoca uma mercantilização imediata das cidades, irá radicalizar aquilo que Lefebvre já aponta e critica em sua época, apesar de se utilizar de princípios norteadores e orientações práticas muito diferentes do urbanismo moderno.

“Com efeito, a produção do espaço em si não é nova, pois os grupos dominantes produziram sempre espaços particulares. O novo parece ser a produção global e total do espaço social, e é esse alcance, essa orientação estratégica para a conquista do espaço que interessa especialmente nesta reflexão” (SÁNCHEZ, 2010, p. 43)

Compreendendo essa perspectiva, vale aqui retomar o debate do direito à cidade como forma de responder criticamente aos efeitos de “um capitalismo internacional brutalmente neoliberalizante que vem intensificando sua agressão às qualidades da vida cotidiana desde os primeiros anos da década de 1990” (HARVEY, 2014, p.14). E também de apontar saídas e brechas já emergentes no cotidiano urbano de muitas

idades, em destaque para as lutas populares urbanas, que irão se apropriar do termo em seus discursos, narrativas e esforços práticos de resistência.

Essa retomada do conceito de “direito à cidade” pelas classes populares representa, primeiramente, um processo de grande elucidação crítica de suas condições materiais de existência e da negação concreta de seus direitos mais essenciais - como o direito à moradia, tão evocado nos últimos tempos, e tema deste trabalho. E seguida, propicia a possibilidade de um confronto direto ao projeto de cidade que vem tentando se enraizar e se expandir nas cidades do mundo capitalista neoliberal.

O direito à cidade, muito longe de possibilitar um consenso em relação à sua definição, vem servindo como instrumento de luta e reivindicação concreta de disputa pelo espaço, representando uma tentativa de desestruturar e desconfigurar o poder de controle da produção, construção e ordenação do espaço centralizada em certos agentes. Apresenta-se como uma possibilidade de “reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, [...] de maneira radical e fundamental” (HARVEY, 2014, p. 30).

Mais do que apresentar uma definição possível de direito à cidade, que poderia servir de apoio para uma elaboração crítica deste trabalho, pretendo enfatizar a potência de sua instrumentalização pelos movimentos sociais populares urbanos. Com suas interpretações próprias e difusas do que seria esse direito - nem sempre objetivas e coerentes - esses processos de luta têm demonstrado grandes resultados materiais por meio de um enfrentamento ideológico de disputa concreta, simbólica e semântica. A partir de narrativas e práticas resistentes, que dimensionam novas significações contra-hegemônicas e emancipatórias de construção e uso do espaço, provocam rupturas e fissuras no modelo vigente e evocam a possibilidade de um outro projeto de cidade muito mais democrático e inclusivo.

1.5 A questão da moradia: valorização imobiliária, gentrificação e remoção

A discussão do direito à cidade em um contexto contemporâneo nos leva inevitavelmente a um aspecto de extrema relevância da disputa pelo espaço urbano: a questão da moradia. Aqui, o direito à moradia aparece como um direito fundamental e inegociável, que pertence ao leque maior dos direitos sociais mais básicos. Entretanto,

nos interessa destacar, que mais do que um direito à habitação – no sentido do mero espaço físico de um teto e quatro paredes-, abrange principalmente uma dimensão de disputa por uma paridade nas condições de moradia distribuídas pelos segmentos populacionais, pela possibilidade de ocupação de áreas mais valorizadas da cidade pelos segmentos de baixa renda, e uma luta contra a moradia precarizada. O que se coloca em pauta é o direito de morar dignamente, o que significa uma “base fundamental para que as famílias possam estruturar a vida e ter condições de acessar outros serviços essenciais como saúde, educação, trabalho, segurança e lazer”⁵ (KOHARA, Luiz; *et al*, 2012).

Não é de agora que o direito à moradia é uma pauta dos movimentos sociais, porém, nas últimas décadas – muito articulado ao processo de estabelecimento do empreendedorismo urbano como modelo global de gestão das cidades - essa dimensão ganha um certo destaque nas narrativas das lutas urbanas. Isso se justifica por um crescente descaso generalizado ao direito à moradia, ou a dissociação deste ao direito à cidade. Essa lógica se manifesta de forma clara nas políticas públicas que visam à construção dos conjuntos habitacionais - normalmente localizado em áreas periféricas das cidades, longe dos centros urbanos - para população de baixa renda. O direito à moradia confunde-se com o direito de possuir uma habitação – inclusive não dissociado da ideologia da propriedade – e não um direito que equalize os sujeitos sociais em termos de disponibilidade de serviços, em medida de acesso, apropriação e uso da cidade.

Essa negligência pelo direito à moradia digna, que provoque a integração ao invés da segregação, é resultado da radicalização do domínio econômico neoliberal sobre a terra e o espaço urbano que representa, em parte, a tomada do setor habitacional pelas finanças globais, características da nova forma de acumulação do capitalismo em sua versão contemporânea (ROLNIK, 2015). Esta lógica representa o “resultado de um longo processo de desconstrução da habitação como um bem social e de sua

⁵ Segundo as Nações Unidas para Moradia Adequada, o direito à moradia inclui: segurança da posse, disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos, custo acessível, habitabilidade, não discriminação e priorização de grupos vulneráveis, localização adequada e adequação cultural (AZEVEDO; FAULHABER, 2015). “Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, o direito à moradia adequada passou a integrar o rol dos direitos humanos reconhecidos internacionalmente como universais, ou seja, que são aceitos e aplicáveis em todas as partes do mundo e valem para todas as pessoas. Tratados internacionais determinaram que os Estados têm obrigação de respeitar, promover e proteger este direito. O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais é especialmente importante, dispondo em seu Artigo 11 que “toda pessoa tem direito a um padrão de vida adequado para si e sua família, inclusive à moradia adequada, assim como uma melhoria contínua de suas condições de vida”. O Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU emitiu dois comentários gerais que são referências sobre o tema. No Comentário Geral nº 4, o Comitê aprofunda a reflexão sobre o conteúdo do direito à moradia e dos elementos que o compõem. Já no Comentário Geral nº 7, é abordado o alcance do direito à moradia em processos de remoções e despejos forçados.” (DOSSIÊ “Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?”, p. 4)

transmutação em mercadoria e ativo financeiro” (ROLNIK, 2015, p. 26) que ganham dimensões mais evidentes na primeira década do século XXI, em nível global.

“As dinâmicas que acompanham a liberalização dos mercados de terras estão aumentando a pressão do mercado sobre os territórios controlados por comunidades de baixa renda. Isso ocorre num contexto global em que a terra urbanizada não está disponível para os grupos mais pobres.” (ROLNIK, 2015, p. 152)

Esta liberalização dos mercados de terras só se torna possível por meio de um processo de um reforço político da ideologia da casa própria. Isso significa impor a lógica da propriedade privada capitalista a partir do esforço de contenção das informalidades próprias de conjunto habitacionais populares, da negação da autoconstrução, e do banimento dos laços afetivos comunitários com a terra, para fazer esta torna-se um ativo financeiro a favor do mercado imobiliário (ROLNIK, 2015).

“Sem direitos adequadamente documentados, essas posses resultam em ativos difíceis de converter em capital, não podem ser comercializadas fora dos estreitos círculos locais onde as pessoas mantêm confiança mútua, não servem de garantia para um empréstimo nem como participação em um investimento.” (SOTO *apud* ROLNIK, 2015, p. 195)

A consequência imediata desse processo, que acompanha as iniciativas de reformas urbanas decorrente do empresariamento das cidades, é a gentrificação. A gentrificação nada mais é que a reformulação da composição social dos residentes de certos bairros - em geral mais centrais e próximos a serviços -, por meio da substituição de camadas populares por camadas médias-altas assalariadas; e ao mesmo tempo o investimento, reabilitação e apropriação, por estas camadas sociais (classes médias-altas), de um estoque de moradias e de bairros operários ou populares (GLASS [1963] *apud* BIDOU-ZACHARIASEN, 2006).

Em outras palavras, um verdadeiro processo de expulsão das camadas de baixa renda de áreas valorizadas da cidade - ou potencialmente valorizáveis e futuramente rentáveis para mercado imobiliário - para zonas não-centrais, desvalorizadas, às margens da cidade - em geral onde predomina a carência da disposição de serviços. O processo de gentrificação é decorrente do quadro de desenvolvimento do novo regime de acumulação do capital que encontra na urbanização espaços suscetíveis à lucratividade e

de atração camadas altamente qualificadas e solventes para ocupar, consumir e apropriar-se dos novos espaços.

“Isso porque a valorização da terra nas áreas com infraestrutura, decorrente do crescimento econômico e das atividades da construção, com a retenção de lotes e a consequente dificuldade de acesso, alimenta o círculo vicioso que dificulta a moradia para os mais pobres: sobram para eles a solução dos cortiços, favelas ou loteamentos informais cada vez mais distantes.” (FERREIRA, 2012)

Notavelmente, este não é um processo apenas contemporâneo, historicamente as grandes cidades, ao passarem por processo de modernização, desencadeiam consequentemente processos violentos de gentrificação. Com a lógica do empreendedorismo urbano esse processo se torna cada vez mais radical, em que a expulsão das camadas populares se torna um mecanismo banalizado, muito recorrido pelo poder público para dar conta da questão da especulação da terra urbana. De fato, Engels já observa esse processo em 1872:

“Na verdade, a burguesia só tem um método para resolver a seu próprio modo o problema da moradia – isto é, resolve-lo de modo que a solução recoloca eternamente os mesmos problemas a cada nova tentativa. Esse método é chamado de ‘Haussmann’ [...] (que) consiste em abrir brechas nos bairros operários da classe operária de nossas grandes cidades [...] se isso é ou não feito por razões de saúde pública, pelo embelezamento da cidade, pela procura por grandes edifícios comerciais situados no centro ou, devido às exigências do tráfego, do assentamento de dormentes de estradas de ferro, da ampliação das ruas [...]. Por mais diferentes que sejam os motivos, o resultado será sempre o mesmo; os bicos imundos desaparecem, para grande alegria da burguesia, que se autocongratula por ter contribuído para o enorme sucesso das transformações, mas tudo reaparece imediatamente em outro lugar qualquer [...] Os focos de doenças, os buracos e porões infames em que o modo de produção capitalista confina nossos trabalhadores noite após noite, não são erradicados; são simplesmente transferidos para outro lugar! A mesma necessidade econômica que os produziu nas vezes anteriores, volta a produzi-los em outros lugares.” (ENGELS [1872] *apud* HARVEY, 2014, p. 50-1)

Essa referência a Haussman diz respeito ao processo de gentrificação, desalojamento e periferização da pobreza já em no século XIX na França (HARVEY, 2014). Haussman, prefeito do departamento do Sena - que hoje engloba o departamento de Paris - foi responsável pela modernização e a reconfiguração da estrutura urbana de Paris

(HARVEY, 2014). Essa reconfiguração urbana de grande escala reformulou bairros inteiros e contribuiu para Paris se tornar um grande centro de consumo, turismo e prazeres. A criação dessa *persona* urbana parisiense foi fundamental para a “absorção de vastos excedentes mediante um consumo desmedido”(HARVEY, 2014, p. 35), que evidentemente excluía a classe trabalhadora.

É este processo, com suas particularidades contemporâneas, que o empreendedorismo urbano vem reproduzindo em diversas cidades do mundo: a modernização via expulsão de caráter classista de setores populacionais para a acomodação de outros - que são os que de fato se beneficiarão da modernização. Resta, portanto, para os segmentos populacionais mais marginalizados, os territórios “ilegais” da cidade, que são assim consensualmente classificados por estarem “em contradição com os atuais planos territoriais” (ROLNIK, 2015, p. 193). São territórios que aparecem “invisíveis” nos mapas das cidades o que salienta seu caráter de vulnerabilidade e precariedade.

“Ao delimitar esses territórios como ‘ilegais’, muitas vezes se sobrepondo aos tecidos urbanos preexistentes, as normas de planejamento, construção e ocupação do solo definem uma geografia de invisibilidade para a política urbana ou classificam uma presença constituída – mas nunca plenamente estabelecida – como exceção.” (ROLNIK, 2015, p. 193)

Nesse sentido, o estigma da ilegalidade apresenta-se como recurso fundamental para justificar o fato desses territórios – que abrigam os “mais pobres dentre os pobres urbanos” (ROLNIK, 2015, p. 193) - serem alvos constantes de ameaça de expulsão e remoção. A remoção será ativada como justificativa de conter e eliminar os assentamentos populares informais, considerados “ameaças” a “boa ordem urbana”, como meio de “reordenar a cidade e corrigir o que era concebido como desajustamento em relação à percepção de como deveria ser a cidade” (MAGALHÃES, 2013, p. 91). Esses territórios apareceriam como os principais responsáveis da “desordem urbana” e como um real impeditivo para modernização.

“Apoiando-se, em parte, num repertório que, entre outros elementos, aciona a ideia de “desordem urbana” e, seu qualificativo, o “caos urbano” (ou degradação), a solução aventada para o “problema” passaria, necessariamente, pela possibilidade de erradicação” (MAGALHÃES, 2013, p. 92)

É importante salientar, entretanto, que alguns assentamentos populares que sofrem ameaças de remoção não são de fato ilegais, são formalizadas, pois seus ocupantes

possuem direito formal de uso da terra⁶ - entretanto, raramente possuem títulos de posse-, o que em tese impediria a remoção. Nestes casos, o estigma da ilegalidade não é recorrido, e outras justificativas são elencadas para possibilitar a remoção. É a utilização desmedida de “poderes de expropriação para obter benefícios supostamente públicos [...] em nome do desenvolvimento cívico, da recuperação ambiental e da renovação urbana” para “remover a classe trabalhadora e outros elementos indesejáveis” (HARVEY, 2014, p. 50). Os megaeventos e os megaprojetos de infraestrutura necessários para promovê-los cabem perfeitamente como argumento “quando as áreas objeto dos projetos são habitadas” e “seus moradores terão que enfrentar deslocamentos massivos, despejos forçados e demolição de suas casas” (ROLNIK, 2015, p. 246).

“Diante da ambiguidade de sua condição de posse e da permanente transitoriedade de sua inserção na cidade, estes são os primeiros locais a serem demolidos quando se organiza um megaevento. A precariedade urbanística, a alta densidade e a pobreza são mobilizados para fundamentar a remoção, e a insegurança da posse, para viabilizar essa remoção a baixo custo” (ROLNIK, 2015, p.173-4)

Inegavelmente, a intenção maior dessas remoções passa menos por um problema de desordem urbana e mais por uma motivação capitalista de “acumulação via espoliação dos ativos dos mais pobres” (HARVEY *apud* Rolnik, 2015, p. 243). Essa acumulação é possível através da diferença entre o que é pago – quando esse processo de indenizações é recorrido – para os ocupantes da terra almejada saírem, e o rendimento futuro (ROLNIK, 2015). É de onde advém o sucesso desse urbanismo especulativo: “ a maior desvalorização possível na aquisição dessas terras é, portanto, um elemento central” (ROLNIK, 2015, p. 228). O que se percebe nesse processo é uma evidente assimetria de poder entre os expropriados ou removidos, e os promotores dos projetos que definem como necessária a remoção:

“Para os primeiros, a urgência do dinheiro – e , portanto, sua vulnerabilidade para aceitar os valores mais baixos -, a ignorância a respeito dos direitos, a falta de acesso a serviços legais especializadas e [...] o autoritarismo e a violência das ameaças paramilitares resultam em debilidade para negociar suas terras.” (ROLNIK, 2015, p. 229)

⁶ É o caso do objeto de estudo deste trabalho, a Vila Autódromo, como será visto mais adiante.

Ademais, na maioria dos casos, “a indenização monetária concedida [...] não é o suficiente para permitir as famílias removidas adquirir uma moradia adequada a preço de mercado na mesma área”. Em muitos casos, recorre-se como alternativa à indenização a reacomodação das famílias a conjuntos habitacionais públicos, em geral em localidades distantes das antigas moradias expropriadas. É importante destacar ainda que nem sempre as expulsões e remoções são realizadas via indenização monetária, muitas vezes, e principalmente no caso de assentamentos informais esse recurso nem é ativado e as famílias removidas são expulsas compulsoriamente e ficam totalmente desamparadas e sem qualquer compensação financeira – e muitas vezes de forma bastante violenta e truculenta com a utilização da força policial e militar.

Por último, existe, na justificativa que legitima a remoção, um aspecto estético implícito. Como discutido anteriormente, os grandes projetos de modernização oriundos do empreendedorismo urbano evocam certos significativos simbólicos e estéticos específicos, que por um lado convocam significantes como “embelezamento” e “securitização” e, por outro, inibem símbolos de pobreza e subdesenvolvimento (ROLNIK, 2015). Retomando o aspecto de espetacularização deste projeto de cidade, percebe-se que ele se apoia em processos materiais de “despoluição” visual, que passa por um esforço perverso de higienização de cunho social e de eliminação estética da pobreza, ou seja banir aquilo que se considera que arruína a imagem de cidade que se pretende promover. Neste sentido, a pobreza é “estrategicamente redefinida como problema paisagístico (ou ambiental)” (VAINER, 2013, p. 82) e faz-se um esforço estratégico explícito de torná-la invisível ou, ao menos, de disfarçá-la. No caso dos megaeventos esportivos, esse processo vem se reproduzindo sistematicamente:

“Favelas e conjuntos habitacionais populares estão dentre os espaços considerados esteticamente negativos e, portanto, se não forem removidos, podem receber intervenções em sua imagem. Nos Jogos Olímpicos de Atenas, por exemplo, um conjunto habitacional que resistiu à demolição foi coberto por um outdoor gigante que o escondia da via de acesso ao estádio” (ROLNIK, 2015, p. 246)

É considerando este aspecto dos megaeventos esportivos como recurso fundamental de irrupção de políticas urbanas de caráter neoliberal, segregador e elitista, que eleger-se, neste trabalho, como objeto de análise, a cidade do Rio de Janeiro. Com o objetivo de tornar a cidade inserida no mercado mundial, nos últimos anos, o empreendedorismo

urbano tem virado normativo do planejamento urbano do Rio de Janeiro em conformação com uma orientação de gestão urbana do país de modo geral. Nesta trajetória, que marca uma nova concepção de cidade, apresentam-se marcos significativos com a chegada dos megaeventos esportivos: os Jogos Pan Americanos (2007), a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016). Nestes próximos módulos, pretendo desenvolver os temas já elaborados anteriormente em contexto local: no Rio de Janeiro.

1.6 Rio de Janeiro: cidade “bom negócio”.

Desde a década de 1990, a Prefeitura do Rio de Janeiro vem desenvolvendo uma série de projetos urbanos de remodelação da cidade que visam inseri-la em contexto de competitividade global. Em parceria com consórcios empresariais e associações patronais (VAINER, 2013) e com auxílio de consultoria de órgãos internacionais⁷ a prefeitura vem conduzindo um processo de reformulação territorial que passa pela implementação de projetos de intervenções urbanas de grandes proporções a alterações da legislação urbanística para viabilizá-los. O objetivo maior seria o de “promover a cidade para o exterior, desenvolvendo uma imagem forte e positiva apoiada numa oferta de infraestrutura e de serviços [...] que exerça a atração de investidores, visitantes e usuários solventes” (CASTELLS; BORJA, 1996 *apud* VAINER, 2013, p. 80).

“Nessa perspectiva, a Prefeitura do Rio de Janeiro aparece como o principal promotor dos projetos de renovação urbana que estão sendo implementados, atuando de diversas formas, envolvendo a articulação ou elaboração dos projetos, o financiamento direto de diversas intervenções, a concessão de incentivos fiscais e isenções de impostos para a atração dos empreendimentos privados, a adoção de novos arranjos institucionais de gestão do espaço urbano e de mudanças na legislação anteriormente vigente, em especial aquela relacionada aos parâmetros construtivos” (JUNIOR, 2015, p. 470)

Essa nova orientação normativa de planejamento urbano só pôde ser garantida pela configuração progressiva de uma nova coalizão de poder municipal, que foi inaugurada por Cesar Maia em 1993, repetida por Luiz Paulo Conde entre 1997 e 2000, e vem

⁷ Representada principalmente pela empresa consultora catalã Tecnologias Urbanas Barcelona S.A, presidida pelo Dr. Jordi Borja, cujo objetivo seria “fazer da Cidade Maravilhosa uma Barcelona dos trópicos” (VAINER, 2011)

chegando a seu ápice com Eduardo Paes desde 2009. Todos eles mantiveram no essencial as mesmas orientações, práticas e retóricas de um modelo de cidade que pretendiam promover e gerir, apresentando variações dos mesmos projetos urbanos (VAINER, 2011). O marco simbólico fundador desta coalizão política em torno de um projeto de cidade pode ser representado pela elaboração do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (PECRJ)⁸ em 1993 (VAINER, 2011).

O PECRJ representou o alicerce para a inauguração do empreendedorismo urbano e o modo de gestão tecnicista e mercadológica como modelo de planejamento da cidade do Rio de Janeiro. Formulado através de modelos importados, baseado principalmente no sucesso de Barcelona, o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – que se atualizou ao longo dos anos mantendo os mesmos norteadores normativos - pretendia viabilizar uma série de propósitos do poder econômico e aparecia como uma forma de solução para todos os problemas urbanos (AZEVEDO; FAULHABER, 2015).

Foi apenas a partir de 2009, entretanto, que esse modelo de planejamento urbano e projeto de cidade se consolida concretamente – o que em parte se justifica pelo crescimento de aportes financeiros no Rio de Janeiro (AZEVEDO; FAULHABER, 2015). Neste mesmo ano, foi criada a Agência Rio-Negócios⁹, que apoia os empresários interessados em investir na cidade; a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP)¹⁰, que pretende gerir as intervenções da zona portuária do Rio de Janeiro; e o Programa Municipal de Parcerias-Privadas (PROPAR-RIO)¹¹, que coloca a gestão compartilhada entre os setores público e privado como solução de questões públicas como saúde e educação (AZEVEDO; FAULHABER, 2015).

É importante destacar que a CDURP, operação urbana consorciada, cede a administração de serviços públicos da zona portuária ao Porto Novo, um consórcio composto pelas empreiteiras Odebrecht, OAS, e Carioca Engenharia (AZEVEDO;

⁸ “Em 22 de novembro de 1993, a Prefeitura do Rio de Janeiro firmava com a Associação Comercial (ACRJ) e a Federação das Indústrias (FIRJAN) um acordo para a promoção do PECRJ. EM 4 de fevereiro de 1994, 46 empresas e associações empresarias instauraram o Consórcio Mantenedor do PECRJ, garantindo recursos para financiamento da atividade e, particularmente, para a contratação de uma empresa consultora catalã, de profissionais que iriam assumir a direção executiva do plano e de outros consultores privados. Em 31 de outubro do mesmo ano, em sessão solene, foi instalado o Conselho de Cidade – ‘instância maior do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro’, segundo os termos constantes do convite assinado triplicemente pelos presidentes da ACRJ, da FIRJAN e pelo prefeito.” (VAINER, 2011, p. 9 - 10)

⁹ Decreto número 31.182, 5 de outubro de 2009

¹⁰ Lei Complementar número 102, 23 de novembro de 2009

¹¹ Lei Complementar número 105, 22 de dezembro de 2009

FAULHABER, 2015). O projeto Porto Maravilha, como assim é chamado, promete a completa reformulação, até 2016, da área do porto para transformá-la “no local mais qualificado em infraestrutura e serviços do Rio de Janeiro para trabalho, investimento, moradia e entretenimento”. Com a proposta de “revitalizar, operar e preservar de forma integrada a área de Concessão da Região Portuária do Rio de Janeiro para seu uso social, residencial, turístico, comercial, cultural e de lazer, com eficiência, segurança e confiabilidade”¹². A palavra-chave que aparece como enunciadora deste projeto é a “revitalização”, que supõe vitalizar algo “sem vida”, pois reflete a ideia de “recuperar” a cidade de um contexto de decadência e abandono¹³.

É essa produção de cenário de crise - que se pauta nas premissas de orçamento estrangulado e descuido de áreas importantes, supostamente característicos da prefeitura do período anterior à década de 1990, e que tem como argumento central a proliferação da violência – que será retomada para justificar uma série de intervenções no território:

“O cenário de crise cria um ambiente propício a soluções que são apresentadas como um ‘mal necessário’ e que se justificam por um futuro melhor para a cidade” (AZEVEDO; FAULHABER, 2015, p. 32)

Entretanto, o argumento principal que tem sido usado para promover e legitimar esses grandes projetos de intervenções na cidade – que inclusive aparece como norte em todas as versões do PECRJ (a partir de 1993) - figura ser a criação de uma “cidade olímpica”, projeto este que pretende se concretizar neste ano de 2016. Até 2009 – data que o Rio de Janeiro é definido como cidade sede das Olimpíadas – foi construída a candidatura da cidade a ser sede olímpica três vezes consecutivas. Enquanto esse norte não se concretiza, são atraídos à cidade outros megaeventos esportivos, devido ao gigantesco volume de investimentos externos que atraem: o Pan Americanos em 2007 e a Copa do Mundo em 2014. Segundo, Gilmar Mascarenhas, organizar megaeventos esportivos torna-se, nestes últimos anos, uma meta explícita não apenas do Rio de Janeiro, mas da política pública no Brasil de modo geral:

“Nesse contexto, o Brasil vem-se firmando internacionalmente como nação capaz de realizar [...] esses vultosos eventos. Desde a última década do século

¹² Trechos retirados do site oficial da Porto Novo: ><http://www.portonovosa.com/pt-br/sobre-a-concessionaria><

¹³ O que irá omitir verdadeiros processos de gentrificação e de banimento de certas relações sociais originárias daquela região acionados para viabilizar esse grande projeto.

XX, o governo brasileiro vem demonstrado empenho cada vez mais claro no sentido de atrair e realizar grandes competições esportivas internacionais. Tal movimento culminou em resultados exitosos: em 2002, foi conquistado o direito de sediar os Jogos Pan-Americanos de 2007 [...], na cidade do Rio de Janeiro; cinco anos depois, foi atingida a tão almejada condição de país-sede da Copa do Mundo de 2014; e em 2009, pela primeira vez, o país venceu a intensa disputa para sediar as Olimpíadas, que serão realizadas em 2016 na cidade do Rio de Janeiro. Em todos esses momentos, percebe-se o empenho conjugado de atores privados e públicos, em diversas escalas territoriais e envolvendo as três esferas de governo” (MASCARENHAS, 2011, p. 18)

Nesse sentido, o marco bastante substancial de todo esse processo de consolidação do empreendedorismo urbano como modelo normativo de gerir a cidade do Rio de Janeiro é quando, em 02 de outubro de 2009, a cidade “conquista” o direito de sediar as Olimpíadas de 2016. Essa “conquista” vislumbra encarnar uma grande oportunidade e “alavanca para a dinamização da economia local e redefinição da imagem da cidade [...] no competitivo cenário mundial” (MASCARENHAS, 2011). E é este marco simbólico que servirá como argumento substancialmente potente que justificará a “necessidade” de renovação da cidade. Representa o momento em que se lança o projeto Rio Olímpico: pacote de obras e intervenções urbanas relacionadas (diretamente e indiretamente) à preparação da cidade para receber os eventos esportivos que incluem a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

“A análise dos investimentos vinculados à Copa do Mundo e às Olimpíadas sugere que o projeto urbano de renovação e reestruturação da cidade está concentrado em três áreas prioritárias: a Zona Sul, ampliando e fortalecendo a centralidade que já caracteriza esse espaço¹⁴; a Área Portuária, refletindo o investimento na renovação e revitalização de uma centralidade considerada decadente¹⁵; e a Barra da Tijuca, que expressa a construção de uma nova centralidade¹⁶. A análise dos investimentos realizados indica que esse processo

¹⁴ “além da extensão da linha 4 do metrô, deve-se observar os investimentos, públicos e privados, que estão sendo realizados na urbanização das favelas. Os morros Babilônia e Chapéu Mangueira, situados no Leme, são beneficiados pelo programa Morar Carioca Verde, que prevê diversos investimentos tais como iluminação pública, redes de água e saneamento, e construções habitacionais. Mas outros investimentos também foram e estão sendo realizados nas favelas Pavão-Pavãozinho e Cantagalo (situadas entre Copacabana e Ipanema), Vidigal (no Leblon), e Santa Marta (Botafogo), todas situadas em áreas de grande valorização imobiliária.” (JUNIOR, 2015, p. 469)

¹⁵ “No âmbito desse projeto de renovação urbana, são implementadas ações relacionadas à modernização da infraestrutura urbana, saneamento ambiental, redes de informática e telecomunicações, entre outros serviços” (JUNIOR, 2015, p. 468-9)

¹⁶ Cabe destacar o projeto de proporções gigantescas que evidenciou a Barra da Tijuca como local protagonista de realização dos Jogos Olímpicos (e que importa a este trabalho diretamente, como será visto mais adiante) : a construção do Parque Olímpico, em área de 1,18 milhão de metros quadrados, onde antes existia o Autódromo do Rio e a comunidade da Vila Autódromo, com previsão

tem como base três políticas centrais: mobilidade urbana, principalmente através da instalação de sistemas de transportes BRT , BRS , VLT, e sistema de metrô¹⁷; moradia, mediante um intenso processo de valorização imobiliária destas mesmas áreas, acompanhada de processos de remoção decorrentes das intervenções; e segurança pública, tendo como centro dessa política a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora – UPPs, por parte do governo estadual. [...] A maior parte dos investimentos são viabilizados com recursos vinculados à preparação da cidade para receber os megaeventos esportivos, em especial os jogos olímpicos.” (JUNIOR, 2015, p. 466-467)

Esses processos de renovação urbana tem gerado mudanças e consequências relevantes no que diz respeito à (re)configuração de territórios gerando grandes impactos à formação e reprodução das relações sócio-espaciais na cidade. Entre essas mudanças, podemos destacar:

“a intensificação da valorização e elitização da Barra da Tijuca, que se torna progressivamente uma área não apenas de expansão imobiliária, mas um centro de negócios e serviços econômicos; a valorização da área central, na perspectiva de atrair residências voltadas para as classes média e alta; a valorização do entorno das favelas da Zona Sul e das próprias favelas, em especial das suas áreas privilegiadas pela localização, que passariam a atrair um segmento das classes médias; e a continuidade da expansão na periferia metropolitana, tanto na perspectiva do crescimento da favelização quanto na diversificação dos núcleos residenciais voltados para as classes de média e alta renda” (JUNIOR, 2015, p. 470)

Não se pode negar, portanto, que esta reconfiguração urbana, a qual a cidade do Rio de Janeiro está submetida, nestes últimos anos, tem gerado processos marcantes de elitização social e gentrificação. Em contexto do imperativo econômico global da competitividade, o Rio de Janeiro, ao querer competir internacionalmente no mercado mundial de cidades e se transformar numa cidade altamente moderna e atraente para grandes investidores e usuários solventes, transfigura-se em uma cidade da exclusão.

1.7 Rio de Janeiro: cidade da exclusão.

para se transformar posteriormente em uma área renovada com parque e espaços de moradia para a população de média e alta renda (JUNIOR, 2015, p).

¹⁷ “a Barra da Tijuca é beneficiada com os sistemas de BRTs Transcarioca, Transolímpica e Transoeste; a Barra da Tijuca e a Zona Sul são beneficiadas com a extensão da linha 4 do metrô, que liga ambos os bairros; e a área portuária recebe o sistema VLT” (Junior, 2015, p. 467)

Poucos dias depois da anúncio da “conquista” de sediar os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, a Folha de São Paulo lança a matéria “Plano olímpico para Rio-2016 prevê a remoção de favelas”:

“A realização dos Jogos no Rio de Janeiro em 2016 prevê a remoção de mais de 3.500 famílias de seis favelas das zonas oeste e norte da cidade. A maior parte destas famílias está em Jacarepaguá, onde serão construídas diversas instalações para a Olimpíada. Os moradores serão reassentados para a ampliação de pistas que permitirá a implementação de projetos prometidos ao COI no setor de transporte. De acordo com dados do Plano de Legado Urbano e Ambiental da Prefeitura do Rio, o reassentamento vai custar aos cofres públicos de R\$ 151 milhões a R\$ 186 milhões, dependendo da contrapartida dada aos moradores (pagamento de auxílio habitacional, no primeiro caso, e construção de novas habitações, no segundo). As comunidades listadas pela prefeitura são Vila Autódromo, Canal do Anil, Gardênia Azul, Parque da Panela, Metrô-Mangureira e Belém-Belém. A proposta prevê outras favelas, mas, em alguns casos, não revela quais são as comunidades nem o número de famílias que serão atingidas.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 08 de outubro de 2009)

Através desta reportagem, podemos perceber a relevância do projeto olímpico da cidade como instrumento, exaustivamente utilizado nesses últimos anos – principalmente a partir de 2009 –, de legitimação de políticas que provocam a marginalização e perifirização de setores mais pobres da população via processos de valorização imobiliária, gentrificação e elitização social (JUNIOR, 2015). Ao contrário do que o projeto Rio Olímpico diz construir – pois evoca no discurso oficial a promoção de uma imagem de cidade mais integrada¹⁸ – a “cidade olímpica” tem produzido um grande cenário de territórios fragmentados e de exclusão.

As favelas, que representam historicamente, territórios reconhecidos como lugar do caos, da desordem e da proliferação da violência, são os principais alvos desse projeto:

“Um dos elementos principais acionados é o da ‘desordem urbana’ que as favelas representariam, isto é, sua existência expressaria a impossibilidade de se conceber uma cidade urbanisticamente organizada e racionalmente funcional” (MAGALHÃES, 2013, p. 14)

¹⁸ Ver: ><http://www0.rio.rj.gov.br/planoestrategico><

Nesse sentido, as remoções ganham um certo destaque dessa orientação política-normativa da atual gestão urbana da cidade do Rio de Janeiro. Elas se inserem em um tipo norteador de políticas mais amplo que pretende a intervenção direta em favelas com objetivo principal de eliminar o seu caráter impeditivo da expansão das fronteiras imobiliárias e do mercado de modo geral. Por um lado, esse objetivo se realiza a partir da eliminação literal de comunidades via remoção completa ou parcial, para “abrir espaço” à especulação imobiliária, por outro, através de processos de urbanização das favelas com intuito de provocar a absorção pelo mercado da camada populacional mais pobre e habitante desses complexos habitacionais mais precários (AZEVEDO; FAULHABER, 2015). Seria a tentativa de tornar esse segmento populacional consumidor de serviços – como água e luz - que não se apresentam nos territórios “informais” dos assentamentos precários. Dessa forma, “o Estado, com grande apoio da opinião pública, comunica ao mercado que aquela área também está aberta para sua atuação” (AZEVEDO; FAULHABER, 2015, p. 33)

O programa Favela-Bairro¹⁹ seguido pelo Morar Carioca²⁰ foram exemplos dessa tentativa através da urbanização das favelas como proposta de inclusão das famílias na “cidade formal”. A consequência imediata deste processo é, na verdade, opondo-se aos discursos oficiais norteadores dessas políticas, a expulsão de grande parte dessas famílias de suas moradias originais, devido a uma valorização imobiliária que se aproxima do mercado formal do resto da cidade (AZEVEDO; FAULHABER, 2015).

“Aqui a ideia é chamar a atenção para o diferencial do preço do solo urbano existente entre certas áreas, decorrente da sua desvalorização relativa em relação às áreas centrais próximas, tornando essas mesmas áreas atrativas tendo em vista seu potencial de valorização. Assim, se poderia observar a desvalorização relativa de certas áreas do Recreio, Vargem Grande, Jacarepaguá e Curicica (muitas delas caracterizadas pela presença de ocupações irregulares realizadas por comunidades de baixa renda) em relação à

¹⁹ “Integrar a favela à cidade é a principal meta do Programa Favela-Bairro, da Prefeitura do Rio. Coordenado pela Secretaria Municipal de Habitação e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o programa implanta infra-estrutura urbana, serviços, equipamentos públicos e políticas sociais nas comunidades beneficiadas. Para execução do terceiro contrato do programa, nesta fase identificado como Favela-Bairro III, a Prefeitura já fechou acordo com o Banco, no valor de US\$ 300 milhões, sendo US\$ 150 milhões da Prefeitura e US\$ 150 milhões do BID. As intervenções beneficiarão cerca 30 mil domicílios.” Retirado de: >http://www0.rio.rj.gov.br/habitacao/favela_bairro.htm< (acessado em 17/07/2016)

²⁰ “Morar Carioca foi concebido para integrar-se ao Plano Municipal de Habitação de Interesse Social do qual será instrumento de regularização urbanística e fundiária, articulado a ações que contribuam para a integração efetiva dos assentamentos atendidos, em consonância com o disposto no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro. Até 2020 serão urbanizadas 251 unidades que correspondem a 586 assentamentos que se classificam como não urbanizadas ou parcialmente urbanizadas.” Retirado de: > http://www.iabj.org.br/morarcarioca/o_programa< (acessado em 17/07/2016)

Barra da Tijuca; da área portuária em relação ao centro do Rio de Janeiro; das favelas Babilônia, Chapéu Mangueira, Pavão e Pavãozinho, Cantagalo, Vidigal e Santa Marta, bem como nos seus respectivos entornos, em relação aos bairros da Zona Sul nos quais se encontram. O atual preço do solo urbano e dos imóveis torna atrativas essas áreas para os agentes do mercado imobiliário que, promovendo a renovação urbana das mesmas, pode se beneficiar da incorporação do potencial de valorização decorrente das suas privilegiadas localizações.” (JUNIOR, 2015, p. 471)

E esta lógica segue-se com a política da remoção, que vira um instrumento sistematicamente recorrido pela prefeitura, principalmente a partir de 2009, como forma de atribuir soluções aos problemas urbanos ou viabilizar obras de “interesse público” – a Olimpíada entra como um argumento bastante contundente neste caso. O que representa, na verdade: “a usurpação dos direitos de uma camada da população [...] transformada em benefícios financeiros para aqueles que operam as mãos do Estado, transformando-o em um agente ainda mais truculento” (AZEVEDO; FAULHABER, 2015, p. 28).

Associado politicamente e publicitariamente a figura de Pereira Passos²¹, Eduardo Paes, que assume o mandato da prefeitura do Rio de Janeiro em 2009, foi capaz de ultrapassar em muito o número de pessoas desalojadas em comparação à política urbana de outra época²² o qual pretende se espelhar. Enquanto a reforma Pereira Passos - demasiadamente citada enquanto exemplo de política de remoção na história urbana do Brasil - removeu uma média de 20.000 pessoas, o governo de Eduardo Paes ultrapassa 70.000²³. Este processo desenfreado de desmantelamento do direito à moradia e destruição literal de comunidades inteiras enquanto política de governo explícita se inicia a partir do momento em que Eduardo Paes quebra o “tabu” das políticas de remoção:

“ [...] a remoção não é a melhor opção no caso de comunidades já consolidadas. Mas o assunto não pode ser tratado como tabu, nem descartado

²¹ “Pereira Passos (1902-1906) permeia a imaginação de Paes, que fincou, no reformado Jardim do Valongo, uma placa em homenagem ao colega do passado, como se ele estivesse inaugurando algo.” Trecho retirado da reportagem “Em campanha, Paes tenta vincular sua imagem às transformações feitas por Pereira Passos” de O Globo. Ver: ><http://oglobo.globo.com/rio/em-campanha-paes-tenta-vincular-sua-imagem-as-transformacoes-feitas-por-pereira-passos-5433676>< (acessado em 17/07/2016)

²² Referente ao período de reformas urbanas promovidas na cidade por Pereira Passos, no início do século XX: “com intuito de transformar o Rio, tido como colonial e inadequado à nova República promulgada, em uma cidade mais europeia e mais francesa, o higienismo se expressou no aprofundamento de problemas sóciourbanos, sobretudo pelas remoções promovidas no centro e área portuária para a abertura de vias e remodelamento da região” (TAVARES, 2013, p. 39-45)

²³ Dados coletados da Secretaria Municipal de Habitação sobre o período de 2009-2013 (AZEVEDO; FAULHABER, 2015, p. 36)

completamente. Por isso, deve e merece ser discutido pela sociedade” (EDUARDO PAES, JORNAL O GLOBO, 12 de abril de 2009)

A partir desta afirmação que Alexandre Magalhães irá argumentar que:

“Segundo a elaboração do prefeito, as favelas teriam se constituído como algo ‘intocável’, explicado pelo seu crescimento vertiginoso desde os anos 1980 e, [...] além de ‘intocável’, transformou-se em algo ‘indiscutível’. [...] Nas afirmações do prefeito, ao interditar o debate e criarem uma espécie de barreira simbólica à intervenção nestas localidades, impediriam também, transformando em tabu, não apenas as favelas, mas uma forma específica de intervir sobre estas: a erradicação. Era este “tabu” que agora mereceria e deveria ser questionado. [...] a mobilização da ideia de “tabu” seria importante neste contexto ao permitir a abertura de um espaço no debate sobre as favelas que pudesse reincorporar a “remoção” enquanto uma das práticas de intervenção possível do Estado nestes territórios. [...] Outros elementos discursivos seriam acionados neste período para justificar esta “retomada”, principalmente as ideias de “caos”, “desordem”, “ilegalidade”, recusa às regras estabelecidas, entre outras. Muitos destes termos retomam parte do repertório que se constituiu ao longo do tempo sobre as favelas, embora seus conteúdos e seus contextos de significação tenham se alterado consideravelmente.” (MAGALHÃES, 2013, p. 12 - 17)

E foi essa quebra de “tabu” que permitiu à favela uma “ocupação pela polícia e um projeto definido de fora e sem diálogo com a comunidade [que] estão gerando remoções” (ROLNIK, 2015, p. 259), marcando um período extremamente violento da história das favelas na cidade do Rio de Janeiro. De fato, o que vem ocorrendo no Rio de Janeiro, nestes últimos anos, é uma combinação da militarização desses territórios – que, por um lado, pretende reforçar o poder de penetração do mercado nestes locais, por outro, impedir a expansão e proliferação desses territórios – junto com a política de remoção que visa primordialmente à expulsão dos pobres das áreas valorizadas e de expansão do mercado imobiliário – via eliminação completa ou parcial de suas comunidades tradicionais.

Os principais argumentos que vem sendo utilizados pelo poder público para justificar a remoção são: (i) para dar lugar às construções destinadas aos atletas e equipamentos esportivos dos megaeventos; (ii) para a construção de corredores dos transportes dos BRTs; (iii) para possibilitar as obras voltadas à renovação urbana da Zona Portuária e

(iv) áreas ditas de risco ou de interesse ambiental (COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO, 2015).

Esses argumentos pretendem mascarar os verdadeiros interesses econômicos e políticos envolvidos, que, no caso da construção dos complexos esportivos, como a Vila dos Atletas no Riocentro e Parque Olímpico, representam a possibilidade de transformar esses espaços em grandes empreendimentos residenciais de luxo, comercializados pelas empreiteiras parceiras da prefeitura. Ao mesmo passo que a construção dos BRTs expulsa as camadas mais pobres de seu entorno multiplicando as oportunidades de retorno financeiro na produção habitacional para a classe média e alta e na produção de imóveis comerciais (COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO, 2015).

Ademais, “o Estado serve como grande indutor para a produção da construção civil, principalmente aquela voltada para habitação popular através do Minha Casa Minha Vida²⁴” (AZEVEDO; FAULHABER, 2015, p. 45). O PMCV, que aparece, no discurso oficial, como solução apresentada pelo poder público às mais de 20 mil famílias removidas de suas casas, “está notadamente marcado por um caráter mercadológico que transfere a prerrogativa da definição do projeto e da localização dos empreendimentos para a iniciativa privada” (MONTEIRO, 2015, p. 17).

“Por sua vez, os conjuntos habitacionais produzidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida [...] para atender à população removida, não estão localizados, em sua grande maioria, nas áreas beneficiadas com investimentos para a Copa e a Olimpíada, mas nas áreas periféricas da cidade [...], as quais possuem baixa cobertura dos serviços públicos e precária infraestrutura urbana” (COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO, 2015).

É nesse contexto de um processo progressivo de conformação do Rio de Janeiro em “cidade ‘bom negócio’” e paralelamente em “cidade da exclusão”, que emergem processos insurgentes de resistência, em que certos atores sociais – principalmente os diretamente oprimidos e excluídos por esses processos - irão se articular e se mobilizar para disputar um outro projeto de cidade mais inclusivo. A partir da (re)afirmação de

²⁴ “O Minha Casa Minha Vida (MCMV) é a maior iniciativa de acesso à casa própria já criada no Brasil. O programa, que mudou a história da habitação do País, prevê diversas formas de atendimento às famílias que necessitam de moradia, considerando a localização do imóvel – na cidade e no campo – renda familiar e valor da unidade habitacional. Além disso, o programa também contribui para a geração de emprego e renda para os trabalhadores da construção civil, que realizam as obras.” Ver: ><http://www.minhacasaminhavid.gov.br/>< (acessado em 17/07/2016)

seus direitos, da ocupação concreta e simbólica do espaço, do enfrentamento direto com as forças de repressão e violência do Estado, e do fortalecimento de laços afetivos e comunitários, esses sujeitos irão resistir ao projeto hegemônico do empreendedorismo urbano e evocar uma possibilidade de se disputar a produção do espaço urbano a partir da perspectiva do direito à cidade e não do planejamento estratégico.

CAPÍTULO 2: A cidade pela perspectiva da teoria crítica feminista

“Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo. Devo incluir-me, porque eu também sou favelada. Sou rebotalho. Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo.”

Carolina Maria de Jesus

2.1 Gênero e cidade: um cruzamento possível

Para fomentar a discussão que pretende estabelecer cruzamentos possíveis entre as categorias gênero e cidade, parte-se de análises e contribuições da teoria crítica feminista, que dialogam com temas que circundam o espaço urbano. Isto significa propor um pensamento sobre a cidade a partir de uma perspectiva feminista. A teoria crítica feminista é “uma corrente profundamente plural e diversificada, que investiga a organização social tendo como ponto de partida as desigualdades de gênero (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 7).

Devido à heterogeneidade da teoria feminista, não há um consenso em torno da compreensão e definição da categoria “gênero”. Aqui, destacamos o gênero, primeiramente, como um conceito relacional, que permite investigar as relações entre homens e mulheres, no intuito de perceber os distintos sistemas desiguais de poder no interior dessa relação que permeiam diferentes formas de opressão, submissão, dominação e exploração da mulher. Para Joan Scott, “gênero” seria “um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado por ele” (1989, p.7). Em outras palavras:

“uma maneira de indicar as ‘construções sociais’ – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades

subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é [...] uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado.” (SCOTT, 1989, p.7)

Já para Cláudia de Lima Costa, essa categoria deve ser interpretada como um dos muitos fatores que estruturam (e são estruturados pelos) os sistemas desiguais de poder, como um dos aparatos reguladores do sujeito (2000). Ela destaca, porém, que “os aparatos reguladores do sujeito não existem fora dos sujeitos que eles regulam. Não existe primeiro o gênero e depois o aparato regulador do gênero - o gênero é a materialização daqueles efeitos produzidos pelos aparatos de poder e por seus discursos reguladores” (COSTA, 2000, p. 5). Nessa lógica, assim como raça, classe e sexualidade, o gênero é um dos lugares de operação do poder e de materialização de efeitos (COSTA, 2000).

Mais do que determinar uma definição mais apropriada de “gênero”, pretendo aqui entender como este se evidencia como uma categoria de análise neste trabalho. Primeiramente, devemos compreender que os estudos de gênero não devem ser redutores de temas como mulheres, crianças, famílias e ideologias de gênero, portanto, não devem se restringir aos domínios que implicam nas relações entre os sexos (SCOTT, 1989). Enquanto categoria de análise, o gênero deve ser acionado como um olhar possível de onde se parte a análise sobre diferentes temas de distintos domínios: como o da política, da história, da sociologia, do urbanismo, da educação, da geografia, da diplomacia, etc., mesmo que estes domínios não tenham explicitamente implicações com as relações de gênero (SCOTT, 1989). É nesse sentido, que pretendo posicionar o gênero enquanto categoria de análise aos estudos da cidade e do espaço urbano. Partindo do esforço metodológico de identificar relações - explícitas e implícitas - entre o campo dos estudos urbanos e o campo do pensamento crítico sobre as relações de gênero, pretendo investigar, em diferentes aspectos, como a dimensão de gênero se evidencia ou se oculta na cidade.

Nesta etapa de análise, faz-se necessário justificar a escolha metodológica deste trabalho em traçar cruzamentos possíveis entre a teoria crítica de gênero e os estudos da cidade. Se por um lado, grande parte da produção teórica que tem o urbano como principal objeto, senão ignora as relações de gênero, perpassa esse tema de forma normalmente superficial, de outro, a já vasta literatura que tem como foco o tema das desigualdades de gênero pouco dialoga com a dimensão espacial das relações de gênero e passa,

muitas vezes, negligente às experiências materiais dessas desigualdades em contexto urbano. Muita das vezes, esta literatura quando tematiza as relações hierárquicas e desiguais do trabalho em relação a homens e mulheres (no caso, tanto o trabalho laboral quanto o doméstico aparecem como temas relevantes desses estudos) ou a questão da violência contra a mulher (tema de similar destaque da literatura crítica feminista), esquece-se de evidenciar a dimensão espacial tanto das relações de trabalho, quanto da violência, para citar apenas exemplos. Se até meados da década 1970 sequer esses cruzamentos eram traçados e essas relações questionadas, atualmente esse esforço ainda é modesto, em comparação à produção dominante dos estudos urbanos e de gênero.

Em 1973 Pat Burnet e Irene Bruegel irão, na revista *Antipode*²⁵, pioneiramente, refletir sobre a geografia das mulheres em áreas urbanas, quando estabelecem uma crítica ao positivismo e questionam os modelos da geografia clássica por não darem conta das relações sociais de gênero (GUITART, 2007). Logo em seguida, em 1978, a revista *International Journal of Urban and Regional Research* reúne diversos artigos de sociólogas e geógrafas urbanas que incorporam a análise de gênero nas discussões de temas relacionadas à cidade como a mobilidade e transporte público, o trabalho doméstico, e o papel das mulheres nos movimentos sociais urbanos²⁶ (GUITART, 2007). No início da década de 80, já começam a aparecer com mais frequência, nos estudos urbanos, pesquisas que partem da perspectiva de gênero, e estas surgem, principalmente, das arquitetas e urbanistas²⁷.

É importante destacar algumas pesquisadoras brasileiras que buscaram reconstruir a história das cidades brasileiras a partir do olhar de gênero. Alguns nomes como Maria Odila Leite da Silva Dias (1984)²⁸, Margareth Rago (1985)²⁹, Tereza de Oliveira

²⁵ ><https://antipodefoundation.org/about-the-journal-and-foundation/a-radical-journal-of-geography/><

²⁶ Por exemplo, o artigo “Femmes et transport em milieu urbain” (Mulheres e transporte no meio urbano), de Jacqueline Coutras e Jeanne Fagnani, que estuda os problemas que as mulheres da cidade de Paris tem para conciliar a vida familiar e laboral, e nesse contexto, o papel fundamental que o transporte público exerce para conciliar ambas as vidas. E o artigo “Travail domestique et espace-temps des femmes” (Trabalho doméstico e espaço-tempo das mulheres), de Danielle Chabaud e Dominique Fougeyrollas, que analisam como o espaço e o tempo das mulheres parece totalmente dominado pelo trabalho reprodutivo e doméstico (GUITART, 2007).

²⁷ Em destaque: Dolores Hayden (1981), Linda McDowell (1983) e Gerda Wekerle (1984).

²⁸ DIAS, Maria Odila Leite da Silva Dias. *Quotidiano e poder em São Paulo no séc. XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

²⁹ RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890–1930*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985.

Gonzaga (2004)³⁰ e Heleieth Saffioti (1969)³¹ são passíveis de reconhecimento. Essas autoras “procuraram nas entrelinhas de nossas histórias sobre o mundo público – sobre o processo de formação das cidades, de urbanização intensa, de metropolização, de industrialização, entre outros – onde está a entrada da mulher, como evoluiu com o tempo” (SANTORO, 2008, p.3).

Neste trabalho, a tentativa de estabelecer cruzamentos, a partir de diversos caminhos, entre a cidade e as relações de gênero se apoia em esforços diferentes, que se cruzam: (i) de incluir a perspectiva da mulher³² na reflexão do espaço urbano e evidenciar suas experiências específicas na cidade; (ii) de desconstruir/questionar o modelo de produção e interpretação da cidade que homogeneiza e universaliza, e não dá conta do aspecto da diferença; (iii) de perceber a materialização das desigualdades de gênero no sistema urbano³³. Todos esses esforços apontam para um único objetivo: contribuir com um pensamento crítico que evidencie a reprodução de relações desiguais e hierárquicas e de sistemas de opressão que tocam e perpassam o sistema urbano, que poderia vir a gerar apontamentos possíveis para uma produção do espaço mais igualitário no que diz respeito às relações de gênero.

A tentativa de visibilizar as experiências de mulheres no espaço urbano, tem o intuito de (re)interpretar a cidade de maneira distinta dos estudos urbanos dominantes, a partir da evidenciação da percepção da mulher da cidade, com olhar atento para suas necessidades particulares (GUITART, 2007). Aqui se pretende apontar criticamente para a produção intelectual dominante, que ainda corresponde, em grande medida, à reprodução de um olhar sobre o urbano que reflete os “valores daqueles que estão em posição privilegiada na sociedade – homens, brancos, proprietários” (BIROLI; MIGUEL, 2013, p. 38). “A epistemologia feminista tem contribuído para o surgimento

³⁰ GONZAGA, Terezinha de Oliveira. A cidade e a Arquitetura também mulher: conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero. Tese de doutorado, FAUUSP, julho de 2004.

³¹ SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. 1969.

³² Ao referir-me a categoria “mulher” estou me referindo a uma categoria ampla e heterogênea, e não relativa a um grupo unitário e coerente de indivíduos que supostamente compartilham de desejos e necessidades comuns, ignorando discordâncias ou assimilações identitárias diversas, contraditórias e conflituosas. Defendo aqui também a relevância inegociável de incluir as mulheres trans no debate de desigualdade de gênero, portanto ao referir-se ao grupo social “mulher”, estou considerando as mulheres cis e as trans em todos os casos de utilização dessa categoria. “Em sociedades onde assimetrias de raça e de classe são princípios organizadores fundamentais, “tornar-se mulher” também inclui relações de oposição a outras mulheres” (COSTA, 2000).

³³ Aqui me aproprio da definição de “sistema urbano” utilizada por Poliana Monteiro: “uma extrapolação da concepção da cidade enquanto estrutura física, observando a interação contínua entre forma espacial e processos sociais, e considerando ainda os diversos elementos cujo acesso determina o cotidiano urbano, como moradia, trabalho, educação, transporte, comércio, serviços e infraestrutura em geral” (MONTEIRO, 2015, p. 15)

de novos aportes teóricos, reinterpretando análises androcêntricas (masculina e heteronormativa) de diversas disciplinas, inclusive, a dos estudos urbanos” (TAVARES, 2015, p. 1).

Nesse sentido, coloca-se o desafio de reinterpretar e reformular as correntes de pensamento e as metodologias que constroem os estudos urbanos, introduzindo o olhar e as experiências daqueles até então “ausentes” e “invisíveis” da produção dos estudos urbanos, com intuito de tornar evidentes suas especificidades e necessidades, descortinando as desigualdades que se reproduzem no espaço urbano. “Esse olhar sobre gênero significaria uma nova sensibilidade urbana que busca incorporar enfoques metodológicos e as vozes dos coletivos antes excluídos” (SANTORO, 2008, p. 2).

Falar de uma perspectiva de gênero sobre o urbano significa, primeiramente, compreender que as experiências e vivências na cidade não são iguais e elas se distinguem justamente porque são interpeladas pela diversidade de identidades que constituem os sujeitos e os grupos sociais - gênero, raça, idade, sexualidade, habilidades físicas, origem étnica e cultural. Ao mesmo tempo, devemos reconhecer que essas diferentes categorias, além de influenciar as experiências individuais e determinar as distintas formas de apropriação do espaço urbano, estão intimamente ligadas às desigualdades manifestadas na cidade (GUITART, 2007). O grau de ampliação da possibilidade de apropriação do espaço urbano é definido, em grande medida, pelas posições sociais dos sujeitos, que são estruturantes e estruturadas pela produção do espaço (MONTEIRO, 2015).

Nesse sentido, cabe o esforço de elucidar as vivências diferenciadas das mulheres no/do espaço urbano, que inclui compreender que elas experienciam a cidade de maneira distinta que os homens e servem-se dos equipamentos e serviços urbanos de maneira particular. São mais sensíveis, por exemplo, “aos lugares abandonados [...]; à necessidade de lazer para seus filhos; ao transporte com qualidade e em quantidade suficiente para garantir seu espaço dentro do espaço coletivo” (Santoro, 2008, p. 3).

Isso não deve cair na compreensão equivocada de que as mulheres seriam em si sujeitos mais vulneráveis, em comparação aos homens, mas sim elucidar as dimensões simbólicas e materiais, construídas cultural e socialmente, que irão colocá-las a um lugar menos favorável em relação à apropriação do espaço e ao mesmo tempo, posicioná-las em uma situação de maior vulnerabilidade em relação a ameaças e violências no espaço.

Além disso, cabe à atenção em não ater-se a uma visão essencialista da mulher, ignorando a pluralidade e heterogeneidade dessa categoria, que é interpelada por outras categorias identitárias. Essa visão, além de fixar e reduzir a mulher a uma essência simplificada e estereotipada, apaga a diversidade de experiências no interior deste grupo social e obscurece as relações hierárquicas e as oportunidades desiguais entre mulheres de diferentes posições sociais³⁴. Deve-se, portanto, evitar uma análise de gênero sobre o espaço que:

“homogeneiza indivíduos situados em um campo extenso de diferenças que não pode ser contido ou universalizado numa categoria descritiva e identitária. O perfil sociodemográfico da mulher brasileira [por exemplo] impossibilita o uso da palavra mulher no singular, uma vez que a parcela da sociedade que essa palavra deveria significar se funda em realidades sociais bastante distintas.” (MONTEIRO, 2015, p. 52)

Nessa lógica, nem todas as mulheres vivem e percebem a cidade da mesma forma. É evidente, por exemplo, que as mulheres de classes mais pobres dependem muito mais do sistema de transporte público do que as de classe média e alta.

A introdução de uma teoria crítica feminista às análises sobre o espaço urbano pretende, portanto, “fazer visível” a perspectiva das mulheres - em sua pluralidade e heterogeneidade -, em grande medida excluídas das teorias e metodologias que orientam a produção e o planejamento das cidades. Além disso, contribuiu para questionar a natureza generalizada e universal das elaborações teóricas e dos conceitos, que não dimensionam as particularidades e diferenças entre os indivíduos e grupos sociais da cidade, e por isso permitem “acentuar as desvantagens e vulnerabilidades dos sujeitos cujas identidades e experiências são consideradas contingentes, desviantes ou estigmatizadas e ignoradas” (MONTEIRO, 2015, p. 54). Este aspecto nos faz retomar ao segundo esforço destacado anteriormente - de desconstruir/questionar o modelo de produção de cidade que homogeneiza e universaliza, e não dá conta do aspecto da diferença:

“A distinta possibilidade de acesso ao sistema urbano determina uma vivência cotidiana diferenciada e muitas vezes cerceada, o que demonstra que a

³⁴ O feminismo negro contribuiu bastante para a compreensão de que as mulheres brancas acumularam historicamente uma série de privilégios que as permitiu ocuparem espaços na sociedade e acessarem a oportunidades, frequentemente negados às mulheres negras (DAVIS, 1983; HOOKS, 2000).

produção da cidade que ignora as diferenças, não logra constituir um espaço de igualdade.” (MONTEIRO, 2015, p. 54)

Essa necessidade de reconhecimento de percepções e experiências diferenciadas sobre a cidade, como forma de substituir a análise universalizante e totalizante das vivências urbanas, é relevante para evidenciar as desigualdades inscritas no urbano e compreender que o reconhecimento da diferença é um princípio formativo da igualdade (CARRACEDO, 2003). Essa compreensão tornaria possível elucidar que o espaço urbano não é um espaço neutro, mas um espaço socialmente construído (GUITART, 2007) que reproduz e materializa as desigualdades - culturais, sociais e econômicas - da estrutura social.

Traçar a relação entre gênero e cidade é também pensar as desigualdades de gênero materialmente e simbolicamente expressas no território, identificando as subalternidades e relações de poder concretas, visíveis e omissas que irão determinar às mulheres uma experiência menos autônoma no espaço em relação aos homens. “A posição social da mulher implica, em termos simbólicos, na vivência cotidiana da opressão sexista e no condicionamento aos papéis sociais sexualizados e naturalizados, e em termos materiais, com a coexistência com a divisão sexual do trabalho e a privatização da ‘produção do viver’” (MONTEIRO, 2015, p. 53) assim como a violência física e sexual contra seus corpos, entre outras múltiplas formas concretas de subordinação.

Para aprofundar o debate sobre as desigualdades de gênero em nexos com o pensamento sobre a cidade não poderíamos deixar de incluir a essa discussão a noção de direito à cidade, enquanto noção fundamental e central na crítica à desigualdade de acesso ao sistema urbano. Como primeira provocação, cabe aqui nos interrogar: afinal, as mulheres têm direito à cidade?

2.2 As mulheres têm direito à cidade?

No intuito de ampliar o debate do direito à cidade, já elaborado no capítulo 1, pretende-se incluir a dimensão das relações de gênero no interior dessa discussão. Primeiramente, torna-se necessário compreender para que serve e o que significa o direito à cidade para as mulheres. Para isso, teríamos que, antes de tudo, nos questionar se as mulheres tem

poder de ativação do direito à cidade da mesma forma que os homens (considerando aqui a distinção de gênero no interior de uma mesma classe social). Quais desafios se apresentam ao especificarmos a realidade da experiência urbana das mulheres em respeito à efetivação do direito à cidade?

Assim como argumentado anteriormente, o princípio da igualdade que anula o aspecto da diferença tende a perpetuar e reproduzir sistemas desiguais de acesso aos direitos, por não levarem em conta aspectos de diferenciação e a diversidade da experiência. O universalismo que se baseiam em uma concepção de sujeito abstrato e neutro, por um lado, reproduz o olhar dominante disfarçado de universal e, por outro, silencia e anula múltiplas vozes e percepções distintas da realidade. O direito à cidade enquanto conceito abstrato e universal, que pretende abarcar todos os sujeitos-cidadãos, também cortina as inúmeras desigualdades dos diferentes grupos sociais que vivenciam o espaço urbano de forma particular e, por consequência, acessam esse direito de maneira diferenciada. “Para indivíduos em posições sociais diferentes os quesitos de efetivação do direito à cidade terão acepções distintas” (MONTEIRO, 2015, p. 51)

“O ‘direito à cidade’, noção fundamental na crítica à desigualdade de acesso ao sistema urbano, também adota como base um sujeito abstrato. Nesse sentido, visto a complexidade que envolve as desigualdades de gênero em seu nexos com o sistema urbano, qual seria o paradigma de efetivação do “direito à cidade” para as mulheres?” (MONTEIRO, 2015, p.52)

Para pensar em responder esta questão, parece significativo aprofundar a discussão da materialização das desigualdades de gênero no sistema urbano. E aqui torna relevante explicitar que as desigualdades de gênero, que se refletem no urbano, têm um caráter complexo e particular:

“Falar das desigualdades não é apenas tratar do problema do ponto de vista do acesso desigual aos espaços e processos das cidades é, acima de tudo, reconhecer que as desigualdades entre mulheres e homens não atravessam a produção e reprodução das cidades, mas são, por princípio, elementos constituintes das mesmas. Esta é uma distinção importante, na medida em que se atuamos apenas no plano das desigualdades de acesso estaremos trabalhando os impactos da estrutura na vida das mulheres – o que é importante, mas não o suficiente – enquanto que ao assumirmos as desigualdades de gênero como estruturadoras e dinamizadoras das cidades estaremos enfrentando a questão do

poder e conseqüentemente dos privilégios que os homens têm com a conservação desta estrutura” (GOUVEIA, 2015, p. 1)

Assim, analisar o direito à cidade por uma perspectiva de gênero, significa, em grande parte, o esforço em “desvelar [...] os complexos mecanismos sociais, políticos e institucionais que têm mantido as mulheres em situações de opressão, submissão e injustiça”, que, materializados no espaço urbano, reforçam um vivência subalterna da mulher na cidade. As relações de gênero são constituídas das relações sociais que se manifestam no sistema urbano. Este, por sua vez, se manifesta na reprodução de tais relações (FALÚ, 2011).

Um dos principais aspectos considerados pelas teóricas feministas que irá determinar uma vivência vulnerabilizada das mulheres no espaço urbano, como desdobramento de um conjunto de fatores que combinam dominação e exploração patriarcal³⁵, é a questão da violência. Parte-se do pressuposto que enquanto a vivência das mulheres no espaço urbano for atrelada à insegurança que surge a partir da ameaça de violência – real e imaginária -, elas não poderão exercer o direito à cidade em seu sentido pleno e amplo. “Enquanto andar sozinha pela rua significar o medo de ser assediada, ameaçada ou violentada, [...] as mulheres não têm direito à cidade porque não têm uma vivência plena e segura do espaço público” (ROLNIK, 2016).

O aspecto da violência é muito relevante, pois a percepção do medo e da insegurança, vivenciada pelas mulheres, comprometem, em grande medida, à sua possibilidade de apropriação do espaço urbano e influenciam diretamente a sua mobilidade na cidade. Essa determinação se dá em grande parte no sentido da negação: as mulheres restringem seus movimentos pela cidade com fim de minimizar sua percepção de medo nos espaços públicos (PAIN, 1997). A violência urbana afeta a vida cotidiana das mulheres e é um limite real para o exercício da liberdade e ativação de direitos civis (FALÚ, 2009). Ela abala de maneira pouco variada a vida de diferentes mulheres:

“A pesar de la heterogeneidad de experiencias y la diversidad de posiciones que las mujeres tienen dentro de la sociedad, la violencia urbana, com sus

³⁵ Compreende-se aqui patriarcado como um sistema de poder estrutural social, cultural, político e econômico, que pretende superar a compreensão de que a opressão às mulheres se dá de maneira interindividual através de preconceitos individualizados e casos isolados de violência.

múltiplas caras, es quizás uno de los temores que más comparten todas las mujeres, sea cual sea su identidad”³⁶ (GUITART, 2007, p. 18)

Essa percepção do medo irá variar, no entanto, em relação ao recorte de classe, pois este determina os espaços que as mulheres ocupam e circulam na cidade. Insto indica, portanto, que mulheres de baixa renda irão ocupar, normalmente, espaços na cidade periféricos e mais precários, e por isso implicam numa vivência mais vulnerável e com taxas mais altas de violência. Sua percepção de medo ao circular pela cidade, portanto, tende a ser maior. “O feminicídio é um fenômeno predominantemente domiciliar, contudo 31,2% dos casos acontecem nas ruas, e majoritariamente nas ruas das periferias, atingindo principalmente mulheres negras e pobres” (WAISELFISZ *apud* MONTEIRO, 2015, p. 17).

É por isso que não se deve, na análise que parte de uma perspectiva feminista sobre o direito à cidade, ignorar outros aspectos como o de classe e raça. Essas categorias irão se cruzar, muitas vezes gerando uma somatização ou sobreposição das experiências de opressão. Maria Cecília Comegno, ao analisar diversos dados sobre as mulheres do Estado de São Paulo, afirma, por exemplo, que as mulheres negras, além de vivenciarem com mais ênfase as opressões de gênero em relação às brancas, “são mais discriminadas racialmente que os homens, o que pode ser traduzido em acessos e oportunidades desiguais, gerando formas frequentemente perversas de exclusão” (COMEGNO, 2003, p. 93).

“A posição social assentada nos distintivos de classe social, gênero, raça/etnia, orientação sexual, entre outras, vai definir um *lugar* na estrutura social e um *espaço* na cidade, estabelecendo uma posição no sistema urbano [...]. A noção de posição social tem um caráter relacional e se estabelece na sobreposição de diversos distintivos que definem os indivíduos a partir de uma perspectiva polarizada e dicotômica: homem e mulher, branco e negro, heterossexual e homossexual, etc. A primeira é a representação do hegemônico, e a segunda do desviante. As desigualdades sociais materializadas e reafirmadas no sistema urbano são percebidas e vivenciadas de maneira diversa dependendo dos distintivos que compõem a posição social possível aos indivíduos ou grupos sociais. O nível de opressão e exploração está atrelado às sobreposições de

³⁶ “Apesar da heterogeneidade de experiências e da diversidade de posições que as mulheres ocupam dentro da sociedade, a violência urbana, com suas múltiplas faces, é talvez um dos temores que mais afeta a todas as mulheres, seja qual seja sua identidade.” (Tradução própria)

distinções à qual os indivíduos estão implicados e que determinam sua posição social na estrutura urbana.” (MONTEIRO, 2015, p. 49-50)

Nessa lógica, as desigualdades, marcas de distinção e hierarquias situadas na estrutura social irão determinar, em grande parte – porém não em sua totalidade -, o modo pelo qual o sujeito se apropria, circula e ocupa o espaço urbano, e, conseqüentemente, a forma como ele ativa e acessa o direito à cidade. “O indivíduo implicado por uma posição social composta por distintivos que determinam vulnerabilidade será direcionado a ocupar um espaço na cidade mais degradado, segregado e desprovido de serviços básicos e infraestrutura”, que por sua vez, “ampliará a vulnerabilidade dos indivíduos ali situados” (MONTEIRO, 2015, p. 51).

Esta compreensão servirá a nos elucidar, primeiramente, que as mulheres – por sua posição de vulnerabilidade causada pela marca distintiva de gênero - acessam e ativam o direito à cidade de forma desfavorável em relação aos homens³⁷; mas também que mulheres de posições sociais diferentes acessam e ativam de forma diferenciada este direito, considerando outras inúmeras marcas de distinção que irão determinar vulnerabilidade – aqui classe e raça aparecem como marcas centrais nessas diferenciações.

A discussão sobre a limitação da ativação do direito à cidade pelas mulheres corroborou em diferentes proposições de teóricas feministas, principalmente as urbanistas. Uma das formas de se ampliar a efetivação do direito à cidade para as mulheres é pensar em políticas públicas para as cidades que considerem a dimensão de gênero. Para isso, no entanto, deve-se considerar que isto implica em algumas tensões que se apresentam e não devem ser ignoradas.

No Brasil, podemos identificar esforços institucionais, traduzidos em políticas voltadas diretamente às mulheres, que tentam dar conta das desigualdades de gênero reproduzidas na cidade, principalmente no que se refere à questão da violência urbana contra as mulheres. Entretanto, ao que parece, esses esforços se mostram insuficientes ou problemáticos por não desestabilizarem de fato as dimensões estruturais das desigualdades de gênero. Nessa lógica, essas políticas urbanas, que normalmente aparecem como ações afirmativas destinadas a mulheres, trazem concepções

³⁷ Entretanto, há situações em que a marca distintiva de classe atua com mais predominância que a de gênero. Mulheres pertencentes a segmentos da elite, por exemplo, parecem se aproximar mais de uma ativação mais ampliada do direito à cidade do que os homens das classes mais pobres.

fragmentadas e, em geral, pensam a superação das desigualdades de gênero na cidade de uma maneira superficial e que reforça estereótipos de gênero (TAVARES, 2008).

“a concepção usual de políticas públicas tende a ser operada como algo setorializado, ou seja, enfrentando determinados problemas sociais de modo fragmentado e superficial. Longe de ser um mero problema de entendimento ou de prática, esta visão corresponde a um posicionamento político que busca isolar as dimensões macro estruturais daquelas denominadas questões sociais, desfazendo nesse processo os vínculos diretos e as múltiplas conexões existentes entre esses âmbitos.” (GOUVEIA, 2015, p.1)

O caso da política do vagão exclusivo para mulheres no transporte público é um exemplo que ilustra bem este argumento. Adotada pelo governo do Rio de Janeiro, inspirado em modelos de outras cidades do mundo que tomaram políticas urbanas similares, como a Cidade do México, Tóquio e Jerusalém, essa política surge da necessidade de conter agressões constantes e cotidianas nas quais o transporte público aparece como um dos cenários mais comuns de assédio físico e moral às mulheres em grandes cidades, como é no caso da cidade do Rio de Janeiro. Tal medida, entretanto, pode também promover uma lógica de produção de cidade que acentue a segregação entre os gêneros nos espaços públicos.

Os vagões especiais podem trazer tranquilidade e segurança por curto prazo para as mulheres, mas não representa uma solução a médio e longo prazo, pois não absolve o problema de fato, que é o engendramento no imaginário social de concepções simbólicas e culturais que legitimam as agressões contra os corpos das mulheres. Tomar a medida enquanto permanente seria admitir uma renúncia à possibilidade de uma convivência entre os gêneros que respeite a integridade física e psicológica das mulheres, obliterando condições mais radicais de respeito mútuo e igualdade entre homens e mulheres. Além disso, alimenta o argumento de que a responsabilização pela violência é da mulher, pois a condena a restringir seus espaços de circulação na cidade, permitindo-as a ocuparem apenas espaços específicos e delimitados, indicando que se ela “escolher” circular em outros espaços de mais “risco”, ela será, de imediato, possível alvo de atos de violência. Este argumento desloca a responsabilidade para a vítima e evita a denúncia dos agressores – em sua maioria homens cisgêneros³⁸.

³⁸ Cisgênero é um termo utilizado para se referir às pessoas cujo gênero é o mesmo que o designado em seu nascimento. Isto é, configura uma concordância entre a identidade de gênero e o sexo biológico de um indivíduo.

Por mais que possam vir a trazer uma contribuição no que diz respeito à preocupação relacionada às desigualdades entre homens e mulheres e avançar em parte o exercício da autonomia e uma ampliação mínima do direito à cidade para as mulheres, vão de encontro à lógica conservadora de dominação das relações de gênero, reforçam padrões de socialização de gênero e não desconstruem de fato as raízes das desigualdades. Essas ações afirmativas, portanto, apesar de importantes e muitas vezes urgentes, pois evitam ou denunciam em nível imediato casos de injustiça, discriminação, e agressão à mulher, podem ser, ao mesmo passo, quando afirmados enquanto medidas permanentes, sustentar um conjunto de relações de submissão e desigualdade entre gêneros. Nesse sentido, é necessário ater-se para não reforçar os papéis tradicionais de gênero na construção das políticas urbanas destinadas às mulheres, principalmente no que diz respeito à reafirmação de uma visão essencialista da mulher, que a define em uma identidade única, supostamente equivalente a todas as mulheres.

“É preciso extrapolar o debate em torno dos elementos diretamente relacionados à vida doméstica e às atribuições femininas para o debate sobre as políticas públicas urbanas que considerem, dentro do processo de desigualdade social, a problemática das relações de gênero. É preciso aprofundar o debate sobre o que seria o direito à cidade pela perspectiva feminista.” (TAVARES, 2008, p. 20)

Pensar o direito à cidade pela perspectiva feminista implica inclusive introduzir o olhar de gênero ao planejamento urbano, isso significa superar o “planejamento universalista, totalitário, que não pensa a partir das vozes dos excluídos” (SANTORO, 2008 p. 14). A denominação “cidade dormitório”, por exemplo, indica na construção do planejamento territorial, uma perspectiva que se constrói a partir do olhar masculino dominante que exclui a experiência das mulheres, pois considera somente os homens que se utilizam desses espaços como local de “repouso”, enquanto mulheres - e também idosos e crianças - estabelecem relações sociais nestes territórios que ultrapassam a funcionalidade de dormitório, inclusive relações de trabalho (SANTORO, 2008).

Sugere-se, portanto, um novo esforço analítico e metodológico do planejamento urbano que permitiria tornar visível “vozes excluídas do discurso urbanístico, em especial a mulher e os segmentos de população mais frágeis ou historicamente excluídos (como crianças, idosos, negros, minorias culturais)” (SANTORO, 2008, p. 3).

“É necessário sair do raciocínio generalista, funcional, quantitativo ou em grande escala, e debruçar-se sobre o território em uma escala menor, que permite uma maior aproximação com os grupos sociais. [...] Se pensarmos em uma tradução para o olhar que visa trabalhar a desigualdade de gênero, [significa] mudarmos o raciocínio que transforma o plano em um projeto de espaços para abrigar equipamentos como creches” (SANTORO, 2008, p. 2)

A creche tem uma dimensão significativa nessa discussão, pois a ausência desses serviços públicos impactam em muito as mulheres, mais diretamente aquelas mais pobres, com condições materiais que não permitem a contratação de serviços privados. As creches podem vir a significar que:

“os filhos não constituam entraves ao engajamento da mulher no mercado de trabalho, compartilhando assim, com toda a sociedade, o direito à reprodução, sem punir a mulher no que se refere à descontinuidade no trabalho e consequentemente reflexo em sua qualificação, competitividade e qualidade de vida” (Comegno, 2003, p. 95)

Retomando o debate da violência, o planejamento urbano tem uma função fundamental no que diz respeito a amenizar o aspecto de insegurança vivenciado pelas mulheres na cidade. A experiência desigual da mulher no espaço urbano e seu referencial permanente da ameaça de violência pode ser atenuado ao focar-se em áreas vazias e subutilizadas da cidade: “dados sobre locais onde acontecem estupros, por exemplo, podem servir para que o poder público identifique locais e provenha com infraestrutura, como iluminação pública, ônibus e outros transportes” (GONZAGA *apud* SANTORO, 2008, p. 7).

Não cabe aqui o esforço de esgotar as proposições possíveis que caminhem para uma produção de cidade menos desigual e menos sexista, mas apenas iniciar um debate que apresenta grandes desafios e questões ainda a serem desveladas. Propõe-se apenas evidenciar que a motivação do debate sobre o direito à cidade, que como princípio pretende coibir em uma produção de cidade menos desigual, não deve ignorar as dimensões de gênero aparentes e omissas, pois isto implicaria em negligência às desigualdades entre homens e mulheres em nexos com a cidade, e, consequentemente, o favorecimento da manutenção dessas. “É emergencial que o debate político acerca do direito à cidade considere de forma coexistiva as desigualdades de gênero frente a outros processos de opressão” (TAVARES, 2013, p. 45).

Após enfatizar o esforço de se partir de uma orientação feminista para a construção do debate sobre o direito à cidade, cabe, em diálogo com o capítulo 1, uma análise que identifique essas dimensões no contexto das transformações urbanas produzidas pelo empreendedorismo urbano.

2.3 Empreendedorismo urbano: um projeto de cidade sexista

Neste módulo irei retomar alguns aspectos que norteiam a discussão do capítulo 1, pretendendo, no entanto, propor uma análise diferenciada, que propõe englobar a crítica da perspectiva de gênero, ao debate sobre o novo modelo de planejamento de cidades chamado de empreendedorismo urbano. Como melhor elaborado no capítulo anterior, a partir da década de 1990, se inaugura um novo modelo de planejamento urbano, que reflete a lógica política e econômica do mundo capitalista ocidental neoliberal, que se baseia na mercantilização e no empresariamento das cidades, como forma de inserção competitiva no mercado global. Partindo do pressuposto que o empreendedorismo urbano ou planejamento estratégico das cidades se apoia na produção desigual do espaço, construindo processos de segregação e territórios de exclusão na cidade, podemos avançar neste debate a partir de um olhar da teoria crítica feminista.

O espaço urbano no planejamento estratégico é construído de forma a reproduzir desigualdades sociais, culturais e econômicas que se materializam no espaço, possibilitando o desenfreado ciclo de acumulação capitalista. Entretanto, a materialização dessas desigualdades e sua percepção nas vivências da cidade irão variar em relação ao lugar e a posição social que ocupa o sujeito, considerando categorias relativas à classe, raça, etnia, gênero, etc. As experiências de desigualdade na cidade são, portanto, diferentemente desiguais. Nesse sentido, a radicalização das desigualdades socioterritoriais provocadas pela materialização da produção neoliberal do espaço irão afetar mais diretamente os grupos mais vulnerabilizados. “No que tange aos sexos, a sociedade competitiva não faz senão dilatar as diferenças entre homens e mulheres” (SAFFIOTI, 2014, p. 160). “Nesse sentido, a política urbana na lógica de mercado [...] tende a homogeneizar a tudo e a todos(as), reforçando a invisibilidade de gênero, ou mesmo o lugar (subalterno) das mulheres na sociedade” (TAVARES, 2015, p. 5).

“Sem adentrar nos meandros das diferenças desses processos entre os países do norte e do sul, é importante salientar que a pressão por esse modelo dominante de catálogo, uma cidade-mercadoria, perpetuam inúmeras estruturas de gênero antigas, nutridas por novas dinâmicas” (SASSEN *apud* TAVARES, 2015, p. 1).

Esta afirmação nos leva a perceber que a produção capitalista do espaço, em contexto de empreendedorismo urbano, serve à radicalização dos sistemas de opressão-exploração sexistas e patriarcais que tem como materialização as relações desiguais de gênero na cidade. Neste caso, entretanto, não caberia falar dessa dilatação das desigualdades de gênero ausente de um recorte de classe. “Percebemos que essas estruturas de perpetuação das desigualdades de gênero revelam-se mais perversas [...] a partir da dimensão de classe” (TAVARES, 2015, p.1). Como muito argumentado no capítulo 1, a classe mais pobre, principalmente, a população de favela e periferias, é a mais diretamente afetada nesse processo de reformulação das cidades, que elenca processos de elitização, higienização e gentrificação do espaço urbano. Serão, portanto, as mulheres pobres, negras e faveladas, que incorporam marcas distintas de vulnerabilidade sobrepostas - classe, raça e gênero - que irão ser as mais radicalmente afetadas pela dimensão sexista do projeto de mercantilização das cidades.

Nessa lógica, “no sistema urbano gerido pela produção capitalista do espaço que classifica os espaços possíveis para as posições sociais determinadas por desigualdades” (MONTEIRO, 2015, p. 54), a expansão das disparidades espaciais e os sistemas de segregação materializados no território irão radicalizar as desigualdades da estrutura social:

“A estrutura social se manifesta de diversas formas no espaço construído, por meio de oposições entre os espaços apropriados por diferentes posições sociais, externalizando a dinâmica das relações sociais, que naturaliza as hierarquias e reafirma as distâncias sociais por meio de distâncias físicas” (BOURDIEU [1997] *apud* MONTEIRO, 2015, p. 51)

O empreendedorismo urbano, ao se apoiar em um projeto de cidade que exclui e segrega grupos sociais mais vulnerabilizados, reafirma e dilata a reprodução de hierarquias presentes na estrutura social. A gentrificação, por exemplo, distancia fisicamente os grupos pobres das áreas centrais e valorizadas da cidade, ao mesmo passo que fortalece a distância simbólica entre classes. Entretanto, não se deve pensar

no grupo social determinado pela classe como homogêneo. Outras marcas distintivas de vulnerabilidade – como gênero e raça - irão determinar diferenciações, hierarquias e relações desiguais no interior deste grupo. Neste etapa de análise, nos importa perceber de que formas o fator distintivo de gênero somado ao de classe corroboram para a experiência desigual entre homens e mulheres de baixa renda, por um lado, e entre mulheres de classe média/alta e mulheres pobres, por outro, em contexto urbano produzido pela lógica econômica neoliberal.

“A noção de classe social compreende a assimetria no acesso material ao sistema urbano, demonstrando como o espaço materializa as desigualdades sociais, enquanto, a noção de gênero envolve a assimetria no acesso ao sistema urbano de formas objetiva e subjetiva. O *habitus*³⁹ que media as relações em uma sociedade de fortes raízes patriarcais e com tendência à privatização da “produção do viver”, determina papéis sexualizados que interferem na apropriação simbólica e, conseqüentemente material do sistema urbano da mulher trabalhadora, pobre e negra.” (MONTEIRO, 2015, p. 51)

Há diversos aspectos que atrelados a transformações na ordem econômica global contribuem para analisar como essas transformações urbanas nas grandes cidades imperam corroborando em uma radicalização da vulnerabilidade da vida urbana das mulheres pobres – principalmente as negras. Aqui, iremos elencar e comentar brevemente apenas alguns que contribuem mais diretamente para esta análise: (i) trabalho; (ii) moradia e (iii) feminização da pobreza.

O primeiro aspecto aqui destacado é o trabalho. Compreende-se que as mulheres, nas últimas décadas, têm penetrado potencialmente mais no mercado de trabalho. Novas formas capitalistas neoliberais que alteraram as formas de trabalho, com maior abertura para o mercado informal, propiciaram a crescente presença feminina no trabalho assalariado (GOLDMAN, 2014). Entretanto isso não diminuiu as desigualdades econômicas entre homens e mulheres nem tampouco determinou uma maior independência e autonomia feminina. “As mulheres continuam em desvantagem em relação aos homens no campo do trabalho, mesmo quando têm mais anos de estudo e de qualificação profissional. [...] Além disso, em muitas empresas seus salários são

³⁹ BOURDIEU, Pierre. A distinção. Crítica social do julgamento. Tradução Daniela Kern; Guilherme Teixeira. 2 Ed. Porto Alegre, RS. Zouk, 2013.

inferiores aos dos homens que exercem a mesma função, mesmo em cargos de direção” (DOSSIÊ “Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?”, p. 4).

“a inserção laboral na lógica neoliberal, [...] parece constanger com mais dinâmica o lugar da mulher na reprodução social, em especial na divisão desigual das atividades domésticas e cuidados familiares, e na precarização dos direitos trabalhistas, em especial em situações de doença, desemprego, licença maternidade e aposentadoria.” (DOMINGUES; NASCIUTTI, 2014)

Nota-se que para além de não exercer grande influência em uma possível reorganização das relações de gênero, no sentido de amenizar as disparidades econômicas entre homens e mulheres, essas transformações econômicas, no que tocam o trabalho, ampliaram as disparidades entre mulheres de diferentes classes sociais:

“al lado de las mujeres que ‘triumfan’ com las nuevas formas capitalistas se encuentran aquellas que ‘pierden’, atrapadas en la inseguridad laboral, la temporalidad, los trabajos a tiempo parcial, los trabajos mal pagados, etc. Al lado, pues, de las experiencias urbanas de las mujeres elitizadoras están las mujeres que viven en barrios periféricos y degradados; ‘la libertad de algunos’, concluyen, ‘se hace a expensas del control, la manipulación y la guetización de ‘otros’ con unas identidades generizadas y racializadas que dificultan la participación en la esfera pública’”⁴⁰ (BONDI; CHRISTIE *apud* GUITART, p. 14-15)

Dessa forma, as mulheres que “triumfaram”, ao se inserirem no mercado de trabalho de maneira a conquistar sua independência econômica, dependeram em muito do que Saskia Sassen (2000) chama de “serviços de classe”. “Uma parcela significativa das tarefas domésticas são realocados para o mercado: elas são compradas diretamente como bens e serviços ou indiretamente, através de mão de obra contratada.” (SASSEN, 2000)⁴¹. Essa mão de obra contratada será composta, principalmente, por mulheres pobres, negras, faveladas e/ou imigrantes. No Brasil, por exemplo, o trabalho mal remunerado de domésticas propicia comodidades importantes para as mulheres de classe média alta, pois garantem o exercício de sua autonomia, como a possibilidade de investimento em trabalho bem remunerado e socialmente reconhecido.

⁴⁰ “ao lado das mulheres que ‘triumfam’ com as novas formas capitalistas se encontram aquelas que ‘perdem’, presas à insegurança laboral, à temporalidade, aos trabalhos de meio expediente, aos trabalhos mal pagos, etc. Ao lado, pois, das experiências urbanas das mulheres elitizadoras estão as mulheres que vivem em bairros periféricos e degradados; ‘a liberdade de alguns’, conclui-se, ‘se faz ao preço do controle, manipulação e guetização de ‘outros’ com identidades generizadas e racializadas que dificultam a participação na esfera pública.’”(Tradução própria)

⁴¹ Artigo retirado de: > http://www.lolapress.org/elect/artenglish/sass_e.htm <

Ademais, quando não estão ocupando esses “serviços de classe”, as mulheres pobres, negras, faveladas e/ou imigrantes também são visíveis no setor informal, tendo em vista que a maior parte dos trabalhos informais – sem garantia de direitos trabalhistas – é realizada por mulheres (DOSSIÊ “Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?”). Essas ocupações informais, cuja baixa remuneração e cujas situações precarizadas de trabalho não garantem melhores condições em termos de independência econômica ou melhoria em sua qualidade de vida, nem tampouco caminham no sentido de amenizar as desigualdades entre homens e mulheres. “A flexibilização do trabalho feminino [...] incorre na precarização das relações de trabalho e novamente responsabiliza a mulher por equacionar uma assimetria socialmente construída” (MONTEIRO, 2015, p. 53).

Outro aspecto que parece ser relevante de destaque nesta discussão é a questão da moradia. Como discutido no capítulo 1, o direito à moradia tem sido especialmente atingido pela radicalização do domínio econômico neoliberal sobre a terra e o espaço urbano e pela tomada do setor habitacional pelas finanças globais, com a dinamização de processos de gentrificação, elitização e periferização. Cabe, nesta etapa de análise, evidenciar como estes processos afetam de maneira diferenciada as mulheres.

O direito à moradia (digna e adequada) engloba segurança de posse; habitabilidade; disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos; localização adequada; adequação cultural; não discriminação e priorização de grupos vulneráveis⁴²; e custo acessível. “Para as mulheres, a não realização desse direito ou a sua violação têm consequências específicas, que não se verificam da mesma forma para os homens” (DOSSIÊ “Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?”, p. 5). A habitabilidade precária, por exemplo, significa, para mulher, impactos muito mais profundos e severos em sua vida cotidiana, já que, tradicionalmente, elas exercem o papel social de cuidadoras da casa e da família⁴³ (DOSSIÊ “Como fazer valer o direito das mulheres à

⁴² “No caso das mulheres, é importante que as políticas habitacionais levem em conta as necessidades dos diferentes grupos, especialmente os mais desfavorecidos, como as mulheres idosas, viúvas, mulheres com deficiência, com doenças crônicas, mães solteiras, chefes de família, lésbicas, transexuais, travestis, vítimas de violência doméstica, vítimas de desastres, imigrantes, deslocadas dentro de seu próprio país, entre outros.” (DOSSIÊ “Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?”, p. 20)

⁴³ “Apenas para citar um exemplo, a cada ano, em países como a China, onde se utiliza fogão à lenha ou carvão vegetal dentro da moradia, milhões de mulheres adquirem doenças respiratórias e podem até morrer. Mulheres entrevistadas pela Anistia Internacional em um estudo sobre as favelas de Nairóbi, no Quênia, descreveram os riscos que correm quando precisam usar banheiros e demais equipamentos sanitários coletivos, que ficam longe de suas casas. Em locais como estes, além de não terem privacidade, mulheres e meninas frequentemente são vítimas de violência sexual. Além disso, é alta a incidência de doenças infecciosas por conta da precariedade das instalações sanitárias. Outro fator que frequentemente ameaça a habitabilidade da moradia é a superlotação. Em casas com um ou dois quartos muitas vezes moram dez ou doze pessoas. Esse contexto impede a privacidade das/dos moradoras/es e

moradia?”). Pelo mesmo motivo, as mulheres são as mais afetadas quando não há disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos próximos à sua moradia, pois a ausência destes reduz o tempo que elas poderiam se dedicar a outras atividades que garantam sua independência, pois são elas que dedicam várias horas de seus dias para levar filhos à escola ou idosos a postos de saúde, além de impor desgaste físico e emocional (DOSSIÊ “Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?”).

Além disso, quando não há, nas proximidades do local da moradia, oferta de empregos e fontes de renda, meios de sobrevivência, rede de transporte público, supermercados, farmácias, correios, e outras fontes de abastecimento básicas, as mulheres tendem a ter maior dificuldade para conseguir emprego, maior gasto financeiro e desgaste físico em função dos longos deslocamentos que precisa fazer (DOSSIÊ “Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?”). Quando falamos em “custo acessível” devemos ter em mente que:

“O significado de “custo acessível” [...] não é o mesmo para homens e mulheres. Isso porque, em geral, as mulheres têm acesso mais restrito a empregos formais e, portanto, a direitos trabalhistas e, além disso, recebem salários mais baixos. No caso de mulheres solteiras e/ou chefes de família, o custo da moradia tem um peso ainda maior no orçamento. Portanto, em um mundo onde a política habitacional é orientada prioritariamente pela produção de mercado, o que pode ser acessível para os homens pode não ser acessível para as mulheres. O custo acessível da moradia é também elemento extremamente importante para as mulheres que são vítimas de violência doméstica. O alto custo da moradia contribui para que essas mulheres, muitas vezes com filhos, permaneçam na casa do agressor. [...] Nestes casos, garantir o custo acessível da moradia significa não apenas proteger o direito das mulheres à moradia adequada, mas também a integridade física e psicológica dela e dos seus filhos.” (DOSSIÊ “Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?”, p. 22)

Outro exemplo importante que dimensiona bem essas distinções entre gêneros em relação à moradia aparece na segurança de posse:

também aumenta a exposição das mulheres e meninas a situações de violência sexual.” (DOSSIÊ “Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?” p. 13)

“Em todo o mundo [...] a propriedade da terra e da moradia está, majoritariamente, nas mãos dos homens. Por conta disso, em casos de divórcio, frequentemente as mulheres são forçadas a deixar a casa, já que esta não lhes pertence; em muitos lugares, mulheres sem título de propriedade não conseguem se inscrever em programas de crédito ou solicitar empréstimos para melhorar sua moradia ou seus negócios; casamentos precoces, polígamos, ou mesmo religiosos, por serem formas não reconhecidas junto às autoridades, muitas vezes põem em risco o direito das mulheres à moradia. [...] Para as mulheres vítimas de violência doméstica, a insegurança da posse da terra e da habitação pode ser fatal: muitas não conseguem pôr um fim à relação com o agressor por não verem alternativa viável de habitação para si e para seus filhos.” (DOSSIÊ “Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?”, p. 8-11)

É possível reconhecer, portanto, que existe uma diferenciação de gênero no que diz respeito à propriedade, principalmente no que se refere às diferenças na forma de adquirir terra, que no caso da América Latina, “se deve a cinco fatores: preferência dada aos homens na herança; privilégio masculino no casamento; viés masculino tanto nos programas comunitários como em programas estatais de distribuição de terras; e viés de gênero no mercado fundiário.” Além disso, “a principal forma das mulheres se tornarem proprietárias é por herança, enquanto que o mercado fundiário é um meio de aquisição de terras relativamente mais importante para os homens” (DEERE; LÉON, 2003, p. 102).

“Ter terra também faz parte de acessar recursos, e manter as mulheres sem terra, mantém antigas formas de dominação dos homens sobre as mulheres. E essa questão se agrava ainda mais quando estamos falando de um mundo onde a tendência do mercado de terras é a concentração dessas em poucas mãos” (SANTORO, 2008, p.9).

No Brasil, a Diretriz de Titulação Feminina, nacionalizada em 2005, que pertence ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)⁴⁴, dá prioridade para a mulher na titulação dos imóveis. Essa diretriz parece demonstrar que “há conhecimento público, baseado no empirismo, do padrão desigual de acesso à moradia e, conseqüentemente, ao sistema urbano, e assume a vulnerabilidade inerente à falta de segurança de posse como uma questão política e pública” (MONTEIRO, 2015, p. 17). Entretanto, essa medida parece insuficiente na medida que, atravessada pela produção capitalista da habitação

⁴⁴ > http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111977.htm <

social, não garante a efetivação da prioridade da mulher na titulação dos imóveis e acaba por propiciar a “permanência das assimetrias no acesso a recursos e alternativas [...] [que] sugere a centralidade do acúmulo de desvantagens na disputa pelos espaços bem localizados da cidade e a invisibilização das posições sociais estigmatizadas” (MONTEIRO, 2015, p. 199).

Neste momento, cabe retornar o olhar para o contexto das transformações urbanas observadas na cidade do Rio de Janeiro, nos últimos anos, em preparação para os megaeventos esportivos, tema abordado no capítulo anterior. A remoção, que entra como um grande suporte da política urbana de transformação da cidade em cidade competitiva que visa atrair investimentos, traz para as mulheres removidas impactos drásticos, e acaba por dilatar a vulnerabilidade dessas mulheres. Primeiro porque, ao serem realocadas para áreas periféricas da cidade - em grande parte passam a integrar os conjuntos habitacionais do MCMV -, onde não há proximidade de serviços fundamentais como escolas e creches, as leva, em muitos casos, o abandono do emprego, por não ter onde deixar os filhos (MONTEIRO, 2015).

Além disso, a remoção provoca inúmeras desestabilizações nas famílias, o que tende a afetar mais diretamente as mulheres, tradicionalmente as principais responsáveis pela “harmonia” familiar:

“Processos de despejos forçados feitos pelo Estado também impactam as mulheres de maneira violenta, trazendo estresse psicológico e desestabilização do ambiente familiar. Durante o despejo, além da destruição da casa e dos bens, podem ocorrer abusos verbais e espancamentos, estupros e até assassinatos.” (DOSSIÊ “Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?”, p. 11)

Outro agravante importante é que a remoção rompe com a rede de solidariedade e as relações de comunidade com as quais as mulheres contemplavam em suas moradias originais, determinantes muitas vezes para que elas saíssem ao trabalho, pois as permitem deixar os filhos aos cuidados das vizinhas (SANTORO, 2008). Esse rompimento de laços comunitários impede que as mulheres continuem a geração de renda e incide negativamente em sua autonomia.

“Esse processo adquire contornos mais perversos quando são famílias monoparentais chefiadas por mulheres ou quando há a coabitação, uma vez que para retomar a vida em bairro diferente, em condições provavelmente inferiores, sem as habituais redes sociais de solidariedade e de serviços urbanos, fazem recair sobre os seus ombros múltiplas responsabilidades tanto em relação às tarefas domésticas quanto de provimento, para a garantir minimamente condições de moradia.” (TAVARES, 2015, p. 6)

Em favelas e periferias há um percentual elevado de mulheres que são as únicas responsáveis economicamente pela casa, o que as submete a uma maior insegurança de posse e ameaça à remoção. Por sua vez, a remoção as aloca para áreas mais distantes de serviços e equipamentos públicos essenciais para o exercício da autonomia dessas mulheres, o que irá aumentar significativamente sua vulnerabilidade. O sistema de transporte, quando não ausente, é extremamente precário e insuficiente nesses locais periféricos da cidade, o que, além de propiciar o abandono de emprego, permite a maior vulnerabilidade a assédios sexuais e à violência urbana.

“O processo de segregação urbana e periferização da moradia confronta as mulheres de forma mais aguda, não somente pela ausência de infraestrutura urbana básica e serviços essenciais, como creches, escolas, hospitais e transporte, mas também pela violência urbana” (MONTEIRO, 2015, p.17).

Isto nos leva ao último aspecto destacado neste módulo, que é a feminização da pobreza. Esta pode ser melhor evidenciada quando observamos as famílias monoparentais femininas, cujas mulheres, únicas responsáveis pela casa, acumulam as tarefas reprodutivas, domésticas, cuidado com os dependentes e ainda as tarefas que produzem renda monetária. Por esse motivo, as famílias monoparentais são as mais vulneráveis e permitem o maior empobrecimento das mulheres.

Ana Falú propõe uma interessante comparação, ao voltar-se para a questão da feminização da pobreza na América Latina. Ela irá destacar que apesar de, nos últimos anos, a pobreza urbana ter de fato diminuído - de 41,4 % em 1990 para 27,8 % em 2009 -, no mesmo período, percebe-se um aumento significativo no que diz respeito à feminização da pobreza urbana. Enquanto a pobreza de modo geral diminuiu, as mulheres se tornaram mais pobres - de 107,7 em 1990 para 114,3 em 2009 (índice de feminização da pobreza urbana)⁴⁵.

⁴⁵ Informações extraídas de: ><http://unhabitat.org/gender-perspectives-in-urban-planning-ana-falu/><

Supõe-se, a partir desses dados, que as lógicas neoliberais de planejamento urbano que, a partir da década de 1990, parecem imperar em diversas cidades da América Latina, inclusive no Rio de Janeiro, aparenta contribuir para o aumento da feminização da pobreza. Apesar de faltar dados e pesquisas mais concretas que afirmem essa associação, a realidade da maioria das mulheres trabalhadoras de favelas e periferias não parece contradizer essa suposição, que, em seu cotidiano:

“precisa enfrentar o transporte público precário, superlotado, sujeita à todos os tipos de assédio, ou mesmo circular em horários, pela manhã e à noite, em locais desertos, sem iluminação adequada, correndo o perigo de um assalto ou estupro. Além disso, antes de se aventurar na cidade é preciso se organizar, mobilizar meios ou redes de solidariedade no sentido de suprir sua ausência no espaço doméstico, para viabilizar sua vida como trabalhadora. Quem está mais sujeita a este tipo de experiência são as que residem em áreas periféricas, ou seja, o posicionamento de classe e de gênero as coloca em um tensionamento no espaço urbano” (TAVARES, 2015, p. 9)

Após orientar a discussão sobre as desigualdades de gênero nas novas formas econômicas neoliberais e apresentar como estas se materializam na cidade em contexto de empreendedorismo urbano, cabe evidenciar a dimensão política da análise de gênero em interlocução com a cidade. Isto inclui pensar os limites da inserção da mulher na vida pública e política, da ampliação do acesso das mulheres à democracia e da sua participação na produção e reprodução do espaço. Para isso, primeiramente, devemos discutir a separação das esferas pública e privada no que toca o debate das relações de gênero. Este tema foi interrogado exaustivamente pela teoria política feminista que evidenciou a problemática dos limites para as mulheres das democracias liberais e dos princípios do liberalismo.

2.4 A dicotomia público-privado e a cidade: críticas feministas ao liberalismo

Importa a esta etapa de análise evidenciar reflexões importantes da literatura feminista que apresentam diversas críticas aos limites da autonomia das mulheres nas democracias liberais contemporâneas. Estas, por diversos caminhos, irão analisar, a partir de uma perspectiva de gênero, os mecanismos que permitem reproduzir assimetrias no que diz respeito à experiência democrática nos sistemas políticos das sociedades contemporâneas capitalistas liberais, nos quais as mulheres ocupam uma

posição desfavorável, expondo assim os problemas da acomodação da igualdade formal em concomitância com privilégios sistemáticos de certos grupos sociais (BOROLI, 2013).

A dicotomia entre as esferas pública e privada é uma questão essencial para quase dois séculos de teoria crítica feminista. “Embora algumas feministas tratem a dicotomia como uma característica universal, trans-histórica e transcultural da existência humana, a crítica feminista é dirigida principalmente à separação e à oposição entre as esferas pública e privada na teoria e na prática liberais” (PATEMAN, 2013, p. 55).

Primeiramente, cabe ressaltar que há uma relação profunda - e também complexa - entre o liberalismo e o feminismo, pois ambos se originam no nascimento do individualismo como teoria geral da vida social, que determina o princípio fundamental dos indivíduos como seres livres e iguais (PATEMAN, 2013). Ao longo dos últimos 200 anos, entretanto, essas duas correntes de pensamento tem divergido e criado diversas oposições, principalmente no que toca as concepções liberais de público e privado. Enquanto liberais defendem a separação das duas esferas, mesmo sendo ambíguos em relação ao por que e onde deve ser traçada a linha divisória entre elas, as feministas contemporâneas questionam se esta linha divisória sequer deve ser traçada (PATEMAN, 2013).

“O feminismo⁴⁶ é visto frequentemente como nada mais do que a conclusão da revolução liberal ou burguesa, como uma extensão, às mulheres, dos princípios e direitos liberais que os homens têm. [...] No entanto, a tentativa de universalizar o liberalismo tem mais consequências de longo alcance do que se costuma reconhecer porque, no final das contas, inevitavelmente questiona o próprio liberalismo.” (PATEMAN, 2013, p. 55)

As críticas da teoria feminista ao liberalismo partem do pressuposto que seus equívocos teriam sua fundação no princípio da separação entre público e privado e das restrições que esta pode representar. Nesse sentido, Susan Okin - apesar de aderir a algumas das premissas centrais às teorias liberais da justiça como imparcialidade e universalidade - denuncia a vulnerabilidade das mulheres estruturadas na oposição das duas esferas, pois

⁴⁶ É importante destacar que “o feminismo foi, ao longo do tempo, determinado pelas práticas feministas, pela especificidade do sexismo, pela conjuntura política e o contexto material e social característicos. Assim, não houve, ao longo da história, um só feminismo, mas vários, todos embebidos da conjuntura histórica, política, social e econômica que os gestaram” (MONTEIRO, 2015, p. 26).

essa dicotomia funcionaria como “dispositivo de reprodução da dominação e de limitação da autonomia das mulheres” (*apud* BIROLI, 2013, p. 138).

Essa dominação histórica da mulher teria como princípio e fundação a formação social e moral da família (ENGELS, [1884] 2010) que determinou às mulheres a subordinação ao homem e associou a elas as responsabilidades inerentes à esfera doméstica, portanto diretamente restritas à dimensão do privado. Cabe à mulher cumprir um papel ‘sexual’⁴⁷ pré-determinado culturalmente, que estabelece a maternidade, o cuidado com os filhos, idosos e outros familiares, trabalhos de organização e limpeza da casa como suas funções e responsabilidades. De modo geral, a preocupação com a manutenção do lar como sua principal e mais importante ocupação. Em contraponto, cabem ao homem a autoridade e a racionalidade do mundo político e do trabalho remunerado, que se organizam na esfera pública. Ao mesmo tempo, sua função na esfera doméstica é a de provedor e autoridade maior nas decisões da casa e da família.

A dicotomia público-privado aparece, no liberalismo, atuando em dois sentidos, que se complementam: primeiro “organizando a intimidade na esfera privada, em torno de valores para os quais é central a domesticidade feminina e definindo as relações na esfera pública como a interação entre indivíduos igualmente livres”, no âmbito institucional e normativo, acentuando as descontinuidades das esferas; e segundo, “diferenciando os papéis de gênero em cada uma dessas esferas, tornando complementares a participação dos homens na esfera pública e a determinação dos encargos das mulheres na esfera privada”, acentuando as continuidades entre as esferas (BIROLI, 2013, p. 141). “A dicotomia entre o público e o privado se relaciona com a perspectiva universalista da esfera pública e com a constituição da noção de direitos individuais e privacidade que obscurece a intrínseca relação entre essas duas esferas na conformação da identidade [de gênero]” (PATEMAN *apud* MONTEIRO, 2015, p. 27).

No cerne da questão da construção social das identidades e dos papéis sociais de gênero, que daria às mulheres um lugar secundário e de vulnerabilidade, estariam também as relações de trabalho. Nota-se que o aumento da participação da mulher no mercado de

⁴⁷ Utilizo aqui *sexual* ao invés de *social* em referência ao livro “O contrato sexual” de Carole Pateman (1988). O “contrato sexual”, para Pateman, seria “um pressuposto tácito da teoria clássica do contrato social”, “o subtexto de gênero suprimido da teoria”. Este também seria: “o esquema interpretativo central da cultura patriarcal, [...] o contrato sexual estabelece o sentido patriarcal da diferença sexual. Ele define a masculinidade como a dominação [...] e a feminilidade como sujeição” (*apud* FRASER, 2013).

trabalho⁴⁸, apesar de proporcionar uma conquista parcial da independência econômica das mulheres e de certa forma modificar radicalmente o papel social das mulheres na família, não emancipa as mulheres da responsabilidade pelas tarefas domésticas⁴⁹. O que acaba por instituir a manutenção do sistema de opressão-exploração patriarcal (MONTEIRO, 2015) e aumentar a vulnerabilidade das mulheres pela dupla jornada de trabalho e pelas diversas formas de subalternidade impostas às mulheres no mundo do trabalho assalariado – principalmente entre as mulheres mais pobres-, inclusive no que diz respeito à diferença dos salários entre homens e mulheres, que permanece desigual até hoje.

Assim, tanto as relações familiares quanto as de trabalho funcionam como núcleos de reprodução das desigualdades de gênero que se desdobrariam em assimetrias em diversos níveis das esferas da vida. Isto refletiria diretamente em uma restrição da possibilidade de exercício da autonomia individual da mulher, princípio de valor essencial no pensamento liberal. “Ainda que a autodeterminação seja tomada como um ideal sempre imperfeitamente realizado, essa imperfeição varia em grau e intensidade segundo a possibilidade social dos indivíduos” (BIROLI, 2013, p 27): a construção histórica e cultural do papel social da mulher exige que elas renunciem - ao menos em parte - da sua autonomia individual.

A separação das esferas, que no liberalismo aparece como forma de preservação da liberdade individual e da dimensão da privacidade, pode vir a significar, numa sociedade estruturada pelas desigualdades de gênero, “a preservação de um espaço em que relações assimétricas, e mesmo violentas, e a imposição de determinadas rotinas que impedem a afirmação da individualidade e estabelecem os limites ambíguos entre habilidades socialmente estimuladas, aceitas e reconhecidas e comportamentos (e identidades) socialmente desvalorizados.” (BIROLI, 2013, p. 139).

Em síntese, a crítica feminista à oposição entre público e privado contribui para compreender que a definição e redução da influência e participação da mulher à esfera

⁴⁸ É importante lembrar que a referência de um marco histórico que define a entrada das mulheres no mercado de trabalho faz parte de uma análise com evidente recorte de classe e raça, pois se refere apenas à história das mulheres brancas e de classe média. Isso porque as mulheres pobres e negras desde sempre trabalharam, mesmo que em situações precárias, por serem, em grande parte, responsáveis pela subsistência de sua família (DAVIS, 1983).

⁴⁹ Uma pesquisa recente (2016), divulgada pelo SPC Brasil e pela CNDL, indicou que 57,7% das mulheres brasileiras se dizem as principais responsáveis por cuidados com casa e filhos. Notícia extraída de: ><http://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2016/06/so-36-das-mulheres-dividem-tarefas-domesticas-com-marido-diz-pesquisa.html>< (acessado em 16/06/2016).

do privado, restringem a ativação de sua autonomia individual e minimizam suas possibilidades de agência na esfera pública, que incorpora o político, o trabalho remunerado e o mercado (VILLAGRÁN, 2007). Essa dicotomia, automaticamente, aloca a mulher a uma posição marginalizada na esfera que extrapola o campo do privado, isso implica tanto a ocupação em trabalhos mal remunerados e salários mais baixos em relação aos homens, quanto o processo de agência e representação política subalterno, pois nas democracias liberais enquanto a esfera pública é o *locus* do político, o espaço privado é inerentemente despolidizado⁵⁰. Isto nos daria conta de perceber o acesso desfavorecido das mulheres à democracia, que experienciam a cidadania de uma forma desprivilegiada em relação aos homens: as mulheres seriam cidadãs de segunda classe.

“O antagonismo fundamental [...] está na relação homem/mulher e converge para a crítica da cidadania enquanto uma categoria patriarcal, que assume o masculino como pressuposto. Assim, embora nas democracias ocidentais contemporâneas as mulheres tenham conquistado a cidadania formal, esta não se efetiva porque imersa em uma estrutura de poder hierarquizada e masculinista que desvaloriza as características e atribuições associadas às mulheres” (PATEMAN *apud* MONTEIRO, 2015, p. 27)

Esta afirmação nos leva a denunciar o caráter patriarcal do liberalismo, pois em sua própria estrutura - e não em uma possível falha de cumprimento de seu princípio de igualdade universal - estaria a alocação das mulheres em papéis sociais subordinados e uma representação política marginal (PATEMAN, 1988). “O caráter patriarcal do liberalismo que materializado por meio da distinção hierárquica de público e privado, esconde a opressão sexista em uma ordem que se apresenta como universal, individualista e igualitária” (PATEMAN *apud* MONTEIRO, 2015, p. 27).

Dialogicamente, Marion Young irá elaborar críticas feministas ao universalismo e à imparcialidade do liberalismo, argumentando que estes dariam suporte à ideia de Estado neutro, legitimando a autoridade burocrática e hierarquias nos processos decisórios (YOUNG, 1990). E Mackinnon irá defender que o Estado “constitui a ordem social no

⁵⁰ No entanto, as feministas, a partir da década de 1960, pretendem “politizar” a esfera privada e passam a trazer questões “privadas” a nível público com o lema “o pessoal é político”: o aborto, o assédio sexual, a violência doméstica, a desigualdade da divisão dos trabalhos domésticos, a dupla e tripla jornada de trabalho, o controle sobre o corpo, a sexualidade, etc. No Brasil, a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), que visa criminalizar as agressões de violência doméstica, pode ser considerada como um dos alguns avanços no que diz respeito à politização do campo privado em favor das mulheres, mas que apresenta muitos desafios práticos em sua aplicabilidade: como a falta de delegadas mulheres, a constante humilhação e/ou culpabilização das vítimas e a desconsideração das mulheres trans enquanto vítimas.

interesse dos homens [...] por meio de normas, formas, relação com a sociedade e políticas substantivas legitimadoras” (MACKINNON, 1989, p. 162). Estes princípios além de ocultarem as desigualdades, permitiriam a manutenção das opressões e relações de poder ao apresentar como neutro o ponto de vista da perspectiva masculina hegemônica – dos homens brancos, adultos, heterossexuais, ricos e católicos (BIROLI, 2013).

“A universalidade, a imparcialidade e a neutralidade contêm posições que podem não ser reconhecidas enquanto tal justamente porque elas são desdobramentos de valores e normas hegemônicas. A naturalização da dominação, materializada em estruturas sociais específicas, permite apresentar como neutros os valores que a sustentam” (BIROLI, 2013, p. 153)

Retornando a direção da análise para cidade e as dinâmicas urbanas, poderíamos retomar o argumento, expostas anteriormente, que pressupõe que uma análise do sistema urbano bem como planejamentos de cidades que se baseiam em concepções neutras e valores universais, não somente ignoram a diversidade de assimilações da realidade urbana e de experiências na cidade, como silenciam vozes e perspectivas subalternas – no caso, a das mulheres. É também um mecanismo que favorece a reprodução das desigualdades, pelo fato de atribuir uma única perspectiva de mundo - a dominante – como universal.

“A própria ideia socialmente construída de espaço urbano, de forma geral, coloca as mulheres em um lugar marginal e dito feminino: o espaço doméstico (espaço privado); enquanto os homens estão num lugar central, considerado naturalmente masculino: o espaço público, sinônimo de espaço urbano pela visão hegemônica dominante” (COUTRAS, 1997; MCDOWELL, 1999 *apud* TAVARES, 2015, p. 1-2)

O debate da dicotomia público-privado também tem implicações relevantes ao analisarmos a materialização das desigualdades de gênero no espaço urbano. “Essa desigualdade que se dá no campo da vida pública, se expressa também na esfera territorial, expressão física da vida pública” (SANTORO, 2008, p. 6).

“O antagonismo entre público e privado fundado na perspectiva liberal que acentua o individualismo e a privacidade e ainda fixado nas relações de poder patriarcais, repercute duplamente na relação entre as mulheres e sistema urbano. A conformação das identidades sexualizadas fixadas em posições sociais distintas e dicotômicas, direciona a mulher ao domínio do privado [...].

Esse processo simbólico, tem implicações materiais ao desqualificar o que está relacionado ao feminino, aproveitando oposições como interior e exterior, passividade e atividade, emotividade e racionalidade.” (MONTEIRO, 2015, p.53)

É nesse sentido que a separação das esferas e a associação da mulher ao espaço privado, considerado passivo, em oposição ao público, considerado ativo, irão delimitar/circunscrever sua ocupação e vivência na/da cidade. É possível reconhecer, em termos de diferenciação de gênero, um “acesso desigual aos espaços exteriores a casa e afirmar que a rua é de domínio masculino”⁵¹ (VILLAGRÁN, 2007, p. 36), os homens gozam, portanto, de maior liberdade de mobilidade e de apropriação de diferentes espaços da cidade.

Apesar de não podermos afirmar que as mulheres estejam totalmente excluídas ou ausentes do espaço urbano, elas sentem muitas vezes hostilidade, estranheza, falta de pertencimento e insegurança ao circular pela cidade (VILLAGRÁN, 2007). Isso porque “transitar fisicamente em um dado território não significa automaticamente a ocupação do mesmo como espaço próprio, ou mais grave ainda, como espaço público, lugar da cidadania” (GOUVEIA, 2015, p. 1). Ademais, em conformidade com o papel social atribuído a ela, a aparição da mulher no espaço público, muitas vezes representa uma extensão das funções domésticas que orientam o espaço privado:

“la presencia de las mujeres em todos lós espacios públicos de la ciudad – calles, plazas, parques -, [...] está mediatizada por las responsabilidades familiares y domésticas – ir buscar a lós hijos a la esculea, acompañarlos al médico, ir a comprar, etc.-, hecho que provoca que las mujeres tengan una relacion mas estrecha com el barrio y su entorno mas inmediato”⁵² (GUITART, 2007, p. 17)

Essa extensão da esfera privada se apresenta principalmente quando analisamos as mulheres pertencentes a segmentos sociais mais pobres, pois ela aparece em várias esferas de sua vida na cidade: (i) no trabalho remunerado, que é associado, em geral, a ocupações “femininas”, como o cuidado aos mais frágeis e dependentes, organização e

⁵¹ Tradução própria

⁵² “a presença das mulheres em todos os espaços públicos da cidade – ruas, praças, parques - é mediada pelas responsabilidades familiares e domésticas – ir buscar os filhos na escola, acompanhá-los ao médico, ir fazer compras, etc.-, isso faz com que as mulheres tenham uma relação mais estreita com o bairro da moradia e seu entorno mais imediato” (Tradução própria)

limpeza; (ii) nos hábitos de consumo, pois essas mulheres tendem a consumir principalmente produtos diretamente relacionados à manutenção da casa, como eletrodomésticos; (iii) e nas suas formas de lazer:

“O sobre-trabalho, entenda-se cuidar da casa e da família além de trabalhar, acaba por eliminar outras formas de lazer e sociabilidade, por falta de tempo e de disposição. [...] [o] lazer [em geral] traduz-se em ficar em casa, escutar rádio, ver televisão, ou ir à igreja. Parte dessa opção por lazer também está relacionada com as dificuldades de transporte, passam horas no traslado de casa para o trabalho, do trabalho para a casa e têm pouco tempo para o lazer. Os homens também são afetados pelos problemas de transporte e têm pedido muito de seu tempo para o lazer. E se ambos são afetados pelas agruras urbanas, o que diferencia é o peso da responsabilidade cotidiana que a mulher tem a mais sobre a vida doméstica.” (SANTORO, 2008. p. 7)

Cabe destacar, entretanto, que essas implicações sobre a dicotomia público-privado, aqui apresentadas, não são determinantes a ponto de condicionarem de maneira totalizante a vida das mulheres na cidade, sem brecha pra rupturas que podem vir provocar desvios e transgressões nos papéis e funções sociais, aparentemente rígidos, atribuídos à mulher. Nem pretende indicar que essas relações afetam de maneira igual a todas às mulheres, negando as múltiplas possibilidades de respostas particulares do sujeito em relação à determinação de sua posição social enquanto mulher e a heterogeneidade no interior deste grupo social.

O que se pretende aqui argumentar é que a separação das esferas pública e privada permite fixar um determinado papel social atrelado a uma certa conformação de identidade imposto a todas as mulheres – mas que as afetam individualmente de maneiras distintas –, que impera priorizando a reprodução de um valor “feminino” – construído social e culturalmente –, associado à maternidade, passividade, emotividade e irracionalidade. Além disso, a determinação da mulher à esfera privada irá definir que cabe a ela a responsabilidade pela manutenção da vida doméstica, portanto essa deve ser sua ocupação principal, que irá refletir em todas as outras esferas da sua vida. Bem como isto irá determinar a aparição da mulher no espaço público, irá influenciar em muito a possibilidade de participação da mulher na política, pois ela é, ainda hoje,

marginalizada, quando não ausente, dos sistemas de representação das democracias contemporâneas.

2.5 A representação da mulher na política: o estigma da “bela, recatada e do lar”

Como discutido no módulo anterior, à mulher é imposto um papel social atrelado a uma identidade que pretende se fixar, engessando-a ao privado e a relacionando diretamente às tarefas e responsabilidades do lar. Em oposição ao privado, a esfera pública, mesmo com o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho e com os avanços democráticos em termos de conquistas de direitos das últimas décadas, permanece sendo um espaço prioritariamente masculino, onde a mulher mantém-se constantemente marginalizada. Isto tende a influenciar principalmente a participação da mulher na política, pois, apesar de juridicamente servir-se de direitos políticos iguais aos homens, a presença da mulher nos espaços de poder e de representação política, quando não ausente, é significativamente desproporcional em referencia a presença masculina.

De meados do século XIX ao início do século XX, as reivindicações feministas tinham como ponto central o sufrágio feminino, pois este representaria:

“que as mulheres tinham condições iguais às dos homens para gerir a vida coletiva e também que elas possuíam visões de mundo e interesses próprios irredutíveis aos de seus familiares. [...] Além desse efeito simbólico, havia a ideia de que o voto era a via de acesso aos espaços de tomada de decisão, que se tornariam mais permeáveis à presença das mulheres e mais sensíveis às suas demandas. No entanto, as décadas seguintes à obtenção do sufrágio feminino mostraram que era perfeitamente possível a convivência entre direito de voto das mulheres e uma elite política formada quase exclusivamente por homens.”
(BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 93)

A extensão do direito de voto às mulheres não abalou, portanto, a dominação política dos homens, brancos e ricos. A baixa representatividade de mulheres nas esferas do poder político é uma realidade atual na maioria dos países democráticos ocidentais⁵³.

“Se por um lado a mulher está mais presente no mercado de trabalho (mesmo que ainda

⁵³ “De acordo com os dados da Inter-Parliamentary Union, atualizado em julho de 2013, as mulheres ocupam, em média, 21,3% das cadeiras nos parlamentos nacionais. [...] O Brasil, com menos de 9 % de mulheres na Câmara dos Deputados, está entre os piores colocados no ranking internacional, atrás de 154 países (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 93).

tenha muito a galgar na competitividade com os homens em termos de cargos e salários), em termos de representatividade política, não tem aumentado [muito] a participação de mulheres como representantes” (SANTORO, 2008, p. 5). “A abolição das barreiras legais não representou o acesso a condições igualitárias de ingresso na arena política” (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 94), apesar de ser possível identificar alguma ampliação da presença feminina nos sistemas de representação política, nas últimas décadas. Além disso, as mulheres que acessaram as zonas de poder político recentemente são muitas vezes desconsideradas, estigmatizadas, e suas opiniões políticas desvalorizadas. Isso depende em grande parte dos “padrões diferenciados de socialização de gênero e [d]a construção social da política como esfera masculina” (BIROLI;MIGUEL, 2014, p. 94) que determinam que a mulher deve manter-se fora dos sistemas de representação política.

“Há diversos fatores estruturais e culturais que explicam o reduzido acesso da mulher ao poder, reforçando a tendência das funções políticas permanecerem no domínio masculino” (SANTORO, 2008, p. 5). Primeiramente, deve-se reconhecer que cultural e historicamente, na tradição ocidental, construiu-se e reforçou-se uma conformação de identidade feminina que definiu o que significa “ser mulher”, e serve a legitimar as diferenciações entre os sexos, que irão, em grande medida, aparecer como fatores justificadores das desigualdades de gênero. “A mulher é o sujeito do feminismo, mas a categoria mulher foi construída em meio a relações marcadas pelo patriarcado e pela dominação masculina” (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 78). Isso significa que a própria categoria "mulher" e as maneiras como esta se constrói precisam ser problematizadas, e não entendidas como ponto de partida do feminismo (COSTA, 2000).

“Uma das questões fundamentais na teoria feminista e de gênero é a histórica imposição de um modelo de existência [...] reinventado cotidianamente pelos processos de dominação, e questionado por feministas, não só através do discurso, mas também através da busca de práticas transformadoras que colocam em xeque o ideal feminino (ou de mulher).” (TAVARES, 2015, p. 1)

A conformação da identidade feminina se construiu cultural e historicamente, em grande parte, a partir de representações contraditórias e opostas da mulher: de um lado a mulher idealizada, em conformação com o papel convencional/tradicional atribuído às mulheres, e comunmente associada à cultura (em sua noção de civilização); e de outro, a mulher que deve ser repelida, transgressora ao papel convencional/tradicional atribuído

às mulheres, e comunmente associada à natureza (selvagem, impura, promíscua, corrompida). Eva, por exemplo, aparece, na tradição cristã, como símbolo da mulher ideal, em oposição à Lilith, a outra ou primeira mulher de Adão, que aparece na cultura hebraica e em algumas versões bíblicas. A oposição neste mito é evidente: enquanto a primeira se enquadra no padrão idealizado de mulher que serve aos mais profundos desejos de seu homem, a última com sua indocilidade, insubmissão e rebeldia repele Adão, que demanda ao Criador uma outra mulher, Eva, que lhe satisfaz por ser dócil, obediente e bela (CALABRIA, 2015).

Há também outros mitos que evocam representações simbólicas que irão conformar a identidade feminina sustentada por dicotomias que colocam em oposição e diferenciam a mulher “tradicional” da mulher “desviante”: “mitos da luz e da escuridão, da purificação e da poluição, da inocência e da corrupção” (SCOTT, 1989, p.21). Outra forma de legitimar as diferenciações de gênero a partir da conformação da identidade feminina, que pretende se fixar, são, segundo Scott, os conceitos normativos que constroem a história do Ocidente, “que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas”:

“Esses conceitos são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tipicamente tomam a forma de uma oposição binária que afirma de forma categórica e sem equívoco o sentido do masculino e feminino. De fato essas afirmações normativas dependem da rejeição ou da repressão de outras possibilidades alternativas e às vezes tem confrontações abertas ao seu respeito [...]. A posição que emerge como dominante é, apesar de tudo, declarada a única possível. A história posterior é escrita como se essas posições normativas fossem o produto de um consenso social e não de um conflito.” (SCOTT, 1989, p. 21)

Um exemplo de como conceitos que surgem na história se fixam enquanto posições normativas, omitindo-se as divergências em sua construção e engessando-se conformações identitárias de gênero, seria a ideologia vitoriana da “mulher do lar” (SCOTT, 1989):

“Na Inglaterra do século XIX, mais precisamente no período vitoriano, o progresso das ciências e a sofisticação da técnica, com reflexos em todas as camadas sociais, criaram um ambiente propício para o surgimento de um tipo feminino cujo perfil se pode nitidamente traçar. Nessa época, com efeito, o questionamento religioso de par com um processo evolutivo indiferente aos

anseios sociais suscitou a necessidade de se buscar um ponto de equilíbrio entre o público e o privado, uma base que refletisse solidez e estabilidade. Esta base, naturalmente, era o lar, e como seu representante elegeu-se alguém com as qualidades de guardião da moral e da castidade. A exigência de um anjo do lar fez nascer a mulher vitoriana.” (MONTEIRO, 1996, p.61)

Nesse contexto, o lar é resgatado enquanto símbolo do ambiente sagrado e incorruptível, a base moral da sociedade, onde novas ideias que ameaçassem o equilíbrio e a harmonia da família tradicional não iriam penetrar. Assim, recai sobre a mulher a responsabilidade de manter a reputação e a moralidade da família, e é a ela estabelecido o papel de guardiã do lar. A ideologia vitoriana da mulher é nada menos que a personificação da mulher como mantenedora de um status moral de toda uma representação de sociedade atrelada aos valores da corte, enquanto “na realidade tem poucos antecedentes históricos que testemunhariam a realização incontestada de um tal papel” (SCOTT, 1989, p. 22).

Nessa mesma lógica, podemos analisar o discurso de Edmund Burke⁵⁴ sobre as mulheres na Revolução Francesa, que nos ajuda a perceber como “o conceito de gênero legítima e constrói as relações sociais” e, nesse caso, como “a política constrói o gênero e o gênero constrói a política” (SCOTT, 1989, p. 23).

“O ataque de Edmund Burke contra a revolução francesa se desenvolve em torno de um contraste entre as harpias feias e matadoras dos ‘sans culottes’ (‘as fúrias do inferno sob a forma desnaturada da mais vil das mulheres’) e a ‘Feminilidade Doce’ de Marie-Antoinette que escapa a multidão para ‘procurar refúgio aos pés de um rei e marido’ e cuja beleza tinha antigamente inspirado o orgulho nacional” (SCOTT, 1989, p. 24)

Aqui, é interessante notar que o discurso de gênero aparece como forma de deslegitimar o processo revolucionário francês, utilizando-se da construção simbólica da identidade feminina - a partir de representações opostas e polarizadas da mulher - como argumento. A colocação de Burke pretende justificar o que para ele seria o “papel apropriado ao feminino na ordem política” (SCOTT, 1989, p. 24), sugerindo a condenação das mulheres que subvertissem o ideal de feminilidade. A participação direta da mulher na política seria descartável, porém ela serviria enquanto símbolo que se reflete em um

⁵⁴ BURKE, Edmund. Reflections on the French Revolution, 1892.

amor pela pátria: “para que se possa amar a nossa pátria, a nossa pátria tem que ser amável” (BURKE *apud* SCOTT, 1989, p. 24).

Neste momento, parece possível estabelecer uma analogia à discussão, bastante atual, que emerge no contexto brasileiro de instabilidade política - em torno do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff -, referente ao debate que polemiza a construção discursiva da “bela, recatada e ‘do lar’”. A polêmica surge quando a revista *Veja*, em abril de 2016, lança a matéria “Marcela Temer: bela, recatada e ‘do lar’”, sobre a esposa do então vice-presidente Michel Temer, que se tornaria, pouco depois, a primeira dama⁵⁵:

“Marcela Temer é uma mulher de sorte. Michel Temer, seu marido há treze anos, continua a lhe dar provas de que a paixão não arrefeceu com o tempo nem com a convulsão política que vive o país - e em cujo epicentro ele mesmo se encontra. Há cerca de oito meses, por exemplo, o vice-presidente, de 75 anos, levou Marcela, de 32, para jantar na sala especial do sofisticado, caro e badalado restaurante Antiquarius, em São Paulo. [...] Bacharel em direito sem nunca ter exercido a profissão, Marcela comporta em seu *curriculum vitae* um curto período de trabalho como recepcionista e dois concursos de miss no interior de São Paulo (representando Campinas e Paulínia, esta sua cidade natal). Em ambos, ficou em segundo lugar. Marcela é uma vice-primeira-dama do lar. Seus dias consistem em levar e trazer Michelzinho da escola, cuidar da casa, em São Paulo, e um pouco dela mesma também (nas últimas três semanas, foi duas vezes à dermatologista tratar da pele). [...] Em todos esses anos de atuação política do marido, ela apareceu em público pouquíssimas vezes. ‘Marcela sempre chamou atenção pela beleza, mas sempre foi recatada’, diz sua irmã mais nova, Fernanda Tedeschi. ‘Ela gosta de vestidos até os joelhos e cores claras’, conta a estilista Martha Medeiros. [...] Michel Temer é um homem de sorte.” (VEJA, 18 de abril de 2016)⁵⁶

A elaboração discursiva de Marcela Temer, neste trecho da matéria, se enquadra perfeitamente à idealização da mulher produzida cultural e historicamente enquanto símbolo da feminilidade. Essa conformação de identidade feminina define o lugar da mulher na política: ausente, subalterno e/ou marginal. A construção social do lugar do

⁵⁵ Em 12 de maio de 2016, o então vice-presidente Michel Temer (PMDB) assume interinamente o cargo de presidente da República, após Senado decidir afastar do cargo a presidente Dilma Rousseff (PT). Ver: ><http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1770139-senado-afasta-dilma-da-presidencia-e-michel-temer-assume-nesta-quinta.shtml>< (acessado em 19/07/2016)

⁵⁶ Disponível em ><http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/bela-recatada-e-do-lar>< (acessado em 21/06/2016)

sujeito “feminino” atrela-se, portanto, a um ideal específico, relacionado a qualidades “domésticas” e padrões normativos de beleza, negando-o enquanto sujeito político. Essa construção semântica hipervalorizada de Marcela Temer, como se evidencia no trecho destacado, parece estabelecer-se em clara oposição à presidenta Dilma Rousseff, considerando o contexto político o qual o Brasil passava em torno do *impeachment* da presidenta. Esta, enquanto representante do cargo mais elevado hierarquicamente do sistema político brasileiro, parece – desconsiderando as complexificações do contexto – constranger esse padrão normativo que define “o feminino” fora da esfera política e dos espaços de liderança de poder.

Não cabe aqui discutir as motivações políticas que levou a Veja a escrever essa matéria, nem evidenciar as inúmeras críticas feministas que surgiram em resposta à revista, que apontam para diferentes reproduções de discursos que reforçam estereótipos e legitimam as assimetrias entre os gêneros. Entretanto, parece-me oportuno, com este ilustrativo e atual exemplo, perceber o que parece definir-se como uma representação específica da mulher, consolidada no imaginário social, ativada historicamente em contextos e períodos distintos, que fixa a construção simbólica do feminino ao lar, que reforça o enclausuramento da mulher na esfera doméstica e deslegitima sua presença na política.

É, nesse sentido, que Eva, a mulher vitoriana, Marie Antoniette e Marcela Temer irão de encontro representando um agrupamento de uma mesma codificação simbólica, que constrói discursivamente a idealização da mulher: a bela, recatada e “do lar”. Reforça-se aqui a mesma polarização da mulher “feminina” e a guardiã do lar, em oposição à mulher feia, assustadora, desviante, descartável, repugnante, corrompida, rebelde etc., que subverte sua função “tradicional”, ao assumir-se enquanto sujeito da política.

Apesar das mulheres terem sido historicamente sistematicamente “empurradas” para fora dos espaços institucionais de poder, elas – mesmo quando invisibilizadas, marginalizadas ou silenciadas – historicamente disputaram seu espaço na política, principalmente quando consideramos os movimentos sociais. As mulheres ao engajarem-se politicamente através da participação em movimentos sociais parecem subverter – mesmo quando não ocupam espaços de liderança – o seu papel social convencional, caminhando para um deslocamento simbólico do que é o “feminino” e uma possível emancipação por meio da conquista de autonomia.

2.6 Espaços de resistência: subversão do papel social normativo e práticas de emancipação

A participação na vida política e nos movimentos sociais, para as mulheres, pode ser uma forma de emancipação, conquista de autonomia e “alcance de liberdade por meio da possibilidade de desenvolver suas potencialidades além das funções domésticas”. Entretanto, ao ativarem esse agenciamento político, muitas vezes são vistas como “traidoras de seu papel na vida doméstica, de dona de casa, mãe de família” (XAVIER *apud* SANTORO, 2008, p. 5).

As categorias normativas que interpelam a conformação da identidade feminina, construídas histórica e culturalmente, como argumentado anteriormente, legitimam diferenciações no que diz respeito aos padrões de socialização de gênero, o que para mulher, especialmente, representou em grande parte a renúncia de sua autonomia e individualidade e sua exclusão e submissão na esfera política. As mulheres que responderam a isso, subvertendo seu papel social de gênero, ocupando a esfera pública, foram, muitas vezes, punidas pela sociedade e pela história⁵⁷, em um esforço social de coerção e de reenquadramento da mulher a sua identidade “tradicional”. Esse esforço de fixação e imobilização da conotação simbólica do que é “ser mulher” e do que é o “feminino” condenou historicamente a participação da mulher nos movimentos sociais e invisibilizou sua aparição enquanto agente político da história.

Apesar disso, é passível de reconhecimento que os movimentos sociais sempre foram espaços potentes de resistência que redimensionaram, muitas vezes, o papel convencional da mulher e subverteram o lugar do “feminino” na política. Considerando que grande parte dos movimentos sociais frequentemente assume uma dimensão urbana (LEFEBVRE, [1967] 2001), pois se manifestam e se expressam materialmente na urbe, cabe aqui nos interrogar de que maneira esses processos influenciam a aparição da mulher no espaço urbano.

A subversão do papel social atribuído à mulher quando expressa, por exemplo, por meio dos movimentos sociais urbanos, implica, em grande parte, independência e mobilidade,

⁵⁷ Essa punição se dá de maneira muito mais radical e violenta quando se considera a posição na estrutura social que esta mulher ocupa que se define por uma somatização de marcas que produzem vulnerabilidade. É notável que mulheres brancas, ricas e de classe média possuem privilégios que as permitem maior mobilidade e flexibilização da identidade de gênero, ocupando muitas vezes cargos de poder. Enquanto as mulheres pobres e negras, vivenciam condições cruéis de acirramento de desigualdades, o que as limita, por um lado, sua possibilidade de mobilidade na estrutura social, e, por outro, ao subverterem seu papel social “original”, são mais duramente punidas.

e, muitas vezes, acarreta em resignificar e reinterpretar o lugar que a mulher ocupa e como esta se apropria da cidade. Isto pode se traduzir em ameaça a manutenção do sistema de opressão-dominância patriarcal. “A mobilidade das mulheres, tanto em termos de identidade, quanto propriamente no espaço é preocupante para o olhar patriarcal e define o presumível desejo masculino de “corrigir” a mulher em uma identidade estável, o que incorre na necessidade de fixidez no espaço” (MASSEY *apud* MONTEIRO, 2015, p. 29).

“A mobilidade das mulheres, de fato, parecem representar uma ameaça para a ordem patriarcal. Quer seja pelo fato específico de sair para trabalhar na Inglaterra do século XIX ou a dificuldade mais geral, da qual Elizabeth Wilson faz alusão, de manter o controle das mulheres na cidade. A relação de identidade é novamente aparente. A mobilidade da identidade de Cindy Sherman é preocupante para o olhar patriarcal. O comentário de Owen sobre "o desejo masculino de corrigir a mulher em uma identidade estável e estabilizante" ('sexismo flexível') pode estar ligada em um desejo de fixar no espaço e no lugar. Uma mensagem que perturba a hierarquia de gênero pode ser – em termos de identidade e espaço – manter-se em movimento” (MASSEY *apud* MONTEIRO, 2015, p. 29)

A mobilidade da mulher somada a práticas sociais que subvertem seu papel social “original” – que aqui vão além de sua participação nos movimentos sociais - “são uma ferramenta de tensionamento cotidiano que as mulheres acionam [...] que podem formatar novas formas de resistência como portadoras de mudanças potenciais no âmbito das relações sociais. [...] Com isso, se estabelecem conflitos que geram consequências cotidianas e processuais no modo como o espaço urbano é produzido e reproduzido” (TAVARES, 2015, p. 7). As mulheres encontram, na fragmentação do sistema patriarcal-sexista e nos espaços em que a repressão e a coerção falham, ou são insuficientes, brechas para insurgir e se reinterpretarem enquanto sujeitos passíveis de reconstrução e reconhecimento, de ressignificação de sua existência na cidade, enquanto agentes sociais e políticos.

“Achamos brechas quando ousamos sair de bermudas nas ruas no início do século XX, ou mesmo de minissaias na década de 60. Ousamos votar, estar nas ruas trabalhando, ousamos ser donas de nosso sistema reprodutivo, ousamos falar, gritar e chorar em público por nossas perdas, pela violência que sofremos, ousamos existir segundo o que acreditamos ser a existência em nosso tempo. Isso nada mais é que resistir.” (TAVARES, 2015, p. 7-8)

Nesse sentido, apesar dos sistemas de opressão-dominação patriarcal, há sempre “práticas sociais de resistência à exclusão promovidas pelas subjetividades dominantes” (TAVARES, 2015, p. 8). Retornando a discussão para o processo de transformações urbanas geridas pelo empreendedorismo urbano, percebemos que “o espaço urbano das cidades é o retalho de uma significativa diversidade de formas de resistências a essa cidade-mercadoria [...] em que as mulheres negam [esse projeto de cidade imposto] para afirmar a cidade e seu espaço urbano” (AGREST *apud* TAVARES, 2015, p. 8).

Sobre essas práticas sociais de resistência, construídas a partir da afirmação do espaço urbano e do direito à cidade, em oposição à produção capitalista do espaço orientada pelo projeto neoliberal de cidade, destacaremos neste trabalho as experiências de luta das mulheres da Vila Autódromo, que evocam narrativas resistentes de disputa pela sua permanência na comunidade.

CAPÍTULO 3: A cidade pela perspectiva das mulheres da Vila Autódromo

“Uma vez minha filha falou que a mulher é a árvore da casa. Ela sustenta todos os galhos. E é verdade. E na luta da comunidade também você vê que tem mais mulheres à frente. Porque aquela é sua casa, é sua história, é sua vida.”

Maria da Penha

3.1 A Vila Autódromo: uma história de resistência, persistência e (re)existência

Desde a década de 1990, inserida no contexto de emergência de um modelo neoliberal de gestão empresarial da cidade, a Prefeitura do Rio de Janeiro vem desenvolvendo uma série de grandes projetos urbanos visando à renovação da cidade para promovê-la para o exterior. Em concomitância a esse processo de modernização da cidade que pretende promover a atração de investidores, turistas e usuários solventes, observamos a radicalização de desigualdades sócio-espaciais e a potencialização de dinâmicas de segregação. Entre esses processos de produção desigual da cidade, percebe-se a elitização da Barra da Tijuca, que vem se definindo enquanto nova centralidade em termos de negócios e serviços, o que caminha associado a um intenso processo de valorização imobiliária e de expansão da população de rendas altas e média-altas da metrópole (região do município que mais cresceu em população nos últimos anos, com crescimento de 73% entre 2000 e 2010⁵⁸). Este processo se intensifica a partir de 2009, quando o Rio de Janeiro é escolhido como cidade sede das Olimpíadas de 2016.

A Barra da Tijuca se tornará ao longo desses últimos sete anos um local redefinido para se transformar em território protagonista da realização dos Jogos Olímpicos. Por conta disso, a área passa a receber substanciais investimentos voltados para infraestrutura que tem como principais fundamentos os sistemas de transportes BRT e a construção do

⁵⁸VAINER, Carlos; TANAKA, Giselle; OLIVEIRA, Fabricio; LOBINO, Camilla; BIENENSTEIN, Regina; BIENENSTEIN, Glauco; SÁNCHEZ, Fernanda. O Plano Popular da Vila Autódromo, uma experiência de planejamento conflitual. 2016.

Parque Olímpico, destinado à realização das principais modalidades olímpicas dos Jogos. Essas grandes intervenções urbanas na área serão acompanhadas por processos de remoção de diversas comunidades, simultaneamente com o deslocamento de milhares de famílias para áreas periféricas da cidade, em conjuntos habitacionais construídos através do Programa Minha Casa Minha Vida. Entre estas, a Vila Autódromo será uma das comunidades mais afetadas por estar localizada em área pública no limite norte da Barra da Tijuca⁵⁹, em meio aos 1,18 milhão de metros quadrados destinadas à construção do Parque Olímpico.

Assentada à beira da Lagoa Jacarepaguá, a Vila Autódromo formou-se na década de 1960, originalmente como uma colônia de pescadores. A construção do Autódromo de Jacarepaguá e de um conjunto residencial da Aeronáutica, no início da década de 1970, nas proximidades, implicou em um aterro, que empurrou os então moradores para a faixa localizada entre os muros do Autódromo e as margens da lagoa, e proporcionou uma expansão do aglomerado popular, devido aos trabalhadores das obras que ali se instalaram. Neste momento, a Barra da Tijuca passava por intensas mudanças devido a maciços investimentos públicos que visavam tornar a região acessível, o que permitiu a valorização da região, mas também uma acelerada e grave degradação ambiental dos mangues e lagoas, em razão dos grandes condomínios e também da precariedade da infraestrutura de saneamento básico (VAINER *et al.*,2016)

Na década de 1980, através da organização popular, por meio de edificação de casas e espaços comuns, redes de esgoto e drenagem improvisados promovidos pelos próprios moradores – devido à recusa do poder público em urbanizar e implantar equipamentos públicos – a Vila passa de uma área destituída de infraestrutura para uma comunidade que evidencia algumas das características de um bairro urbano popular. Em 1987 cria-se a Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo. A Vila então cresceu e se expandiu progressivamente ao longo dos anos⁶⁰, tornando-se uma comunidade de 1.252 habitantes⁶¹, em 2010, em ocupação consolidada com edificações de bom padrão que convivem com outras mais precárias, permeadas por espaços de lazer e recreação e a

⁵⁹ Antes pertencente à área administrativa de Jacarepaguá.

⁶⁰ Vale lembrar que, em 1989, várias famílias removidas da comunidade Cardoso Fontes são assentadas pelo Governo do Estado na área e, em 1994, a antiga Secretaria da Habitação e Assuntos Fundiários do Rio de Janeiro assentou legalmente na Vila Autódromo uma média de 60 famílias.

⁶¹ De acordo com Censo 2010 (IBGE).

sede da Associação de Moradores (VAINER *et al.*, 2016). Percebe-se que os moradores estabeleceram fortes relações afetivas e de pertencimento à comunidade, a qual parece qualificar-se pela boa relação de vizinhança, pela tranquilidade e segurança, oriundas da ausência de quadrilhas de traficantes nem de organizações paramilitares, e por seu caráter ecológico, devido à incidência de arborização, mais tarde complementado pelo cultivo de hortas comunitárias e pelos projetos ambientais como o de “fossa verde” da Fiocruz.

Entretanto, a partir da década de 1990, a comunidade convive com constantes ameaças de remoção por conta do crescimento de gigantescos empreendimentos imobiliários lançados devido à expansão da Barra da Tijuca e grandes projetos de equipamentos a serem construídos em seu entorno⁶². A Prefeitura do Rio de Janeiro⁶³ passa então a articular uma série de argumentos, no intuito de tentar justificar e viabilizar a remoção, como “dano estético, visual e ambiental” (1993) e “risco ambiental provocado pela ocupação da Faixa Marginal de Proteção da Lagoa de Jacarepaguá” (1996). Os moradores conseguem se organizar contra essas ameaças e conquistam arduamente através de sua luta, em 1997, o direito de Concessão Real de Uso por 99 anos, concedido pelo Governo do Estado - com exceção de moradores da faixa marginal da Lagoa, que, no ano seguinte, conquistam o mesmo direito, cedido pela antiga Secretaria da Habitação e Assuntos Fundiários do Rio de Janeiro.

Os Jogos Pan-americanos de 2007, no entanto, servem como um argumento de mais força para justificar a remoção da comunidade, pois previa a construção do Parque Aquático Maria Lenk e arenas multi-esportivas naquela região. Aumenta-se, portanto, às pressões às famílias que lá habitavam, que, por sua vez, se organizam com mais ímpeto contra as ameaças. A Vila irá então, mais uma vez, resistir com veemência, e em 2005, a Câmara Municipal do Município do Rio de Janeiro declara a área da comunidade como Área de Especial Interesse Social destinada à habitação⁶⁴.

⁶² Destacam-se o grande pavilhão do Rio Centro, onde ocorrem grandes feiras, exposições e eventos, que sediou, por exemplo, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20); e a Cidade do Rock, palco do megaevento Rock in Rio.

⁶³ Nota-se que, nessa época (1º de janeiro de 1993 até 1º de janeiro de 1997), Eduardo Paes exercia o cargo de Subprefeito da Zona Oeste do Rio de Janeiro Município do Rio de Janeiro, nomeado por Cesar Maia, então prefeito.

⁶⁴ Lei complementar nº 7/2005

A partir de 2009, com a definição da cidade como sede olímpica, as ameaças tornam-se uma possibilidade real e as remoções passam enfim a se concretizar. Como já argumentado no capítulo 1, a força simbólica que norteia o “projeto olímpico” é tal que consegue legitimar com facilidade uma série de intervenções no território e acionar uma enormidade de disparidades sócio-espaciais e processos de exclusão, em nome de um suposto “futuro melhor para a cidade”, apresentado enquanto consenso. A “necessidade” de construção de instalações esportivas do Parque Olímpico (primeiro argumento utilizado), da construção da alça viária do BRT Transolímpica (segundo argumento utilizado), da construção de um centro de mídia, estacionamento e instalações provisórias do Parque Olímpico (terceiro argumento utilizado), entre outras justificativas acionadas pela Prefeitura, aparecem como “verdades” que legitimam a “limpeza” da área onde habitam as mais de 500 famílias da Vila Autódromo.

Em resposta, a Associação de Moradores, com apoio da assessoria técnica do NEPLAC (Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual), composto por NEPHU/UFF, ETTERN/IPPUR/UFRJ e GPDU/UFF, propôs um projeto alternativo, reforçando o desejo de permanência da comunidade via urbanização:

“Não somos uma ameaça ao meio-ambiente, nem à paisagem nem à segurança de ninguém. Ameaçamos quem quer violar nosso direito constitucional à moradia. Somos uma ameaça apenas para os que querem especular com a terra urbana e para os políticos que servem a seus interesses. Eles têm o plano deles, que pretende nos apagar do mapa da cidade. Agora nós temos o nosso plano, que afirma nossa existência e nosso direito de continuar existindo. Nossa história de luta tem agora continuidade no nosso Plano Popular”⁶⁵

O Plano Popular de Urbanização da Vila Autódromo, conquistado e elaborado no processo de luta social, provava - inclusive a partir de argumento “técnico” de arquitetos e urbanistas vinculados às universidades UFF e UFRJ - a possibilidade de permanência da comunidade e viabilidade de um projeto de urbanização em conformidade com as obras para a construção do Parque Olímpico (VAINER *et al.*, 2016). O Plano - que

⁶⁵ Depoimento de Altair Guimarães, presidente da Associação de Moradores, no vídeo “Vila Autódromo: um bairro marcado para viver”

inclusive seria premiado internacionalmente⁶⁶ - foi então ignorado pelo poder público, que seguiu com seu projeto de “limpeza social” da área para abertura de novas frentes lucrativas para empreendimentos de alto padrão⁶⁷. Em setembro de 2013, a Prefeitura do Rio de Janeiro apresenta um projeto que mantinha a remoção de pelo menos 70% dos domicílios, sem transparecer o que aconteceria com as casas que não seriam atingidas diretamente pelas obras.

Nos anos seguintes, sucedeu-se um processo violento de remoções de inúmeras famílias, que indicava que, na realidade, a intenção era de remoção total da comunidade, sem dar alternativa de permanência às famílias que desejavam permanecer. Apesar de pautar-se em reassentamentos e indenizações⁶⁸, as remoções foram promovidas sob constrangimentos, ameaças, violações de direitos, terrorismo psicológico e pressões diversas sob-responsabilidade da Prefeitura. Destas destaco: (i) falta de acesso a dados oficiais e disseminação de informações desencontradas; (ii) realização das obras e demolição das casas provocando riscos de vida; (iii) interrupção e intermitência dos serviços públicos na comunidade; (iv) proibição da entrega de materiais de construção para reforma das casas; (v) coação e pressão psicológica individualizada; (vii) permanência de escombros e árvores derrubadas; (vi) agressões físicas contra os

⁶⁶ “o Plano Popular da Vila Autódromo recebeu o prestigioso Prêmio Urban Age do Deutsch Bank, tendo sido escolhido entre 170 projetos no Rio de Janeiro. Além de conceder um investimento financeiro muito necessário de US\$80,000, o prêmio reconhece e valida a luta da Vila Autódromo para continuar em frente à crescente pressão da Prefeitura.” Retirado da matéria “Plano Popular da Vila Autódromo Recebe Prêmio ‘Urban Age’ do Deutsche Bank”, Rioonwatch, 28/12/2013. Em: > <http://rioonwatch.org.br/?p=9595> (acessado em 18/07/2016)

⁶⁷ Estima-se que esta área irá se transformar posteriormente em uma área renovada com áreas comerciais e de lazer, hotéis e condomínios residenciais de luxo, comercializados pelas empreiteiras “parceiras” dos governos municipal e estadual: “Em novembro de 2011, a Prefeitura lançou um edital de licitação para a concessão do terreno público e o estabelecimento de uma Parceria Público-Privada (PPP) para a construção do Parque Olímpico. Na concessão consta que, após a realização dos jogos, 75% da área de 1,18 milhão de m2 serão destinados a empreendimento habitacional de alto padrão a ser comercializado pela concessionária” (“Dossiê sobre as Violações ao direito à moradia na comunidade Vila Autódromo”, Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas, junho de 2015)

⁶⁸ As famílias removidas foram, em alguns casos, reassentadas no Parque Carioca, conjunto habitacional do MCMV, e, em outros, receberam indenizações. O pagamento de indenizações deu-se sem nenhum procedimento legal e sem revelar os valores pagos, que variaram muito de uma família para outra, de acordo com depoimentos dos moradores. E, no caso de reassentamento no conjunto Parque Carioca, os apartamentos caracterizam-se por área extremamente reduzida, tem apresentado diversos problemas de infraestrutura, como relatam diversos moradores reassentados, e não correspondem muitas vezes às necessidades das famílias removidas, pois, por exemplo, não permitem usos mistos de moradia e trabalho, o que caracterizava muitas das antigas casas na Vila Autódromo. Além disso, os recebimentos dos apartamentos ocorreram sem transparência nos critérios utilizados. “A construção do conjunto a cerca de 1,5 km da Vila Autódromo representa uma conquista da mobilização dos moradores, pela proximidade, mas não reconhece as condições de vida locais e laços econômicos e culturais da comunidade. [...] Segundo noticiou a imprensa, a prefeitura afirma que 344 famílias já ‘concordaram’ em se mudar para o conjunto construído no Parque Carioca, e outras 108 negociaram indenizações para abandonar suas casas.” (“Dossiê sobre as Violações ao direito à moradia na comunidade Vila Autódromo”, Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas, junho de 2015).

moradores provocadas pela Guarda Municipal⁶⁹ (COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO, 2015).

Apesar disso, a Vila Autódromo nunca deixou de resistir veemente, reivindicando e exigindo a garantia de seus direitos, denunciando as violências que sofriam injustamente e lutando pela permanência e urbanização da comunidade. Mesmo com muitos moradores cedendo às “negociações” – devido ao contexto de inúmeras pressões e violências - outros recusaram as indenizações oferecidas – que, com a aproximação das Olimpíadas, aumentavam exponencialmente – e resistiram persistentemente, (re)existindo durante o processo e assumindo as incertezas e inseguranças que isto implicava.

Com a proximidade dos Jogos Olímpicos, a Prefeitura apressou-se em finalizar as obras de preparação para o megaevento na cidade. O período do final de 2015 a início de 2016 foi então marcado pelo aumento das pressões contra a Vila Autódromo e pela aceleração das remoções. Os meses de fevereiro e março de 2016 foram preenchidos por um clima de grande tensão⁷⁰ e de enormes perdas para a comunidade, quando edificações extremamente importantes e simbólicas para a luta foram demolidas⁷¹. Entretanto, em abril, o cenário muda radicalmente. O aumento de pressão e novas estratégias da resistência dos moradores e apoiadores⁷², somado à visibilidade que o caso ganhava internacionalmente, além da conjuntura política que do país⁷³, definem

⁶⁹ Com destaque para o acontecimento de 4 de junho de 2015: “A tentativa de remoção de moradores do bairro da Vila Autódromo no última quarta-feira (4/6), na cidade do rio de Janeiro, foi marcada pela violência e confronto entre guardas metropolitanos e moradores do local”. Ver: > <http://olimpiadas.uol.com.br/noticias/2015/06/04/video-mostra-guardas-municipais-do-rj-agredindo-moradores-na-vila-autodromo.htm>< (acessado em 18/07/2016)

⁷⁰ Demolições realizadas sem aviso prévio, ou avisadas em cima da hora, sem tempo razoável para a realização da mudança; patrulhamento da Guarda Municipal diariamente na comunidade, gerando um ambiente cotidiano hostil; cortes de serviços públicos frequentes, como luz elétrica e água; etc.

⁷¹ Destacam-se a sede da APMVA e a casa de dona Penha, que serviram como centros fundamentais de articulação em todo o processo da luta, onde ocorreram muitos encontros e reuniões com moradores e apoiadores da resistência.

⁷² A mobilização em torno da campanha #urbanizajá, que convida as pessoas a gravarem vídeos cobrando da Prefeitura do Rio a urbanização da Vila e desafiando outros três colegas a fazerem o mesmo. A campanha teve aderência maciça e contou com a participação de pessoas públicas de destaque, o que contribuiu para a visibilidade da causa da luta da comunidade da Vila Autódromo, mobilizada em torno da cobrança ao poder público da consolidação da urbanização da vila e para que as famílias que optaram por não deixar a área possam viver ali com dignidade. Ver: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/2016/03/03/urbaniza-jamoradores-da-vila-autodromo-estao-mobilizados/>>

⁷³ Refiro-me a mobilização nacional em torno do impeachment da presidenta Dilma Roussef, que produziu uma enorme instabilidade da situação política no país. Nessa conjuntura, o vazamento de um áudio da conversa entre o ex-presidente Lula e o atual prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (ver: > <http://oglobo.globo.com/rio/ouca-integra-da-gravacao-entre-lula-eduardo-paes-18896342-2><); o desastre do desabamento da nova ciclovia em São Conrado (ver: ><http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2016/04/projeto-de-ciclovia-que-desabou-no-rio-de-janeiro-nao-previa-ondas-fortes.html><); e a possibilidade da

um marco vitorioso para a luta da Vila Autódromo: a conquista da permanência de 20 famílias (parte das famílias que resistiram até aquele momento).

“A prefeitura do Rio e a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro firmaram hoje [13/04/2016] acordo para a construção de casas e urbanização da Vila Autódromo, comunidade ao lado do Parque Olímpico da Barra, na zona oeste da cidade. Representantes da defensoria foram ontem [12/04/2016] à vila para colher a assinatura dos moradores. Segundo a Defensoria, a previsão é que as obras comecem imediatamente e sejam concluídas no dia 22 de julho, data em que está prevista a entrega das chaves à ‘população resistente’.”⁷⁴

Esse marco define uma grande vitória à resistência da comunidade e representa um forte exemplo a outros movimentos de luta popular pelo direito à cidade e à moradia. Entretanto, não se deve deixar apagar a história da comunidade que já não existe mais, pois aquela que virá com a urbanização será outra completamente diferente. Não se devem esquecer as violências que a comunidade sofreu e as destruições materiais e simbólicas que estas provocaram, que permanecerão marcadas na memória de muitas famílias que por lá passaram. Não se deve deixar de lembrar de todos aqueles que atravessaram a trajetória da resistência, e que contribuíram para essa conquista ser possível, entretanto não puderam, por inúmeros motivos, permanecer nesta nova Vila Autódromo que virá.

3.2 A experiência em campo: trajetória e desafios

Após descrever brevemente a história da comunidade Vila Autódromo e sua trajetória de resistência contra o processo de remoções, introduzo aqui notas acerca de meus encontros, enquanto pesquisadora, bem como apoiadora de luta, com esta comunidade e seus moradores. Compreendendo este trabalho enquanto etnográfico⁷⁵, parece-me

abertura de inquérito da Lava Jato contra Eduardo Paes (ver: > <http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2016/05/janot-pede-ao-stf-para-investigar-aecio-paes-e-carlos-sampaio.html>), entre outros fatores, parecem ter influenciado nessa mudança de orientação política da Prefeitura do Rio de Janeiro, favorecendo a conquista da Vila Autódromo.

⁷⁴ Matéria da EBC Agência Brasil : <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-04/rio-prefeitura-e-defensoria-publica-firmam-acordo-para-urbanizar-vila>> (acessado em 14/07/2016)

⁷⁵ Considera-se que este trabalho se enquadra enquanto etnográfico, pois este “consiste num mergulho profundo e prolongado na vida cotidiana desses Outros que queremos apreender e compreender. [...] “modo de acercamento” ou “mergulho” tem suas fases. A primeira delas é um mergulho na teoria, informações e interpretações já feitas sobre a temática e a população específica que

relevante apresentar, de maneira breve e resumida, o processo de campo que desenvolvi na Vila Autódromo em um período de dez meses. Em outubro de 2015, quando fui pela primeira vez à comunidade, já era de conhecimento público que se tratava de um caso emblemático.

Por um lado, porque ilustrava com muita eloquência o “legado olímpico” para a classe pobre e para os moradores de favela: a comunidade era a “pedra no meio do caminho” do Parque Olímpico e da elitização de Jacarepaguá, devido à extensão da Barra da Tijuca; por isso, devia ser destruída. Por outro, o processo árduo e longo, de 30 anos de resistência, agenciado por seus moradores – com apoio da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas e de apoiadores independentes – foi muito bem articulado a mídias diversas e a órgãos internacionais, tal que refletia em um tratamento diferenciado dado pela Prefeitura a esse caso em relação a outras comunidades ameaçadas de remoção - como os altos valores das indenizações pagas às famílias que negociavam sua saída -, de modo que este se toma como exemplo de luta.

Nesse sentido, despertou-me uma enorme curiosidade em conhecer esses atores reconhecidos por resistir com tanta perseverança ao projeto original do Parque Olímpico, que contava com a remoção da Vila Autódromo em sua totalidade, e a lutar insistentemente por sua permanência na comunidade. Entretanto, o aspecto que me chamou mais atenção, e que me instigou particularmente, foi o fato do agenciamento pelos moradores no processo de resistência aparentar ser composto, em sua maioria, por mulheres, as quais ocupam posições de liderança comunitária. Este seria o primeiro reconhecimento e o mais fundamental aspecto que qualifica a dimensão de gênero neste caso, que viria então orientar a minha pesquisa. A partir deste reconhecimento e desta curiosidade para com as vidas e trajetória dessas mulheres protagonistas de sua luta, passei a frequentar a Vila Autódromo em uma periodização de uma média de uma ou duas vezes por semana entre o período de outubro de 2015 a junho de 2016.

Minha primeira ida à Vila Autódromo foi no dia 02 de outubro de 2015, quando o coordenador geral de Movimentos do Campo e Territórios da Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República, Eduardo Valdoski,

queremos estudar. A segunda fase consiste num longo tempo vivendo entre os “nativos” (rurais, urbanos, modernos ou tradicionais); esta fase se conhece como “trabalho de campo”. A terceira fase consiste na escrita, que se faz de volta para a casa” (URIARTE, 2012). Espera-se que este trabalho dê conta destes pressupostos.

visitava a comunidade no âmbito da Comissão Intersetorial de Mediação de Conflitos Urbanos, com intuito de expor o caso a uma autoridade do poder federal como forma de gerar visibilidade às violências das quais a comunidade estava submetida e abrir possibilidade de negociação. Assim, fui em companhia de alunos e professores do Núcleo de Extensão em Política Urbana e Habitação NEPHU da UFF, o qual participou da criação do projeto do Plano Popular da Vila Autódromo. Os moradores nos receberam - como em todos os momentos que estive lá - com muito carinho, atenção e acolhimento. Neste dia, conheci dona Penha, dona Dalva, Sandra Maria, Sandra Regina, dona Denise, Nathália e dona Heloisa, mulheres às quais iria me aproximar mais ao longo desses meses e aprender muito com a escuta atenciosa de suas histórias, lembranças e sabedorias.

A primeira imagem que eu observava, naquele primeiro encontro com a comunidade, era de grande contradição e contraste: de um lado, os prédios majestosos e ultramodernos, que se erguiam, formando os hotéis luxuosos do Parque Olímpico, engoliam a comunidade; de outro, uma paisagem que já se aproximava de um cenário de destruição: inúmeras casas semidemolidas, tratores, escombros, árvores cortadas e pilhas de lixo, que se refletiam nas paredes espelhadas dos novos prédios. (Lembro-me de dona Dalva comentar dos barulhos ensurdecedores das obras, ironizando que parecia uma batucada de samba). A “cara moderna” da Cidade Olímpica impondo-se opressivamente na paisagem, comprometendo a caracterização enquanto comunidade e ameaçando a sobrevivência da Vila Autódromo. Este cenário de destruição iria se afirmar ainda mais ao longo dos meses, quando em proximidade maior com a realização dos Jogos Olímpicos, a urgência combina-se em acirramento da truculência e arbitrariedade das ações da prefeitura.

Os momentos que vivenciei em Vila Autódromo foram também de imenso contraste: uma combinação de experiências mescladas por violências, brutalidades, injustiças e frustrações bem como por alegrias e conquistas, atravessadas sempre por muita união, apoio, carinho e acolhimento. Dentre as primeiras, a semana de 22 a 26 de fevereiro de 2016 se destaca pelo acúmulo de horas de muita angústia e tensão, quando duas demolições de grande importância ocorreram neste mesmo período: a demolição da Associação de Moradores e da casa de Heloisa Helena (yalorixá Luizinha de Nanã). Em meio a essas demolições, de lugares tão simbólicos que representam marcos significativos para a luta da comunidade, somou-se ameaças de demolição da casa de

dona Penha e de Rafaela e Márcio (na época, com uma bebê de colo recém-nascida, Sofia Valentina), que iriam ser removidas poucos dias depois; além da presença maciça de agentes da Guarda Municipal que sempre reforçaram uma relação hostil com os moradores e apoiadores e ameaçaram uma possível intervenção truculenta a qualquer momento.

Durante esta semana, eu e outros apoiadores (somando em torno de 30 pessoas) permanecemos de plantão na comunidade, pernoitando com colchonetes na casa da Penha e de sua família. Apesar das más lembranças e inúmeros desgastes que ele promoveu, este período de dias significou talvez o momento mais importante de minha trajetória em Vila Autódromo, pois permitiu estabelecer laços fortes e mais proximidade com a comunidade e seus queridos moradores, que compartilharam suas dores, frustrações e angústias, mas também alegrias comigo. Foi um momento de muita comoção, fragilidade, intimidade e confiança.

Os encontros e eventos que passaram a serem frequentes na Vila, comuns aos sábados deste ano de 2016, marcaram as experiências mais leves e alegres, reunindo moradores e apoiadores a confraternizar, festejar, pular carnaval, dançar quadrilha etc. Além de eventos relevantemente políticos, mas que também trouxeram motivos para comemorar, como o lançamento do Plano Popular, ato político organizado na rua Abelardo Bueno, exposições de filmes documentários, além das presenças de David Harvey e Raquel Rolnik que estimularam o debate sobre o direito à cidade e deram destaque e reconhecimento à luta da comunidade.

Desafios da pesquisa de campo

O primeiro desafio, colocado antes mesmo de eu iniciar esta pesquisa, era a minha preocupação em estabelecer laços de confiança e proximidade com os moradores da Vila, e principalmente com as mulheres que iriam aparecer como protagonistas dos depoimentos deste trabalho. O movimento de resistência da Vila Autódromo já data de mais de 30 anos, pois a comunidade tem uma história de décadas de luta reconhecida. Mas eu era nova naquele processo. Não havia participado nem contribuído ao processo até então. Tinha pouco conhecimento da história da comunidade como de sua resistência, até o dia em que a visitei pela primeira vez (em outubro de 2015). Assim, uma pesquisa inicial foi essencial, de modo que adquiri mais conhecimento sobre o histórico daquele processo na comunidade e de sua resistência, me atualizando ao

máximo por meio de reportagens, mídias digitais, filmes documentários, outros trabalhos acadêmicos e redes sociais, o que me proporcionou mais segurança.

Logo fiz amizades e me aproximei cada vez mais dos moradores, criando laços afetivos com a comunidade, que hoje permanecem. Os moradores sempre me acolheram com muita generosidade e carinho. A relação de confiança, que desejava estabelecer no princípio, se deu rapidamente, principalmente com a família de dona Penha, cuja casa frequentei inúmeras vezes, sendo muito bem recebida. Tentei mostrar-me sempre curiosa, disponível e disposta a ajudá-los dentro de minhas limitações. Isto pertence a um compromisso ético que defini desde o princípio: queria antes me colocar disponível às suas necessidades do que eles às minhas (de pesquisa). Retomei este compromisso durante todo o processo de pesquisa, o que me fez ajudar nas demandas da luta e participar na resistência o quanto me foi possível, acima de me preocupar com meus objetivos de pesquisa.

Por este motivo, evidenciei minhas intenções de pesquisa somente a partir da metade deste período de dez meses, pois, na primeira metade, me preoquei mais em participar enquanto apoiadora do que enquanto pesquisadora, face esta que mais se revelou nos últimos meses. Isto também se justifica pelo fato de que esse último período foi quando se estabilizou a situação da comunidade (após a conquista da permanência e o início das obras de urbanização), esgotando-se os momentos de muita tensão. O fato de apresentar-me como pesquisadora nunca foi um problema para os moradores, e muito menos para as mulheres as quais entrevistei, pois sempre se mostraram disponíveis a contribuir, percebendo a pesquisa como algo positivo que também os beneficia em termos de visibilidade.

O segundo desafio era o de visualizar a dimensão das relações de gênero atravessadas pelo processo, que me interessava como objeto de análise deste estudo. Mesmo partindo de um olhar e perspectiva feminista, a dimensão de gênero não se transpareceu com facilidade. Apesar de as mulheres serem atores extremamente atuantes no movimento, a dimensão de gênero não estava tão evidenciada (para além do notável protagonismo feminino) e precisou-se de esforço para identificar essas relações. Primeiramente, porque foi difícil identificar, nas produções que tem como objeto de estudo a Vila Autódromo e sua resistência (tanto em meios acadêmicos como midiáticos), análises que incluam a dimensão de gênero; estas foram muito poucas. Nem mesmo o

reconhecimento do protagonismo feminino no processo foi debatido deliberadamente. Aparentemente, essa dimensão não se destacou como aspecto relevante na maioria das análises que observavam e estudavam o caso.

Além disso, tive dificuldade de encontrar explícito no discurso das próprias mulheres da Vila Autódromo este aspecto que me interessava mais diretamente. Inicialmente, a dimensão de gênero bem como o reconhecimento de si mesmas enquanto protagonistas foram pouco aparentes (para não dizer omissa)⁷⁶. Entretanto, nas entrevistas, utilizando-me estrategicamente de perguntas que apontavam para essa discussão, revelou-se, em suas narrativas, o lugar das relações de gênero na comunidade, bem como no que tange a luta, reconhecendo o protagonismo feminino nesse processo e identificando-o inclusive como um processo que permitiu redimensionar as relações entre os homens e as mulheres da Vila Autódromo.

A apreensão dessas agentes em se afirmarem enquanto protagonistas da luta me parece se relacionar com uma preocupação estratégica de união, a qual poderia ser ameaçada pelo reconhecimento da participação mais contundente das mulheres na resistência. Além disso, percebi que a identificação pelo grupo social relativo à categoria gênero se dissolve na identificação pelo grupo social definido pela classe (ou, em alguns casos, pela raça ou pela religião). A questão aparenta indicar que a opressão de classe, especialmente expressa pela segregação e elitização da cidade, e materialmente representada pela negação do direito à permanência na comunidade, aparece com mais relevância nos discursos dos agentes resistentes do que a referência às desigualdades estruturais de gênero, que dimensionam uma especificidade às mulheres na vivência deste processo.

Nesse sentido, parece-me que o recorte de classe sobrepõe-se ao recorte de gênero, em termos de relevância dada por esses agentes. Dessa forma, o grupo social identificado por “mulheres” é, muitas vezes, ofuscado pelo grupo social identificado por “pobres”. Entretanto, isso não me parece ser exclusivo do caso específico estudado, aparenta ser uma questão que pode ser evidenciada em geral nos movimentos sociais da classe trabalhadora que a opressão de classe revela-se com mais evidência, o que, muitas vezes, ofusca dimensões de gênero “invisíveis”, mas que atravessam os processos de

⁷⁶ À exceção de Conceição, que (em entrevista cedida a alunos da PUC) afirmou que: “A verdade é que as mulheres daqui são mais lutadoras do que os homens.” Fala transcrita da entrevista realizada pelo coletivo Humanidade (PUC-RJ), em outubro de 2015, para o documentário “Removidas”.

luta. Para afirmar isso, no entanto, necessitaria de uma pesquisa mais aprofundada, o que não cabe nas limitações deste trabalho.

Outro desafio refere-se ao período em que a pesquisa foi realizada. Tendo em vista as Olimpíadas previstas para agosto deste ano (2016), a prefeitura se apressou em terminar as obras do Parque Olímpico e, portanto, retirar a comunidade o mais rápido possível. Assim, agravou-se, ao longo dos meses, a tensão e a presença do conflito na comunidade: agentes da Guarda Municipal circulando diariamente; ameaças de demolição sem aviso prévio; ilegalidades provocadas pelos funcionários da obra do Parque Olímpico (não retirada dos escombros, corte de serviços como luz e água; paredes derrubadas indevidamente, demolições feitas sem a presença de engenheiro etc.); fechamento das ruas de acesso à comunidade; abordagens agressivas e hostis de agentes da Prefeitura contra os moradores; entre outras truculências, arbitrariedades e violências, que tornaram-se cotidianas. Os moradores tinham de estar sempre em alerta e a luta, mais do que pautada em ações preventivas, tornou-se ferramenta para contenção imediata de ameaças vindas da prefeitura.

O cenário, principalmente a partir do mês de janeiro deste ano, se tornou, cada vez mais, um cenário de guerra. Apesar de mantida a perseverança na resistência, muitos moradores se mostraram desgastados e enfraquecidos pelo processo e mais desmotivados, ao se darem conta da pouca probabilidade de sua permanência, diante do empenho da Prefeitura em remover todas as famílias. Desse modo, o período não foi propício para o desenvolvimento da pesquisa. Tornou-se mais difícil identificar as dimensões de gênero e outros aspectos relevantes da pesquisa, que se tornaram menos importantes em clima de grande tensão, cuja prioridade era a conquista da permanência das famílias que resistiam. Além disso, me pareceu pouco sensível o convite às entrevistas nesse cenário de ameaça do fim da comunidade.

Por fim, o último desafio refere-se ao recorte que deveria estabelecer em relação às agentes cujas narrativas apareceriam nesta pesquisa. De fato, muitas mulheres moradoras da Vila Autódromo assumiram (e ainda assumem) um lugar de destaque na luta, aparentemente, desde o princípio da resistência. Outros nomes como Jane Nascimento e Inalva Mendes constituíram um forte agenciamento feminino de luta, e

foram atores de grande relevância para o processo de resistência da comunidade, que, no entanto, não puderam ser contempladas aqui⁷⁷.

A definição das três agentes, representadas neste trabalho, se deu não de forma aleatória, mas preocupada em eleger as mulheres que me pareceram (por meio de meu observar participante) sustentar posições de destaque na luta, reconhecidas (inclusive por instâncias internacionais) como importantes lideranças comunitárias, o que se evidenciou na participação enquanto representantes da resistência da comunidade em eventos, conferências, seminários, palestras, audiências públicas, assembleias, etc⁷⁸. Inclusive, foram honradas com premiações, o que reforçou este reconhecimento⁷⁹. As mulheres que aqui elegi como protagonistas desta pesquisa são, portanto, Maria da Penha, Sandra Maria e Heloisa Helena (yalorixá Luizinha de Nanã). A seleção dessas três agentes não nega a relevância de outros atores (homens e mulheres) neste processo, mas remete a um recorte metodológico necessário.

Em comum, as três configuram posições de extrema relevância e representatividade da Vila Autódromo e de sua luta, entretanto, cada uma apresenta uma trajetória individual e bastante particular. As diferentes narrativas configuram três universos originalmente únicos, trazendo dimensões e interpretações distintas sobre o processo, o que propicia um grande enriquecimento a esta pesquisa.

Foram realizadas entrevistas abertas com cada uma delas, em períodos distintos da pesquisa (dezembro de 2015, maio e junho de 2016, respectivamente). Cada entrevista foi formulada de acordo com a especificidade da trajetória de cada uma, procurando evidenciar essas particularidades. Entretanto, na prática, valorizou-se mais a fluidez das narrativas das entrevistadas, com poucas interrupções, e focou-se menos nas perguntas anteriormente elaboradas. Destas entrevistas extraiu-se um recorte de cada uma a ser

⁷⁷ Isso também se refere ao fato de, quando iniciei o processo de trabalho de campo, estas já haviam saído da Vila Autódromo e suas casas demolidas tempos antes de eu conhecê-las, apesar de permanecerem participando ativamente da luta.

⁷⁸ Heloisa Helena participou do encontro com a relatora das Organizações das Nações Unidas, Rita Izsák, na ONU de Brasília; da Audiência Pública na comissão de direitos humanos do CNMP; proferiu fala na Comissão de Direitos Humanos do Plenário do Senado Federal; e foi convidada para Comissões de Direitos Humanos em Washington EUA. Maria da Penha participou do debate "O legado de direitos humanos em eventos esportivos" durante o 32º Conselho de Direitos Humanos da ONU em Genebra, na Suíça. Sandra Maria participou como convidada da mesa de lançamento do Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíada do RJ; da mesa "Seminário sobre os Impactos dos Megaeventos" (PUR-RJ); da mesa Mulheres e Lutas Territoriais (IFCS) com Raquel Rolnik, Marcelo Freixo e Sandra Quintela; e vem sendo convidada para proferir inúmeras palestras, participar de debates e comissões em diversas instituições públicas.

⁷⁹ Heloisa Helena foi honrada com Comenda Pedro Ernesto (28 de novembro de 2015) e Prêmio Dandara (11 de maio de 2016). Dona Penha foi honrada com a Medalha de mérito Pedro Ernesto entregue pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro (06 de julho de 2016) e diploma Mulher-Cidadã Leolinda de Figueiredo Dalto. Entregue pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, em 08 de março de 2016.

exposto neste trabalho, mais adiante. Esses depoimentos pretendem qualificar o que nomeio, no título deste trabalho, de “narrativas resistentes”.

3.3 “Narrativas resistentes”: representações de memórias subterrâneas e do pensamento pós-abissal

Nesta etapa de análise, pretendo articular dois diferentes autores como forma de refletir sobre o papel das “narrativas resistentes” das mulheres, protagonistas desta pesquisa. Narrativas “resistentes”, pois irão corporificar a luta e dimensionar novas significações contra hegemônicas e emancipatórias da construção e uso do espaço, disputando a possibilidade de um outro projeto de cidade mais democrático. Além disso, a resistência também parece configura-se em narrativas emancipatórias do sujeito feminino, defendendo-o enquanto sujeito político e agente da história, disputando seu lugar e reconhecimento na esfera pública.

Compreendendo que essas mulheres propõem uma disputa semântica da memória da cidade, mais heterogênea e menos elitista, podemos nos apropriar neste momento da contribuição do pensamento de Michael Pollack (1989) em respeito ao papel da história oral para com a memória. Primeiramente, devemos compreender que, para o autor, a memória estaria atrelada a uma operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado, que se quer salvaguardar. Seria, portanto, a representação de tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. (POLLACK, 1989).

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral pode vir a colocar em cheque a construção da “memória oficial”. Em oposição a esta, Pollack ressalta a importância das memórias subterrâneas. Estas seriam: testemunhas da vivacidade das lembranças individuais e de grupos; transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política; e/ou lembranças proibidas, indizíveis ou vergonhosas: memórias em geral despercebidas pela sociedade englobante (POLLACK, 1989).

Enquanto a “memória oficial” com seu caráter destruidor, uniformizador e opressor silencia outras narrativas e invisibiliza outras vivências, as memórias subterrâneas,

quando saem da zona de silenciamento, colocam a memória em disputa: “Uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público comprova-se o fosso que separa de fato a sociedade civil e a ideologia oficial que pretende a dominação hegemônica – reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa de memória” (POLLACK, 1989, p. 5).

As narrativas das mulheres da Vila Autódromo compreendidas enquanto memórias subterrâneas, quando visibilizadas, pretendem colocar em cheque a “memória oficial”, representada aqui pela construção discursiva da memória da cidade do Rio de Janeiro, produzida em grande medida pelas mediações publicitárias que legitimam o projeto de cidade (fundado no empreendedorismo urbano) em torno dos megaeventos. A construção da “memória oficial” nesse caso envolve a produção de consenso em torno do projeto da “cidade olímpica”, como discutido no primeiro capítulo. Assim, as narrativas resistentes das mulheres colocam a memória da cidade, bem como a da própria comunidade em disputa, em conflito com as narrativas oficiais que justificam as remoções.

Não se intenta aqui um trabalho que se insere no campo da história oral, entretanto parte-se da compreensão deste meio enquanto um veículo possível de evidenciação e ecoamento de experiências subalternas e memórias subterrâneas, pela voz dos próprios sujeitos submetidos a tal silenciamento ou invisibilização.

Aqui, a reflexão de Boaventura de SOUSA Santos sobre o pensamento abissal nos é útil, pois reafirma, sob outra perspectiva, o que se pretende argumentar e justificar nesta etapa de análise.

“O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, [...] [que] são estabelecidas por meio de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o “deste lado da linha” e o “do outro lado da linha”. A divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece como realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer modo de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção de inclusão considera como o “outro”. O universo “deste lado da linha” só prevalece na medida em que esgota o campo da

realidade relevante: para além da linha há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética.” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 71)

O autor pretende indicar com “este lado da linha” a construção de uma hegemonia que orienta a produção de pensamento e as práticas sociais no Ocidente, fundada no colonialismo, que determina tudo aquilo externo a ela como ilegítimo, inválido, irrelevante. No que se refere ao conhecimento, aquele que se situa “deste lado da linha”, representado, por exemplo, pelos grandes domínios da Ciência e do Direito, hierarquicamente se impõe como a forma de conhecimento única possível e universal que se “assenta na invisibilidade de formas de conhecimento”, como, por exemplo, “conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses ou indígenas do outro lado da linha, que desaparecem como conhecimentos relevantes ou comensuráveis” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 72-73). “O outro lado da linha compreende uma vasta gama de experiências desperdiçadas, tornadas invisíveis, assim como seus autores” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 73).

Seguindo a lógica do autor, o pensamento abissal determina que “do outro lado da linha” não há conhecimento real, mas apenas “crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos, que na melhor das hipóteses podem se tornar objeto ou matéria-prima de investigações científicas” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 73). É relevante notar aqui que, assim como os conhecimentos produzidos (descaracterizados enquanto conhecimento) que se situam (ou são situados) “do outro lado da linha”, os atores sociais que os produzem aparecem como objetos, e não como sujeitos: “como produto do pensamento abissal, o conhecimento científico não se encontra distribuído socialmente de forma equitativa — nem poderia estar, uma vez que o seu desígnio original foi converter este lado da linha em sujeito do conhecimento e o outro lado em objeto de conhecimento” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 87).

Podemos traduzir essas críticas à produção do pensamento contemporâneo atual, na medida em que o autor compreende que “essa realidade é tão verdadeira hoje quanto era no período colonial”, de modo que o “pensamento moderno ocidental continua a operar mediante linhas abissais” que “ainda estruturam o conhecimento [...] e são constitutivas das relações e interações políticas e culturais que o Ocidente protagoniza no interior do sistema-mundo” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 76-77). Em outras palavras, “a cartografia

metafórica das linhas globais sobreviveu à cartografia literal das linhas que separavam o Velho do Novo Mundo” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 77).

Assim, a produção de pensamento na sociedade contemporânea do mundo ocidental ainda reproduz a estrutura do pensamento abissal. A ordem social atual continua a operar de modo a reproduzir “hoje, como então, [...] a negação do outro lado da linha [que] fazem parte de princípios e práticas hegemônicos” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 76). Essa negação se legitima na construção de um “não território”, pois ignora o outro lado da linha enquanto um espaço político – pois seria “um espaço impensável para o primado da lei, dos direitos humanos e da democracia” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 76) – e enquanto um espaço de produção de saber.

Nessa lógica, Boaventura argumenta que a injustiça social global – hoje materializada pela “exclusão social, econômica, política e cultural gerada pela mais recente encarnação do capitalismo global, conhecida como globalização neoliberal” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 84) - não estaria dissociada de uma injustiça cognitiva global, “de modo que a luta pela justiça social global também deve ser uma luta pela justiça cognitiva global” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 77). Assim, o autor propõe um pensamento pós-abissal, que reconhece que “a compreensão ocidental do mundo, e que a nossa compreensão da globalização, portanto, é muito menos global do que a própria globalização” e defende que “quanto mais compreensões não-ocidentais forem identificadas mais evidente se tornará o fato de que ainda restam muitas outras por identificar” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 84).

O pensamento pós-abissal parte da ideia de que a diversidade do mundo é inesgotável e continua desprovida de uma epistemologia adequada, de modo que a diversidade epistemológica do mundo está por ser construída. [...] parte do reconhecimento de que [...] enquanto persistir a exclusão definida abissalmente não será possível qualquer alternativa pós-capitalista progressista. [...] Assim, o reconhecimento da persistência do pensamento abissal é condição *sine qua non* para começar a pensar e a agir para além dele. Sem esse reconhecimento, o pensamento crítico permanecerá um pensamento derivativo, que continuará a reproduzir as linhas abissais por mais antiabissal que se autoproclame. [...] o pensamento pós-abissal é um pensamento não-derivativo, pois envolve uma ruptura radical com as formas de pensamento e ação da modernidade ocidental. No nosso tempo, pensar em termos não-derivativos

significa pensar a partir da perspectiva do outro lado da linha, precisamente porque ele é o domínio do impensável no Ocidente moderno. [...] O pensamento pós-abissal pode ser sintetizado como um aprender com o Sul usando uma epistemologia do Sul.” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 84-85).

O Sul aparece aqui como metáfora daqueles cujas experiências ocorrem “do outro lado da linha”. Nesse sentido, me parece oportuno considerar aqui as “narrativas resistentes” das mulheres da Vila Autódromo enquanto experiências que configuram um saber e um pensamento de ordem pós-abissal. Afirma-se aqui, portanto, a Vila Autódromo enquanto território político e de produção de saber. Político porque pertence ao complexo mais amplo de “novas emergências políticas de povos do outro lado da linha como parceiros da resistência ao capitalismo global” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 85). E de produção de saber, pois é onde “conhecimentos não-científicos e não-ocidentais [que] prevalecem nas práticas cotidianas das populações” permitem a “proliferação sem precedentes de alternativas” que consistem “numa amplificação simbólica de sinais, pistas e tendências latentes que, embora dispersas, embrionárias e fragmentadas, apontam para novas constelações de sentido referentes tanto à compreensão como à transformação do mundo” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 83-87).

No entanto, “a busca de credibilidade para os conhecimentos não-científicos não implica o descrédito do conhecimento científico. Implica simplesmente a sua utilização contra-hegemônica” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 87). “Trata-se, por um lado, de explorar a pluralidade interna da ciência, isto é, as práticas científicas alternativas que têm se tornado visíveis por meio das epistemologias feministas e pós-coloniais, e, por outro lado, de promover a interação e a interdependência entre os saberes científicos e outros saberes, não-científicos” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 87-88).

Não pretendo aqui declarar este trabalho como pós abissal ou suficientemente contra-hegemônico que rompa radicalmente com as formas de pensamento abissais, pois isto envolveria uma série de desafios que visem extrapolar os limites impostos pelos padrões normativos da produção intelectual dominante (os quais este trabalho não se desvencilha em reproduzir); e implica compreender que nós - estudiosos, pesquisadores e intelectuais – partimos de um olhar “deste lado da linha”, o que nos coloca um esforço de descentramento dificilmente realizável em sua totalidade. Entretanto, este estudo se

preocupa em ao menos trazer narrativas de experiências de mulheres que ocupam “o outro lado da linha”, normalmente invisibilizadas. Antes ainda, este trabalho implica a compreensão das mulheres, aqui representadas, como sujeitas do conhecimento e não como objetos deste. O que permite reforçar, ao mesmo tempo, o papel de escuta da pesquisa etnográfica, que consiste em nos abriremos, enquanto pesquisadores, para a desestabilização:

“os discursos e práticas nativos devem servir, fundamentalmente, para desestabilizar nosso pensamento (e, eventualmente, também nossos sentimentos). Desestabilização que incide sobre nossas formas dominantes de pensar, permitindo, ao mesmo tempo, novas conexões com as forças minoritárias que pululam em nós mesmos.” (GOLDMAN, 2008, p.7).

Nesse sentido, reforça-se o necessário esforço de escuta da singularidade das trajetórias das três personagens que irá nos apontar para uma interpretação autêntica de cada uma do que é habitar, compartilhar, lutar e resistir. Esse aspecto é percebido, por exemplo, no que toca a identificação com a comunidade Vila Autódromo e a construção do laço de pertencimento que se constrói de forma única e particular. As trajetórias individuais de cada uma irão incidir na própria definição da escolha em morar naquela comunidade: uma relacionada ao sonho de habitar numa casa mais espaçosa, com jardim, tranquila e sem violência; outra definida pela capacidade da comunidade proporcionar um contato maior com a natureza; e a última é construída com ênfase no aspecto da religiosidade.

Além disso, evocam interpretações distintas do processo de resistência que vivenciaram (e vivenciam!), assim como reflexões autênticas de como a ótica da mulher interfere diretamente na forma de agenciamento na luta e no próprio habitar e vivenciar a cidade. A singularidade desses processos e de como esta aparece em suas narrativas nos interessa neste trabalho. As experiências dessas três diferentes mulheres, protagonistas de sua luta, serão aqui introduzidas, por meio de transcrição quase integral das três entrevistas realizadas, explicitando suas vivências, anseios, desejos, aspirações, medos, reivindicações e memórias que constituem seu laço afetivo com a Vila Autódromo e significam a sua luta.

Observa-se, em suas narrativas, como o engajamento no processo de resistência e o compromisso construído com a luta da comunidade define seu papel enquanto sujeitos políticos e reflete subjetivamente em uma transformação de sua individualidade que

incidi sobre o lugar social que ocupam enquanto mulheres. As “narrativas resistentes” de Penha, Sandra e Heloisa serão apresentadas a seguir.

3.4 Penha, Sandra e Heloisa: mulheres do lar, mulheres de luta

Fez-se, neste trabalho, a escolha de apresentar as entrevistas de Penha, Sandra e Heloisa de forma corrida e ininterrupta, com exposição em ordem baseada na data de sua realização. Aqui, defende-se a opção metodológica de se manter a integridade dos fios condutivos das narrativas individuais de cada personagem, que serão posteriormente, tecidos com os pontos principais de análise deste trabalho. Essa escolha metodológica se justifica pelo fato de que as narrativas, apresentadas em sua forma íntegra e não fragmentada, fortalecem a fluidez e intencionalidade original da fala das entrevistadas, o que contém substâncias preciosas para esta análise. As entrevistas foram, portanto, transcritas aqui de maneira literal e fiel à narrativa original, nenhuma alteração ou intervenção foi feita, exceto alguns recortes, necessários, devido aos limites de extensão deste trabalho⁸⁰.

Narrativa 1: Maria da Penha

(Entrevista realizada em 17 de dezembro de 2015)

“Meu nome é Maria da Penha. Eu era moradora da Rocinha na verdade. E morei... E também não sou carioca, sou nordestina. E eu vim pra Rocinha ainda criança, terminei de me criar lá. E vivi na Rocinha 28 anos. Eu vim morar aqui eu tinha mais ou *menas* 28, eu ia fazer 28, né? Morei na Rocinha 20 anos, aliás. Eu cheguei na Rocinha eu tinha de 7 para 8 anos. Então morei 20 anos lá e vim para cá eu tava no final de.. É eu tava com 28, mais ou menos essa idade. E porque que eu vim parar na Vila Autódromo, né? No início da Vila Autódromo... Porque na verdade meu sonho era continuar morando em casas. Na Rocinha, as casas eram muito minúsculas, pequenas, né? E eu sempre morei em casa, no Norte. E quando eu cheguei na Rocinha eu morava em casa também, só que era uma casa muito pequena. E era muita gente, você não tinha espaço. E o meu sonho era ter uma casa com quintal pra minha filha... Depois eu fui mãe, e aí eu queria um espaço pra minha filha poder brincar, né? Ter uma vida melhor. Você poder ter uma *pranta*, um cachorro, né? Enfim. Um espaço ideal, toda família quer ter uma casa com espaço. É o mínimo que cada um quer, e todo mundo quer o melhor. E então foi por aí que eu vim. E aí eu tinha também um *problema*, que minha sogra tava doente e ficava difícil da gente morando separado pra cuidar

⁸⁰ Caso haja interesse, as transcrições integrais das entrevistas poderão ser disponibilizadas, com devida autorização das entrevistadas. Solicitar via e-mail: luizanasciuti@gmail.com.

dela. E se a gente conseguisse um espaço, onde coubesse ela e eu, seria maravilhoso, que dava, auxiliava. Eu podia trabalhar, auxiliar ela, e minha filha também podia ficar em casa com ela, enfim. E nós botamos, né, a nossa casa da Rocinha à venda. [...] E aí surgiu, a gente tinha anúncio de jornal, e apareceu esse espaço aqui, né, dizendo que era legalizado. E a gente não conhecia, eu ainda era mais jovem, né? Não tinha experiência. Sempre morei dentro de favela, então você não tem uma experiência de o que é uma casa legalizada, com a documentação tudo ok... Então a gente não tem essa experiência. E aí a gente achou que título de posse era um documento, que era legal, e que não tinha nenhum motivo de *problema*. E nós pegamos esse espaço aqui, né, que a pessoa falou que aqui era legalizado, tinha título, que não sei o que. E nós viemos parar aqui na Vila Autódromo. Aqui, quando cheguei na Vila Autódromo, me encantei, nos encantamos com esse espaço, que era um espaço maravilhoso! Lógico, a minha casa não era assim, só tinha um final da casa, só a cozinha e o quarto. O resto era tudo terreno, muito espaçoso. E nós gostamos, porque tinha espaço que cabia a minha sogra, a minha filha ficou apaixonada que tinha espaço pra ela andar até de bicicleta dentro do quintal. Quintal enorme, todo morado! Então nós nos encantamos e ficamos. [...] Então a gente foi construindo a casa, aos *pouquinho*, enfim. Hoje em dia já tem esse espaço grande, mas era bem pequeno. Então eu tenho uma história de vida que eu construí todo o resto da minha casa, nós passamos... Aí nisso, quando nós estamos aqui três meses, descobrimos que eles queriam tirar... Aí a gente descobriu que tinha essa luta. E o que que a gente ficou desesperado. O que vamos fazer agora? Porque tudo que nós tínhamos, investimos aqui. [...] E aí começou toda essa luta nossa... E aí a gente já tava aqui, *vamo* fazer o que? Vamos ficar! E seja o que Deus quiser! E *tamos* aqui até hoje. Aí ainda demoramos construindo aos pouquinhos, aos pouquinhos, conseguimos melhorar bastante a casa... E aí nós fomos... A Vila era menos... Não tinha tanta gente. Eu vi essa comunidade crescer. Eu participei dela toda, num todo. Quando eu cheguei aqui não tinha quase luz, o ônibus demorava muito, passava muita dificuldade, *as rua* era muito precária, não tinha ponto de ônibus... Os ônibus era tudo aqui por exemplo... Nós fizemos nosso próprio ponto. Então a gente foi construindo a Vila. Atrás da minha casa tinha casa nenhuma, era tudo vazio. A gente via a Lagoa ali. Aqui também não tinha tanta casa, era *menas* casa. Então a gente foi construindo a Vila, foi crescendo. A igreja católica era só um barraquinho. Então tudo isso a gente viu aí. A igreja hoje em dia, você vê a igreja pronta. Nós que construímos, com almoço, com festa! Então a gente tem toda aquela... É por isso que tem muito carinho na comunidade. A construção da comunidade não foi de uma hora pra outra, ela foi vindo devagar, né? E eu participei bastante. Que com 23 anos aqui dentro, não é 23 dias, né? São duas décadas que nós passamos, e que muita coisa boa! Aqui eu sou feliz! Eu descobri a felicidade. Eu morei por muito tempo na casa sem janela, sem porta, sabe? Sem piso... Porque as condições nossa era pouca pra construir. Então a gente foi fazendo tudo aos pouquinho. O meu primeiro salário foi esse piso aqui, que agora ta horroroso (*ri*). Mas foi meu primeiro piso que eu consegui botar na minha casa, que é até hoje. Porque depois, esse trabalho de eles fica... Você acaba ficando um pesadelo, se torna um pesadelo. Todo ano ia tirar a comunidade, todo ano ia tirar, todo ano ia tirar! E foi esse trabalho que nós fomos formando, a gente foi unindo força, fomos participando de reuniões... Fomos descobrindo que também não era assim, que eles não podiam nos tirar, que a gente tinha o direito sim de permanecer nessa terra. Aí a gente... Quando eu peguei esse espaço aqui, eu peguei com o título era 'meu pé no chão'. Aí quando foi 97 veio a concessão de uso por 99 anos... Através dessa luta, que... Essa luta é uma luta de 25 anos. [...] Então não é um trabalho de

ontem nem de hoje. São de duas décadas e meia de trabalho, que a gente vem correndo atrás de reunião, indo pra centro, se unindo, ganhando força, pedindo ajuda... Enfim. Essa luta é uma luta árdua, né? Que deixa você se desgasta. A gente vai, né? Nunca sabe o amanhã, a gente tá sempre na insegurança. Porque todo ano iam tirar a comunidade. Todo ano ia aparecer um pretexto pra tirar a comunidade. Mas mesmo assim a gente foi resistindo, resistindo. O pior período foi no Pan, que eles falaram que *vinha* tirar. E aí a gente conseguiu de novo. Aí *demo* a volta por cima, conseguimos superar... E *tamos* aqui até hoje, né? E agora *tamos* na meta final. Porque, infelizmente, a comunidade, muitos moradores não *conseguiu* mais se colocar, ficaram com medo... Enfim. E hoje tem a *menoria* né? Que agora cada dia que passa sai mais um... Então aqui é uma *menoria* que quer ficar nessa comunidade, que não acha justo sair da sua casa. Porque é um absurdo, com todos os direitos que nós temos ainda tá nessa briga, lutando pra permanecer na nossa casa! Então é o cúmulo né? Nossos governantes, eles não tem esse respeito. Essa coisa né: se eles tão legalizados, deixa eles lá! É um direito nosso! Mas tá difícil... Mas não vamos desistir, vamos continuar.

[...] Aqui, a comunidade, sempre foi muito tranquila. Do jeito que era, né? Mesmo ela povoada era tranquila, e antes também era tranquila. Então aqui a gente sempre teve a liberdade de ficar bem a vontade, de ter esse espaço todo, né? E nós começamos a... Nós tínhamos pé de banana... Então a gente curtiu muito essa casa, o espaço... Mesmo a casa sendo pequena, a gente curtiu o espaço. [...] A gente aqui, graças a Deus, sempre tivemos uma relação muito boa. Então, eu sou muito popular também. Então, eu me relacionei muito rápido com os moradores. Assim que eu cheguei aqui eu já fui pedindo a chave de fenda a um... Já fui me enturmando... Já fui comprando... É tinha o bar do seu Zé da Caise... Já comecei a comprar alguma coisa fiado... Que eu sou toda assim, né? Bem espontânea! E aí eu fui fazendo amizade. [...] Aí foi assim e a comunidade começou a crescer. [...] Foi aumentando, foi chegando mais moradores... E foi povoando, outras famílias foram crescendo... Os filho foram casando, foram puxando mais um puxadinho, né? Que pobre vai puxando um puxadinho ali, puxadinho acolá. E aí vai encaixando toda a família. E aqui como os terrenos são grandes, os lotes são grande. Então, as família crescia. Uma filha ficou grávida, aí já fazia, puxava mais um cômodo ou dois, e a pessoa já ia morando ali, mais o marido e o filho. Tinha aqui lote que tinha sete família. Então foi assim a construção da comunidade. Aí depois nós conseguimos construir a capela. A capela ficou de pé. Aí depois teve um mercadinho. Aí depois o mercadinho melhorou mais ainda... E começava aos pouco, né? Começou com um mercado pequenininho, e depois ele foi expandindo. [...] Era o mercadinho Mãe Estrela, que era na rua principal. Oficina... Tudo isso foi crescendo a comunidade. Aí as *igreja* evangélica também começaram a aparecer... Centro espírita... Aqui nós tínhamos quatro centro espírita, dez igreja evangélica... Né? Isso tudo foi com o tempo. [...] Todos se davam super bem, todo mundo muito amigos, né? A gente aqui sempre teve uma convivência muito boa... Sempre foi muito bom nossa convivência aqui.

[...] Porque assim, aqui não tinha tráfico, aqui não tinha miliciano... Nós éramos uma comunidade que somos livre. Éramos e *samos* livre. Aqui sempre nós tivemos essa liberdade! Chega as pessoas, entra, visita, conhece! Pessoas de fora vinha beber, pescar... Aí fazia... Pescava e ficava ali no barzinho fazendo peixe que ele mesmo pescou... Fazia fogueira... Entendeu? Aí sempre teve essa coisa. Aqui a comunidade também é muito festeja. A gente fazia sempre assim festa de rua... Na época de festa junina... Natal... Dia

das criança, a gente fazia brincadeira com as criança, passava o dia fazendo festividade com as criança, atividades... Sempre foi muito... A comunidade sempre foi muito legal. Bolo! No final da festa sempre tinha bolo! [...] Então era assim: sempre foi muito alegre a comunidade, né? Diferente da Rocinha. A Rocinha é muito grande. A comunidade era menor, *menas* gente. Então a gente conseguia ter um bom relacionamento, sem ter briga... Era muito difícil você ver um vizinho brigar com outro, né? Até mesmo os marido e mulher era difícil de você vê eles brigando. Tinha uma vez ou outra... Mas isso era com pouca frequência, né? Sempre foi muito um relacionamento muito bom! [...]

[Luiza: Como é que é a relação entre homens e as mulheres na comunidade?] [...] Tanto homem como mulheres sempre tiveram um relacionamento bom, né? Assim, o homem sempre respeitou as mulheres, né? E as mulheres também... Cada um com seu espaço. O vizinho respeitando o vizinho. No começo da comunidade, dizem que tinha umas pessoas aqui que eram um pouco mal. Logo assim que se iniciou. Mas eu não peguei essa época... Mas dizem que tinha alguns homens... Mas aí inclusive esses homens já morreram... Já foram embora, né? Tinha homem que estuprava mulher, porque se a mulher morasse sozinha... Teve uma fase logo no início mesmo da comunidade dizem que foi meio pesado aqui. Que tinha homens mal, né? Mas depois, foi melhorando...

[...] [Luiza: Você se sente segura ao circular pela cidade?] Olha eu particularmente não sou muito medrosa, e eu tenho um pensamento muito positivo. Eu particularmente não sou de... Eu saio, e pra mim, qualquer lugar que eu chego eu vou ta bem. Uma porque eu tenho a teoria... Eu tenho a teoria não, eu tenho fé! E creio que Jesus sempre está comigo, então eu não sou uma mulher medrosa. Não me considero uma pessoa medrosa. Então eu vou pra qualquer lugar, em qualquer momento, em qualquer favela eu vou entrar e vou sair bem. Porque esse é meu jeito de ser. Eu não sou aquela pessoa que: ‘Ah porque a violência esta em todo lugar!’, né? Mas a violência também tá um pouco dentro da gente. Se você botar aquele lado negativo, às vezes você já sai de casa achando que vai acontecer, vai acabar acontecendo... Então é lógico, né? Você também tem que ter uma prudência, mas ao mesmo tempo, você tem que ter uma alta segurança. E não viver com medo. Porque o medo é a arma dos fracos. Então eu nunca penso pelo lado negativo. Qualquer lugar que eu tiver que sair agora, ir na Rocinha, eu vou na Rocinha. Se eu tiver que entrar meia noite na Rocinha, eu vou entrar meia noite na Rocinha. Se eu tiver que ir lá no Cantagalo, eu vou lá no Cantagalo. Pra mim não tem isso, medo: ‘Ah!’. Lógico, eu sei que acontece, a gente vê a violência no dia a dia. Agora, eu vejo a comunidade assim: quando a gente entra, a nossa comunidade é uma comunidade muito tranquila. Então a gente quando sai, a gente sente o *crima* pesado no geral, num todo, né? A violência, a sensação de... Várias coisas! Os descaso... É o *crima* pesado mesmo! Tem um *crima* pesado no nosso dia a dia. Então quando a gente entra na comunidade, parece que tudo aquilo passou, ficou lá. E a gente entra se sente *már* leve, mais tranquilo. O *crima* aqui é mais gostoso, mais suave. [...] Não sei se com voce acontece, quando voce entra aqui, eu acho que voce se sente um pouquinho mais relaxada, parece que ta mudando... Aquele silêncio, aquela brisa, aquele ar *már* leve, *már* suave. Então, a gente costuma dizer: ‘Chegamos no nosso paraíso!’. Nós estamos aqui bem tranquilo.

[...] Aqui na comunidade eu me enraizei. Aqui eu consegui achar aquilo que eu não encontrava em outros lugares. Aqui eu me sinto em casa, aqui eu me sinto no aconchego do meu lar. A comunidade é um tudo

pra mim. Eu não consigo me ver fora da comunidade, sem morar aqui dentro. Porque assim, na Rocinha eu morei, mas eu não conseguia me sentir bem, entende? E assim que eu cheguei aqui, eu me instalei. É como se eu tivesse achado um lugar pra *mim* ficar a vida inteira. Então aqui é a casa dos meus sonhos, aqui é o lugar que eu quero ficar. Eu tenho essa... Tanto eu como meu marido, como a minha filha... Porque aqui nós sentimos seguro... Nós conseguimos ser felizes... Porque a felicidade ela ta num todo, né? Tem momentos, né? Mas quando você tem dentro da sua própria casa aquela paz, dentro da sua comunidade aquela tranquilidade, então você é feliz! Você se sente super bem, né? Quando eu to aqui na entrada da comunidade, eu ja to em casa! [...] Aqui na minha comunidade não. Eu entro: ‘Oi, tudo bem, amigo?’ ‘Oi, como é que ta?’ ‘Oi tia Penha!’. E eu criei muito laço familiar, né? Que eu me tornei uma pessoa muito popular dentro da comunidade. Porque eu sou coordenadora da igreja, sempre trabalhei pra igreja. Então todo mundo me conhece como a zeladora da igreja, to sempre ali. E aí final de ano a gente sempre arruma coisa na igreja. Enfim. E fora isso na luta também do dia a dia, participando de reuniões... Sempre com boa vizinhanças, sempre fomos bons amigos. Então sempre tive um relacionamento muito bom na comunidade. E aqui eu consegui me enraizar mesmo. É como se eu tivesse nascido aqui. Parece que é minha cidade de origem. Eu nem lembro onde eu nasci, eu lembro daqui da comunidade.

[...] Porque mesmo nós *teno* essa dificuldade com a luta, *teno* essa pressão que nos sofremos no dia a dia, mas nós conseguimos superar. Porque eu vejo como obstáculo. Porque toda luta, toda vitória tem que ter luta. E eu a vejo assim, a minha vitoria ta pra chegar e eu vou conseguir vencer, e essa luta vai acabar! Um dia ela vai acabar, ela não é eterna. Então eu acredito que uma hora ela vai parar. [...] Vai tranquilizar e eu vou continuar morando na minha comunidade!

[...] Eu acho que todo cidadão tem que cobrar verdadeiramente o seu direito. Então, nessa luta eu aprendi, foi essa luta que me ensinou que o direito vive muito bonito no papel. E ele serve muito mais um lado da sociedade. Ele é muito ativo quando o cidadão já tem dinheiro e tem mais conhecimento. Quando a pessoa é simples não tem dinheiro e não tem um bom conhecimento a pessoa acaba sendo lesada ou até mesmo vendendo o seu direito. Então eu vejo o meu papel, nesse momento e daqui em diante é cobrar esse direito que ele seja verdadeiramente respeitado. Porque se eu tenho direito a uma moradia por 99 anos, e dando mais além, mais 99, por que o meu representante, que eu escolhi botei lá pra governar, quer me tirar? Na verdade ele não pode me tirar, ele quer me comprar. Então eu acho que é uma falta de respeito! Eu não sou obrigada a vender o título da minha casa. Eu não sou obrigada a vender a minha casa, porque o nosso governante quer. Então o governante tem que aprender a respeitar a pessoa mais humilde. Porque ele está ali pra servir.

[...] os megaevento enriquece mais ainda os poderosos, os governos, os donos de *peniteiras*, né? De... Enfim. Nós sabemos disso. Então quem é pobre continua mais pobre e quem é rico continua mais rico. Ta certo isso? Não. Porque nós precisamos de ter cidade para morar, nós precisamos de educação, nós precisamos de é... De saúde! Nós precisamos de segurança, né? A segurança eu nem digo tanto, porque eu já vejo a segurança de uma outra forma... Mas enfim. A cidade, todos precisam de direito iguais para todos. [...] Então nós não temos um projeto de cidade, e nem de país para o todo, para o povo todo. Nós temos pela metade, nós temos a nossa... E isso não de agora. Nós temos que começar a mudar de agora em diante. Os jovens que tão crescendo, os futuros profissionais, eles tem que começar a ver a vida da

cidade, a vida do país com outros olhos, com um olhar mais crítico, mais amoroso, mais potente! Tirando o lado da vantagem. [...] Um outro projeto de cidade onde a pessoa que mora na favela, a pessoa que mora em comunidade, a pessoa que não tem dinheiro, seja respeitada e tratada com os direitos iguais. Se eu tenho o direito de permanecer nessa terra, eu quero que esse direito seja respeitado. Porque eu sei que no Parque Olímpico, vai ter moradia depois. Aí porque que meu vizinho ali não pode ser meu vizinho? O rico não pode ser vizinho do pobre? Então, não tem por que. Eu acho que os direitos são iguais. Eu tenho direito à moradia, como o rico também tem direito à moradia. E ele ainda tem o poder de pagar. E eu só vou ter o direito de morar aqui porque eu já tenho, já estou aqui. Então eu tenho que continuar aqui. Não tem porque eu sair daqui porque eu vou dar lugar a meu novo vizinho. A minha casa tem que ser a garagem do vizinho? Não! O vizinho que se vire com a garagem dele lá! Eu continuo aqui.

[...] Então, o nosso direito tá onde? A nossa democracia foi pra onde? Aliás, que a nossa democracia eu acho que nem existe né... Só é do papel também, só é bonito pra por na sala: 'Ah nós somos democráticos!'. Mas democrático mesmo só na... Na prática mesmo não existe, é só gógó. No dia a dia não é isso que vai ver. Então, se daqui pra frente eu não... Se esse sonho de permanecer na comunidade não se concretizar, pra mim vai perder todo o sentido. De dignidade, de respeito, né? De justiça social. Então, né, pra quê? Nós lutamos em vão esse tempo todo.

[...] Conquistas já tivemos sim. Porque é a primeira comunidade a sair com indenizações boas. É a primeira comunidade a sair com dignidade, sem ser expulsa. Que a maioria das comunidades, em todas essas resistências, a gente que as pessoas são expulsa. E isso nós devemos a muita luta! Essa nossa luta de todos os companheiros que passaram por essa comunidade fez que com essa luta a gente fosse um POUCO respeitado. Eu digo pouco, né? Porque o ideal é ser totalmente respeitado. Então essa luta fez com que a gente tenha um pouquinho de dignidade, um pouquinho de respeito. Porque se não fosse essa luta a gente já tinha sido expulso das nossas próprias casa. Com a mão na frente e outra atrás, como diz o ditado. Então nós já nos sentimos vitoriosos. Mas pra chegar à vitória final, precisamos ficar na Vila.

[...] A maioria dos países são assim. Você não precisa ir muito longe, a gente tira exemplo do nosso país e dos outros países que... Até mesmo com os megaevento, todo país que já teve uma Copa, que já teve uma Olimpíada, que já teve um Pan Americano, todos sofrem. Porque geralmente os países trabalha pra menoria. E todos os países quer vender seu peixe bonito, quer vender seu país bonito! Que na verdade ele joga o lixo pra debaixo do tapete. E aí é que tá o erro. Mas isso também é culpa do próprio povo. O povo tem que ir pra rua! O povo tem que se manifestar! O povo tem que dizer que não quer isso! O povo tem que tirar, fazer impeachment! E nós brasileiros somos muito acomodados.

[...] Então é muito mais prático eu ganhar um cala a boca, do que eu colocar a boca no trombone. Entendeu? E nós nos acomodamos rápido. Ah, nós tivemos em junho de 2013, nós tivemos aquela manifestação. Mas assim que começou: saiu um preso, o outro morreu... Aí a polícia começou a aparecer. E a gente começou a recuar, a recuar... E nunca mais voltamos, né? E é isso que o nosso governo gosta: que a gente se recolha. Entendeu? Não é fazer a violência. É fazer cobrar o direito e continuar cobrando. Ir pra rua não é tocar fogo no carro de ninguém. Isso tá errado, claro. Mas é continuar na rua dizendo assim: 'Olha só, tá errado!', 'Pode bater, eu não vou reagir!'. Se nós fosse pra rua, apanhasse e não

reagisse, a coisa funcionava melhor. Porque aí a mídia vai dar: ‘Oh, bateram num inocente lá! Ele tava brigando pelo direito dele.’ Aquilo é ilegal. Foi o que aconteceu conosco aqui: eu apanhei sem fazer nada. E eu não bati de volta. E isso tem uma consequência. Porque foi injusto. E uma hora essa justiça vai aparecer. Entende? Então a gente tem que continuar lutando. É duro? É. Mas a gente tem que ter essa consciência. De que a luta ela não é um pouquinho. A luta é meia que circulando, vai indo... Pra ter vitória a gente tem que tá sempre lutando, sempre cobrando, sempre...

[...] [Luiza: Eu sei que você participou lá da Marcha Mundial...] das Mulheres. [...] Foi um momento muito bom, muito maravilhoso. É importante o papel da mulher na sociedade, de cobrar os seus direitos! De ser respeitada, né? E de que ela é uma cidadã, como o homem. Então, nós somos cidadã. Nós temos esse direito. Direito à cidade, direito à moradia, direito de ser a gente mesma. Ter voz! Né? E a mulher tá crescendo nesse... Tá participando bem. [...] É importante, porque a mulher, em qualquer situação, querendo ou não, ela tem uma força especial, né? Porque é a mulher que toma conta da sua casa... A mulher ela tem um trabalho redobrado, né? Eu tenho uma casa, eu trabalho fora... Eu faço um monte de coisa! Então, a mulher é especial na verdade. Ela tem uma certa força que o homem não tem. O homem tem a força bruta. Mas a mulher tem a força do pensamento, a força do coração! A raiz! Ela puxa, ela vai lá no fundo. Ela cai, mas ela levanta com mais garra. As mulheres são guerreiras também. E é importante que a mulher teja na luta. Seja pela moradia, seja pela justiça, pelo seu filho. Seja pela saúde, enfim! Nós temos que tá ali firme pra cobrar, em todos os sentidos, o seu direito. De tudo.

[Luiza: E você acha que a sua luta, além de ser pelo direito à cidade, pela democracia... Também é uma luta pela igualdade...] social! Pela igualdade das mulheres também! Quantas mulheres não tem moradia? Quantas mulheres mora de aluguel? Né? E porque que a nossa sociedade não dá condições melhores para ter boas moradias para todos? Seja pra mulher, seja pra homem... Mas a mulher ela ta sempre buscando também, né? A mulher ela muitas vezes não se acovarda. Ela vai lá. Ela insiste, ela persiste. A mulher ela é muito persistente, né? [...] Porque eu acho que já é uma característica nossa. Nós sofremos tanto na vida! Porque todas as dificuldades maiores é da mulher, né? [...] Isso já vem do início do mundo, né? Da história. A mulher ela já vem na dependência né? Ela já veio da costela do homem. Então, ela não veio... Ela não foi criada, né? O homem foi criado. A mulher ela já veio da dependência do homem. E nisso ela tá sempre buscando ser independente. Ela ta sempre buscando, mostrando que ela é capaz. E com a história da mulher você vai ver que isso vem melhorando, melhorando... E assim, degrau por degrau, né? A mulher ela vem se levantando, aos pouquinho. A mulher sempre foi submissa. A mulher sempre foi... Era a última a ser ouvida na casa. Hoje já tem uma grande diferença, nós temos um grande avanço. A mulher já tem voz ativa, em todos os sentidos. A mulher já é uma presidente. Tem mulher motorista, tem mulher trabalhando dentro de obra, tem mulher sendo chefe da casa. Tem mulher chefe em vários setores. Então a mulher tem esse poder, né? E parece que ela é frágil, mas quando ela busca a força interior dela, ela é muito mais forte do que muitos homens. Eu conheço mulheres guerreiras, que vivem só, que criaram seus filho... E que deram os bons fruto, os filho foram todos filhos bons! E elas viveram sozinha. Criaram seus filho sozinha. Mas deram bons fruto, porque ela tem garra! Porque ela diz assim: ‘Eu sou capaz!’. E aí cara, quando você diz que você é capaz, você vence.

[Luiza: E nitidamente, na luta de vocês, vocês tem sempre reafirmado essa força, não é?] É verdade, a gente ta sempre buscando a perseverança, né? E isso é uma qualidade que a mulher tem. Que eu acho que a maioria das mulheres tem é a perseverança. Ela não desiste tão fácil, né? E aí vai juntando a união do homem e a mulher na comunidade, vai somando, e aí a coisa vai funcionando...

[...] Você sai da sua rotina, e você começa a ver... a crescer! No sentido de direitos, de dependências... De ver que outras pessoas também, outras mulheres também, passam por essas mesmas dificuldades. Você aprende que não é só a sua comunidade, é as outras comunidades também tem mulheres que sofrem, e uma vai apoiar na outra, uma vai se fortalecer na outra... Muitas mulheres vai se basear nas mulheres da Vila Autódromo, nos homens da Vila Autódromo... E vão também buscar os seus próprios interesse, e crescer! E ver que o seu direito pode ser respeitado sim. Então, eu acho que é importante, eu apreendi muito e espero passar muito também para outras. Que a vida é uma troca. A gente vai trocando experiências e vai aprendendo.”

Narrativa 2: Sandra Maria

(Entrevista realizada em 07 de maio de 2016)

“Então, eu vim parar aqui mais ou menos 25 anos atrás, quando eu iniciei um relacionamento com o pai dos meus filhos e ele já tinha um terreno aqui. Aquele lote ali onde nós moramos foi conseguido por ele, portanto os dois títulos de concessão de uso estão no nome dele. E aí, nós começamos um relacionamento, a princípio nós ficamos morando em Lumiar, durante um tempo, depois nós voltamos pro Rio e... Aqui é o seguinte: aquele terreno, ele conseguiu aquele terreno, ele ainda era solteiro, morava sozinho. Aí a dona Dalva, mãe dele, ela se separou do pai dele, ai na ocasião ele chamou a mãe para vir morar com ele. Depois quando nós iniciamos um relacionamento... [...] Então, aí ele veio com a mãe não, ele veio sozinho, aí a mãe se separou do pai e veio morar com ele. Aí, quando eu e ele iniciamos o relacionamento nós ficamos morando em Lumiar. Aí a mãe dele ficou morando lá, que ele deu a casa dele pra mãe dele. Depois, quando nós voltamos de Lumiar, nós ficamos morando em Vargem Grande num sítio. A gente pegou um sítio pra ficar como caseiro ali em Vargem Grande, que era bem bacana até, tinha uma cachoeira no quintal. Foi bem legal. [...] Dai eu engravidei da Isis e nós resolvemos então construir uma casa da gente, porque, pra ter mais segurança né? Porque esse sítio, apesar de ser bem legal, a gente passou um período lá e foi bem legal, mas não tinha uma segurança, porque não era nosso, e tinha ainda essas loucuras do dono... A Isis nasceu lá, mas aí a gente já tava no processo construindo uma casa pra gente. E aí, assim que a Isis nasceu, a gente veio realmente pra cá. Pouco de meses que ela tava, a gente terminou a casa e voltou pra cá. Aí moramos juntos por 17 anos, eu e ele. Depois nos separamos, e ai quando nós nos separamos ele saiu. Ele deixou a casa pra mim e pras crianças e foi morar fora, em outro lugar, num sítio lá.

[...] Eu, assim, na verdade a minha história aqui na Vila Autódromo era pra ser uma passagem. Não era pra ser uma morada de 25 anos como acabou sendo. Na verdade, eu vim pra cá era pra ser só uma

passagem porque eu não sou muito urbana, eu sou uma pessoa mais, assim, eu gosto mais de morar no interior... Eu sou mais bicho do mato. Eu não sou muito urbana. Então você vê que os locais onde eu procurava morar, Lumiar, Vargem Grande... E eu morava em Vargem Grande, assim, não era ali na estrada, eu morava em Vargem Grande dentro da mata. Eu precisava descer do ônibus e subir o morro andando, tipo, meia hora andando, eu morava dentro do mato mesmo. Eu não gosto de morar em cidade, apesar de ter sido nascida e criada no Rio de Janeiro. Mas então era pra ser uma passagem porque, por causa de filho, por causa de situação financeira e tal. Porém, as coisas foram acontecendo e eu acabei ficando na Vila Autódromo por muito tempo. Nesses 25 anos que eu moro aqui, eu tive muitas idas e vindas na verdade, eu não fiquei 25 anos, vamos dizer assim, corridos aqui, consecutivos. [...] Então, eu meio que ia e vinha, tinha aqui como porto seguro devido ter a dona Dalva morando no mesmo terreno, então eu podia me dar esse luxo de ir um pouco, voltar, e minha casa tava ali, tranquila né, segura. Só que eu ia, passava um período, acabava voltando por questão de trabalho, de estudo, de filho e tal. E na medida que os filhos foram chegando, porque também não tinha planejado ter quatro filhos, a coisa foi meio que acontecendo. Então na medida que eu fui tendo filho e fui, é, fui me enraizando aqui. Foi bom, não foi ruim, não era ruim porque a Vila Autódromo, apesar de tá no meio do Rio de Janeiro, no meio da metrópole, ela sempre teve um, vamos dizer assim, um clima assim, um ambiente meio de roça, meio né, de interior. Até devido às ruas que não são asfaltadas, são de terra e tudo mais. E é uma comunidade pequena, que nunca teve tráfico, nunca teve milícia, nunca teve nenhum tipo de criminalidade, de violência, é uma comunidade pequena que todo mundo se conhece. Então meus filhos sempre tiveram aquela liberdade de brincar na rua, de ficar até tarde. Minha filha quando chegou na adolescência, e a comunidade ainda tinha muitos adolescentes, então eles saíam, e chegavam tranquilos, eu não tinha aquela preocupação extrema porque eles iam em grupo e quando voltavam, mesmo que eu fosse assim, tipo deixou ali na ponte, atravessou, pronto, já tá em casa. Então toda essa tranquilidade, esse sossego que a vida comunitária, essa relação comunitária que a Vila Autódromo proporcionava fez com que eu me sentisse ambientada, que eu fosse ficando, os anos foram passando.

[Luiza interrompe: E você sente aqui o contato com a natureza?] É, aqui também tinha, eu não perdi isso, porque aqui eu vou andando pra cachoeira, dá pra ir, eu já fui muitas vezes de bicicleta pra praia, mesmo que você não vá de bicicleta, vai de ônibus e é muito rápido, você tá rapidinho na praia. Eu não perdi o contato com a floresta, porque vou andando pra floresta, Vargem Grande, os amigos aqui no camurim, eu fiz curso de guia de turismo nesse período também que eu morei aqui. Eu fiz curso de guia de trilha. [...] Eu não perdi o meu vínculo, vamos dizer assim, rural, meu vínculo com o mato, né, que eu gosto tanto. Então eu me senti, apesar de morando esse tempo todo na cidade, eu consegui me sentir feliz, e por isso eu fui ficando. Porque pra mim, assim, a prioridade é ser feliz, senão não vale a pena.

[Luiza: E como era, assim, nessa época a comunidade, as relações de vizinhança...?] Então, muito boa né, uma comunidade pequena, todo mundo praticamente se conhecia e aqueles que você não tinha mais intimidade mas você conhecia assim mesmo de vista, então você não tava no meio de estranhos. Então aquilo te proporciona uma segurança muito grande, principalmente quando você tem filhos, quando você tem que sair pra trabalhar, estudar e tal, e sabe que seus filhos estão em casa. Isso é muito confortante. E,

sem contar que aqui sempre foi uma relação muito boa, muito amigável. Você acaba um negócio, você bate na porta do vizinho, pede um pouquinho, e um ajuda o outro. Então, a relação comunitária, tinham as festas, tinham os projetos comunitários aqui. A minha filha fez dança de salão com Jaime Aroucha através de projetos comunitários. Eu mesmo cheguei a fazer aula no Jaime Aroucha através de projetos aqui, sociais, que eram feitos. Tinha as festas de dia das crianças, festa de Natal. A interação social era muito boa, e além do que a comunidade, além de ta assim muito próxima da natureza, aqui também era muito arborizado. Quem conheceu a comunidade antes da destruição sabe que era uma comunidade verde, as nossas fotos aéreas mostravam uma comunidade verde, porque eram poucas casas e muitas árvores, todos os quintais praticamente tinham uma ou mais árvores. As ruas eram todas arborizadas em torno da lagoa, essa lagoa tinham os pescadores, tinha a pesca, tinha muito peixe que a gente comia dessa lagoa, tinham os pescadores que pescavam e vendiam os peixes fritos já, isso era muito bom. E os animais né, as capivaras, jacaré... [...] Tinha capivara, jacaré, muita garça. Então essa ligação, esse ambiente, né, muito agradável, me fez ficar, e é aonde estou. Agora o prefeito infelizmente conseguiu destruir a maior parte natural da comunidade. Porque os peixes não têm mais, os jacarés também sumiram, as árvores ele cortou praticamente todas, restaram muito poucas, e ainda tem árvores que eles dizem que terão que ser cortadas, isso é muito triste. Por um outro lado, durante essa luta toda, eu, em alguns momentos, me questionei sobre isso. Uma coisa que eu falava muito com a Penha e com a Natalia, eu falava: ‘eu to brigando com vocês, eu tô nessa luta, tô de frente, tô firme mas não sei até onde eu vou querer ficar aqui, porque eu não sei se vai chegar uma hora e a destruição vai ser tanta, que eu não sei se ainda vou querer ficar aqui, morando aqui...’ [...] Mas por outro lado, fortaleceu a parte cultural, fortaleceu o vínculo dos moradores ou então outros elos surgiram, né. A comunidade ela vai “re-existindo” dentro da resistência, do processo de resistência. Então se por um lado ele destruiu, vem destruindo o ambiente natural, ele vem com essa luta toda, o vínculo social ele fortaleceu muito, o vínculo cultural... hoje em dia nós promovemos, sempre teve esse aspecto cultural de promoção de eventos e tudo, a comunidade. Mas agora fortaleceu muito mais. Hoje em dia conseguimos que esse projeto, a comunidade vai ter um espaço, um centro cultural, coisa que há muito tempo venho sonhando com isso e agora vai ser uma coisa que parece que vai ser concretizado, acredito que nós vamos ter um centro cultural. E aí eu tava conversando ontem com a Nathalia né, então agora o que vem me, o que me motiva agora a continuar é isso, a questão cultural, o vínculo social, e, enfim, a própria... a questão social mesmo né, da luta, dos valores, da necessidade de manter essa área aqui, reafirmar o direito do trabalhador de morar numa área de especial interesse social e manter essa área. Porque se a gente não lutar por isso, se a gente não levar isso até o final, se a Vila acabar, a gente perde mais um espaço do trabalhador, de direito à moradia, então isso é muito sério também. Eu acho que vale a pena, eu tô feliz, continuo me sentindo feliz aqui então continuo ficando. Quando eu quero ir mais próximo da natureza eu subo o morro, vou pra cachoeira, vou acampar, pego minha trouxa e fujo um pouco.

[Luiza: E como você acha que a comunidade, sua estada aqui, tanto antes da luta, quanto durante a luta, ela influenciou pra sua construção da sua identidade, seus valores, da sua personalidade hoje?] Muito, muito, nossa... Muito. A transformação é muito grande. Na verdade, assim, a essência de uma pessoa ela não se modifica, ela amadurece né. Então fortaleceu muito meus valores, eu amadureci muito, e tenho

uma clareza hoje de coisas que eu no passado eu já pensava, mas não tinha a clareza que tenho hoje. Eu há trinta anos atrás, por exemplo, abandonei um curso de História na UERJ, e agora eu to tentando voltar pra concluir esse curso. E tudo isso motivado por essa luta na Vila Autódromo que acabou me levando de volta pra coisas que no passado abandonei. É... então minha consciência ela expandiu muito, eu tenho uma clareza hoje muito grande de todo esse processo de disputa de terras, de disputa de classes, que é uma coisa que já existe em mim, né, há muito tempo... Então, eu fui militante do PT há 35 anos atrás, mas eu não tinha de forma alguma a clareza que tenho hoje de tudo isso, e a minha atuação política, o meu discurso, fortaleceu muito, como pessoa, meus valores, minha identidade. A própria experiência que passo hoje pros meus filhos tem muito mais conteúdo do que eu jamais teria se eu não tivesse passado por todo esse processo de luta. Então, eu, apesar de tá mais enraizada na cidade do que eu jamais imaginei ficar, mas eu não me afastei de forma alguma dos meus....Daquilo que eu gosto e penso, em relação ao vínculo que eu tenho com a natureza. Muito pelo contrário, se hoje eu to mais distante do ambiente natural, mas eu brigo muito mais ativamente por ele, pela existência dele, contra a destruição desse ambiente. Então fortaleceu muito, eu cresci muito como pessoa, eu com certeza sou uma pessoa muito melhor do que eu era há três anos atrás, antes de eu me envolver nisso tudo.

[...] Outro dia eu tava até refletindo sobre isso, a Vila Autódromo tem uma característica muito forte, que eu acho que as famílias da Vila Autódromo são muito matriarcais, a mulher tem um papel muito forte em todas as famílias, com algumas exceções, tem alguns casais que ainda tem, eu percebo assim, não vou mencionar o nome, mas tem uns casais, poucos que eu percebo, que o homem ainda tem... Também é uma coisa assim 'ah, não sei o que...'. Mas a mulher tem uma atuação também, mesmo sem chocar o homem, mas ela atua muito. Mas a maioria das famílias as decisões são tomadas, a palavra final é da mulher, praticamente todas as famílias, né. Tem muitas famílias que não tem nem marido, como o caso da minha, a gente é separado, então na minha casa eu realmente eu sou a chefe da família, vamos dizer assim, apesar de ser um término esquisito esse. Mas é, porque sou eu e meus filhos então eu é que... Mas mesmo as famílias que tem o casal, eu percebo que a mulher ela é que decide, ela que é muito mais atuante, e a palavra final é dela. E é uma coisa natural assim, é muito espontâneo, não é uma coisa assim que é feita por luta, por conflito, né, que tem muitas famílias que existe um conflito para que a mulher ela decida as coisas, o homem ele acha que.... Aqui não né, eu vejo que aqui é um processo muito espontâneo, que os homens eles delegam esse poder às mulheres da Vila Autódromo, eu acho... São homens também muito nobres, os homens daqui.... É um processo natural, eles aceitam, vamos dizer assim, esse papel da mulher da Vila Autódromo. Porque eu acho que foi uma coisa muito espontânea... As famílias que eram mais machistas, elas saíram, elas não estão mais. As famílias que ficaram, eu percebo que os homens são mais humildes... Não que a mulher se sobreponha, não, mas é uma coisa, assim, muito de igualdade dentro das famílias, né. E como as mulheres elas são muito mais atuantes, então acabam que a palavra dela sendo mais determinante também, tendo um peso muito grande e os homens respeitam isso. Mas acho que é um processo natural. [Luiza: Mas você acha que sempre foi assim ou foi uma coisa que veio com a luta?] Com a luta, veio com a luta. Porque eram muitas famílias então como falo aqui haviam muitas famílias machistas. Porém elas saíram, hoje o que nós temos são poucas famílias. E as poucas famílias que ficaram foram as famílias lutadoras, né, e dentro desse processo de luta

a gente percebe que as mulheres tiveram uma atuação muito maior do que os homens. Teve, claro, alguns homens que lutaram também bastante dentro desse processo, mas o número de mulheres foi muito maior. A gente percebia isso dentro dos eventos, nos protestos, em todos os... Isso era nítido, porque a gente olhava e contava um número de mulheres era muito maior do que o número de homens que se dispunha a participar, enfim, das atividades e tudo mais. Então eu acho que foi um processo natural de seleção pelo trabalho, né, que na medida que a atuação da mulher foi sendo maior então isso foi acontecendo. As famílias que tinham, assim, que realmente eram muito machistas, elas foram embora, elas não ficaram no processo de luta. Então foi uma seleção natural dentro do processo de resistência. Que essa resistência foi feita principalmente pelas mulheres. Eu não gosto de falar isso pra não ofender alguns homens...

[...] Talvez por tá ligada à questão da moradia, e a mulher ela tem os valores da moradia, de família, de comunidade, eu acho que mais forte do que os homens, né... Tanto que as famílias que eram patriarcais, elas negociaram, foram as primeiras a irem embora... Porque eu acho que o homem ele não tem esse valor muito, é... A mulher tem isso mais forte eu acho, esse elo social. A mulher ela depende do vizinho pra trabalhar, ter com quem deixar os filhos... né. O homem, eu acho que ele, pra ele, em geral, não digo que seja todos, mas em geral o homem vai trabalhar e tem a mulher que fica com os filhos. A mulher, pra poder fazer as suas conquistas, ela já depende mais do contexto social, ela depende mais de ter um apoio de uma avó, de uma tia, de uma irmã, de uma vizinha, de uma creche, ela depende disso para que ela possa fazer um curso, para que ela possa até mesmo trabalhar pra aumentar a renda do lar. Então essa ligação da mulher com o social é muito maior. Pro homem, ele vê de repente a possibilidade de ganhar um dinheiro, comprar uma casa maior, melhor, comprar um carro.. Pra ele independe muito do local onde ele vai fazer isso. Ele vê uma oportunidade. Então eu acho que a mulher ela já reflete mais sobre os valores, sobre o que aquilo envolve, né. Acho também que a mulher tá mais, se preocupa mais com a questão dos valores mesmo, do que vai passar, do que aquilo envolve, além do dinheiro, além do material... [Luiza interrompe: Como uma ética diferente...?] É, uma ética diferente. E, além do mais, além disso tudo, eu acho que o contexto histórico feminino também implica muito nisso. Porque o momento da mulher na história do país e do mundo é muito singular, é muito diferente de 50 anos atrás, de 20 anos atrás. Então, na verdade, em todos os processos de resistência atuais, se você parar pra refletir e fazer uma estatística, você vai perceber que a mulher ela sobressai nesse momento em todos os processos de resistência, de luta, até mesmo nos movimentos sindicais. Se você for numa reunião de sindicato você vai perceber que a atuação da mulher ela vem crescendo muito em todos os processos de resistência... Estudantil, não só de moradia. A mulher ela tá num momento de conquista de espaço, de luta. Então eu vejo a atuação da mulher em todos os processos de resistência, não só de moradia. O movimento estudantil você vê, os estudantes, a maioria são meninas, são mulheres, né. Então eu acho que a mulher vem ganhando espaço dentro desse processo todo de luta, e aí ela vem sobressaindo. [Luiza: Disputa pela sua autonomia política também, né?] É, exato, ela tá crescendo, ela tá conquistando os espaços, é o momento dela de romper com, vamos dizer assim, com o casulo. Ela por muito tempo ela ficou dentro de casa, numa espécie de retaguarda para que o homem conquistasse as coisas, e criasse essa estrutura pra família. Na medida que essa questão de casamento eterno foi acabando né, que a mulher foi indo pra rua, que a mulher foi conquistando as universidades, o trabalho, enfim, o social, ela começa a se envolver com

as coisas. E os processos de resistência fazem parte disso, dessa conquista, porque se ela tá num contexto de trabalho ela vai naturalmente se inserir num processo de luta daquela categoria que ela pertence, né. E eu acho que a mulher ela leva isso muito a sério, aquilo que ela acredita, aquilo que ela busca... Então eu acho que tudo isso faz parte do momento histórico, da história da mulher. [Luiza: Que deve modificar vários campos, não só na política, como no trabalho, como você falou, acho que a própria família, né?] Família com certeza, a família muda. A mulher, na medida que ela vai pro mercado do trabalho, ela vai pras universidades, ela vai pra vida, ela consegue, ela começa, ela leva a família junto e ela vem através de uma luta muito grande desse processo difícil. Não é fácil, não é nada fácil você ter uma família, você criar seus filhos e ao mesmo tempo trabalhar, atuar politicamente, mas ela vem aos poucos conseguindo fazer isso tudo. E cada vez mais fortalecendo isso tudo, e tudo vai indo junto, muito junto, e é muito bonito, acho que esse momento da mulher é muito bonito. E dentro desses processos de resistência, eu vejo também muito assim, porque a mulher ela vem num processo de construção histórica muito de opressão, né. A mulher durante muitos e muitos anos ela foi oprimida, então ela vem sendo treinada ao longo dos anos, ao longo de gerações, ao longo da história, ela vem sendo treinada pra resistência. Então eu acho que a mulher ela passou por um treinamento muito maior do que o homem né. O homem ele se preparou para mandar, a mulher ela foi sendo preparada para resistir. E ela, então, nesse momento que ela consegue romper ela tem um treinamento muito maior do que o homem pra resistir, pra conseguir conciliar tudo isso. Pro homem é muito mais difícil administrar, vamos dizer, uma casa, criação de filhos, trabalho e ao mesmo tempo liderança política. A mulher consegue fazer isso e ainda se enfeitar, e ainda passear, e ainda ir pra reunião de escola de filho, então a mulher ela consegue atuar em todos esses setores, muito, e estar presente em todos porque ela vem sendo treinada pra isso. Pra que ela consiga chegar aqui, onde ela chegou, e ter essa atuação, ela passou por um treinamento muito longo, o homem não. O homem foi sendo preparado só pra mandar. [...] Pra mulher é muito mais fácil lidar com os processos resistência, eu acho, do que o homem. Porque o homem ele aprendeu a atuar em um ou dois setores. Ele aprendeu a sair de casa pra trabalhar, voltar e descansar. No máximo ele trabalha e vai pra uma reunião de sindicato, uma reunião de moradores. A mulher não, a mulher, pra que ela conseguisse chegar no mercado de trabalho ela teve que primeiro conseguir administrar sua casa, a educação dos filhos, a saúde dos filhos, a parte de escola dos filhos, e aí ela conseguiu chegar no mercado de trabalho, do mercado de trabalho ela conseguiu chegar no estudo, do estudo ela foi, conseguiu chegar nas reuniões, nos sindicatos. E ela vai administrando tudo. Então ela tem um treinamento pra administrar vários, muito maior do que os homens. Então eu acho que esse momento histórico é um momento de rompimento da mulher com o casulo, com aquela coisa, e ela vem se preparando ao longo da história pra isso né. O homem eu acho que ele, daqui a pouco ele vai, num momento mais pra frente ele vai também... porque são processos, não é uma coisa que de um dia pro outro ela resolve 'ah, eu vou...', não é assim. A gente aqui na Vila Autódromo por exemplo, a mulher aqui ela tem uma atuação muito mais forte, vamos dizer, que os homens. Mas não se iluda, a mulher atua aqui, a gente atua aqui, mas a gente também trabalha, a gente antes de vim pra cá deixa a comida pronta pro filho, quando eu venho as vezes pra reunião depois quando eu chego em casa tem que ver dever de casa com o filho, tem que... E a gente consegue dar conta disso tudo, né. O homem não, ele vem aqui pra reunião e depois quando ele vai pra casa ele vai dormir, porque amanhã ele tem que trabalhar, a comida tá pronta que a mulher deixou antes de vim. Então nós

atuamos em todos esses setores e com, vamos dizer assim, com capacidade. É muito legal isso, e tem que ser reconhecido. Porque a gente consegue, né. O homem ele vai ter que se treinar pra isso também. Porque tudo tá dentro de um processo histórico que ele vai ter que assumir outras funções assim como a mulher. Mas vai ser aos poucos também né.

[...] [Luiza: E como que é a sua experiência individual como mãe, enfim, sua experiência de conciliar tudo isso: ser mãe, trabalhar, ser lutadora da Vila Autódromo?] É muito incrível, nem eu sei como eu consigo, sabia? Tem vezes, quando eu deito pra dormir, gente, eu só faço agradecer a Deus. Eu agradeço, agradeço, agradeço e durmo, porque nem eu sei como eu consigo, sinceramente... Nem eu sei como consigo. Porque, eu tenho que suprir, enfim, a subsistência da família. [...] Da casa, então tenho que trabalhar. Eu faço questão de ser mãe, porque é uma coisa que eu quis muito, eu gosto muito, então eu faço questão de ver dever de casa com o filho. Eu sou aquele tipo de mãe que não perco reunião de escola, e tem que ver parte de saúde, de dentista, disso tudo. Né, as vezes tu vai deixa um negócio lá, daqui a pouco vai ali, tu vai, assim né, eu vou indo pela prioridade, vou priorizando pela emergência né, ai vai fazendo o que é mais... To tentando voltar pra universidade agora, ai participo da luta aqui, e a luta aqui a gente passou por várias etapas, a gente, nossa, foi barricada, eu tinha que ficar na portaria, ai a gente tem que ir pra palestra participar de mesa aqui, mesa ali, Niterói, centro da cidade, na PUC. Ai entrevista todo dia, às vezes tem dias que duas, três entrevistas com a imprensa... É uma loucura! Reunião... Ai tem evento e a gente tem que ver comida pro povo, tem que ver a estrutura do evento. Cara, eu não sei, sinceramente, como é que isso tudo acontece, mas acontece. [Luiza: E ainda cuidar de si, né?] Cuidar de mim na medida do possível né. Ai a gente vai pela necessidade também né, um dia o cabelo tá um caos e dá um jeitinho... Bom meu cabelo não dá muito trabalho porque é enrolado, não sou assim extremamente vaidosa mas sou um pouco. Vai tudo indo assim, sabe, na medida do possível, na medida do possível tudo vai indo. A casa nunca ta um brinco, a comida nunca ta perfeita, os compromissos nunca estão todos em dia, sempre tem alguma coisa que você teve que empurrar pra amanhã, né. Mas graças a Deus, de alguma forma, a gente consegue pagar as contas, a comida não falta, os compromissos vão sendo cumpridos ainda que atrasados um ou outro. Eu ainda to tentando, vou conseguir, concluir esse curso aí de história, porque com essa luta toda se tornou uma coisa muito importante pra mim. Eu quero escrever a história da Vila Autódromo, eu quero dar continuidade a esse trabalho e... Pô cara eu não sei, sinceramente, nem sei como, mas a gente consegue, eu acho que é a união mesmo. A união, a comunidade vai um apoiando o outro, e quando alguma coisa eu não consigo eu peço ajuda e sempre alguém me ajuda, em alguma coisa, e juntos eu acho que é isso, a união. Porque a comunidade na medida que ela foi diminuindo ela foi ficando mais unida e essa união é muito importante né, pra gente conseguir dar conta disso tudo, né? Nada disso seria possível sozinhos. A gente só consegue fazer isso tudo porque a gente tem a união nossa e o apoio de muita gente, muita gente vem apoiando a gente. Então por isso a gente consegue dar conta disso tudo.

[...] Eu passei por vários processos, Luiza, ao longo desses anos, eu passei por vários processos como mulher, tá. Teve um momento da minha vida que eu fiquei dependente do meu marido, quando eu tava com meus filhos pequenos, então eu pouco conseguia dinheiro porque eu ficava mais cuidando da casa,

dos filhos e o que eu fazia de dinheiro que entrava era muito pouco, então eu praticamente dependi dele nesse período. Agora eu to num período que eu praticamente to bancando tudo sozinha. Então foram várias fases ao longo desses anos e cada momento uma fase muito diferente da outra, porém foi uma preparação como te disse, tudo foi me preparando pra vida. Faz parte eu acho de um amadurecimento.

[...] Eu vivi em comunidade alternativa, participava de encontros de comunidade hippie, comunidades alternativas. E ai, cada ano é em um estado diferente. Ai você vai no encontro de comunidade, você acaba conhecendo pessoas de outras comunidades, de outros estados, você não quer mais voltar, você acha que aquilo ali...Tu quer ficar ali pra sempre porque é muito bom, é muito enriquecedor. E aí eu acabava ficando, eu vivia de artesanato, eu trabalhava com artesanato, isso me dava uma liberdade muito grande, eu não tinha filhos então eu não tinha porque voltar. Eu podia ir e dali ir pra onde eu quisesse e... Acho que o que me afastou da universidade naquele momento foi a liberdade, o gosto pela liberdade. Eu experimentei naquele momento uma liberdade muito grande, e a liberdade, ela é uma coisa maravilhosa, né! Aí a faculdade te prende muito, eu ter que sair do mato, eu queria ficar no mato, cozinhando no fogão a lenha, plantando, fazendo artesanato, conhecendo pessoas, aprendendo a lidar com plantas medicinais, geoterapia, era outro mundo. Aí só imaginar ter que ficar no Rio de Janeiro, pegar um ônibus, ir pra UERJ pra faculdade assistir a aula e depois pegar o ônibus lotado, sabe, ter que apresentar trabalho todo dia, aquilo se tornou uma coisa assim muito distante naquele momento e significava uma prisão absurda pra mim aquilo. Aí eu abandonei, eu nem tranquei, eu abandonei... São loucuras que você faz mas que faz parte, fez parte do meu processo de vida, de pessoa, meu amadurecimento. Eu não me arrependo, eu vou ser sincera, bem sincera, eu não me arrependo.

[...] Porque aí nesse processo alternativo eu me envolvi com naturismo, com cura através de plantas, eu fui fazer curso de plantas medicinais, de geoterapia, cura através do barro, de pedras, da água, da terapia. E aí a minha cabeça, eu já queria aprender essas coisas, entendeu? E aí nesse período que eu fiquei aqui, eu não fiquei parada, mas eu fui me envolvendo com outras coisas. Eu fiz curso de acupuntura, eu fiz curso na Secretaria Municipal de Saúde de manipulação fitoterápica, isso eu fiz com a Flora neném, eu levava a Flora pro laboratório, eu deixei um carrinho lá. Então o processo de maternidade ele não fez com que eu ficasse parada, mas eu já tava num outro contexto, então a História foi se tornando cada vez muito distante, eu não tinha motivação pra ir pra faculdade e estudar aquelas coisas. Eu queria estudar outras coisas. E meu tempo era pouco, tinha filhos pequenos pra cuidar, uma casa e pouco tempo. E aquele tempo que eu tinha eu queria estudar essas coisas que era o que eu tava envolvida naquele momento. [...] a vida ela te surpreende com essas coisas dos caminhos que você vai trilhando e aí você pensa que aquilo ficou, mas daqui a pouco você retorna àquilo naturalmente, a vida te leva. E aí, pra completar, dentro desse processo todo, vem a luta da Vila Autódromo, que eu sempre participei das reuniões sociais, dos projetos comunitários, eu ia às reuniões, mas eu nunca tive uma atuação muito forte. Mas aí nesse processo de resistência, na medida que as pessoas iam saindo, a Dona Jane sempre me chamava muito: ‘Sandra, vem, participa, você tem uma fala boa!’, só que eu nunca me inseria muito por conta dessas trezentas coisas que você quer fazer ao mesmo tempo na tua vida pessoal e eu acabava não indo. Só que aí na medida que a necessidade foi surgindo, eu fui me envolvendo com a luta. [...] A necessidade da luta,

né, de lutar, de ter pessoas, aí você vai se incorporando. [...] e aí eu fui me envolvendo com a luta, me envolvendo, e quando eu vi eu tava dentro, totalmente absorvida pela luta. Chegou um momento eu não tava nem mais trabalhando porque não tinha tempo mais pra nada, eu só tinha tempo pra Vila Autódromo, entendeu. Aí eu comecei a fazer entrevista e começaram a me chamar pra participar de palestra, e como eu tenho esse conteúdo de História, aí eu comecei a dar um enfoque histórico de pesquisa da luta e fazer falas assim porque é aquilo que eu sei fazer. E aí começou o meu envolvimento, começou a vim a vontade de voltar pra faculdade, eu falei ‘vou concluir esse curso’, eu preciso concluir esse curso porque se eu concluir esse curso eu posso desenvolver um trabalho, posso escrever a história da Vila Autódromo, posso escrever de qualquer forma mas você como historiadora tem um peso maior isso tudo. E aí começou a vim essa vontade e eu pensei ‘ah, eu vou lá, vou dar entrada nesse processo administrativo, vou ver o bicho que vai dar...’ E agora eu to aí...vamo ver.

[...] Mas naquele momento eu não queria e foi bom até porque eu vivi coisas maravilhosas que também não tem preço e eu não teria feito, não teria vivido se eu tivesse dentro de uma faculdade. Coisas realmente, assim, maravilhosas que eu vivi, Luiza. Eu andei na brasa, Luiza, eu vivi coisas assim na minha vida que o dia que eu parar para escrever um livro eu tenho muita história maravilhosa pra contar! Eu participei, dentro desse processo, de coisas assim que não tem preço. Eu participei de um ritual, festa de São João, que eu andei na brasa, cerca de dois metros, o cara faz um tapete de dois metros de comprimento de brasa, e eu andei descalça em cima da brasa sem que meu pé sequer ficasse ardendo. Impressionante, né? Você falar isso, parece impossível, mas é real! Isso existe, gente, isso existe! Eu vivi! E eu não teria vivido isso se eu tivesse dentro de uma faculdade, dentro de um ônibus me transportando pra uma faculdade pra concluir... Então são coisas que, são preços que você paga pra viver outras coisas, outras oportunidades daquele momento que a vida te dá. Naquele momento, pra mim como pessoa, foi muito rico viver tudo aquilo que eu vivi. Esse ritual por exemplo, não é um ritual de magia, não é nada disso, é um ritual, esse homem ele viaja o mundo inteiro, ele faz no dia de São João, na festa de São João e é um processo, assim, que só envolve a mente. É um processo assim que ele faz uma fogueira com as pessoas todas, ele faz uma fogueira assim em forma de salamandra, queima, depois ele espalha aquela brasa. Aí ele para, assim, é uma coisa muito mágica, ele para e fala pras pessoas: ‘Quem tem fé e acredita pode andar na brasa que não vai queimar o pé.’ Após ele falar isso ele vai e anda, e vai e volta em cima daquilo, e não queima o pé. Aí as pessoas começam a sentir e ‘também vou tentar, vou tentar’, e começam a andar, e não queimam o pé! Aí eu ‘Vou lá também vou tentar, eu vou queimar meu pé mas eu vou passar por isso, eu acredito também já que ele...’ E fui...mas fui, assim... [Luiza: E não sente nada?] Não sente, Luiza. Você sente um êxtase porque quando eu dei aquele primeiro passo... Porque você tem aquela fé que você pode mas você, é uma coisa assim construída no momento porque quando eu dei o primeiro passo eu ainda tinha medo de me queimar. Mas quando você dá o primeiro passo e sente que não queimou, você só sente aquele calor no teu pé, e aí você dá o segundo e passo dá um êxtase dentro de você, uma coisa tipo assim, é impressionante quando você consegue romper o medo e você faz algo, você tem a coragem de fazer algo...a sensação de prazer que dá é uma coisa, assim, indescritível. E eu, pra mim, aquilo foi um momento que eu não vou esquecer nunca, sabe, aquela sensação de conseguir romper com o medo, de ter coragem, de tentar. E consegui. Porque eu tive a coragem de tentar, eu tive a coragem

de correr o risco de me queimar, o que pode acontecer de mal ficar com uma bolha no pé? 'Então vou tentar'... E quando você tenta e consegue é indescritível, dá um êxtase, uma coisa impressionante. E aí isso me enriquece como pessoa. Eu fui na Chapada Diamantina. [...] Jesus, eu me vi ali em cima de um morro de cristal, lá na Chapada Diamantina tem uma montanha que ela é de cristal! Ali foi outro êxtase que tive na minha vida, que eu fiquei tão assim, eu arranquei a roupa, fiquei nua ali porque a sensação que te sobe assim é... Gente, são sensações que não dá pra descrever. Por mais que eu fale, né? Aí a pessoa vai falar 'Tirou a roupa por que?!' Porque você, não tenho como te explicar, mas foi a minha atitude naquele momento, eu não queria nada que me ligasse, queria ficar só eu e aquele morro de cristal ali, eu não queria sequer uma única calcinha em mim que me separasse daquilo. Bom... Algumas pessoas não vão entender nunca isso, entendeu?

[...] Então foram preços que eu paguei, é uma escolha, tudo é uma escolha na vida, né? Naquele momento eu tinha que escolher que era isso ou curso de história na UERJ, que eu custei tanto pra entrar, né? Eu custei tanto também, foi uma conquista pra mim entrar na UERJ. No dia que eu entrei pra UERJ eu achei que era o máximo. E aí no meio do curso eu abandono tudo pra me enfiar no meio do mato e viver descalça, cozinhando na lenha, sem luz elétrica... Mas em compensação eu andei na brasa, eu entrei em êxtase em cima de um morro de cristal, eu vivi outras coisas. Depois eu voltei pra cidade e aos poucos eu experimentei outras coisas, eu experimentei a maternidade, eu vivi outras coisas e acabei aos poucos voltando lá pro início. [...] Então eu não me arrependo, pra mim valeu muito a pena, as coisas são como tem que ser e são como a gente escolhe que seja, né. E eu escolhi dessa forma. Tudo isso nesse momento acontece devido à Vila Autódromo, essa luta, esse amadurecimento que eu tenho hoje, essa compreensão. Eu sou uma pessoa muito melhor do que eu era antes de me envolver com isso tudo. Meus filhos me respeitam muito mais, eu percebo isso, meus filhos me olham com muito mais admiração e respeito do que antes. Porque eu sou uma pessoa muito mais admirável e respeitosa do que antes, de fato. Eu como pessoa, meus valores são melhores, são maiores e mais definidos. Hoje eu compreendo, quando tudo isso começou... Valores como dignidade, próprio dinheiro, eu tinha um conceito do dinheiro... Eu nunca fui uma pessoa muito ligada à parte material, porque tu vê, né, eu sempre fui mais ligada à parte esotérica e tal, espiritual, graças a Deus. Mas, mesmo assim, o dinheiro tinha um valor pra mim que hoje é muito diferente. Não que eu não goste de dinheiro, não é isso, não vou ser hipócrita a esse ponto. Mas hoje eu compreendo que o dinheiro ele não paga... Não é que hoje eu compreenda, eu sempre tive essa compreensão, mas eu tenho um amadurecimento muito maior hoje pelo que o valor real do dinheiro. Hoje eu compreendo que essas pessoas que pegaram indenizações altas aqui na Vila Autódromo, eu acho que elas jamais vão conseguir obter... O que elas obtiveram ou podem obter com esse dinheiro pra mim... Tá, aí é muito pessoal, valem muito menos do que eu obtive com essa luta, ou o que eu ainda vou obter, entende? Porque o amadurecimento que eu tive, os trabalhos que eu realizei e que eu venho realizando, as oportunidades que essa luta me proporcionou, as pessoas que eu conheci, a minha expansão da minha consciência, o acréscimo na formação educacional dos meus filhos, nada disso eu teria conseguido se eu tivesse pego uma indenização alta. O que eu teria dado pros meus filhos: uma casa melhor, talvez um carro, uma estrutura, um negócio e tal que desse a eles uma condição material maior pra vida. Mas o que vale de fato? Quando se tratando de criação de filhos. Porque quando você fala de criar filhos você tá

falando de pessoas, de formação de caráter e eu acho que os valores, a formação de caráter como pessoas, essas coisas são muito mais importantes. E isso eles carregam pra sempre. Pra quem acredita em reencarnação, como eu, eles vão levar isso pra outras vidas, eles levam isso pra um crescimento espiritual, eterno. Agora, coisas materiais, você não carrega nem nessa vida, porque se você não tiver um bom juízo você compra uma casa, um carro e daqui a pouco você não tem nada, porque se você não souber administrar, não souber cuidar, aquilo não tem valor nenhum, aquilo se desfaz...

[...] Então, cara, eu tenho muito o que agradecer, eu tenho essa luta, apesar de ser muito desgastante e eu ter aberto mão de muita coisa nesse processo também porque foi um processo muito árduo que aos poucos, como eu falei, teve momentos que eu nem trabalhava mais, que não tinha nem tempo mais pra isso, era só Vila Autódromo, Vila Autódromo. [...] eu me sinto totalmente livre dentro desse processo apesar de muito comprometida, muito cheia de compromisso, tem dias que eu acordo e eu num sei nem como vou fazer, mas isso tudo envolve muita.... Porque a liberdade ela é espiritual né, Luiza, a liberdade ela é uma coisa, assim, muito espiritual mesmo. Não é uma coisa... Você pode tá com vários compromissos, tendo que correr de um lado pro outro pra suprir mas se sentindo totalmente livre. Eu compreendi isso ao longo dos anos, liberdade é você poder fazer aquilo que você quer, na hora que você quer, e eu faço isso, eu faço exatamente aquilo que eu, eu estou fazendo exatamente aquilo que eu quero fazer nesse momento, que é tá aqui conversando contigo, entendeu, tá lutando pela Vila Autódromo. Então eu me sinto, apesar de limitada financeiramente, apesar de às vezes querer fazer alguma coisa em algum lugar e não ter dinheiro pra fazer isso ou não poder porque tenho que cumprir um outro compromisso, mas isso não interfere na minha liberdade, eu me sinto livre. Por que? Porque a liberdade ela tá intimamente ligada com a escolha, ser livre é poder escolher. Ser livre não é você poder... Ser livre pra mim, hoje a compreensão que eu tenho de liberdade é exatamente essa: ser livre é poder fazer aquilo que você quer escolher. E eu tenho, hoje eu tenho total escolha do que eu faço, hoje eu tenho um domínio da minha vida. Eu sou livre, eu me sinto completamente livre. [...] porque a liberdade ela é muito espiritual e eu atualmente já madureci a esse ponto de saber que mesmo dentro de um ônibus num engarrafamento, lotado, indo pra cumprir um... Eu tô livre, porque eu escolhi estar ali.

[...] [Luiza: Você passou lá pelas brasas, mas hoje você também tá passando por várias brasas nessa luta...] É, to sim! Tudo isso fortaleceu muito, hoje eu sou muito mais corajosa, muito mais. Eu sempre fui muito impetuosa, mas hoje tudo é com muita mais consciência, muito mais coragem, menos medo, com certeza... [...] Essa luta eu acho que ela foi o grande elo de toda essa trajetória de vida minha, essa luta ela foi o elo que me fez compreender tudo isso e conseguir organizar minha aposta. Eu acho que é isso.

[...] Eu acho que a gente tem que acreditar, que a gente... quando a gente acredita em alguma coisa que a gente acha que é bom, que é o correto, que é verdadeiro, a gente tem que acreditar e lutar por aquilo. Eu acho que a gente tem sempre que lutar, a gente não deve desistir os nossos sonhos, sabe. A gente não deve nunca desistir de realizar um sonho sem tentar, sem tentar de verdade. Você pode até quebrar a cara, pode até não dá certo, mas se você não lutar pra conseguir aquilo você nunca vai saber. Se não der certo com você lutando não tem problema porque outras coisas vão surgir daquela luta que vai valer a pena. Aquela

história que o caminho vale mais que o final é real, tá, você lutando pra realizar um sonho e uma coisa que você acredita, que você quer, talvez você não consiga, talvez você até desista no caminho daquilo, porque pode até ser que mude. Mas se você não tentar você nunca vai saber e a frustração vai ser muito grande. Então eu acho que por mais difícil e impossível que pareça, nunca desista sem tentar. E tem uma coisa que eu lembrei agora, eu vi outro dia um trecho de uma palestra da ex-mulher do Chico Anysio que ela dá palestras, ela trabalha com isso. E ela falou uma coisa que eu achei muito bacana: “Só é feliz quem acredita no impossível”, essa frase é dela, mas eu gostei muito. Só é feliz quem acredita no impossível. Não adianta você querer continuar só no que é fácil, eu acho que a gente tá aqui pra ser feliz, e você só vai ser feliz se você lutar pelos seus sonhos. Ou se você tem um sonho, se você quer realizar aquele sonho, se você acredita nele que ele é bom, luta, mesmo que pareça impossível, luta! Você pode não conseguir realizar aquele sonho, mas você vai realizar tantos outros durante o processo, no caminho, que vai valer a pena, e você vai ser feliz. Eu me sinto feliz.”

Narrativa 3: Heloisa Helena (yvalorixá Luizinha de Nanã)

(Entrevista realizada em 27 de junho de 2016)

“Meu nome é Heloisa Helena, Yvalorixá Luizinha de Nanã. Eu fui feita no santo muito cedo, eu comecei, na realidade eu comecei meu desenvolvimento espiritual cedo, acho que eu comecei a ter assim indícios de que eu teria essa vida desde que eu nasci, que tinha, que tinha algumas coisas que incluía, que indicavam isso. Porque primeiro porque eu tinha mãe e tinha pai, desse segmento né, e então era uma coisa assim que eu já puxava e a parte do meu pai era uma parte muito africana mesma né, são africanos, são muito africanos, então eu já vinha assim, já vinha, com aquele legado, parece um legado, que já veio pra cima de mim mesmo. Eu comecei, mas na realidade, eu quando eu voltei. Porque eu muito cedo.. Porque eu nasci aqui no Rio de Janeiro, e quando eu tinha dois anos eu fui pra Brasília porque o meu pai era militar. E quando eu fiz 9 anos de idade eles se separaram, aí eu voltei pra Rio de Janeiro. Aí minha mãe casou com um ex preso político, né. Vi os dois lados da situação, né. Fui criada pelos dois lados. Achei uma educação muito boa. Gostei da parte do preso político. A gente conversava muito, com o Kennedy que era o presidente da associação de moradores, então eu gostava muito, eu tinha ele como um pai mesmo amava mesmo ele. E foi daí que quando eu vim pro Rio de Janeiro, que eu vim pra cá com 9 anos, passou um tempo, e quando eu tinha 13 anos é quando eu comecei a ir, é que eu comecei a ir, com um pessoal conhecido da família da minha mãe, eu acabei indo, minha mãe foi e me levou, eu não sei porque eu acabei indo, pra falar a verdade eu não sei porque eu fui, ah sim, por causa da minha madrinha que frequentava. Aí eu comecei a frequentar, frequentar, frequentar e daí eu nunca mais sai. E como eu era muito nova, a minha mãe de santo, era uma senhora assim que ela, ela tinha eu, tinha uma outra menina de Oxum, que era mais nova do que eu, um ano mais nova, e um rapaz de Oxalá, que era um ano mais velho que eu. Então éramos como se fossemos três crianças, a gente brincava muito, então era muito gostoso. Lá também tinham as filhas dela, que também eram mais ou menos da minha idade, então era gostoso ficar lá, era muito bom. E tudo era feito brincando, então todos os ensinamentos da parte religiosa

era tudo a base de riso, de brincadeiras né. E depois eu até descobri, que a parte espiritual do candomblé tem muito isso, não sei é por causa de tanto sofrimento, mas eles tem uma mania, todo o candomblé. Se você se junta numa cozinha, o normal é isso mesmo, porque todo candomblé tem muito trabalho pra fazer, então você se junta numa cozinha, você brinca, você se junta pra fazer alguma coisa, você brinca. É claro que tem momentos que não pode brincar, tem momentos que você tá concentrado pra fazer certas coisas, mas fora isso é um encarnando no outro, são irmãos encarnando no outro, e brincam. Eu não tinha isso em casa porque era filha única, então pra mim isso era uma delícia, era uma maravilha. E daí eu não saía, e ela cuidava, ela ficava naquele cuidado, ainda mais porque éramos nós três que não éramos filhos dela, e nós éramos crianças, e ela que tava tomando conta, ela tinha aquele cuidado, não podia sair, não podia fazer isso, não podia fazer aquilo. Mas a gente achava tudo maravilhoso porque era tudo na brincadeira, então foi uma fase realmente muito deliciosa. Essa parte minha de iniciação no candomblé, foi muito gostoso, muito bom, muito bom. Uma religião que eu abracei e amei demais, aprendi a amar demais, aprendi a amar o santo. Aquele amor assim profundo, né. E ela me dava amor, era uma mulher muito firme mas muito delicada, desse tamanico assim. Então era uma coisa muito gostosa ela, ela era de Oxum. E teve isso tudo, né. Ai o tempo passou, eu casei, essas coisas todas. Morei um tempo em Campo Grande, morei é, com perto, morei um tempo, minha mãe sempre me acompanhava. Mas aí teve uma época que a minha madrinha, porque era minha irmã de santo, porque eu fiz o santo com 17 anos, me iniciei com 13 anos, mas eu fiz o santo mesmo com 17 anos. A minha madrinha, aí ela foi pro Autódromo, foi no início que tavam realmente começando. [...] Ai, nessa época foram e se encantou com o local. Primeiro foi a minha mãe, que foi e se encantou com o local. E um dia eu fui lá. E eu nunca me esqueço do dia que eu cheguei, e vi, quando eu vi aquele, aquele monte de água lá, eu vi aquele monte de mato, de água, eu lembro que eu fiquei assim, eu fiquei parada, acho que fim de tarde... Porque eu lembro que eu sempre amei o Autódromo no fim de tarde. O sol batia na água e fazia aquele reflexo, tanto é que eu tenho fotografias do fim de tarde no Autódromo, e aquilo me encantava, aquele espelho d'água assim, com o sol batendo. Eu me lembro que eu achei aquilo poético, lindo demais. Eu me lembro que ainda não tinha nada nessa época. E, mais aí, o tempo foi passando, foi passando e teve uma época, que eu já tinha tempo de santo, que eu peguei meu santo e levamos lá pra casa, levamos pra ficar lá na casa. Então meu santo na realidade entrou primeiro que eu lá. Então eu fui assim, eu fui aos poucos fazendo uma coisinha ali e uma coisinha lá. Não era assim de repente você ser uma mãe de santo, uma mãe de santo, uma yalorixá, uma babalorixá não se forma assim: 'de repente eu sou'. É uma coisa que vai se formando aos poucos, e eu lembro que eu fui indo muito devagar. Porque eu sempre fui devagar nas coisas, sempre fui muito devagar. Então não posso virar e te falar quando eu virei yalorixá, eu não sei, eu fui indo. Eu fui fazendo uma coisa, depois fiz outra, fiz outra e de repente eu tava fazendo.

[...] Ai foi isso, aí eu passei muito tempo. Eu tive muitos problemas, enquanto mesmo morava lá né. O meu padrasto faleceu, a minha mãe faleceu, o meu pai faleceu, agora por último foi que a minha madrinha faleceu. E eu passei por momentos difíceis, financeiros, eu tive uma falência muito grande completa da minha vida financeira, e eu tive um coma, um coma diabético. Lembro que eu fiquei 20 dias internada. E eu lembro que quando eu acordei do coma a primeira coisa que eu pensei foi: 'Meu Deus eu não fiz nada das coisas que eu queria ter feito, meus filhos vão achar que eu não era nada'. Foi a primeira coisa que eu pensei. Então, eu me dei um tempo, para a Heloisa, para que a Heloisa fizesse alguma coisa por ela. Foi o

tempo que eu estudei. Ai foi, eu tinha 40 anos, e foi quando eu tive o meu primeiro emprego. Mas porque que eu peguei o meu primeiro emprego? Porque eu precisava de uma alimentação toda complexa, precisava de um monte de coisa. A gente tava numa situação muito difícil e eu fiquei esperando do meu ex, falecido marido, mas eu tava vendo que eu não ia conseguir as coisas então eu pensei: 'Gente, eu vou à luta senão quem vai morrer sou eu'. Ai foi quando eu ainda ouvi algumas frases ditas bem assim: 'Quem é que vai te dar um emprego agora com essa idade?'. E foi justamente no primeiro lugar que eu fui, não é que me deram um emprego! Ai eu fui, foi quando eu comecei a trabalhar. Ai eu sai desse primeiro emprego, e fui pra um segundo melhor, ai eles davam bolsa de estudos. E foi quando eu entrei pra fazer a minha faculdade, fiz a minha faculdade, fiz a minha pós-graduação. Passei num concurso público, virei funcionaria do Estado. Ai fui dar aula, e descobri que era a coisa mais gostosa que existe na face da terra, era dar aula, dar aula. Dava aula. Meu deus como era gostoso dar aula. Até que a minha coluna tirou. Ai o que que acontece, eu aproveitei tudo aquilo né, fiquei, aproveitei esse espaço da minha vida em que eu aproveitei ser Heloisa, mas teve uma hora que eu parei porque a minha coluna parou. Não deixei de ser yalorixá mas eu era devagarzinha, muito devagar. Fazia uma coisa ou outra mas quase não fazia. Ai foi quando eu parei, minha coluna parou, até o INSS me parou, mandou eu parar também. Ai foi nessa época que eu não conseguia fazer mais nada, foi quando eu voltei, voltei a praticar mais e fazer essas coisas todas.

[Luiza: E como era a sua vida nessa época, lá na Vila Autódromo?] Era uma época difícil, era uma época difícil, sim, sim. Antes do tempo de eu ser, de eu ser casada era uma época muito difícil, porque eu não tinha muitas condições então era muito, muito difícil mesmo. Eu pra eu poder criar aqueles 4 lá eu batalhei pra cacete, entendeu, batalhei muito, entendeu. Eu fazia de um tudo pra poder, né, mas eu colocava na cabeça deles, não, se eu tenho um dinheiro aqui eu pegava todo ele pra botar na educação de um ou de outro. Eu falava pra eles: 'A educação é o caminho, a educação é o caminho'. Mas era uma época muito difícil, de faltar coisas, muitas coisa dentro de casa, era uma barra. E sempre com problemas. Porque a Vila Autódromo também, e é interessante, como você pode amar um local mesmo com tantos problemas? Porque a Vila Autódromo tinha muita lama, essas coisas, mas não tinha violência nem nada disso. Eu me lembro das tardes gostosas, quando tinha o Clube de Ultraleve. [...] Era uma época que tinha muito pescador, porque naquela época a água era mais limpa, então os domingos era cheio de pescador. Tanto é que tinha corpo de bombeiro, barcos de corpo de bombeiro passando, olhando como estavam os pescadores, e o ultraleve passando o tempo todo, isso daí é uma imagem que eu não esqueço. E ai gente ficava no final do terreno, que era na beira da lagoa, e agente ficava no final do terreno, vendo aquele negocio, os pescadores passando, oferecendo peixe, ai agente pegava um peixe daqui, um peixe de lá, e as crianças brincando, era uma coisa deliciosa, era delicioso. Entendeu? Tinha lama, tinha tudo, mas era gostoso, era uma vida muito gostosa.

[...] Porque eu, eu sempre fui uma pessoa muito sossegada, entendeu, sempre fui uma pessoa muito caseira. Eu, minha mãe, as pessoas conheciam a família do seu Kennedy, mas eu era uma pessoa assim mais fechada assim, mais parada, sabe aquela pessoa tímida mesmo? Então eu sempre fui essa pessoa, então eu era até mais tímida até, ai os filhos vêm e tiram um pouquinho, vai tirando, a luta veio e foi tirando mais um pouquinho. Eu era uma pessoa mais introspectiva, mas a relação com os vizinhos sempre

foi muito boa. Com a dona Teresinha, com a dona, ai meu deus, Dona Teresinha, dona Regina, tinha um pessoal lá antigo que era tão bom. A Dona Maria, com seu José, era casalzinho do seu Zé Carpinteiro, seu Lúcio, né, e era um pessoal, era um pessoal que se conhecia a anos, muitos, muitos, muitos anos, e era todo mundo muito sossegado na paz. Tinha a outra, a outra dona Regina, que se casou com o senhor, e depois se casou com o filho do senhor, depois que o senhorzinho morreu. Então eram umas historias assim interessantes. Era legal, era legal.

[...] Hoje eu vejo que quem eu sou agora, tudo isso é por causa de Vila Autódromo, de toda a luta que eu passei por Vila Autódromo. O que eu estou sendo agora, o que eu planejo construir, to que eu estou formando, todas elas são por causa da luta da Vila Autódromo. Porque eu me descobri uma pessoa, interessante. Por causa da minha timidez e por causa do meu sentido mais pra dentro, eu pensava assim que, eu achei que fosse uma pessoa, não fraca, fraca, fraca, eu não achei assim que eu fosse fraca, mas achei que eu fosse encolhida. Mas depois da luta da Vila Autódromo eu me descobri uma pessoa assim, pra uma pessoa querer me derrubar, eu vou lutar muito antes, eu vou lutar muito antes, lutar direito lógico. Eu vou lutar muito antes, se eu fizer alguma coisa eu vou lutar muito pra conseguir aquilo. Então eu me vejo com uma disponibilidade, uma vontade, uma gana, perante todas essas coisas que eu quero construir, que antes eu não tinha percepção e nem conhecia. A luta, toda a luta, toda essa luta, toda a trajetória da luta fez com que eu me visse desse jeito. Tanto que teve uma vez que eu coloquei no *facebook*, agradecendo ao Marcelo Marques, eu tava agradecendo a ele, porque se não fosse por ele, por todas as coisas ruins que ele fez por mim, porque ele foi uma pessoa muito perversa, ele foi muito ruim, ele foi horrível, eu não saberia que eu era tão forte. Ele, Marli⁸¹, eles foram muito ruins, eles foram muito ruins, com todo mundo, então eu não me descobriria uma pessoa tão forte. No dia da, no dia que derrubaram a minha casa, por exemplo, que ela, ela chegou, ela chegou né, e ela tinha, tinham me ameaçado de morte, e eu, eu não posso provar isso pra ninguém, que foi por parte da Prefeitura porque nenhum deles falaram nada, né? Quem falou foi a vizinha, então, uma vizinha minha que eu tinha lutado por ela.⁸² [...] Mas, é, mas o fato de eu ter recebido aquela ameaça de morte, deu ter ficado 2 meses trancada dentro de casa com medo, ficava com medo, eu durante o dia, eu não chegava nem na janela, ainda mais porque eu morava em área de risco, eu não chegava nem perto da janela porque podia vir uma bala perdida e me encontrar. E eles iam falar o que: ‘Ah, é porque ela mora perto da Cidade de Deus, normal.’ Aqui no Rio de Janeiro vira tudo normal. Aí, mas é, eu me lembro da Marli passando mensagem pra mim, dizendo que os parentes da Raquel tão lá, ‘que gente estranha, nunca vi antes’. E depois ela pegou, tomou posse da minha casa, e cercou a minha casa, porque ela sabia que eu não estaria lá, porque eu tava com medo. Eu tava com medo, eu não conseguia sair. [...] Aí o meu filho foi ver, no dia que cercaram a minha casa, eu não tava lá. Eu tenho fotografia da Marli, e da Raquel, essa menina que me ameaçou, entrando no carro da Marli, indo lá, conversando, entrando no carro da Marli, essas coisas toda. [...] Então ela chegou pro meu filho e perguntou pro meu filho se ele conhecia parentes da Raquel, falando assim, fulano de tal. Ele assim: ‘Não eu não conheço não, não tenho conhecido assim não.’ E ela falando, eu se fosse você prestaria atenção, porque eles são muito perigosos. Você entende? Então eram

⁸¹ Refere-se à Marli Peçanha, atual funcionária do sub-prefeito da Barra da Tijuca.

⁸² Ver depoimento de Heloisa em “Ameaça à Vida da Mãe de Santo Luizinha de Nanã da Vila Autódromo” (Rioonwatch, 23/02/2016). Em: > <http://rioonwatch.org.br/?p=18405><

coisas assim, foi perto da formatura da minha filha, eu lembro que eu estava com medo de ir na formatura da minha filha, passei anos lutando pra minha filha se formar e no dia eu tava com medo, de ir na formatura da minha filha, eu não tava alegre suficiente pra ir. E foi nesse dia que eu falei, eu não aceito, eu não aceito acordo, eu não quero fazer acordo, eu não vou entrar em acordo com quem me ameaça de morte. Porque aceitar era eles pagarem mais e pegar a minha casa. Mas eu pensei assim: eu não vou aceitar, eu não quero, eu não quero, eu não quero, não vou aceitar o que a justiça ta falando. Ai eu pensei: será eu que eu to sendo idiota, cretina, será que as pessoas vão me chamar de idiota. Pode me chamar. Mas eu não vou receber dinheiro a mais, e foi por isso eu não recebi a mais. E foi por isso que a minha casa teve imissão de posse, eu podia perfeitamente ter recebido mais, mas eu não recebi mais porque eles me ameaçaram de morte, porque eu tive ameaça. Se eu não tivesse tido ameaça, talvez eu já tivesse até entrado em acordo. Mas depois da ameaça eu pensei, não, eu não quero isso. [...] Até que deram a imissão de posse. Ai no dia que derrubaram a minha casa, na hora que eu consegui, porque eles queriam derrubar a minha casa sem a minha presença... Mas aí eu, graças a deus... Foi uma confusão. Mas eu consegui chegar, graças a deus. Ela olhou pra mim e disse assim: 'Eu avisei pra você, eu mandei recado, você não quis me ouvir. Aí agora, é o que eu tive que fazer.' Eu falei: 'Você fez o que eu queria que você fizesse, porque acordo com você eu não faço de jeito nenhum. Com você eu não faço nenhum acordo. Não era isso que você queria, esse monte de gente?' Porque tinham uns 50 guardas, tinha um monte de gente, todo mundo pegando, ela chamando minhas coisas toda de lixo. 'Era isso que você queria? Era isso que eu queria.' [...] Aí eu, eu sou extremamente chorona, mas eu prometi a mim mesma que eu não choraria em nenhum momento e eu não chorei. Olhei de um lado, do outro, eu vi, andei pra lá, andei pra cá, mas não chorei. Teve uma hora que a Rafaela queria chorar e eu falei assim: 'Engole, não chora agora'. Aí ela ainda falou assim: 'A gente não pode nem chorar'. Aí eu: 'Agora não, engole, depois cê chora'. Tanto é que depois eu chorei muito. Mas na hora não, na hora não. Mas eles fizeram de mim uma pessoa diferente. Então, eu fiquei com síndrome do pânico, eu ainda to, tenho um psiquiatra, psicólogo, ainda pretendo arranjar uma forma de processar eles por, por.. [Luiza: Injuria?] Por injuria, não sei, moral e físico porque eu fisicamente fiquei pior. Então eu pretendo ainda, eu sei que isso pode ser que eu morra e nunca veja, mas, mas eu não posso deixar de fazer, mesmo que eu não veja nenhum resultado disso. Eu tenho que processar, porque o certo é processar, entendeu? E eu vou fazer tudo pra processar. O certo é lutar. Mesmo que você não veja resultado naquele momento pela sua luta, algum dia alguém vai ver, um dia alguém vai ver. É igual a Dandara, a Dandara na hora não viu o resultado da luta dela, agora a gente pega e a gente fala do resultado da luta de Dandara, da luta de João, mas na época eles não viram o resultado da luta deles, eles acharam que foram em vão a luta deles. Eu não estou me comparando com a Dandara que eu acho nada a vê, né. Não me comparo, lógico que não. Mas são coisas assim, a gente tem que lutar, e é isso que eu tento ensinar pros meus filhos, a gente tem que lutar.

[...] O fato de ter saído, de ter saído, de minha filha. Porque a minha filha, por exemplo, a minha filha ficou sem casa, ficou sem nada. Ficou sem casa, sem apartamento, sem dinheiro, ela ficou sem nada. E eu, por exemplo, eu fui colocada de fora⁸³ porque eu acho que não ia ficar bem pra eles, terem um centro de candomblé, no meio de um local que agora tem uma Ilha Pura, etc. É o que eu tava falando né, eles

⁸³ Refere-se ao fato de não ter sido incluída no projeto do novo plano de urbanização da Vila Autódromo, concedido e realizado pela Prefeitura, cuja finalização está prevista para final deste mês (julho, 2016).

não vão querer ver os negros vestidos de branco, atabaque tocando, nem o Ilá dos santos, Ilá é o som que o santo produz quando ele chega, nem o Ilá dos santos. E não vão querer ver os brancos sem ser, com uniforme de babá, de cuidador. Então aquilo lá virou um lugar... Então, é como o Eduardo Paes mesmo falou que ele queria fazer, que era o que? Elitizar. E ele tá fazendo exatamente o que ele queria. E eu senti também que existiu um preconceito em relação a minha religião, não to colocando pessoas em particular, mas, por exemplo, por que não derrubaram a Igreja Católica? Eu não to falando que deveria derrubar a Igreja Católica. Tanto é que tem uma entrevista do Eduardo Paes falando que a única coisa que vai ficar em pé é a Igreja Católica, porque era a parte segura. Não era segura em relação à construção, por que? Porque tinham muitas obras no Autódromo que eram muito seguras, que eram muito bem feitas, que eram feitas por construtoras, então isso não quer dizer, era segura pra ele, pra ele. Então porque não derrubaram a Igreja Católica? Mas eles não veem a Igreja Católica da mesma forma como veem outras religiões, por exemplo. Porque a Igreja Católica é uma religião socialmente admissível, mas o candomblé não é uma religião socialmente admissível. Eles ainda chamam a gente de macumbeiros, disso e daquilo, os negros macumbeiros, um monte de ofensas que graças a deus eu esqueço, eu tenho uma tendência a esquecer coisas ruins, coisas ruins assim eu esqueço. Então são essas coisas. E eu acho que eu tive também preconceito por causa disso. Então, as pessoas que eram da parte católica... Desculpa, mas dá pra você ver claramente que ficaram, ver que a parte católica ficou, mas a minha parte não pôde ficar, entende? Além do fato de ter sido uma pessoa que reclamei muito, que falei muito, apesar de que a Penha também reclamou, a Natalia também reclamou, a Sandra também reclamou, poderiam ter saído também, mas quem saiu foi a macumbeira, entendeu? Porque não ia ficar bem um centro de candomblé ali. Não ia ficar bem, entendeu? Ele queria, claro, colocar todo mundo pra fora, mas ele não conseguiu. E aí eu falo, na época me senti chateada. Porque até eu tinha viajado pra conseguir, isso até deu uma briguinha no grupo, né. Porque eu viajei, eu não viajei pra passear, eu viajei pra conseguir mais, uma dinâmica maior em relação aquilo que a gente estava tentando. Então eu consegui contato com o professor Brian MaCain, da Universidade de Georgetown, consegui um contato muito bom com a doutora Elizabeth Leeds, até que o Alexandre já leu os livros dela sabe que é uma pessoa séria, da ONG “Walomon”, uma ONG internacional que trabalha aqui na América Latina. E eles estavam até pensando em se juntar pra conseguir meios financeiros de ajuda pra Vila Autódromo então quando eu sai de lá, eu sai feliz, mas quando eu cheguei aqui eu levei um susto. Porque me falaram assim: ‘Não, você não vai poder ficar’ E nem a minha filha, e o que a minha filha tem a ver com isso. Primeiro porque depois daquela, daquela confusão toda, da Marli ficar mostrando meu cheque dizendo: ela tava entrando em negociação. Entrando em negociação eu tava a muito tempo, porque eu era uma pessoa que ia lá, olhava, via, falava, não sei o que, porque eu era uma pessoa que queria ficar, eu queria ficar. Mas pelo o jeito com que sempre falavam que a gente não poderia ficar de jeito nenhum, eu ia lá quando era chamada e falavam então talvez eu possa. Então eu ficava sempre naquela dúvida, como muita gente ficou, muita gente ficou, entendeu? Mas o meu propósito era ficar, meu proposito sempre tinha sido ficar. [...] Mas queria que eu me mudasse, que eu saísse simplesmente, que eu fosse pra um apartamento. E eu falei, mas eu não posso levar meus santos pra um apartamento.

[...] Então eu achei, eu uma pessoa que tava lá lutando, mesmo sem condições físicas eu tava lá lutando, eu fiz passeata. Eu fiquei com todo mundo, e aí as pessoas falaram assim, os moradores falaram, ela tem

que vir aqui provar, ela tem que vir aqui pra provar que ela não negociou. Ai eu achei que foi demais pra mim. Eu falei: to fora. Porque esse não era o propósito do que, do que se tinha, do que a gente tinha estabelecido, porque a gente tinha estabelecido uma comunicação, a Vila Autódromo tinha estabelecido uma comunicação, foi por isso que nós ganhamos, porque eu me considero vitoriosa em relação a isso, porque eu ajudei as pessoas a ganharem, a gente estabeleceu uma comunicação, mesmo sem falar, de um ficar junto do outro o tempo todo. Então um tinha alguma coisa, o outro estava lá ajudando, um tinha alguma coisa, o outro estava lá ajudando. Era assim que eram as coisas, então quando eu ouvi isso, eu pensei, ué, me deixaram de fora. [...] É difícil achar justiça em tudo isso, né, porque foi tanta coisa injusta que aconteceu. E tantas pessoas se sentem injustiçadas. O pessoal que saiu primeiro, por exemplo, se sentiu injustiçados de terem que ficado só essas 20 pessoas. Bem que eles saíram logo, porque, quiseram sair, mas eu acho que o pessoal que ficou até o fim, eu acho assim, o pessoal que ficou até o fim, e foi colocado pra fora, isso que eu acho, isso que eu acho que é mais injusto, mas são coisas da vida, o que fazer. Mas eu continuo lutando pelas pessoas removidas. Eu acho de qualquer maneira que é injusto, eu acho de qualquer maneira que é injusto, remover do jeito que remove, fazer o que a prefeitura faz, tudo isso. Eu coloco o meu sentimento de Heloisa separado do que, esse sentimento que eu tenho, eu coloco separado do meu pensamento global, o meu pensamento global é, é injusto as remoções, é injusto, as remoções são injustas, é injusto tirarem as pessoas de suas casas, que eles não pagam nada e colocar a 40, 50 km. Tudo bem que eu recebi até uma quantia que da pra eu comprar uma casinha, e que vai da pra eu construir. Com sacrifício. As pessoas podem até achar que é muito, mas tá tudo muito caro, só consigo comprar se for lá em Guaratiba. Porque se fosse aonde eu moraria, não daria pra fazer nada, a realidade é essa. Então, o que que acontece? Acontece que eles fazem isso com todas as pessoas. As pessoas que moram em Jacarepaguá, eles dão um dinheiro que não da pra uma pessoa continuar morando em Jacarepaguá. Ai você vai morar em Santa Cruz, em Santa Cruz, onde não tem transporte direito, não tem educação, saúde, não tem nada disso direito. Então você leva 3 horas pra vim até aqui o centro da cidade. O que acontece com isso, é a elitização que o Eduardo Paes diz que quer fazer, é isso que ele ta fazendo, ta errado. O que ele tem que fazer é o plano de urbanização, praquelas pessoas que moram aqui, pra poder facilitar, pra poder as pessoas terem condição de crescerem no trabalho, de morarem perto do trabalho e ali crescerem perto do trabalho, pra ter uma vida mais digna. Então tudo isso é errado, então ele dá dinheiro, tudo isso é errado, entendeu? Então o fato de ter ficado chateada por esse ponto não quer dizer que eu esteja chateada com toda a Vila Autódromo, nem com o movimento, nem com nada disso, não tem nada a ver, eu continuo achando isso tudo errado. Tanto é que eu fui pra Washington agora, em maio, em maio né? Minha cabeça se confunde já. É foi em maio, dia 6 de maio. E lá eu dei uma palestra com o professor Bryan e nós falamos justamente sobre isso, sobre o erro que a prefeitura faz. O que eles fazem, né. E sobre as várias, e isso é uma coisa antiga, de desalojar, e remover os pobres de seus lugares, isso começou o que, começou com os negros que moravam nas cabeças de porco. Ao invés de pegar e arrumarem um local pra eles morarem direito, não, pegaram e tiraram, começaram o que com o Morro da Providencia, não foi o primeiro local? Então ai você tira a pessoa dali, coloca ela distante, ela não consegue emprego aqui, naquele novo lugar. Ai ela sai daqui e vai ficar, ela acaba saindo daqui, e acaba invadindo um outro local aqui perto, ai é removida de novo, e assim fica por diante, e ela nunca consegue ter paz na vida. Então tudo isso é errado, porque não existe uma política de urbanização correta, o

governo não faz isso. Então são coisas fundamentais, a política de urbanização deveria ser básica, mas não existe isso né.

[...] infelizmente os negros principalmente são, estão na faixa, nas periferias das cidades, nas partes marginais, nas favelas. São eles que moram mais lá. São essas pessoas que moram lá. E as mulheres são aquelas que ficam atrás dos maridos, as mulheres ficam atrás deles, socialmente, ficam atrás deles, pra conseguirem alguma coisa, então isso tudo faz com que prejudica, prejudica, prejudica toda a estrutura daquela família, fazendo com que não consiga ocorrer a elevação social daquela família, porque aquela família fica cada vez mais pobre. E aquela família rica fica cada vez mais rica, porque ela ta cada vez mais indo pra cima, e o outro mais pobre, porque, pai não consegue emprego direito, a mãe não consegue emprego direito, o filho não consegue se educar. A não ser assim, tem casos raríssimos de filhos que conseguem sair daquela zona. Mas vocês são casos raros, a maioria mal consegue, mal consegue. São uma educação que não é nem básica, pense a educação, pense subempregos, e cada vez vai se piorando, piorando, piorando.

[...] [Luiza: Como você enxerga a questão da violência na cidade para as mulheres?] [...] ai fica mais terrível ainda, porque às vezes você quer ir em algum lugar mas você fica ali parada porque você não sabe o que você vai encontrar naquele local, né, você não pode ir sozinha. Tem horários que você não pode sair sozinha, por exemplo. Por exemplo, eu vou sair agora, eu vou ir agora, mas eu to pensando assim, como eu vou fazer pra voltar pra casa, eu moro la a pouco tempo, parece um lugar sossegado, mas ainda não conheço direito, eu tenho que sair num ponto de ônibus. Eu to falando: ‘Pedro vê se você me busca no ponto de ônibus’, mas mesmo assim eu fico com medo do Pedro se atrasar e eu fico lá sozinha no ponto de ônibus. E eu lembro que eu não era uma pessoa medrosa. Eu me lembro que quando eu fazia faculdade eu saia de casa as 4 horas da manhã, e saia as 5, e ia andando de lá do Autódromo ate o Rio Centro, porque o ônibus não passava ali, ia andando até o Rio Centro, andava aquele pedaço todinho, ia cantando e andando, tava feliz da vida porque eu tava fazendo minha faculdade, 40 anos fazendo minha faculdade feliz da vida, eu ia andando numa boa pra poder chegar era 7hrs aqui no centro. A faculdade era de manhã, e eu pegava no trabalho não sei se era meio dia, não, não era meio dia não, era de 13hrs às 18hrs, meu horário. Então, mas eu ia na tranquilidade, mas não era uma pessoa medrosa. Mas hoje em dia, a gente se vê pensando assim, “não, não pode passar por tal lugar, não pode fazer isso.” Outro dia eu sai, ai eu pensei assim pensando: será que eu posso ir até ali, será que é seguro? A gente fica assim, a agente passa o tempo todo assim. As mulheres tem justamente, as mulheres em geral, eu to falando as negras e da periferia, elas tem um índice de violência também muito grande também, porque elas são as vitimas diretas de todo esse processo de, como é que eu vou dizer, aquele processo de infelicidade, de insatisfação que o homem sofre, que o filho sofre, que fulano sofre, que não sei quem sofre, e bate em cima delas, infelizmente acontece isso. A maioria das mulheres elas, estão ali pra aguentar, pra aguentar. Você já não ouviu isso? Não, não deixa pra lá que hoje ele ta meio chateado por causa de não sei o que lá. Então elas ouvem aquilo, elas ouvem aquilo e ficam caladas. Elas ficam ali paradas, servindo de saco né, sei lá, saco de porrada, quando não é saco de porrada mesmo, literalmente né, dos homens que estão insatisfeitos, que estão com raiva porque o patrão não pagou, porque demorou demais na condução, porque é terrível, é terrível. É terrível você pegar um BRT, um BRT Alvorada-Santa Cruz, eu, eu to de

bengala, eu vou sentada, mas aquilo lá é uma coisa, aquilo lá é um horror. Você entrar num BRT as 18hrs da tarde é um horror, é um horror, é um horror, é um horro, é um horror, é um horror, entendeu? E eu vou assim ó, e eu ainda pego uma fila enorme porque vou na fila de deficientes e idosos, e mesmo assim é uma fila. Porque é assim, entram 12, ai entram 12, numa fila grande. Ai depois o guarda fica viajando, depois que entram aquelas 12 pessoas que são os especiais, o guarda grita assim: “abre as outras portas”. Parece uma manada, desculpa a comparação. A primeira vez que eu andei eu levei um susto. Ai o moço ficou assim: é, não é fácil não, você não sabia disso não? Porque não é fácil. Então isso tudo, isso tudo vai em cima de quem? Ai chega o homem e fala: você fica em casa fazendo nada, eles acham que a mulher fica em casa fazendo nada e por isso elas tem que aguentar a porrada, palavrão, entendeu? E isso tudo trás infelicidade pra elas. Cê acha que elas vão ser pessoas felizes e realizadas? Não vão ser, não vão ser. [Luiza: E você acha que as mulheres aguentam isso por medo?] Primeiro é por causa da condição social, porque elas não tem como se sustentar sozinha e segundo por causa do medo. Porque muitos deles são muito violentos mesmo, podem matar, acontece isso, então eu acho que esses são os dois passos, elas não conseguem se sustentar sozinha, não tem como se estabelecer, ai fica difícil, fica difícil.

[...] eu acho que o cenário hoje em dia é muito diferente e ele está se desenvolvendo em favor da mulher, entendeu? Mas mesmo assim é um processo lento, é um processo lento por causa da educação, porque na realidade a gente é educada pra cuidar da casa e cuidar do filho. Primeira coisa quando a gente nasce é, é bonitinha, mas a mãe enfia logo uma bonequinha na gente, com rosinha e um monte de panelinha pequenininha, né, é aquilo. E pros homens você dá uma bola de diversão, um carrinho de diversão, a realidade é essa. Então é um processo que é muito, é uma coisa milenar, é uma coisa difícil de alterar de uma hora pra outra, mas é um processo que pode que, que a gente tá lutando muito, então acho que ela tá conseguindo, aos poucos ela tá conseguindo mudar esse cenário. Hoje em dia vemos que tem muitas mulheres, o que eu falei, a expressão correta, na faculdade, em empregos públicos, passam mais mulheres, porque elas se esforçam muito mais do que os homens, na realidade, acho que porque elas tem um ciclo de cansaço muito grande, então acho que elas querem realmente fazer isso, então quando elas entram num espaço para ter aquilo, elas entram de uma forma que elas realmente lutam muito por isso, mas o que elas precisam, eu acho, é realmente desses movimentos pra se empoderar, elas precisam realmente, elas precisam realmente. [Luiza: Às vezes, tá lutando com outras mulheres...] Sim, lutando com outras mulheres, ouvindo outras experiências. Às vezes até coisas que você imagina, porque tem coisas que você imagina que só acontecem com você, engraçado. Porque muitas mulheres passam muito tempo sozinhas dentro de casa, ou só com a vizinha do lado, que às vezes você pensa que tem certos pensamentos que só pertencem a você. Você não sabe que tem muitas outras mulheres que pensam da mesma forma, que são insatisfeitas, ou que querem lutar ou que querem fazer alguma coisa igual a você, mas você não sabe disso. E você só descobre quando você se junta com um grupo que queira, que tenha a mesma pretensão pra poder lutar. Então isso daí seria pra mim assim, eu consegui fazer, reunir, reunir, tentar fazer movimentos assim, sabe, pode ser aos pouquinhos. Porque é, eu sei que se eu chegar assim e falar: vamos todo mundo lutar, as mulheres, a maioria pode ser que nem olhe. Primeiro pode ser por não acreditar, ou pode não ter muita ideia. Então você tem que começar devagazinho, pode ser por uma coisa que atraia, mas que nem faça muita parte. Pode ser, por exemplo, beleza, não quer dizer que a beleza seja uma coisa supérflua, a beleza também é uma forma de você se estabelecer, uma forma de você se colocar

pra cima, vaidosa. Dali você vai colocando de pouquinho em pouquinho e levantar o astral daquela mulher, fazendo com que ela comece a pensar em outras formas também, em outras coisas também que melhorem a vida dela. As vezes ela quer ser só dona de casa, mas as vezes ela quer ser uma dona de casa melhor. As vezes ela quer só fazer salgadinho. Igual ontem, que me falaram: você teve a Ana Carolina 9 meses só depois que casou? Ai eu falei assim: tive. Meu deus, mas porque? Porque eu quis! Meu deus, mas você não quis seu espaço? Porque eu quis ser mãe, existe essa opção também! Então existem opções assim que hoje em dia que, muitas mulheres, da sua idade e da idade da minha filha, não tem ideia, pra elas não, ficam dois, mas eu sempre tive um instinto materno muito grande, eu sempre pensava, tinha aquele filme é, Instituto, acho que era, qual era aquele filme, Instinto Assassino, não sei, esqueci, não dá pra fazer piada porque eu esqueci o nome do filme, mas o que acontece, eu sempre tive essa parte materna muito grande, muito forte, então quando eu casei eu queria ficar grávida. O que eu posso fazer se eu engravidei rápido, engravidei. Então no dia que eu fiz 9 meses de casada a minha filha nasceu, eu casei 17 de dezembro, 17 de setembro ela nasceu, mas foi uma opção minha, foi uma coisa que eu queria, mas são opções. As vezes ela quer continuar fazendo salgadinho, ela gosta de continuar cozinhando, mas ela as vezes ela quer continuar cozinhando de uma forma diferente, de uma forma mais feliz. Então são essas coisas, as vezes ela quer fazer crochê, mas quer fazer crochê de uma forma mais feliz. Não precisa ser uma técnica, nem ser uma arqueóloga, não precisa, só precisar ser mais feliz, fazer as coisas pra ser mais feliz.

[Luiza: E a luta te mudou assim, você acha, a luta assim, a resistência, te trouxe uma outra forma de encarar a realidade?] De encarar o desejo dos outros. Eu não, eu ainda procuro, o meu particular eu ainda procuro, ainda fico meio assim, é porque eu sou extremamente tímida, embora eu fale muito eu sou uma pessoa assim meio recatada, eu tenho la meus problemas psicológicos, que todo mundo tem. Eu vi assim, a luta me deu uma dimensão maior do que as outras pessoas, é isso que é o interessante, a luta me deu uma dimensão maior sobre as outras pessoas. E essa dimensão fez com que eu tivesse vontade de fazer alguma coisa além do que eu faço, entendeu? Porque, porque ser uma religião, ser uma líder religiosa, eu sou uma yalorixá, a yalorixá é a líder religiosa de um casa, então isso, ser apenas isso naquela casa sem fazer uma coisa pratica não eu acho que não esta certo, eu acho que seja qual for a religião, você tem que dar ajuda pra uma pessoa, mas não é dar uma cesta básica. Você tem que fazer com que a pessoa consiga comprar a própria cesta básica, ai esta a forma correta de você ajudar a pessoa. Não é dando a cesta, é fazendo com que ela consiga ter a cesta dela com felicidade. Então é isso, é claro que em momentos você pode dar a cesta, em momentos que ela precisa muito, mas você da a cesta com o sentido de que ela depois ela vá conseguir conquistar a cesta dela, entendeu? Aí é que tá, ai o sentido da religião, pra mim, é isso, é ajudar nesse ponto. E é isso dau que aflorou mais em mim, eu já queria fazer alguma coisa a mais, mas eu ficava pensando mais o que, mais o que, e ficava. E ficava pensando, mas assim, aquilo não conseguia, não conseguia encaixar aquilo dentro de mim, até que eu consegui agora, depois disso tudo, uns momentos meus de silencio, de observar, que fizeram com que eu enxergasse. Até que ano passado eu tava fazendo teologia, mas isso não é pratico, teologia não é pratica. Ai eu troquei e agora eu to fazendo projeto social, porque eu acho que é pratico, que é meter a mão, fazer alguma coisa, eu aprender a meter a mão na massa.”

3.5 Pelos fios das narrativas: notas sobre a participação das mulheres na luta

Essa etapa de análise tem o intuito de construir uma abordagem comparativa que pretende destacar os pontos comuns e divergentes das três narrativas, bem como tecê-las com questões abordadas no capítulo 1 e 2. Propõe-se aqui uma discussão que pretende identificar as experiências em sua especificidade de cada sujeito-mulher, e como essas interpretam os diversos pontos apresentados neste trabalho, a partir de seu olhar, que se posiciona no interior do processo analisado, e é atravessado pelo seu agenciamento na luta.

Em um primeiro momento, tentou-se observar, por meio das entrevistas, como essas mulheres percebiam as dimensões materiais do projeto empreendedorista da cidade do Rio de Janeiro, e como este aciona processos de segregação, elitização e exclusão. Conclui-se que, nos três casos, reconhece-se de forma bastante transparente como a dominação de uma ordem neoliberal vem se impondo e transformando o Rio de Janeiro em uma cidade elitizada, que nega aos pobres o direito de coexistir com a modernização, e como os megaeventos reforçam e radicalizam esse processo.

Dona Penha, por exemplo, elabora uma reflexão sobre processo de elitização via espetacularização da cidade (não apenas do Rio de Janeiro), alavancada pelos megaeventos⁸⁴. Compreende-se, em sua fala, que a projeção da imagem da cidade que pretende ser atrativa para o exterior, voltada para seu consumo visual, aciona um processo de “despoluição” visual, que passa por um esforço perverso de higienização de cunho social e de eliminação estética da pobreza. Quando Penha utiliza a palavra “lixo” refere-se a si mesma e aos sujeitos pobres e favelados de modo geral, “proibidos” de conviverem com seus “novos vizinhos”⁸⁵, e considerados descartáveis para essa cidade-

⁸⁴ “os *megaevento* enriquece mais ainda os poderosos, os governos, os donos de empreiteiras, né? [...] Então quem é pobre continua mais pobre e quem é rico continua mais rico. [...] Todo país que já teve uma Copa, que já teve uma Olimpíada, que já teve um Pan Americano, todos sofrem. Porque geralmente os países *trabalha* pra *menoria*. E todos os países *quer* vender seu peixe bonito, quer vender seu país bonito! Que na verdade ele joga o lixo pra debaixo do tapete.”

⁸⁵ “Eu tenho direito à moradia, como o rico também tem direito à moradia. E ele ainda tem o poder de pagar. E eu só vou ter o direito de morar aqui porque eu já tenho, já estou aqui. Então eu tenho que continuar aqui. Não tem porque eu sair daqui porque eu vou dar lugar a meu novo vizinho. A minha casa tem que ser a garagem do vizinho? Não! O vizinho que se vire com a garagem dele lá! Eu continuo aqui.”

espetáculo que se pretende vender. Por esse motivo, devem ser empurrados para “debaixo do tapete”.

De forma próxima, Heloisa traz em sua fala a dimensão da elitização da cidade, mas reforça principalmente o aspecto de exclusão étnico-religiosa radicalizada através da produção capitalista do espaço. Poderíamos, portanto, retomar aqui o argumento de que empreendedorismo urbano legitima certas relações sociais, que imprimem valores culturais específicos, em detrimento de outros. Promove-se a violência simbólica (e material) institucional que se apoia em uma seletividade excludente de caráter cultural e social e produz um sistema de discriminação étnico-cultural, que oprime, exclui e nega certas práticas socioculturais na cidade. No caso do Rio de Janeiro, como Heloisa explicita em sua fala⁸⁶, os negros e praticantes afro-religiosos pertencem a um grupo social que “desestabiliza” a ordem desejada, bem como “polui” a paisagem que se pretende promover com o projeto elitizador da “cidade olímpica”.

Heloisa traz também referência ao processo histórico da cidade em relação às remoções e gentrificação da população negra e pobre⁸⁷, indicando uma violação do direito à moradia historicamente acionada no Brasil via políticas públicas, ativadas como justificativa de conter e eliminar os assentamentos populares informais, considerados “ameaças” a “boa ordem urbana. Essa negligência pelo direito à moradia digna, se radicaliza quando a habitação, nos parâmetros neoliberais é menos um bem social e mais um ativo financeiro, e define a urbanização como meio suscetível à lucratividade ao atrair camadas solventes (ROLNIK, 2015). Isso indica que a terra urbanizada não está disponível para os grupos mais pobres e expulsa esses grupos de áreas valorizadas para zonas distantes e às margens da cidade, em geral onde predomina a carência da disposição de serviços. Este último aspecto é destacado também por Heloisa⁸⁸, que

⁸⁶ “não ia ficar bem pra eles, terem um centro de candomblé, no meio de um local que agora tem uma Ilha Pura, etc. É o que eu tava falando né, eles não vão querer ver os negros vestidos de branco, atabaque tocando, nem o Ilá dos santos, Ilá é o som que o santo produz quando ele chega, nem o Ilá dos santos. E não vão querer ver os brancos sem ser, com uniforme de babá, de cuidador. [...] Porque a Igreja Católica é uma religião socialmente admissível, mas o candomblé não é uma religião socialmente admissível.”

⁸⁷ “isso é uma coisa antiga, de desalojar, e remover os pobres de seus lugares, isso começou [...] com os negros que moravam nas cabeças de porco. Ao invés de pegar e arrumarem um local pra eles morarem direito, não, pegaram e tiraram. [...] infelizmente os negros principalmente são, estão na faixa, nas periferias das cidades, nas partes marginais, nas favelas. São eles que moram mais lá. São essas pessoas que moram lá.”

⁸⁸ “é injusto tirarem as pessoas de suas casas, que eles não pagam nada e colocar a 40, 50 km. [...] As pessoas que moram em Jacarepaguá, eles dão um dinheiro que não dá pra uma pessoa continuar morando em Jacarepaguá. Ai você vai morar em Santa Cruz, em Santa Cruz, onde não tem transporte direito, não tem educação, saúde, não tem nada disso direito. Então você leva 3 horas pra vim até aqui o centro da cidade. [...] Então ai você tira a pessoa dali, coloca ela distante, ela não consegue emprego aqui, naquele

aponta para uma alternativa por meio de políticas de urbanização voltada para a população de baixa renda, que substituíssem às remoções⁸⁹ e programas públicos destinados à habitação que as legitimam, como o MCMC.

Dona Penha também se preocupa com um projeto alternativo de cidade⁹⁰: mais democrática; menos excludente; de oportunidades iguais para todos; mais heterogênea, que o espaço urbano seja compartilhado e não fragmentado; onde a classe trabalhadora tenha direito à cidade e direito de morar dignamente. Todas as três mulheres evocam a importância da luta social e resistência popular que disputa o direito à moradia digna e provoque a integração ao invés da segregação, em confronto com o projeto urbano elitista da cidade do Rio de Janeiro, que toma forma enquanto “projeto olímpico”.

Em seguida, neste trabalho procurou-se identificar, nas narrativas, onde se revela um possível cruzamento de análise entre gênero e cidade e se as mulheres refletem sobre a experiência diferenciada da mulher na cidade, que incide sobre a sua própria vivência no espaço urbano. Para isso, buscou-se primeiro identificar se essas agentes reconheciam-se inseridas e atravessadas por essas assimetrias definidas na cidade, e se elas percebiam uma experiência de negação do espaço urbano associada ao fato de serem mulheres. Inicialmente, essas relações não apareceram de forma explícita em seus discursos, mas após provocações acionadas estrategicamente durante as entrevistas, a perspectiva de gênero pode ser desvelada nos três casos, mas sem diretamente atrelar-se a um olhar crítico sobre a cidade.

Dessa forma, as respostas construíram-se de forma bastante individual, reforçando ênfases diferentes. Penha destaca mais o aspecto político, defendendo uma perseverança das mulheres, e como estas tem assumido cada vez mais voz e lutado por mais direitos; enquanto Sandra destaca mais a dimensão das relações de gênero no interior da

novo lugar. Ai ela sai daqui e vai ficar, ela acaba saindo daqui, e acaba invadindo um outro local aqui perto, ai é removida de novo, e assim fica por diante, e ela nunca consegue ter paz na vida.”

⁸⁹ “O que ele tem que fazer é o plano de urbanização, praquelas pessoas que moram aqui, pra poder facilitar, pra poder as pessoas terem condição de crescerem no trabalho, de morarem perto do trabalho e ali crescerem perto do trabalho, pra ter uma vida mais digna. [...] Então tudo isso é errado, porque não existe uma política de urbanização correta, o governo não faz isso. Então são coisas fundamentais, a política de urbanização deveria ser básica, mas não existe isso né.”

⁹⁰ “Porque nós precisamos de ter cidade para morar, nós precisamos de educação, nós precisamos de é... De saúde! Nós precisamos de segurança, né? [...] A cidade, todos precisam de direito iguais para todos. [...] Então nós não temos um projeto de cidade, e nem de país para o todo, para o povo todo. [...] Um outro projeto de cidade onde a pessoa que mora na favela, a pessoa que mora em comunidade, a pessoa que não tem dinheiro, seja respeitada e tratada com os direitos iguais. Se eu tenho o direito de permanecer nessa terra, eu quero que esse direito seja respeitado.”

comunidade e como a luta afeta essas relações; e Heloisa se atenta mais à experiência da mulher negra e da periferia e as violências que esta vivencia na cidade.

Esta última traz, em sua narrativa, uma visão própria de sua posição social vinculada à somatização de marcas distintivas de gênero, raça, classe e religiosidade. Nesse sentido, o olhar sobre a dimensão de gênero aparece quando, por exemplo, reflete sobre a violência urbana, e como esta interfere, no sentido de negação, na mobilidade da mulher⁹¹. Mais ainda, ela traz uma argumentação que identifica que as mulheres negras e da periferia são as que mais sofrem da violência tanto no espaço urbano quanto no interior da esfera doméstica provocadas por seus cônjuges⁹². Nesta sua fala, estabelece-se uma relação pertinente da opressão-dominação-exploração que a mulher vivencia, a qual a negra e da periferia sofre mais radicalmente, com a crítica a produção capitalista do espaço que projeta uma cidade elitizada.

Assim, Heloisa parece identificar que o projeto urbano inserido na lógica neoliberal provoca a dilatação das desigualdades de gênero materializadas na cidade. Seu argumento indica que a violência que este projeto exerce sobre a classe trabalhadora incide especialmente na mulher negra, trabalhadora e de periferia, educada socialmente a “aguentar” seus maridos. Estes, devido à insatisfação provocada pela condição de vulnerabilidade e pela submissão a uma vivência hedionda na cidade, tornam-se reprodutores de violência contra a mulher. E as mulheres, vítimas de violência doméstica, muitas vezes não conseguem pôr um fim à relação com o agressor por não

⁹¹ “às vezes você quer ir em algum lugar mas você fica ali parada porque você não sabe o que você vai encontrar naquele local, né, você não pode ir sozinha. Tem horários que você não pode sair sozinha, por exemplo. Por exemplo, eu vou sair agora, eu vou ir agora, mas eu to pensando assim, como eu vou fazer pra voltar pra casa, eu moro lá a pouco tempo, parece um lugar sossegado, mas ainda não conheço direito, eu tenho que sair num ponto de ônibus. Eu to falando: ‘Pedro vê se você me busca no ponto de ônibus’, mas mesmo assim eu fico com medo do Pedro se atrasar e eu fico lá sozinha no ponto de ônibus. [...] hoje em dia, a gente se vê pensando assim, ‘não, não pode passar por tal lugar, não pode fazer isso.’ Outro dia eu sai, aí eu pensei assim pensando: será que eu posso ir até ali, será que é seguro? A gente fica assim, a agente passa o tempo todo assim.”

⁹² “As mulheres [...], eu to falando as negras e da periferia, elas tem um índice de violência também muito grande também, porque elas são as vitimas diretas de todo esse processo de [...] infelicidade, de insatisfação que o homem sofre, que o filho sofre, que fulano sofre, que não sei quem sofre, e bate em cima delas, infelizmente acontece isso. A maioria das mulheres elas, estão ali pra aguentar, pra aguentar. [...] Elas ficam ali paradas, servindo de saco né, sei lá, saco de porrada, quando não é saco de porrada mesmo, literalmente né, dos homens que estão insatisfeitos, que estão com raiva porque o patrão não pagou, porque demorou demais na condução, porque é terrível, é terrível. É terrível você pegar um BRT, um BRT Alvorada-Santa Cruz [...] aquilo lá é um horror. [...] Porque não é fácil. Então isso tudo, isso tudo vai em cima de quem? Aí chega o homem e fala: ‘você fica em casa fazendo nada’, eles acham que a mulher fica em casa fazendo nada e por isso elas tem que aguentar a porrada, palavrão, entendeu? E isso tudo trás infelicidade pra elas. Cê acha que elas vão ser pessoas felizes e realizadas? Não vão ser, não vão ser. [...] Primeiro é por causa da condição social, porque elas não tem como se sustentar sozinha e segundo por causa do medo. Porque muitos deles são muito violentos mesmo, podem matar, acontece isso, então eu acho que esses são os dois passos, elas não conseguem se sustentar sozinha, não tem como se estabelecer, aí fica difícil, fica difícil.”

verem alternativa viável, tanto pelo fato de serem dependentes economicamente como devido à insegurança da posse, pois a propriedade da moradia está, normalmente, nas mãos do marido.

No caso de Penha, a dimensão de gênero em sua narrativa aparece primeiramente quando começa relatando a importância de sua participação na Marcha Mundial das Mulheres de 2015⁹³. Assim, ela destaca que a mulher deve assumir uma posição de cobrança de seus direitos, pois ela seria cidadã tanto quanto o homem, e nesse sentido, deve disputar pela concretização dessa igualdade⁹⁴, que estaria somente no papel. Em seguida, ela salienta que a mulher vem ganhando mais espaço na sociedade, mais voz, mais participação e reconhecimento⁹⁵. Este reconhecimento é compartilhado por Sandra⁹⁶ e Heloisa⁹⁷, que, da mesma forma, compreendem que, nos últimos anos, aumentou-se a atuação e participação da mulher na esfera pública, conquistando espaço em movimentos sociais, no mercado de trabalho e em cargos políticos.

As três reconhecem, de formas diferenciadas, o modo pelo qual constituiu-se socialmente o lugar ocupado pela mulher de dependência, dominação e submissão ao homem. Sandra percebe a distribuição desigual das funções determinadas ao homem e à mulher, discernindo que a liberdade do homem é historicamente sustentada pela mulher, de modo que esta deve assumir certas responsabilidades atreladas à esfera doméstica, o que garante que o homem ocupe e conquiste outros espaços. Entretanto, reconhece que a mulher foi tornando-se menos dependente e vêm conquistando novos espaços, apesar

⁹³ “Foi um momento muito bom, muito maravilhoso.”

⁹⁴ “É importante o papel da mulher na sociedade, de cobrar os seus direitos! De ser respeitada, né? E de que ela é uma cidadã, como o homem. Então, nós somos cidadã. Nós temos esse direito. Direito à cidade, direito à moradia, direito de ser a gente mesma. Ter voz!”

⁹⁵ “E a mulher tá crescendo nesse... Tá participando bem. [...] Hoje já tem uma grande diferença, nós temos um grande avanço. A mulher já tem voz ativa, em todos os sentidos. A mulher já é uma presidente. Tem mulher motorista, tem mulher trabalhando dentro de obra, tem mulher sendo chefe da casa. Tem mulher chefe em vários setores. [...] E nisso ela tá sempre buscando ser independente. Ela tá sempre buscando, mostrando que ela é capaz. E com a história da mulher você vai ver que isso vem melhorando, melhorando... E assim, degrau por degrau, né? A mulher ela vem se levantando, aos pouquinho.”

⁹⁶ “eu acho que [...] o momento da mulher na história do país e do mundo [...] é muito diferente de 50 anos atrás, de 20 anos atrás. Então, [...] você vai perceber que a mulher ela sobressai nesse momento em todos os processos de resistência, de luta, até mesmo nos movimentos sindicais. Se você for numa reunião de sindicato você vai perceber que a atuação da mulher ela vem crescendo muito em todos os processos de resistência. [...] A mulher ela tá num momento de conquista de espaço, de luta. [...] eu acho que a mulher vem ganhando espaço dentro desse processo todo de luta, e aí ela vem sobressaindo. ela tá conquistando os espaços, é o momento dela de romper com, vamos dizer assim, com o casulo.”

⁹⁷ “eu acho que o cenário hoje em dia é muito diferente e ele está se desenvolvendo em favor da mulher, entendeu? Mas mesmo assim é um processo lento. [...] Hoje em dia vemos que tem muitas mulheres [...] na faculdade, em empregos públicos.”

de isso implicar em alguns desafios, por não terem ainda se emancipado das responsabilidades domésticas e pela criação dos filhos⁹⁸.

Na mesma lógica, Heloisa afirma que às mulheres são socializadas, desde pequena a cuidarem dos afazeres domésticos enquanto os homens são preparados para conquistarem sua liberdade. Ela enfatiza a construção dos padrões de socialização de gênero na educação das crianças, admitindo que as mulheres são educadas desde sempre a cuidar da casa e dos filhos⁹⁹. Como Sandra, Heloisa parece otimizar, afirmando que as mulheres vêm conseguindo transformar pouco a pouco essas amarras sociais, apesar de isto implicar ainda em muita luta, e enfatiza como as mulheres precisam se “empoderar”.

Já Penha elabora uma argumentação muito interessante sobre a construção do papel social da mulher relacionado à condição de dependência ao homem, partindo de uma interpretação apoiada em sua fé religiosa, referindo-se ao mito do surgimento da mulher pela costela de Adão¹⁰⁰. Nesse sentido, Penha irá reconhecer, de sua maneira, o atrelamento da identidade da mulher à esfera doméstica, afirmando que as responsabilidades da casa e o cuidado do lar são atribuídos como funções destinadas às mulheres¹⁰¹. Percebe-se então que ela positiva este aspecto, ao argumentar que a

⁹⁸ “Ela por muito tempo ela ficou dentro de casa, numa espécie de retaguarda para que o homem conquistasse as coisas, e criasse essa estrutura pra família. Na medida que essa questão de casamento eterno foi acabando, que a mulher foi indo pra rua, que a mulher foi conquistando as universidades, o trabalho, enfim, o social, ela começa a se envolver com as coisas. [...] A mulher, na medida que ela vai pro mercado do trabalho, ela vai pras universidades, ela vai pra vida, ela consegue, ela começa, ela leva a família junto e ela vem através de uma luta muito grande desse processo difícil. Não é fácil, não é nada fácil você ter uma família, você criar seus filhos e ao mesmo tempo trabalhar, atuar politicamente, mas ela vem aos poucos conseguindo fazer isso tudo. E cada vez mais fortalecendo isso tudo, e tudo vai indo junto, muito junto, e é muito bonito, acho que esse momento da mulher é muito bonito.”

⁹⁹ “porque na realidade a gente é educada pra cuidar da casa e cuidar do filho. Primeira coisa quando a gente nasce é, é bonitinha, mas a mãe enfia logo uma bonequinha na gente, com rosinha e um monte de panelinha pequenininha [...]. E pros homens você da uma bola de diversão, um carrinho de diversão, a realidade é essa. Então é um processo que é muito, é uma coisa milenar, é uma coisa difícil de alterar de uma hora pra outra, mas é um processo que pode que, que a gente ta lutando muito, então acho que ela ta conseguindo, aos poucos ela ta conseguindo mudar esse cenário. [...] porque elas se esforçam muito mais do que os homens, na realidade, acho que porque elas tem um ciclo de cansaço muito grande, então acho que elas querem realmente fazer isso, então quando elas entram num espaço para ter aquilo, elas entram de uma forma que elas realmente lutam muito por isso, mas o que elas precisam, eu acho, é realmente desses movimentos pra se empoderar, elas precisam realmente”

¹⁰⁰ “A mulher ela já vem na dependência né? Ela já veio da costela do homem. Então, ela não veio... Ela não foi criada, né? O homem foi criado. A mulher ela já veio da dependência do homem. [...] A mulher sempre foi submissa. A mulher sempre foi... Era a última a ser ouvida na casa.”

¹⁰¹ “Porque é a mulher que toma conta da sua casa... A mulher ela tem um trabalho dobrado, né? Eu tenho uma casa, eu trabalho fora... Eu faço um monte de coisa!”

mulher, na sua experiência com o cuidado da casa, desenvolve uma força e uma ética especial, que a diferencia do homem¹⁰².

Esta interpretação se aproxima muito da corrente maternalista do feminismo que defende uma ética diferenciada das mulheres relacionada a uma sensibilidade tipicamente feminina. Um dos argumentos dessa linha de pensamento é afirmar que o cuidado com a casa e com os mais vulneráveis (crianças e idosos) formaria uma experiência que fundaria uma ética que daria conta de perspectivas que os valores masculinos excluem (BIROLI, 2014)¹⁰³.

Ao mesmo tempo, Penha irá reforçar a força da mulher, e de como as mulheres podem ser guerreiras, contrapondo à construção social da identidade da mulher que a define como frágil, vulnerável e passiva¹⁰⁴. Portanto, apesar de parecer naturalizar os padrões de socialização de gênero ao não problematizar a associação cultural da mulher às responsabilidades da esfera privada - e até positivar de certa forma este aspecto -, Penha reforça a potência de agência da mulher e sua capacidade de conquistar sua autonomia e independência (ainda que parciais), e também salienta a importância da mulher manter-se na luta¹⁰⁵.

Por último, torna-se relevante retomar uma questão de grande pertinência nesta discussão e pesquisa: o engajamento na luta e participação protagonista na resistência da Vila Autódromo implica em uma emancipação, autonomia e independência da mulher que a desloca do lugar de passividade, submissão e de fixação à esfera doméstica? Dito isto, faz-se necessário o esforço de identificar de que forma Penha, Sandra e Heloisa destaca respondem a esta questão a partir de suas experiências individuais.

¹⁰² “Então, a mulher é especial na verdade. Ela tem uma certa força que o homem não tem. O homem tem a força bruta. Mas a mulher tem a força do pensamento, a força do coração! A raiz! Ela puxa, ela vai lá no fundo. Ela cai, mas ela levanta com mais garra. As mulheres são guerreiras também.”

¹⁰³ Essa abordagem recebeu várias críticas, pois caminhou para uma análise essencialista da mulher, que de certa forma fixa às mulheres em uma determinada identidade atrelada a um ideal de “feminino”. Entretanto, neste momento, não caberia aprofundar este debate.

¹⁰⁴ “Então a mulher tem esse poder, né? E parece que ela é frágil, mas quando ela busca a força interior dela, ela é muito mais forte do que muitos homens. Eu conheço mulheres guerreiras, que vivem só, que criaram seus filhos... E que deram os bons frutos, os filhos foram todos filhos bons! E elas viveram sozinhas. Criaram seus filhos sozinhas. Mas deram bons frutos, porque ela tem garra! Porque ela diz assim: ‘Eu sou capaz!’. E aí cara, quando você diz que você é capaz, você vence.’ ”

¹⁰⁵ “É importante que a mulher esteja na luta. Seja pela moradia, seja pela justiça, pelo seu filho. Seja pela saúde, enfim! Nós temos que tá ali firme pra cobrar, em todos os sentidos, o seu direito. De tudo.”

Primeiramente, as três aparentam reconhecer e apontar para a relevância maior e mais ativa das mulheres na luta da Vila Autódromo – apesar de hesitarem em assumir este protagonismo, com receio gerar a fragmentação da luta. Penha argumenta que isto é resultado da característica da mulher de persistência e perseverança e isso reflete em sua participação mais ativa e determinada na resistência, sem ignorar a importância da união entre homens e mulheres na luta da comunidade¹⁰⁶. Já Sandra elabora uma possível justificativa para esse protagonismo¹⁰⁷ que se apoia na ideia da construção de uma sensibilidade maior da mulher à moradia. Reconhece-se que a mulher foi socializada a tomar conta do lar, portanto isto justificaria o fato deste ocupar um espaço de mais relevante em sua vida, do que a do homem¹⁰⁸. Isto implica que as mulheres valorizam mais os laços comunitários e de vizinhança, não apenas no sentido afetivo, mas também porque a rede de solidariedade é fundamental, pois, para que elas conquistem autonomia e independência, dependem em deixar os filhos aos cuidados dos vizinhos ou de familiares, como Sandra também coloca¹⁰⁹.

Assim, este argumento de Sandra é bastante relevante, pois justifica o fato das mulheres serem mais implicadas na luta pelo direito à moradia (aqui colocando de modo geral e não apenas no caso da Vila Autódromo) pelo fato destas desenvolverem um valor afetivo maior pela casa e estabelecerem fortes laços comunitários. Indica ainda que as remoções e o reassentamento das famílias para outros locais afetam mais intensamente

¹⁰⁶ “a gente ta sempre buscando a perseverança, né? E isso é uma qualidade que a mulher tem. Que eu acho que a maioria das mulheres tem é a perseverança. Ela não desiste tão fácil, né? E aí vai juntando a união do homem e a mulher na comunidade, vai somando, e aí a coisa vai funcionando... [...] a mulher ela ta sempre buscando também, né? A mulher ela muitas vezes não se acovarda. Ela vai lá. Ela insiste, ela persiste. A mulher ela é muito persistente, né? [...] Porque eu acho que já é uma característica nossa. Nós sofremos tanto na vida! Porque todas as dificuldades maiores é da mulher, né?”

¹⁰⁷ “dentro desse processo de luta a gente percebe que as mulheres tiveram uma atuação muito maior do que os homens. Teve, claro, alguns homens que lutaram também bastante dentro desse processo, mas o número de mulheres foi muito maior. A gente percebia isso dentro dos eventos, nos protestos, em todos os... Isso era nítido, porque a gente olhava e contava um número de mulheres era muito maior do que o número de homens que se dispunha a participar, enfim, das atividades e tudo mais. [...] essa resistência foi feita principalmente pelas mulheres. Eu não gosto de falar isso pra não ofender alguns homens.”

¹⁰⁸ “Talvez por tá ligada à questão da moradia, e a mulher ela tem os valores da moradia, de família, de comunidade, eu acho que mais forte do que os homens [...] porque eu acho que o homem ele não tem esse valor muito [...] a mulher tem isso mais forte eu acho, esse elo social.”

¹⁰⁹ “A mulher ela depende do vizinho pra trabalhar, ter com quem deixar os filhos. [...] em geral o homem vai trabalhar e tem a mulher que fica com os filhos. A mulher, pra poder fazer as suas conquistas, ela já depende mais do contexto social, ela depende mais de ter um apoio de uma avó, de uma tia, de uma irmã, de uma vizinha, de uma creche, ela depende disso para que ela possa fazer um curso, para que ela possa até mesmo trabalhar pra aumentar a renda do lar. Então essa ligação da mulher com o social é muito maior. Pro homem, ele vê de repente a possibilidade de ganhar um dinheiro, comprar uma casa maior, melhor, comprar um carro. Pra ele independe muito do local onde ele vai fazer isso. Ele vê uma oportunidade. Então eu acho que a mulher ela já reflete mais sobre os valores, sobre o que aquilo envolve [...], além do dinheiro, além do material”

às mulheres por conta do rompimento dos laços comunitários que muitas vezes incide negativamente em sua autonomia. Como já discutido no segundo capítulo, as famílias monoparentais chefiadas por mulheres são as mais afetadas neste processo. Sandra, ao morar sozinha com os quatro filhos e ser responsável pela renda que sustenta sua casa e sua família, teme, também por esse motivo, a saída forçada da comunidade.

Este último aspecto reflete ainda na sua participação na luta, pois se ocupa de diversas funções concomitantemente: cuidar da casa, dedicar-se à maternidade, trabalhar para sustentar a casa e a família e engajar-se na luta¹¹⁰. Nessa lógica, ela reflete que apesar das mulheres serem mais ativas na resistência da Vila Autódromo, isso não se dá de maneira fácil, pois requer que elas deem conta de um acúmulo de atividades ainda determinadas socialmente como responsabilidades da mulher, explicitando como essa distribuição de funções dá-se de maneira desigual entre gêneros¹¹¹.

Entretanto, Sandra reforça que a luta contribuiu para a mudança das relações de gênero na comunidade, caminhando para uma maior igualdade entre homens e mulheres¹¹². Isso reflete uma conquista de espaço da mulher, que ao ocupar posições de destaque na

¹¹⁰ “É muito incrível, nem eu sei como eu consigo, sabia? [...] Porque, eu tenho que suprir, enfim, a subsistência da família. [...] Da casa, então tenho que trabalhar. Eu faço questão de ser mãe, porque é uma coisa que eu quis muito, eu gosto muito, então eu faço questão de ver dever de casa com o filho... Eu sou aquele tipo de mãe que não perco reunião de escola, e tem que ver parte de saúde, de dentista, disso tudo. [...] eu vou indo pela prioridade, vou priorizando pela emergência né. [...] aí participo da luta aqui, e a luta aqui a gente passou por várias etapas, a gente, nossa, foi barricada, eu tinha que ficar na portaria, aí a gente tem que ir pra palestra participar de mesa aqui, mesa ali, Niterói, centro da cidade, na PUC. Aí entrevista todo dia, às vezes tem dias que duas, três entrevistas com a imprensa... É uma loucura! Reunião... Aí tem evento e a gente tem que ver comida pro povo, tem que ver a estrutura do evento. Cara, eu não sei, sinceramente, como é que isso tudo acontece, mas acontece.”

¹¹¹ “Mas não se iluda, a mulher atua aqui, a gente atua aqui, mas a gente também trabalha, a gente antes de vim pra cá deixa a comida pronta pro filho, quando eu venho às vezes pra reunião, depois quando eu chego em casa tem que ver dever de casa com o filho [...] E a gente consegue dar conta disso tudo, né. O homem não, ele vem aqui pra reunião e depois quando ele vai pra casa ele vai dormir, porque amanhã ele tem que trabalhar, a comida tá pronta que a mulher deixou antes de vim. Então nós atuamos em todos esses setores e com, vamos dizer assim, com capacidade. É muito legal isso, e tem que ser reconhecido. Porque a gente consegue, né. O homem ele vai ter que se treinar pra isso também. Porque tudo tá dentro de um processo histórico que ele vai ter que assumir outras funções assim como a mulher. Mas vai ser aos poucos também né.”

¹¹² “[...] a Vila Autódromo tem uma característica muito forte, que eu acho que as famílias da Vila Autódromo são muito matriarcais, a mulher tem um papel muito forte em todas as famílias, com algumas exceções [...] Mas a mulher tem uma atuação também, mesmo sem chocar o homem, mas ela atua muito. Mas a maioria das famílias as decisões são tomadas, a palavra final é da mulher, praticamente todas as famílias, né. [...] mesmo as famílias que tem o casal, eu percebo que a mulher ela é que decide, ela que é muito mais atuante, e a palavra final é dela. [...] eu vejo que aqui é um processo muito espontâneo, que os homens eles delegam esse poder às mulheres da Vila Autódromo [...] eles aceitam, vamos dizer assim, esse papel da mulher da Vila Autódromo. Porque eu acho que foi uma coisa muito espontânea... As famílias que eram mais machistas, elas saíram, elas não estão mais. As famílias que ficaram, eu percebo que os homens são mais humildes... Não que a mulher se sobreponha, não, mas é uma coisa, assim, muito de igualdade dentro das famílias, né. E como as mulheres elas são muito mais atuantes, então acabam que a palavra dela sendo mais determinante também, tendo um peso muito grande e os homens respeitam isso. [...] [e isso] veio com a luta. [...] na medida que a atuação da mulher foi sendo maior então isso foi acontecendo. As famílias que tinham, assim, que realmente eram muito machistas, elas foram embora, elas não ficaram no processo de luta. Então foi uma seleção natural dentro do processo de resistência.”

resistência, assumindo um importante papel social e político, obtém reconhecimento e respeito, o que favorece a aquisição de um lugar menos dependente, mais autônomo e de mais agência e autoridade, na comunidade e inclusive no interior das relações familiares. Para Sandra, particularmente, a luta trouxe a conquista da liberdade¹¹³.

Penha também afirma que a luta trouxe para ela mais independência e autonomia¹¹⁴. E então aqui ela reforça que a troca com outras mulheres é extremamente significativa, pois provoca aprendizado. O reconhecimento de experiências e processos de outras mulheres permite trazer a compreensão de uma coletividade, de um compartilhamento de vivências, que identifica em outras processos que se percebia individualmente. Este aspecto será destacado por Heloisa¹¹⁵, que defende que a escuta de experiência de outras mulheres, proporcionada pela vivência na luta, trouxe para ela uma visão diferenciada que envolve inclusive seu papel enquanto yalorixá¹¹⁶ e a motivou a realizar projetos que auxiliassem outras mulheres negras e de periferia a conquistarem sua liberdade e felicidade¹¹⁷.

¹¹³ “Então, cara, eu tenho muito o que agradecer, eu tenho essa luta, apesar de ser muito desgastante e eu ter aberto mão de muita coisa nesse processo também porque foi um processo muito árduo que aos poucos, como eu falei, teve momentos que eu nem trabalhava mais, que não tinha nem tempo mais pra isso, era só Vila Autódromo, Vila Autódromo. [...] eu me sinto totalmente livre dentro desse processo apesar de muito comprometida, muito cheia de compromisso, tem dias que eu acordo e eu num sei nem como vou fazer, mas isso tudo envolve muita... Porque a liberdade ela é espiritual né, Luiza [...] Você pode tá com vários compromissos, tendo que correr de um lado pro outro pra suprir mas se sentindo totalmente livre. Eu compreendi isso ao longo dos anos, liberdade é você poder fazer aquilo que você quer, na hora que você quer, e eu faço isso, eu faço exatamente aquilo que eu, eu estou fazendo exatamente aquilo que eu quero fazer nesse momento, que é tá aqui conversando contigo, entendeu, tá lutando pela Vila Autódromo. Então eu me sinto, apesar de limitada financeiramente, apesar de às vezes querer fazer alguma coisa em algum lugar e não ter dinheiro pra fazer isso ou não poder porque tenho que cumprir um outro compromisso, mas isso não interfere na minha liberdade, eu me sinto livre.”

¹¹⁴ “[...] Você sai da sua rotina, e você começa a ver... a crescer! No sentido de direitos, de dependências... De ver que outras pessoas também, outras mulheres também, passam por essas mesmas dificuldades. Você aprende que não é só a sua comunidade, é as outras comunidades também tem mulheres que sofrem, e uma vai apoiar na outra, uma vai se fortalecer na outra... Muitas mulheres vai se basear nas mulheres da Vila Autódromo [...] E vão também buscar os seus próprios interesse, e crescer! E ver que o seu direito pode ser respeitado sim. Então, eu acho que é importante, eu aprendi muito e espero passar muito também para outras. Que a vida é uma troca. A gente vai trocando experiências e vai aprendendo.”

¹¹⁵ “Às vezes tem coisas que você imagina [...] que só acontecem com você, engraçado. Porque muitas mulheres passam muito tempo sozinhas dentro de casa, ou só com a vizinha do lado, que as vezes você pensa que tem certos pensamentos que só pertencem a você. Você não sabe que tem muitas outras mulheres que pensam da mesma forma, que são insatisfeitas, ou que querem lutar ou que querem fazer alguma coisa igual a você, mas você não sabe disso. E você só descobre quando você se junta com um grupo que queira, que tenha a mesma pretensão pra poder lutar.”

¹¹⁶ “a luta me deu uma dimensão maior do que as outras pessoas. E essa dimensão fez com que eu tivesse vontade de fazer alguma coisa além do que eu faço, entendeu? eu sou uma yalorixá, a yalorixá é a líder religiosa de um casa, então isso, ser apenas isso naquela casa sem fazer uma coisa prática não eu acho que não esta certo, eu acho que seja qual for a religião, você tem que dar ajuda pra uma pessoa, mas não é dar uma cesta básica. Você tem que fazer com que a pessoa consiga comprar a própria cesta básica, ai esta a forma correta de você ajudar a pessoa. Não é dando a cesta, é fazendo com que ela consiga ter a cesta dela com felicidade. E é isso dau que aflorou mais em mim, eu já queria fazer alguma coisa a mais [...] e agora eu to fazendo projeto social, porque eu acho que é pratico, que é meter a mão, fazer alguma coisa, eu aprender a meter a mão na massa.”

¹¹⁷ “isso dai seria pra mim assim, eu consegui fazer, reunir, reunir, tentar fazer movimentos assim, sabe, pode ser aos pouquinhos. Porque é, eu sei que se eu chegar assim e falar: vamos todo mundo lutar, as mulheres, a maioria pode ser que nem olhe. Primeiro pode ser por não acreditar, ou pode não ter muita ideia. Então você tem que começar devargazinho, pode ser por uma coisa que atraia, mas que nem faça muita parte. Pode ser, por exemplo, beleza, não quer dizer que a beleza seja uma coisa supérflua, a beleza

A experiência na luta apresenta, portanto, uma oportunidade das mulheres (pobres e trabalhadoras) em conquistar mais espaços sociais, ao assumirem-se enquanto sujeitos políticos, e, dessa forma alargar sua emancipação, ativando mais independência e autonomia. Entretanto, esse processo de conquista acontece sem que essas mulheres abram mão daquilo que elas reconhecem enquanto valor em sua vida, e isso se dá, muitas vezes, em conformidade com a permanência de certas afirmações de papéis e padrões socialmente conferidos à mulher. Isso quer dizer que a experiência política na resistência, proporciona em grande parte uma subversão da construção social que condiciona à mulher à esfera privada e ausente do espaço público e da política, essa subversão, no entanto, se dá de maneira parcial e imperfeita, o que não necessariamente é problemático.

3.6 Agenciamento feminino: “corpo vivido”, subversão parcial e emancipação

Após analisarmos a experiência em sua especificidade de cada sujeito-mulher e a interpelação de suas narrativas com questões abordadas anteriormente neste trabalho, caberia resgatar as reflexões de Flávia Biroli sobre os princípios de agência individual e autodeterminação da mulher, debate situado no interior da teoria crítica feminista. É notável que o reconhecimento do agenciamento das mulheres permite uma certa superação da compreensão das mulheres - especialmente aquelas situadas em uma posição na estrutura social que abarca um acúmulo de vulnerabilidades - enquanto “vítimas sem agência”. Entretanto, essa discussão requer uma complexificação. Não se pode deixar de reconhecer que a agência individual da mulher se dá sempre em meio a pressões e constrangimentos (BIROLI, 2013, p. 48), derivadas das estruturas de dominação do sistema social patriarcal. Nesse sentido, a agência individual é sempre imperfeita:

também é uma forma de você se estabelecer, uma forma de você se colocar pra cima, vaidosa. Dali você vai colocando de pouquinho em pouquinho e levantar o astral daquela mulher, fazendo com que ela comece a pensar em outras formas também, em outras coisas também que melhorem a vida dela. Às vezes ela quer ser só dona de casa, mas as vezes ela quer ser uma dona de casa melhor. As vezes ela quer só fazer salgadinho. [...] As vezes ela quer continuar fazendo salgadinho, ela gosta de continuar cozinhando, mas ela as vezes ela quer continuar cozinhando de uma forma diferente, de uma forma mais feliz. Então são essas coisas, as vezes ela quer fazer crochê, mas quer fazer crochê de uma forma mais feliz. Não precisa ser uma técnica, nem ser uma arqueóloga, não precisa, só precisar ser mais feliz, fazer as coisas pra ser mais feliz.”

“Essa imperfeição é o modo mesmo de expressão da agência individual, consideradas a socialização, o caráter social e intersubjetivo dos valores que são mais caros aos indivíduos e as relações de poder que atravessam, ainda que diversamente, os contextos em que as preferências individuais se definem e a agência toma forma. Na análise da posição da mulher nas relações de gênero, a compreensão da agência imperfeita como expressão regular, e não como desvio permite desvinculá-la de esteriótipos de gênero [...]” (BIROLI, 2013, p. 48)

A agência das mulheres é ao mesmo tempo socialmente enraizada e individualizada. Isso significa que, por um lado, o contexto das relações de poder resultado da posição social que elas ocupam é constitutivo das possibilidades, das preferências e da capacidade para a autonomia e agência individual. Por outro lado, a singularidade da trajetória dos indivíduos e seu investimento criativo na sua própria vida, não estão em contradição com o reconhecimento dos constrangimentos estruturais à agência (BIROLI, 2013). E é este último aspecto que se pretende destacar neste trabalho, ao evidenciarmos suas “narrativas resistentes”.

Nessa lógica, a noção de “corpo-vivido”, de Marion Young (2005), parece pertinente de ser considerada nesta etapa da discussão. Young em grande parte recupera e atualiza as análises de Simone de Beauvoir sobre a discussão do corpo no debate das relações de gênero. Para Beauvoir, não há consciência sem corpo, “a presença no mundo implica rigorosamente a posição de um corpo” (*apud* BIROLI, 2013 p. 67), que é, ao mesmo, coisa no mundo e ponto de vista sobre o mundo, portanto, objeto e sujeito. Para além da compreensão convencional que associa, ao enunciar o corpo, papéis sociais de gênero a determinantes biológicos¹¹⁸, nos importa aqui destacar como certas estruturas regulam as possibilidades dos indivíduos e como o corpo é vivido em determinados contextos. Ou seja, como o “contexto ontológico, econômico, social e psicológico” dá sentido ao corpo (BEAUVOIR *apud* BIROLI, 2013, p. 68).

Nesse sentido, vale perceber como os corpos das mulheres¹¹⁹ são submetidos a tabus e a certos valores sociais e culturais, que promovem uma relação diferenciada entre corpo e autonomia para homens e mulheres (BIROLI, 2013). Assim, é a partir desse “corpo

¹¹⁸ “Um dos aspectos que distinguem a mulher do homem é [...] sua subordinação à espécie. E é essa compreensão [...] que vem sendo destacada nas críticas que apontam na análise de Beauvoir a aceitação de uma compreensão convencional da correspondência entre mulher, papéis sociais de gênero e determinantes biológicos” (BIROLI, 2013, p. 67). Essa crítica é importante de ser destacada, pois essa interpretação da análise de Beauvoir aciona uma compreensão do sujeito feminino que exclui as mulheres trans, devido sua suposta desvinculação ao corpo feminino. É relevante acionar esse aspecto da discussão para que não se caia em reproduções de esteriótipos, de opressão e renegação dos sujeitos trans.

¹¹⁹ Cis e trans.

construído” que a mulher, enquanto sujeito, toma consciência de si mesma e que tem peso na definição da posição desta no mundo (BEAUVOIR *apud* BIROLI, 2013). Sobretudo, importa reconhecer aqui como a “realidade vivida” pode vir a subverter certas instâncias pré-determinadas das posições sociais, resignificando a posição desse corpo (feminino) no mundo: “as mudanças na posição social dos indivíduos, resultantes de transformações nas relações de poder, permitiriam vivências diferenciadas de si e dos corpos” (BIROLI, 2013, p. 69). Há aqui uma ênfase nas vivências concretas e nas respostas dos sujeitos aos constrangimentos sociais, que podem vir a deslocar a conformação social da identidade da mulher, produzindo outras possibilidades de “ser mulher”.

É neste aspecto que Young (2005) se utiliza de Beauvoir para propor o conceito de “corpo vivido”. O objetivo da utilização do conceito seria dar conta da singularidade e particularidade das identidades de gênero que se manifestam de formas distintas e individualizadas, entretanto, não dissociadas dos constrangimentos estruturais que as dão forma, mas que não são capazes de totalizar as experiências das mulheres (BIROLI, 2013). Seria o que Young chamaria de tensão entre “as determinações estruturais e as diferentes formas de deslocamento que se impõe sem anulá-las” (YOUNG, 2005).

“É possível que algumas mulheres transcendam ou escapem, de diferentes maneiras, aos padrões que tipicamente definiriam a feminilidade e que são condicionados pelas estruturas sociais” (YOUNG, 2005, p.31)

Retomando ao último módulo, podemos reconhecer que, por um lado, mostra-se com certa evidência que a experiência de luta das mulheres da Vila Autódromo pode vir a servir como uma prática emancipatória e de reafirmação da mulher como sujeito político e agente da história. Entretanto, caberia perceber que, por outro, essa emancipação ocorre em conformidade com certos graus de permanência da reprodução de papéis sociais normativamente atribuídos à mulher, principalmente, em referência a manutenção de uma formação tradicional familiar, que sublinha sua responsabilidade pelas tarefas domésticas e, nesse sentido, não permitiria uma ativação plena da autodeterminação da mulher, o que passa por uma agência imperfeita.

De certo, a vida das mulheres da Vila Autódromo, mesmo com a experiência na luta, permanece imbricada com uma série de reproduções de desigualdades estruturais, valores e estigmas relativos aos padrões de socialização de gênero, e isto ocorre, em

grande medida, pela posição que estas ocupam na estrutura social, que acumula desvantagens no cruzamento das marcas distintivas de gênero e classe (e em alguns casos raça também). O que certamente influencia, quando não limita, seus modos de agir no mundo e define em grande parte as possibilidades efetivas de agenciamento e de formação da escolha individual e de produção de preferências. Isto porque as “formas de dominação, exploração e opressão [...] tem impacto na definição do horizonte de possibilidades e das ambições, assim como das escolhas efetivamente disponíveis para os indivíduos” (BIROLI, 2013, p. 49).

Entretanto, mais do que sublinhar as relações de dominação e as reproduções de subalternidades que permanecem atravessadas na vida dessas mulheres, protagonistas deste trabalho, nosso interesse aqui maior é perceber, pelo contrario, de que forma a ativação de agenciamento promove deslocamentos, o que se dá em conformidade com os constrangimentos estruturais. Essa agência (imperfeita) se traduz então em emancipação (parcial) do sujeito feminino, a partir do engajamento político na luta. Independente de possíveis assimetrias que permanecem (visíveis ou invisíveis) a constituir as relações sociais de gênero atravessadas na vida da comunidade ou em sua luta, nos importa antes reconhecer, em suas práticas e narrativas, dimensões de agência individual e ativação de autonomia, que subvertem (parcialmente e imperfeitamente) padrões de socialização que fixam a mulher a uma única identidade atrelada à passiva e desprovida de um agenciamento político.

Nesse sentido, torna-se fundamental enfatizar como se configura a participação ativa dessas mulheres na resistência, que, no caso destas três agentes, se traduz em protagonismo, assumindo posições de liderança comunitária, e reverberando a autoafirmação de si enquanto sujeitas de luta para outras escalas de agenciamento político. Este aspecto de certo nos leva a reconhecer que essa positivação das mulheres enquanto agente de resistência pode traduzir-se em potentes meios de subversão do papel convencional imposto à mulher e resignificação do lugar do “feminino”, redefinindo-o no interior do espaço público e da luta política, e não apenas fixado na esfera doméstica.

Apesar disso, não se promove uma desvinculação da mulher à esfera privada, de modo que a permanência dessa correlação incide inclusive na participação das mulheres na luta. Observa-se, nesse sentido, uma relação entre a responsabilização da mulher pela manutenção do lar e um agenciamento mais participativo na resistência. Isso poderia ser

justificado, como argumentado por Sandra, por meio de um certo valor afetivo que a mulher, diferentemente do homem, estabelece pela casa, pela família, pela comunidade e pela vizinhança. Esse valor se constrói, em grande parte, a partir da aproximação maior com as responsabilidades domésticas, por conta da maior dependência que a mulher desenvolve com as relações de vizinhança e pela internalização de certas concepções as quais esta foi socializada e educada a valorizar. O pertencimento na luta seria, portanto, construído, significado e dimensionado em torno deste valor.

Uma interpretação mais crítica desse argumento poderia destacar que esta relação pode vir a reforçar os padrões de socialização de gênero, ao passo que positiva à vinculação da mulher à esfera doméstica, e a construção desta enquanto valor. É, no entanto, uma análise que enfatiza que mesmo que a mulher transgrida certos estereótipos e papéis normativos de gênero, estaria sempre submetida às estruturas de opressão e de constrangimento de sua autonomia. Reforça-se, portanto, mais uma qualidade passiva e vitimizante da mulher, desvalorizando sua agência individual. Além disso, defende-se a imutabilidade das relações subalternas de gênero por meio da desvalorização das experiências individuais e o potencial de transformação que se ativa a partir delas. Desconsidera-se, assim, o caráter emancipador da luta, que se materializa em protagonismo e conquista de espaço, desestabilizando certas hierarquias e sistemas de poder derivados das desigualdades estruturais de gênero.

Portanto, é uma análise que deve se ater a alguns cuidados. Retomando as reflexões de Biroli, a análise das formas de opressão que se reproduzem nas relações de gênero deve ter como compromisso a “valorização das posições variadas, com as perspectiva sociais que nelas se definem”, portanto, a especificidade da experiência vivida (2013, p. 74).

“A multiplicidade de posicionamentos nas estruturas – mesmo tomando-as como ‘estruturas de constrangimento’ – engendraria experiências politicamente válidas, cujo resgate seria necessário para que as formas de deliberação e representação política sejam de fato plurais, mas também para que a compreensão das interações e das relações de poder [...] não reproduza a própria dinâmica da opressão, eliminando experiências e vozes.” (BIROLI, 2013, p. 74-5)

Nessa mesma lógica e a partir do caso estudado, é revelador orientar-se pelas concepções de Marion Young em “House and home: feminist variations on a theme” (1997).

“A manutenção rotineira da casa, ainda que tediosa, escravizante e compulsória na construção das experiências e da identidade de muitas mulheres, é vista por Young como uma atividade que dá sentido à casa como espaço de preservação – do que me pertence, mas sobretudo da memória, constituindo a casa como um espaço próprio marcado pela história e trajetória das pessoas. Mas é revelador que a consideração negativa do trabalho doméstico para as mulheres seja vista como um desprezo pela ‘voz das próprias mulheres’ ao ‘negar inteiramente o valor que muitas dão ao cuidado com a casa’.” (BIROLI, 2013, p. 75)

Não defendo que devemos aqui abandonar as críticas feministas que discutem a separação das esferas público e privada, e como esta define para a mulher uma posição desfavorável, pois a fixa à esfera doméstica e a exclui da esfera pública, e ao mesmo tempo impede que ela agencie livremente sua independência, de modo que a responsabiliza integralmente pelos afazeres domésticos e cuidados com os filhos. Este aspecto não pode deixar de ser problematizado, pois contribuiu em muito para a fixação da conformação normativa da identidade da mulher, o que definiu a posição desta no mundo, inclusive incidindo em sua possibilidade de agência na política e apropriação do espaço urbano, como já argumentado.

Entretanto, parece oportuno aqui considerar que, apesar disso, o cuidado pela casa pode incidir em um valor que se constrói a partir do pertencimento ao lar marcado pela história e trajetória das mulheres da Vila Autódromo. E isto pode ter influência direta na motivação e no índice e qualidade de agenciamento e pertencimento na luta. E isso não parece reduzir-se ao caso de investigação da Vila Autódromo: aparentemente “quase todos os movimentos de bairro, de vizinhança e comunitário tem base feminina” (BLAY *apud* SANTORO, 2008, p. 5). Desse modo, negar esse valor é ir contra o reconhecimento dessas mulheres enquanto sujeitas de luta e de sua história.

Esse cuidado analítico não implica, necessariamente, a aderência a uma interpretação essencialista da mulher, referente à valorização de uma sensibilidade tipicamente feminina. O que se pretende defender, neste trabalho, não é uma suposta ética “feminina” fixa que pertence à natureza de todas as mulheres. Mas uma compreensão de que as qualidades identitárias que evocam uma responsabilidade com a vida doméstica e com o cuidado com a casa – mesmo sendo essas qualidades “resultado de convenções que precisam ser questionadas para que as relações de gênero se organizem de maneira menos vantajosa para as mulheres” (BIROLI, p.75) - podem vir a contribuir

para que essas mulheres tomem frente da resistência enquanto protagonistas. E essa experiência não deixa de ser emancipadora. Ao negarmos este aspecto fortalecemos o silenciamento dessas mulheres, negligenciando e desvalorizando suas experiências em sua especificidade e as perspectivas de mundo que dessas derivam.

“A consideração sistemática dos efeitos dos padrões de socialização, dos esteriótipos e das formas de internalização das hierarquias convive, conflituosamente, com a busca pelo reconhecimento da voz, das perspectivas e dos interesses que seriam próprios às mulheres, silenciados pela dominação masculina” (BIROLI, 2013, p 53)

O silenciamento seria, nesse sentido, o oposto do que se tem como propósito neste trabalho: o desvendamento de narrativas que, reconhecidas enquanto memórias subterrâneas confrontam a narrativa oficial da cidade em torno do “projeto olímpico”, propondo uma interpretação mais emancipatória e democrática da cidade; a evidenciação de falas “do outro lado da linha” e a admissão dessas falas enquanto produtos do conhecimento pós-abissal bem como instrumentos políticos de resistência.

Além deste movimento, também importam reconhecer e incluir a perspectiva de mulheres (pobres, trabalhadoras, moradoras de favela) na reflexão do espaço urbano e evidenciar suas experiências específicas na cidade, para assim, questionar o modelo de produção de cidade que homogeneiza, universaliza e elitiza, sem dar conta do aspecto da diferença. Por fim, valoriza-se o reconhecimento do potencial de agenciamento dessas mulheres, principalmente no que toca à ativação política, enquanto agentes de resistência e de disputa pelo seu lugar na esfera pública, subvertendo o papel “original” e esperado às mulheres.

O objetivo maior aqui considerado seria, portanto, o de favorecer e reforçar o ecoamento das vozes de mulheres que vivenciam múltiplas experiências de opressão, por um lado, e de emancipação, por outro, em sua maioria ausentes das elaborações teóricas sobre a temática urbana, como também, muitas vezes, invisíveis nas teorizações feministas. Esta última invisibilização se justifica pelo fato de muitas mulheres (principalmente aquelas que ocupam posições sociais de mais vulnerabilidade) nem sempre estão disponíveis a superar certos graus de internalização das opressões e de padrões normativos de gênero. Apesar deste aspecto ser discutido e considerado neste trabalho, não devemos cair em uma desconsideração de falas e silenciamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, vale retomar algumas das premissas iniciais que nortearam esta pesquisa e as questões principais investigadas, no intuito de perceber se estas foram atravessadas no trabalho, permitindo evidenciar alguns desvelamentos, mas também abrir para novas interrogações. Percebe-se que a escolha desse estudo de caso foi bastante satisfatória no sentido de situar a discussão das desigualdades de gênero no interior do debate sobre a cidade. A dimensão de gênero, que aparentava reduzir-se à evidência do protagonismo feminino da luta, desdobrou-se em inúmeros outros aspectos antes não identificados.

Primeiramente, foi possível distinguir que as mulheres aqui investigadas conquistaram um lugar de destaque e reconhecimento ao constituírem-se enquanto sujeitas de luta, através do engajamento e da vivência no processo de resistência à remoção da comunidade. Isso se evidencia em seu agenciamento político não somente no interior da comunidade, mas ocupando espaços diversos e atuando em diferentes escalas territoriais, institucionais e de poder. Isto tudo caminhou para a emancipação, mesmo que parcial, do sujeito feminino, pois o redimensionou no interior da esfera pública, subvertendo sua fixação ao campo privado, e colocando o espaço urbano também em disputa, ao acionar o debate em torno do direito à cidade e do direito à moradia.

Identifica-se, portanto, um deslocamento dessas mulheres ao desestabilizar, na sua afirmação enquanto agentes da política e da história, alguns fundamentos normativos estruturais que constroem as relações desiguais de gênero. Assim, dissolvem os estereótipos e provocam rupturas que transcendem, parcialmente, os padrões que social e culturalmente definem a feminilidade.

Esse deslocamento aparece, por exemplo, na redefinição do lugar das mulheres na comunidade Vila Autódromo, pois se passa a delegar a elas uma posição de maior atuação, poder de decisão e autoridade. Tal redefinição subverte os papéis originais no interior da maioria das famílias, apesar de isso conviver com certas reproduções de assimetrias que permanecem a constituir as relações sociais de gênero atravessadas na vida da comunidade. Cabe observar, no entanto, que o período em que realizei o trabalho de campo não foi favorável para identificar com maior profundidade as dinâmicas das relações de gênero que se reproduzem no interior da comunidade, devido à mobilização intensa em torno da contenção de ameaças constantes da Prefeitura, o que produziu um estado cotidiano de muita tensão, ofuscando muitas vezes essas relações.

Para melhor observar essas relações, considero a possibilidade de uma investigação mais aprofundada.

Entretanto, deve-se reconhecer, na trajetória individual das três mulheres aqui representadas, que o engajamento e a vivência na luta refletiram subjetivamente em uma transformação de sua individualidade que incidiu sobre o lugar social que ocupam enquanto mulheres. Tanto Penha, quanto Sandra e Heloisa manifestam de diferentes maneiras, em suas narrativas, como a luta proporcionou a elas uma transformação e aprendizado, conquistando mais independência, autonomia, força e liberdade.

Ao mesmo tempo, reconhece-se uma conquista não somente enquanto mulheres, mas também ao levarmos em consideração seu posicionamento social definido pela classe. Como já argumentado, no Brasil, em contexto global de imperativos neoliberais, observa-se a intervenção, sem mediações, dos grandes capitalistas nos processos de decisão política. O Estado mostra-se forte e autoritário a favor do capital e permite a dominação dos instrumentos de poder por grupos de empresários privados. Desse modo sustenta-se uma estrutura política-institucional que exclui a participação da população de baixa renda por ser considerada de pouca relevância estratégica. Nesse sentido, segmentos populares têm pouco ou nenhum acesso aos mecanismos instituídos de ativação democrática e a possibilidade de acionamento da cidadania muito limitada.

Somado a isso, o Estado mostra-se como um agente central e fundamental na afirmação do empreendedorismo urbano enquanto modelo, alavancando processos de elitização da cidade e gentrificação da população de baixa renda, verificado radicalmente no Rio de Janeiro no contexto do chamado urbanismo olímpico. Assim, as mulheres pobres, da periferia e favela, são, ao mesmo tempo, excluídas da participação política e apagadas do cenário *disneyficado* da nova cidade, cuja modernização não a beneficia, reforçando o seu lugar “subalterno” e dilatando condições de vulnerabilidade de suas vidas, principalmente no caso das mulheres chefes de família.

Dessa forma, as mulheres da luta da Vila Autódromo conquistam, na resistência, um reposicionamento social, de classe e gênero, concomitantemente, ao afirmarem-se enquanto sujeitas políticas e confrontarem o Estado ao tensionarem o modo de gestão empresarial da cidade do mundo capitalista neoliberal. Por lógica, como estratégia de despolitização da cidade e de eliminação do conflito, o Estado responde com violência e reprime, coíbe e desautoriza a insurgência das classes populares através da luta social

que dimensiona uma possível ampliação e radicalização da democracia. Somado a isso, a ordem sexista do Estado também responde em termos de coerção e “correção” das mulheres que, ao conquistarem o espaço político, produzem mobilidade, em termos de identidade, e também no sentido de apropriação da esfera pública e do espaço urbano, o que ameaça a manutenção do sistema de opressão-dominação patriarcal.

Nessa lógica, o Estado também irá responder violentamente através das demolições arbitrárias e ações truculentas da Guarda Municipal, reprimindo sua luta, desconsiderando suas falas e invisibilizando as mulheres enquanto sujeitos políticos. Isto ocorre porque essa subversão implica em ameaça à manutenção do sistema de opressão-dominação patriarcal e do projeto de cidade neoliberal e sexista. A repressão é resultado, portanto, da dupla subversão (de gênero e classe) da mulher pobre de periferia e favela, expressa por meio da agência nos movimentos sociais urbanos, pois determina, em grande parte, a resignificação do lugar social que esta ocupa e como se apropria da cidade e da política, o que se traduz em ameaça para a ordem ao mesmo tempo elitista e sexista.

Neste momento, cabe interrogarmo-nos se esse agenciamento político, ao acionar a disputa pelo direito à cidade e por uma produção de espaço mais integrativa e menos segregadora e elitista, provoca uma abertura para a discussão da construção de uma cidade também menos sexista. Portanto, vale a interrogação se este processo permite evocar um projeto político que vise a superação das desigualdades, que ultrapasse a dimensão de classe, mas oriente no interior do debate do direito à cidade um projeto de cidade mais democrática para as mulheres. Buscou-se observar se o protagonismo feminino incide em uma disputa simbólica pela produção de um projeto político de cidade mais inclusiva das experiências femininas e menos desigual e violenta para as mulheres, ou se este mobiliza uma prática feminista da luta social.

Percebeu-se que, mesmo que a participação na luta seja substancialmente feminina, existem limites para que as mulheres percebam a expressão das relações desiguais de gênero, principalmente no que toca a suas vidas privadas e familiares, ou quando influenciam a construção de sua subjetividade, escolhas e interesses pessoais. Isso reflete em um não reconhecimento destas enquanto grupo social interpelado pela categoria de gênero: as mulheres se reconhecem enquanto sujeitos políticos, mas nem sempre enquanto sujeitos pertencentes ao grupo social de mulheres. Em grande parte,

observou-se que o pertencimento marcado pela identidade de classe sobrepõe-se a de gênero.

Por lógica, a disputa aparece mais em relação à equiparação dos direitos sociais que se distinguem por classes, em combate às assimetrias sócio espaciais e às desigualdades materializadas na cidade mediante processos de elitização e gentrificação. Portanto, mesmo que se reconheça em certo sentido a conformação das estruturas sociais das desigualdades de gênero, identificadas em suas narrativas, essas agentes não parecem exatamente se apropriar de algo que se aproxime de um discurso feminista sobre a cidade.

De modo geral, o agenciamento feminino em movimentos sociais urbanos que discutem o direito à cidade – mesmo levando em conta aqueles constituídos majoritariamente por mulheres – não necessariamente provoca uma abertura para a discussão da construção de uma cidade mais democrática para as mulheres, que ultrapasse as relações classistas e que também inclua a dimensão das relações de gênero. Desse modo o protagonismo feminino - apesar de muito avançar no sentido de conquista de espaço e de deslocamento do papel social “original” feminino, o que redimensiona as relações sociais - não evidencia uma disputa simbólica pela produção de um projeto político de cidade que inclui e valoriza experiências femininas no sentido de produzir uma cidade menos sexista.

Entretanto, isso parece se redefinir na medida em que, durante seus processos de vivência na luta, puderam trocar experiências individuais com outras mulheres, e aos poucos identificar uma percepção de grupo, um reconhecimento de vivências compartilhadas, antes compreendidas como individuais. Este aspecto é muito significativo, pois caminha para a compreensão do reconhecimento das mulheres enquanto grupo social, produzindo identificação compartilhada, o que pode vir a potencializar uma disputa por uma cidade menos sexista, e pela dissolução de relações desiguais de gênero reproduzidas em diversas esferas, dilatando, assim, a possibilidade emancipadora.

Ademais, a partir das reflexões acerca da dicotomia pública e privada, e das elaborações argumentativas percebe-se um esforço, acionado historicamente e culturalmente, de fixação da identidade da mulher apoiada em uma dicotomia, como defendido

anteriormente. Devemos aqui, no entanto, questionar a própria validade dessa dicotomia que define que de um lado a mulher “feminina”, guardiã do lar, em oposição à mulher desviante, corrompida, rebelde. Conclui-se com este trabalho que as três mulheres aqui apresentadas favorecem a invalidação dessa construção dicotômica, pois observa-se que elas não se enquadram em nenhuma das duas polarizações (pois são do lar, mas também da luta!).

A resposta, entretanto, não seria sublinhar a dicotomia valorizando as “belas recatadas do lar”, em detrimento das “feias matadoras” (retomando a referência de Edmund Burke às mulheres sans-coulotte), ou o inverso. O propósito é, por um lado, defender as mulheres que lutam e assumem uma posição de combate e rebeldia - no sentido que negam para si às determinações sociais que as constroem como dóceis e passivas - como uma categoria possível, não menos legítima de mulher. E, por outro, desconstruir essa falsa dicotomia para inclusive ser possível de reconhecer as mulheres “recatadas do lar” também enquanto guerreiras e lutadoras.

Devemos, no entanto, ater-nos a não reproduzir uma abordagem essencialista da identidade da mulher, para que não se corra o risco de negar as múltiplas aderências possíveis de qualidades identitárias diversas do sujeito feminino, caindo no mesmo princípio que se pretende combater – aquele que valoriza uma única identidade legítima de mulher: a bela, recatada e do lar, apresentada no capítulo 2. Pretende-se, principalmente, salientar que as trajetórias de luta de mulheres, que permanecem ou não atreladas a um conjunto de valores do ideal de “feminilidade”, permitem que elas afirmem-se enquanto sujeitas políticas, o que as fazem conquistar mais autonomia e permite caminhar pouco a pouco para um redimensionamento das relações de gênero e superação das desigualdades.

Assim, incentiva-se, a partir do reconhecimento de suas “narrativas resistentes”, que essas mulheres disputem cada vez mais a esfera pública e o espaço urbano, e apropriem-se do direito à cidade enquanto acionador de esforços práticos de resistência. Percebe-se que o engajamento nas lutas sociais – na defesa do direito à moradia, dentre outras - provoca um processo de grande elucidação crítica das mulheres em relação a suas condições materiais de existência e compreensão da negação concreta de seus direitos mais essenciais.

Por esse olhar, a subversão, mobilidade ou deslocamento acionadas nesse processo, podem ser reconhecidas como ferramentas de luta e tensionamento cotidiano através das quais as mulheres podem vir a alavancar mudanças potenciais no âmbito das relações gênero e sociais como um todo. Mesmo que essas mulheres não assumam necessariamente posições de confronto e conflito direto, através de suas experiências e práticas cotidianas de deslocamento podem provocar processos emancipadores/emancipatórios. Nesse caso, as mulheres pobres, de periferia e moradoras de favela podem insurgir nas brechas do sistema patriarcal-sexista e resistir à repressão e à coerção, e então se reinterpretarem enquanto sujeitos passíveis de ressignificação, enquanto atores que se movem na cidade e na política.

Espera-se, portanto, que se caminhe para a valorização das experiências individuais de diversas mulheres – aqui refiro-me a um recorte daquelas que ocupam posições na estrutura social interpeladas por categorias que incidem em uma maior vulnerabilidade, portanto as mulheres pobres, de periferia e moradoras de favela – que tenham suas experiências próprias de emancipação reconhecidas e suas narrativas resistentes ecoadas para caminhar de construção de um projeto de cidade mais democrático, menos elitista e sexista: um projeto de cidade feminista.

“acreditamos que a vida das mulheres, em suas diversas manifestações, precisa ser cada vez mais desmistificada a fim de gerar instrumentos de luta e pressão política para a ampliação de direitos em nossa cidade” (TAVARES, 2013, p. 45).

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Otilia. Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas. 2009.
- AZEVEDO, Lena; FAULHABER, Lucas. SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico. 1 Ed. Rio de Janeiro. Mórula, 2015.
- BERTO. Heloisa Helena Costa. Entrevista concedida em 27 de junho de 2016.
- BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. De volta à cidade: dos precessos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos. Annablume, 2006.
- BIROLI, Flávia. Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática. Vinhedo, Editora Horizonte, 2013.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe (org.). Teoria política feminista: textos centrais. Vinhedo, Editora Horizonte, 2013.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Feminismo e política: uma introdução. 1 Ed. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. A distinção. Crítica social do julgamento. Tradução Daniela Kern; Guilherme Teixeira. 2 Ed. Porto Alegre, RS. Zouk, 2013.
- BRASIL 247. A resistência das mulheres da Vila Autódromo. 03/03/2016. URL: <http://www.brasil247.com/pt/247/favela247/219561/A-resist%C3%A2ncia-das-mulheres-da-Vila-Aut%C3%B3dromo.htm>
- CALABRIA, Amanda de Mello. Violência e criminalização: o movimento de resistência das prostitutas do "prédio da caixa". Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016.
- CAMTRA (Casa das Mulheres Trabalhadoras). Documentário As Mulheres e a Copa do Mundo [curta-metragem]. URL: <https://www.youtube.com/watch?v=TVABZtpGYAc>
- CARRACEDO, José Rubio. Pluralismo, multiculturalismo y ciudadanía compleja. In: O'FARRELL, Pablo Badillo. Pluralismo, tolerancia, multiculturalismo: reflexiones para un mundo plural. Andalucía: Ediciones Askal, 2003.
- COLETIVO HUMANICIDADE (PUC RJ). Removidas [curta-metragem documentário]. URL: <https://www.youtube.com/watch?v=s4P8dQJTSBA>
- COMEGNO, Maria Cecília. SP Mulheres em dados. In: *São Paulo em Perspectiva*, 17(3), 2003.
- COMITÊ POPULAR D COPA E DAS OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. Olimpíada Rio 2016, os jogos da exclusão. Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro. Dossiê do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, novembro 2015.
- COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO, Dossiê sobre as Violações ao direito à moradia na comunidade Vila Autódromo, Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas. Rio de Janeiro, junho de 2015.
- Contagem Regressiva. Episódio 1. Remoções [vídeo]. Publicado em 5 de mai de 2016. URL: <https://www.youtube.com/watch?v=D2IdgKhkxh0>

COSTA, Cláudia de Lima. O Tráfico nas Teorias: Tradução Cultural e Prática Feminista. In: Actas de las VI Jornadas de Historia de las Mujeres y I Congreso Latinoamericano de Estudios de las Mujeres y de Género. Universidade Federal de Santa Catarina. Bs. As., IIEGE, 2000.

DAVIS, Angela. Women, Race and Class. 1981. New York: Vintage, p. 294, 1983.

DÉBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. 1 Ed. 1997.

DEERE, Carmem Diana & LÉON, Magdalena. “Diferenças de gênero em relação a bens: a propriedade fundiária na América Latina. In: Sociologias. Porto Alegre: ano 5, n. 10, jul/dez 2003.

DOMINGUES, João Luiz Pereira; NASCIUTTI, Luiza Freire. Notas sobre a cidadania cultural: incompletude do reconhecimento e críticas de gênero. Artigo apresentado e publicado em: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT). Salvador, Bahia. 2014.

DOSSIÊ “Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?”. Retirado de >https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2011/12/guia-mulheres-pt_ok.pdf< (acessado em julho de 2016). SEM DATA.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Trad.: Ciro Mioranza. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ESPORTE INTERATIVO. Moradores da Vila Autódromo e Prefeitura do Rio de Janeiro assinam acordo [vídeo]. 15/04/2016. URL: <http://esporteinterativo.com.br/brasil-de-ouro/moradores-da-vila-autodromo-e-prefeitura-do-rio-de-janeiro-assinam-acordo/>

FALÚ, Ana. Mujeres en la ciudad. De violencias y derechos. Ediciones SUR, 1ª edición. Red Mujer y Hábitat de América Latina. Construyendo Ciudades Seguras. Experiencias de redes de Mujeres de América Latina. Ediciones Sur. Santiago, Chile. 2011.

FALÚ, Ana; MOREY, Patricia; RAINERO, Liliana. Uso del tiempo y del espacio: asimetrías de género y de clase, en Ciudad y Vida Cotidiana. Asimetrías en el uso del tiempo y del espacio. Córdoba, Argentina. 2002.

FERREIRA, João. Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano. Parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos. 2012.

FOLHA DE SÃO PAULO. 08 de outubro de 2009.

FRASER, Nancy. Para além do modelo senhor/serva: sobre O contrato sexual, de Carole Pateman. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe (org.). Teoria política feminista: textos centrais. Vinhedo, Editora Horizonte, 2013.

GOLDMAN, Márcio. Os tambores do antropólogo: Antropologia pós-social e etnografia. PontoUrbe, ano 2, versão 3.0, julho, 2008.

GOLDMAN, Wendy. Mulher, Estado e Revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936. Trad.: Natália Angyalossy Alfonso. 1ª ed. São Paulo: Boitempo: Iskra Edições, 2014.

GOUVEIA, Taciana (Org); FERREIRA, Simone (colab.). Ser, Fazer e Acontecer: mulheres e o direito à cidade. Recife, SOS COR PO - Instituto Feminista para a Democracia, fev. 2008.

GOUVEIA, Taciana. Mulheres: sujeitos ocultos das / nas cidades?. Artigo retirado do site do Fórum Nacional de Reforma Urbana: ><http://www.forumreformaurbana.org.br/index.php/documentos-do-fnru/42-grupo-de-trabalho/80-genero-e-reforma-urbana-g-mulheres-sujeitos-ocultos-dasnas-cidades.html>< (acessado em março de 2016). Publicado em 01 de setembro de 2015.

GUITART, Anna Ortiz. Hacia una ciudad no sexista. Algunas reflexiones a partir de la geografía humana feminista para la planeación del espacio urbano. Territorios, núm. 16-17. Universidad del Rosario. Bogotá, Colombia, 2007.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo. Annablume, 2005.

HARVEY, David. Cidades Rebeldes. Do direito à cidade à revolução urbana. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo. Martins Fontes, 2014.

Heloisa Helena of Vila Autódromo Speaks at the Brazilian Senate [video]. 22/09/2015. URL: <https://www.youtube.com/watch?v=n8t80WvAgPc>

HOOKS, Bell. Feminism is for everybody: Passionate politics. Pluto Press, 2000.

JORNAL O GLOBO, 12 de abril de 2009.

JUNIOR, Orlando Santos. Governança Empreendedorista: a modernização neoliberal. In: Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana. Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz (org.). 1. Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital. Observatório das Metrôpoles, 2015.

KOHARA, Luiz; UEMURA, Margareth Matiko; FERRO, Maria Carolina T. (Org.). Moradia é Central - lutas, desafios e estratégias. 1. Ed. São Paulo: Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, 2012.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo. Centauro, 2001.

MACENA. Maria da Penha. Entrevista concedida em 17 de dezembro de 2015.

MACKINNON, Catharine A. Toward a feminist theory of the State. Cambridge: Harvard University Press. 1989.

MAGALHÃES, Alexandre Almeida. Transformações no “problema favela” e a reatualização da “remoção” no Rio de Janeiro. Tese de doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Sociais. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Rio de Janeiro, 2013.

MARICATO, Ermínia. Globalização e Política Urbana na Periferia do Capitalismo, Revista VeraCidade, Ano IV, número 4, Março de 2009, p. 13-16.

MASCARENHAS, Gilmar; BIENENSTEIN, Glauco; SÁNCHEZ, Fernanda. O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades. Rio de Janeiro. EdUERJ, 2011.

MONTEIRO, Maria Conceição. Figuras Errantes na Época Vitoriana: A Preceptora, a Prostituta e a Louca. Revista Fragmentos, V. 8, No I, Jul.-Dez., 1998, UFSC e In Revista Brasil de Literatura, Internet, 1998.

MONTEIRO, Poliana Gonçalves. O Gênero da Habitação: A Diretriz de Titulação Feminina no marco do Programa Minha Casa Minha Vida. Dissertação. Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ/ Rio de Janeiro, 2015.

OLIVEIRA, Fabrício Leal de; SANCHEZ, Fernanda; TANAKA, Gisele; MONTEIRO, Poliana. Planejamento e Conflitos Urbanos. Experiências de luta. Letra Capital. Rio de Janeiro, 2016.

PACS (Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul). Embates na oficina de sonhos de Maria da Penha. 26/02/2016. URL: <https://medium.com/@pacsinstituto/embates-na-oficina-de-sonhos-de-maria-da-penha-33c0ab9b18b6#.jn1u4hguh>

- PAIN, Rachel H. Social geography of women's fear of crime. In: Transactions of the Institute of British Geographers (22): p. 231-244. 1997
- PARK, Robert Ezra. A cidade: Sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. American Journal of sociology, XX. Março, 1916.
- PATEMAN, Carole. Críticas feministas à dicotomia público/privado. In: Teoria política feminista: textos centrais. Vinhedo, Editora Horizonte, 2013.
- PATEMAN, Carolee. The sexual contract. Stanford: Stanford University Press. 1988.
- PENA. Felipe. Se essa Vila não fosse minha [longa-metragem documentário]. 2014.
- POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Tradução: Dora Rocha Flacksman. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2. n. 3, 1989, p. 3-15.
- RIO ON WATCH. Ameaça à Vida da Mãe de Santo Luizinha de Nanã da Vila Autódromo. 23/02/2016. URL: <http://rioonwatch.org.br/?p=18405>
- RIO ON WATCH. Apagando a Favela da Vila Autódromo. 26/05/2016. URL: <http://rioonwatch.org.br/?p=19959>
- ROLNIK, Raquel. As mulheres também têm direito à cidade?. Artigo retirado de ><https://raquelrolnik.wordpress.com/page/3/>< (acessado em julho de 2016). Publicado em 14 de março de 2016.
- ROLNIK, Raquel. Guerra dos Lugares. A colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1. Ed. São Paulo. Boitempo, 2015.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. 3ª ed., 1ª reimp. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2014.
- SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades para um mercado mundial. 2. Ed. Chapecó, SC. Argos, 2010.
- SANTORO, Paula Freire. Gênero e planejamento territorial: uma aproximação. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu, MG, Brasil, 2008.
- SASSEN, Saskia. Women in the Global City – exploitation and empowerment. Texto retirado do site >http://www.lolapress.org/elec1/artenglish/sass_e.htm< (acessado em maio de 2007). Lola press, 1, 2000.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. 1989
- SOUSA SANTOS, Boaventura. Para além do pensamento abissal. Das linhas globais a uma ecologia de saberes. Novos Estudos. Ed. 79. Novembro, 2007.
- SOUZA. Sandra Maria de. Entrevista concedida em 07 de maio de 2016.
- TAVARES, Rossana Brandão. Forma urbana e relações de gênero. In: Gouveia, Taciana (Org); Ferreira, Simone (colab.). Ser, Fazer e Acontecer: mulheres e o direito à cidade. Recife, SOS COR PO - Instituto Feminista para a Democracia, fev. 2008.
- TAVARES, Rossana Brandão. Indiferença à diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero. Tese de doutorado. PROURB. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2015.

TAVARES, Rossana Brandão. Invisibilidades na cidade dos Megaeventos - planejamento e perspectiva do reconhecimento das desigualdades de gênero. In: Cadernos Adufrj-SSind No. 1 - Que copa é esta?. Junho de 2013. P. 39-45

TAVARES, Rossana Brandão. Uma Cidade Indiferente: Espaço Generificado de Resistência à Cidade-Mercadoria. Artigo apresentado e publicado em: Anais: Sessões temáticas. ST 10: Emergências no campo dos estudos urbanos e regionais. XVI ENANPUR. Belo Horizontem 2015.

URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. Ponto Urbe [Online], 11 | 2012 (publicado online no dia 14 Março 2014, consultado o 18 Julho 2016.) URL : <http://pontourbe.revues.org/300> ; DOI : 10.4000/pontourbe.300

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, Oflia; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos. 8. Ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2013.

VAINER, Carlos. Prefácio. In: MASCARENHAS, Gilmar; BIENENSTEIN, Glauco; SÁNCHEZ, Fernanda. O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades. Rio de Janeiro. EdUERJ, 2011.

VAINER, Carlos; TANAKA, Giselle; OLIVEIRA, Fabricio L.; LOBINO, Camilla; BIENENSTEIN, Regina; BIENENSTEIN, Glauco; SÁNCHEZ, Fernanda. O Plano Popular da Vila Autódromo: uma experiência de planejamento conflitual. In: OLIVEIRA, Fabrício Leal de; SANCHÉZ, Fernanda; TANAKA, Gisele; MONTEIRO, Poliana. Planejamento e Conflitos Urbanos. Experiências de luta. Letra Capital. Rio de Janeiro, 2016.

Vila Autódromo: um bairro marcado para viver [vídeo]. Publicado em 30 de jun de 2012. URL: https://www.youtube.com/watch?v=RMgRZ-60i_I.

VILLAGRÁN, Paula Soto. Ciudad, ciudadanía y género: Problemas y paradojas. Territorios, núm. 16-17. Universidad del Rosario. Bogotá, Colombia. 2007.

YOUNG, Iris Marion. House and home: feminist variations on a theme. In: Intersecting voices: dilemmas of gender, political philosophy, and policy. Princeton: Princeton University Press. 1997.

YOUNG, Iris Marion. Justice and the politics of difference. Princeton: Princeton University Press. 1990.

YOUNG, Iris Marion. On female body experience. Oxford: Oxford University Press. 2005.